

cR

Centro
de Referência
Paulo Freire

**Este documento faz parte do acervo
do Centro de Referência Paulo Freire**

acervo.paulofreire.org



InstitutoPauloFreire

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA SOCIAL

Marcelo Santos Rodrigues

**Guerra do Paraguai: Os Caminhos da Memória
entre a Comemoração e o Esquecimento**

São Paulo-SP
2009

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA SOCIAL

Marcelo Santos Rodrigues

**Guerra do Paraguai: Os Caminhos da Memória
entre a Comemoração e o Esquecimento**

Tese de doutorado apresentada ao programa de
História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo,
sob a orientação do Prof^o Dr^o Darío Horacio
Gutiérrez Gallardo.

São Paulo-SP
2009

Á

Paulo Roberto de Freitas Costa

AGRADECIMENTOS

À Horacio Gutiérrez, por ter me aceito como orientando, pela acolhida, disponibilidade e pela exemplar postura acadêmica.

Ao Programa de Pós-Graduação de História Social, da Universidade de São Paulo por ter me recebido.

A Universidade Federal do Tocantins e aos colegas do Departamento de História de Porto Nacional pela liberação para realização do trabalho de pesquisa nos arquivos.

À CAPES pela bolsa de estudos.

Agradeço aos funcionários da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; Arquivo Nacional do Rio de Janeiro; Arquivo Histórico do Exército; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro; Arquivo Histórico Nacional; Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro; Casa de Rui Barbosa; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul; Arquivo Público do Estado da Bahia; Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, no Rio Grande do Sul.

À Marina Haizenrreder Ertzogue, coordenadora do Centro de Documentação de História da Universidade Federal do Tocantins.

À Ana Cristina e Sueli pela leitura e revisão desse texto.

À Lina Aras, um ponto de partida.

Aos meus pais, Manoel e Rivanda, ao meu irmão e as minhas irmãs, pela força silenciosa e sempre presente.

Ao amigo Alexandre Belmonte pelas idas e vindas ao Campo de Santana, cenário de inspiração para essa pesquisa.

RESUMO

Em 01 de março de 1870 a Guerra do Paraguai estava terminada. Para conter o inimigo em suas fronteiras, o Brasil precisou mobilizar o Exército, a Guarda Nacional e criar corpos de Voluntários da Pátria. Durante cinco anos o cenário político e social se modificou e, raro era a família que não teve um filho, irmão, pai, esposo, parente ou amigo lutado no Paraguai. Terminada a campanha as tropas regressaram para o Brasil. Controvérsias entre o governo de D. Pedro II, a imprensa liberal e parlamentares da câmara e do senado, em relação à recepção das tropas no Brasil, provocaram acalorados debates. Tratava-se da disputa entre comemorar e esquecer. Nessa tese percorremos os caminhos da memória da Guerra do Paraguai e para isso transitamos pelas ruas embandeiradas da Corte e das capitais das províncias para narrar os festejos populares e oficiais na recepção dos servidores da pátria recebidos com regozijo, lágrimas, flores e poesias pela população que rendia homenagens aos filhos defensores da honra nacional. No dia 10 de julho de 1870, o governo de D. Pedro II realizou no Rio de Janeiro a festa oficial, a “festa do barracão”, para comemorar a vitória do Brasil e lembrar os mortos e assim encerrar um capítulo da história pátria que tantas vidas deixaram no solo Paraguaio. Assistimos do alto da tribuna parlamentar a disputa pela memória da guerra de onde Caxias e o Conde D’Eu protagonizaram essa disputa. Transitamos pelas ruas de Niterói, Salvador, Recife e São Paulo e do Desterro, onde soldados doentes e mutilados, egressos dos campos paraguaios, mendigavam, provocavam desordens públicas e davam-se em espetáculos. Nas províncias encontramos as viúvas e órfãos que em súplicas ao rei pediam o pão pela perda do arrimo de família. Nas secretarias do governo, nas salas dos presidentes de províncias e nas redações de importantes jornais, era grande o volume de ofícios e petições requerendo o pagamento de indenização ao governo. Veteranos da campanha reivindicavam soldos atrasados, lote de terras, empregos públicos, condecorações e títulos honoríficos. Nas prisões públicas encontramos ex-escravos reconduzidos ao cativeiro pelos seus senhores. Na ilha de Bom Jesus percorremos o suntuoso edifício do Asilo dos Inválidos, um lugar de ressentimento. Assim, a história que procuramos narrar, transita por dois caminhos: o da comemoração e o do esquecimento.

PALAVRAS CHAVES: Guerra do Paraguai – Memória – Comemoração – Esquecimento – Voluntários da Pátria.

ABSTRACT

The Paraguay War finished on the 1st of March, 1870. In order to keep the enemies within their frontiers, Brazil needed to mobilize the Army and the National Guard. Also, a group of Volunteers was formed. The political and social scenery changed thoroughly during the 5 years of war, and almost all family had a member – a son, a brother, a husband or a friend – fighting in Paraguay. The troops returned to Brazil after the bloody campaign. A lot of debate was promoted by controversies between the govern of D. Pedro II, the liberal press and members of the senate regarding the reception of the troops in Brazil. It was a dispute between commemorating and forgetting. In this thesis, we follow the paths that lead to the memory of the war in Paraguay: the adorned streets of Rio de Janeiro as well as the provinces capitals, so as to report both the popular and official parties that received the volunteers with relief, tears, flowers and poetry. On July 10th 1870, an official party, known as “Festa do Barracão” was held in Rio de Janeiro, to celebrate the victory of Brazilian troops and to remember those who died at war, finishing a sad, violent chapter of the national history. We analyzed the dispute between Count D’Eu and the Duke of Caxias for the memory of the war. We also walked through the streets of Niterói, Salvador, Recife, São Paulo and Desterro, where sick and mutilated soldiers, ex-combatants of the war, turned into mendicants, provoking public disorders and riots. In the provinces far from Rio, we met the widowers and orphans who begged the imperial government for bread. In the secretaries of government, in the offices of province presidents and at important press centers, a huge volume of petitions and pleads required refunds and compensations. Veteran military men applied for belated payments, earth, public jobs, honorific titles etc. In public prisons, ex-slaves were taken back to captivity by their old masters. In Bom Jesus Island, we walked around and through the sumptuous building of the Invalids Asylum, a place full of resentment. The story we want to tell walks, thus, in two simultaneous paths: commemoration and forgetfulness.

Key-words: Paraguay war – memory – commemoration – forgetfulness – volunteers at war

LISTA DE SIGLAS

APERJ - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

APEBa - Arquivo Público do Estado da Bahia

APESP - Arquivo Público do Estado de São Paulo

AN/RJ - Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

AC/RJ - Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro

AHRS - Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

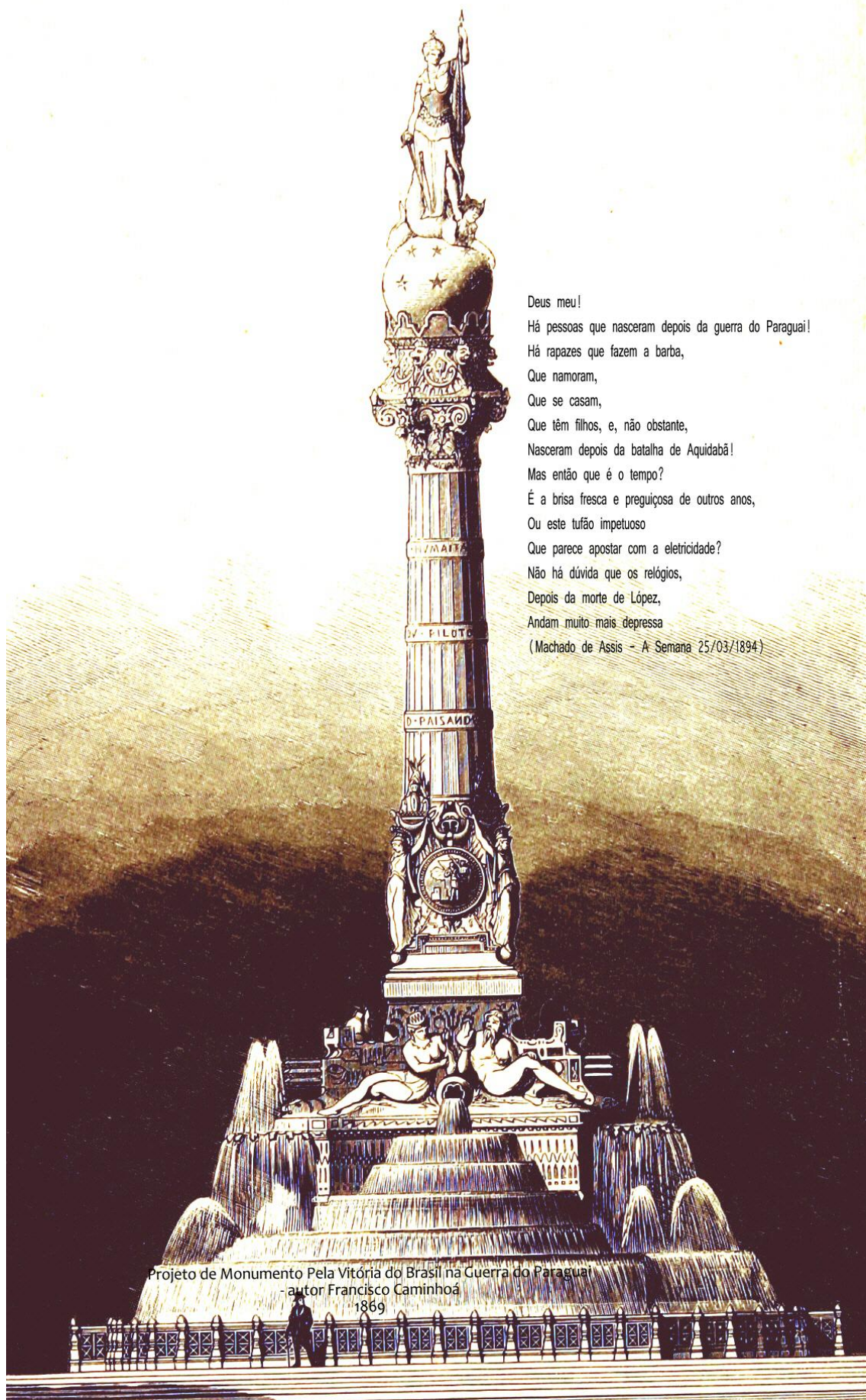
AHEx/RJ - Arquivo Histórico do Exército – Rio de Janeiro

BN/RJ - Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

IGHBA - Instituto Geográfico Histórico da Bahia

FCRB/RJ - Fundação Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro

MCSHJC/RJ - Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Rio Grande do Sul



Deus meu!

Há pessoas que nasceram depois da guerra do Paraguai!

Há rapazes que fazem a barba,

Que namoram,

Que se casam,

Que têm filhos, e, não obstante,

Nasceram depois da batalha de Aquidabã!

Mas então que é o tempo?

É a brisa fresca e preguiçosa de outros anos,

Ou este tufão impetuoso

Que parece apostar com a eletricidade?

Não há dúvida que os relógios,

Depois da morte de López,

Andam muito mais depressa

(Machado de Assis - A Semana 25/03/1894)

Projeto de Monumento Pela Vitória do Brasil na Guerra do Paraguai

- autor Francisco Caminhoá

1869

Sumário

INTRODUÇÃO	11
COMEMORAR OU ESQUECER?	27
O REGRESSO DAS TROPAS DO PARAGUAI.....	30
“QUANDO OS VOLUNTÁRIOS FICAM ESQUECIDOS”: RAZÕES PARA SE NÃO COMEMORAR.....	41
O TEMPO DAS FESTAS JÁ PASSOU... ..	44
AMEAÇAS DE DESORDENS E SEDIÇÕES.....	52
A FESTA NAS RUAS: O FIM DA GUERRA E A RECEPÇÃO NA CORTE	57
A RECEPÇÃO AOS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA.....	62
A DESPEDIDA EM ROSÁRIO	63
O PRIMEIRO TORRÃO BRASILEIRO: SANTA CATARINA.....	67
FESTEJOS POPULARES NA CORTE	68
O ABRAÇO E O DISCURSO.....	72
A FESTA EM CASA.....	76
FESTAS PELO FIM DA GUERRA	79
O CAMINHO DO ESQUECIMENTO: A FESTA ACABOU	83
A FESTA NAS PROVÍNCIAS.....	88
RECEPÇÃO AOS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA NA BAHIA	89
RECEPÇÃO AOS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA EM MINAS GERAIS	104
RECEPÇÃO AOS VOLUNTÁRIOS EM SÃO PAULO	108
RECEPÇÃO AOS VOLUNTÁRIOS EM OUTRAS PROVÍNCIAS.....	116
A FESTA DE 10 DE JULHO DE 1870: COMEMORAÇÕES PELO FIM DA GUERRA DO PARAGUAI	123
O SIGNIFICADO DAS FESTAS CÍVICAS NO SEGUNDO REINADO.....	124
A INVENÇÃO DO DIA 10 DE JULHO.....	128
A FESTA DO BARRACÃO: CONTROVÉRSIAS NO CENÁRIO DOS FESTEJOS OFICIAIS.....	146
A ESTÁTUA RECUSADA E A CONSTRUÇÃO DO TEMPLO.....	150
OS FESTEJOS OFICIAIS PELO FIM DA GUERRA.....	158
A FESTA, O POVO E ARQUIBANCADAS VAZIAS.....	162
ENTRE A FESTA E A SEDIÇÃO	171
A FESTA DE 10 DE JULHO DE 1870: COMEMORAR OU ESQUECER?	175
QUANDO CAXIAS FOI ESQUECIDO E O CONDE D’EU COMEMORADO	179
ENTRE CAXIAS E CONDE D’EU	183
CAXIAS: O ESQUECIDO	185

CONDE D'EU: O COMEMORADO	195
ENTRE DUQUISTAS E CONDISTAS.....	200
REGRESSO AO CATIVEIRO: ESCRAVOS NA GUERRA DO PARAGUAI	211
OS ESCRAVOS NA GUERRA DO PARAGUAI.....	212
A HISTÓRIA DOS ESCRAVOS MANOEL E RAIMUNDO	219
OS ESCRAVOS QUE REGRESSAM PARA O CATIVEIRO.....	230
OS INVÁLIDOS DA PÁTRIA.....	245
O DESEMBARQUE DOS INVÁLIDOS	247
O ASILO DOS INVÁLIDOS NO QUARTEL DA ARMAÇÃO	254
O ASILO DOS INVÁLIDOS DA PÁTRIA NA ILHA DE BOM JESUS	259
CONFLITO E TENSÕES NAS RUAS	268
A VIDA INTERIOR: CONFLITOS E TENSÕES NO ASILO	275
OLVIDADOS DA GUERRA.....	283
JÚLIO JOSÉ DAS CHAGAS: “POR SER AMPUTADO DE AMBOS OS BRAÇOS, CARECE DE QUEM LHE PONHA COMIDA NA BOCA”.	283
JUSTINO JOSÉ DE SOUZA: O VOLUNTÁRIO QUE RECEBEU UMA ESMOLA DO IMPERADOR.....	285
MANOEL RODRIGUES: “ORGULHO DE SER BRASILEIRO, EMBORA A PÁTRIA LHE SEJA INGRATA”	287
MANOEL CÂNDIDO PEREIRA E ANTÔNIO DA SILVA MELLO: A SÚPLICA DOS RESENTIDOS NOS JORNAIS.....	288
TRANQUELINO TEIXEIRA MACHADO: VENDEU O ‘HÁBITO DE CRISTO’ PARA REGRESSAR À PROVÍNCIA.....	292
JOSÉ, ROQUE, JOÃO, ROMÃO E MANOEL: VOLUNTÁRIOS BAIANOS MUTILADOS, HUMILHADOS E RESENTIDOS	293
MÃES, VÍUVAS E ÓRFÃOS DA GUERRA DO PARAGUAÍ.....	297
JOAQUIM JOSÉ PITANGA: MEDALHAS PARA UM VETERANO ESQUECIDO	302
EPÍLOGO	306
FONTES	321
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	329

Introdução

A leitura de alguns artigos sobre a intenção da Câmara Municipal do Rio de Janeiro de erguer um monumento patriótico no Campo da Aclamação – destinado a comemorar os feitos dos soldados e marinheiros que participaram da Guerra do Paraguai – motivou esta pesquisa, feita na imprensa carioca e na de algumas províncias, a respeito da longa guerra que ceifou vidas de brasileiros e de paraguaios. Imediatamente teve início um processo de reconhecimento dos diferentes modos de analisar os fatos relativos à campanha, por meio dos testemunhos daqueles que fizeram a história da guerra, toda ela memorialista e ostentosa.¹

Os jornais pesquisados, publicados na Corte e nas províncias entre 1865 e 1870, tinham como tema central a Guerra do Paraguai. Sem dúvida, a imprensa teve um papel de destaque, anunciando os fatos e criando opinião sobre os episódios ligados ao conflito. Nas páginas amareladas e empoeiradas pelo tempo foi possível conhecer o que era noticiado na capital do Império e nas das províncias, sobretudo as posições

¹ Sobre as obras memorialistas referentes à Guerra do Paraguai ver: BRITTO, José Gabriel de Lemos. *Guerra do Paraguay: narrativa histórica dos prisioneiros do Marquês de Olinda*. 2. ed. Bahia: Livraria Papellaria Catilina, 1927; AZEVEDO, Carlos Frederico dos Santos Xavier. *História médico-cirúrgico da esquadra brasileira nas campanhas do Uruguay e Paraguay de 1864-1870*. Rio de Janeiro: Nacional, 1870; COSTA, Francisco Felix Pereira da. *História da guerra do Brasil contra as repúblicas do Uruguai e Paraguai*. Rio de Janeiro: Liv. A. G. Guimarães, 1871, 4.vols; TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle (Visconde de Taunay). *A retirada da Laguna*. São Paulo: Melhoramentos, 1975; TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle (Visconde de Taunay) *Recordações de guerra e de viagem*. São Paulo: Weiszflog, 1920; CERQUEIRA, Evangelista de Castro Dionísio. *Reminiscência da campanha do Paraguai: 1865-1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980; NABUCO, Joaquim. *Um estadista no Império: Nabuco de Araújo*. São Paulo: Progresso, [s.d.], 4. v.; DIAS, Sátiro de Oliveira. *O Duque de Caxias e a Guerra do Paraguai: estudo crítico e histórico*. Salvador: Imprensa Typografia do Diário, 1870; MADUREIRA, Antônio de Sena. *Guerra do Paraguai: resposta ao Sr. Jorge Thompson, autor da "Guerra del Paraguay" e aos anotadores argentinos D. Lewis e A. Estrada*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982; REBOUÇAS, André. *Diário: a Guerra do Paraguai (1866)*. Introdução e notas de Maria Odila Silva Dias. São Paulo: IEB – USP, [s.d.]; FRAGOSO, Tasso (General). *História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1956.

partidárias refletidas nos artigos favoráveis ou contrários à permanência do Brasil na guerra.²

Na leitura das narrativas jornalísticas pôde-se imaginar o que se passou quando o navio de linha chegou ao Rio de Janeiro, em março de 1870, com a informação que o ditador Solano López, presidente paraguaio, havia aprisionado, em plena época de paz, o navio que transportava o presidente da província do Mato Grosso. Foi possível imaginar, inclusive, as fisionomias dos leitores ao tomarem conhecimento da notícia. Todos os primeiros memorialistas e escritores da Guerra do Paraguai afirmaram ter sido uníssono o grito que ecoou pelo Império. Ao brado de angústia da pátria afrontada, a ativa população do Brasil respondeu com grandiosa oferta de seus braços e do sangue de sua mocidade. Porém, como partir para uma desforra condigna se o limitado exército brasileiro era composto por soldados que se achavam distribuídos em destacamentos nas comarcas do interior das províncias, sem conhecer o manejo das armas, sem disciplina, sem meios e sem a prática da rápida locomoção?

Quando o governo monárquico começou ver que não estava preparado para uma eventual guerra, chegou a notícia da invasão de Mato Grosso pelas forças inimigas. O governo soube também que outra parte do exército paraguaio, com 24 mil soldados, tinha seguido em marcha forçada com o fim de tomar o Rio Grande do Sul.³

O terror se apoderou das famílias brasileiras e dos homens de Estado – três meses depois de iniciada a luta, o governo não esperava que a peleja fosse tão terrível, sem tréguas e desigual. Para tentar evitar um resultado infeliz para o Brasil, restou aos homens do governo apelar para o patriotismo dos cidadãos e os sacrifícios de toda a ordem. Recompensas e favores foram prometidos àqueles que marchassem para o sul a fim de barrar a horda invasora, pois apenas com um esforço titânico o Brasil, com menos de doze mil homens inexperientes na arte da guerra, poderia resistir a um exército de 62 mil soldados robustos, disciplinados e conhecedores do manejo das armas que portavam!

² Sobre o papel desempenhado pela imprensa na Guerra do Paraguai ver: REIS, Maria de Lourdes Dias. *Imprensa em tempo de guerra: o jornal "O Jequitinhonha" e a Guerra do Paraguai*. Belo Horizonte: Cuatiara, 2003.

³ Uma análise ampla da Guerra do Paraguai pode ser vista nas seguintes obras: FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado Maior do Exército, 1834, 5. Vols.; DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; JORDAN, Emílio Carlos. *Guerra do Paraguay*. Rio de Janeiro: Typografia de Leammert e Cia., 1890; THOMPSON, George. *La Guerra del Paraguay*. Assunção: RP, 1992. [1ª edição 1869].

O governo brasileiro publicou, em 7 de janeiro de 1865, o Decreto Imperial 3.371, criando os Corpos de Voluntários da Pátria, com o intuito de atrair civis dispostos a empunharem armas em nome da nação. Em contrapartida, o governo assegurava vantagens como prêmio de trezentos mil réis; lotes de terra com 22 mil braças em colônias militares; preferência nos empregos públicos; patentes de oficiais honorários; títulos nobiliárquicos; liberdade a escravos; assistência a órfãos, viúvas e mutilados de guerra.

Esquadrões de denodados cidadãos apareceram de todos os pontos do imenso Brasil, como se germinassem do solo fertilizado pelo sentimento nacionalista que pareceu unificar o Brasil. Jovens e velhos, homens e mulheres, abastados e desprovidos, todos correram às armas com generoso empenho para desagrar a pátria. A embriaguez do patriotismo despovoou o litoral, assim como o agreste e o longínquo sertão. A defesa da liberdade achou braços e armas no estrangeiro e entusiasmo na população das grandes cidades do Brasil.⁴

Os patrióticos brasileiros mostraram que na falta de fortaleza seus peitos seriam muralhas animadas, suficientes para proteger seus lares e os daqueles que, por incapacidade física ou por qualquer outro motivo, não acompanharam campo afora o combate ao inimigo! Aos batalhões de Voluntários da Pátria rapidamente se somou o recrutamento forçado, que ferozmente atingiu os homens em condições de guerrear. Na maior parte das vezes, esse recrutamento arrancou da pátria o arrimo de família, o sustento de irmãos, pais e filhos inocentes – homens levados pelo ódio partidário e também pela aventura de se lançar sobre o desconhecido.

O insignificante exército de que o Brasil dispunha marchou impávido. Com ele e após ele marcharam, durante cinco longos anos, batalhões de Voluntários da Pátria de todas as classes e profissões, assim como os Guardas Nacionais⁵ designados pelo governo. As diferentes províncias do Império – principalmente a Bahia – viram partir, na flor da mocidade, jovens valentes, cujas vidas foram ceifadas pelos projéteis, pelas

⁴ Sobre a formação dos batalhões que partiram do Brasil para a Guerra do Paraguai ver: DUARTE, Paulo de Queiroz (General). *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1980. 4 Vols.

⁵ Sobre a Guarda Nacional ver: CASTRO, Jeanne Berrance de. *A polícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Nacional, 1977.

lâminas do sabre inimigo e, especialmente, pelas epidemias inevitáveis adquiridas nas prolongadas e penosas jornadas que os exércitos empreendiam por terra e pelo mar.⁶

O Imperador D. Pedro II⁷ partiu para a cidade de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, apresentando-se no acampamento do exército como o primeiro Voluntário da Pátria. Assim, participando da sorte de seus compatriotas, demonstrou sua dedicação ao Brasil, utilizando essa estratégia política para servir de exemplo aos militares ali estacionados e para o Brasil como um todo. D. Pedro II foi seguido pelo genro, o Conde D'Eu, pelo Marquês de Caxias, pelo general Osório, o Barão de Porto Alegre, e pelo ministro da Guerra, Silva Ferraz.

A força moral dos cidadãos que acompanhavam a guerra pelos jornais que circulavam na Corte e nas províncias começou a levantar-se. As informações dos primeiros correspondentes de guerra do Brasil chegavam a todos os pontos da capital do Império, com narrativas sobre o campo de batalha, as marchas pelos pântanos, as dificuldades encontradas pelo exército aliado, apontando, aqui e ali, atos de bravura praticados por soldados, generais e ex-cativos.

Contudo, a inexperiência do exército brasileiro e as dificuldades provocadas pelo inóspito território paraguaio ceifaram a vida dos primeiros voluntários. Dos 51 batalhões de Voluntários da Pátria que seguiram para a guerra, restaram 14. Os demais sucumbiram nos combates, caíram nos leitos arranjados em hospitais de campanha ou deixaram no teatro da guerra doentes e mutilados para internamento nos hospitais provisórios de Santa Catarina, nos hospitais militares da cidade do Rio de Janeiro, ou no asilo improvisado no Quartel da Armação, em Niterói.

Na fase mais difícil da campanha, entre 1866 e 1870, o governo novamente apelou para o patriotismo da população brasileira. Mais contingentes de Guardas

⁶ Sobre o exército brasileiro e sua atuação na campanha do Paraguai ver: COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec-Unicamp, 1996; IZECKSOHN, Victor. *O cerne da discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1997; MAGALHÃES, João Batista. *A evolução militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1958; PONDE, Francisco de Paula e Azevedo. *Organização e administração do Ministério da Guerra no Império*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1986; SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da invenção militar, 1850-1894*. São Paulo: Edusp, 1994; SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965; COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

⁷ Sobre a participação de D. Pedro II na Guerra do Paraguai ver: SCHWARCZ, Lillian Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; DUARTE, Paulo Queiroz. *D. Pedro II e os Voluntários da Pátria*. Anais do Congresso de História do Segundo Reinado. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, 1985, p. 321-341.

Nacionais foram chamados às armas. Estes, lentamente e em pequenas porções, foram se reunindo, entristecidos, abatidos, como quem se sacrificava sem causa.

O governo imperial anunciou aos presidentes de província uma nova ideia: solucionar o difícil problema da emancipação da escravatura no Brasil com a compra de cativos para a guerra. O governo prometia bons preços e títulos nobiliárquicos para aqueles senhores que apresentassem mais libertos. Rapidamente, muitos cidadãos compreenderam que podiam ser substituídos, assim como seus filhos, pelo elemento servil – preferencialmente o mau escravo, o velho e a escória das fazendas. Eram escravos vendidos em leilões e pagos com o crédito do Estado, em apólices que rendiam vantagens aos seus senhores. A alforria em troca dos perigos das batalhas.⁸

No entanto, o escravizado também entendeu que ir à guerra era a esperança de dias melhores, de um pão menos amargo, da possibilidade de aventurar-se por lugares ignorados. Os escravos fugiam solitários ou em bandos e apresentavam-se aos recrutadores com nomes falsos, para despistar seus senhores. Eram os primeiros que desejavam o embarque imediato, a fim de não serem recapturados. Com a demonstração de bravura, mesmo que em defesa de uma pátria que não lhes pertenciam, esperavam retornar da guerra com a condecoração no peito e a carta de liberdade nas mãos. Encontraram sim, na volta ao Brasil, os velhos grilhões e a humilhação de serem detidos em meio às festividades, ainda vestidos com as fardas desbotadas pela prolongada campanha, depois da árdua tarefa cumprida.

Cada navio de passageiros que chegava do teatro da guerra trazia a notícia de um novo triunfo; no dia seguinte, porém, também se liam nos jornais as longas relações dos que haviam morrido nos combates, em torno da bandeira pátria, ou nos hospitais, longe dos seus, que ficavam na viuvez e na orfandade. Do mesmo cais seguiam para os hospitais da Corte ou para seus lares, os feridos, os mutilados e os moribundos, vítimas

⁸ Sobre a participação escrava na campanha do Paraguai ver: SILVA, Eduardo. *Dom Obá II D'África, o príncipe do povo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990; SOUSA, Jorge Prata. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Maurad: Adesa, 1996; KRAAY, Hendrik. *Soldiers, officers, and society: the arm in Bahia, 1808-1889*. Tese (Doutorado) – University of Texas at Austin, 1995; ALVES, Marieta. *A escravidão e a campanha abolicionista*. Rio de Janeiro: IHGB, 1985, p. 59-85; BENTO, Cláudio Moreira. *O Exército e a abolição*. In: WEHLING, Arno. *A abolição do cativo*. Rio de Janeiro: IHGB, 1988; SOARES, Antônio Joaquim Macedo. *Campanha jurídica pela libertação dos escravos, 1867 a 1888*. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1938; CHIAVENATTO, Júlio. *O negro no Brasil: da senzala à Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

de moléstias adquiridas nos campos alagadiços, nos vastos pantanais, nos sertões inóspitos e tórridos do Paraguai.

Finalmente, depois de cinco anos de luta, no dia 1º de março de 1870, o hino brasileiro foi tocado em Aquidaban. Era o sinal da vitória final das tropas da Tríplice Aliança. Terminava a luta medonha e sem tréguas entre o Paraguai, Brasil, Argentina e Uruguai, com a morte de López e de seus generais. O exército paraguaio havia sido completamente desbaratado, embora o Brasil tivesse sessenta mil homens fora de combate, entre os quais, generais de mar e de terra.

Começava o regresso dos batalhões de Voluntários da Pátria e Guardas Nacionais à pátria, seguidos pelos soldados de linha, todos representados por uma fração do grupo primitivo. Alguns novos agrupamentos resultavam da fusão de cinco ou seis batalhões diversos, dizimados nos sucessivos e encarniçados combates e pelas epidemias de cólera, de varíola e de beribéri, entre outras doenças.

Quem poderá descrever o delírio que se apoderou da capital do Império, as galas com que a cidade se adornou para receber os heróis que traziam o pavilhão nacional desagravado da afronta recebida injusta e traiçoeiramente? Os primeiros que pisaram o solo pátrio formaram a brigada sob o comando do baiano Faria Rocha. Este, depois de haver sido abraçado com a maior efusão pelo Imperador, fez sua marcha triunfal pela Rua Primeiro de Março, antiga Rua Direita, enfeitada com os imponentes arcos que os comércios nacional e estrangeiro mandaram erigir em honra dos defensores do Brasil.

As jovens senhoras, entre êxtases e risos de júbilo – possuídas de orgulho e radiantes de felicidade por verem chegar incólumes os penhores de seus corações – atiravam nuvens de flores. Junto às jovens, formando um triste contraste, estavam pálidas matronas cobertas de luto, que aos soluços e prantos de dor e de pungente saudade, não encontravam ali seus entes queridos. Apesar de serem privadas até mesmo do piedoso consolo de ver os ossos dos filhos, mortos na campanha, essas mães também lançavam flores e engrinaldavam as esfarrapadas bandeiras enegrecidas pelo fumo dos mortíferos instrumentos de guerra e pela poeira de tantos campos de batalhas! Algumas bandeiras voltaram manchadas com o sangue daqueles que as carregavam e que, a elas abraçados, foram feridos e morreram no mais sangrento combate!

Quem poderá esquecer a chegada do general Pinheiro Guimarães,⁹ o poeta, o dramaturgo, o homem da ciência, o modelo de tenacidade, o soldado valente? Sobre fofoso ginete, que marchava orgulhoso na alfombra florida que cobria as ruas, à frente de sua casa, à frente de sua brava brigada, aquele patriota era alvo invejável de frenéticas ovações. Como as lágrimas de contentamento corriam pela sua face varonil, mas envelhecida, em tão poucos anos, pelas privações, pelos sofrimentos e perigos.

Logo foram rememoradas, nas províncias, as cenas festivas da Corte, com a chegada de cada legião de bravos ao destino final! Às festividades públicas seguiram-se as festas particulares: umas ruidosas, com inebriante deleite; outras menos animadas, porque na casa havia algum amputado ou doente em estado grave. Enquanto isso, em outras casas, restava a dor duplamente esmagadora – pela perda de seres queridos e pela miséria em que foram abandonadas desditosas viúvas e delicadas e tímidas meninas.

O governo, então, procurou recompensar seus servidores, atender a sorte das viúvas e órfãos, cumprir as promessas feitas aos Voluntários da Pátria. Era preciso mostrar-se grato e justo, retomar a paz. No entanto, com a necessidade de atender aos pedidos de amigos políticos, os ministros propuseram ao Imperador nomes de cidadãos que não haviam prestado serviço algum à pátria, em detrimento dos ex-combatentes que deveriam ser protegidos pela lei. O Imperador lembrou-se do compromisso de honra e da lei que ordenava a preferência dos Voluntários da Pátria em paridade de circunstâncias, mas nem tudo era visto por ele. Assim, as injustiças avolumaram-se nas secretarias de guerra, nos arquivos militares, nos gabinetes de presidentes de províncias.

As viúvas e os inválidos recorriam ao governo, pedindo pensões como as que haviam sido concedidas a centenas de outras pessoas. Todavia, o governo apresentava como resposta a indiferença, ou a petição era mandada para o depósito dos “impossíveis” com a competente “guarda-se” do ministro. Velhos soldados pareciam resmungões e, alguns anos depois de esquecida a gratidão que a pátria lhes devia, o governo irritava-se quando qualquer pretendente alegava ter sido Voluntário da Pátria. No Exército e na Armada, por ocasião das promoções, também foram desprezados nomes de combatentes que desempenharam serviços relevantes na campanha, dando lugar a outros que nada fizeram a não ser terem nascido amigos dos ministros.

⁹ Sobre o general Pinheiro Guimarães ver: GUIMARÃES, Francisco Pinheiro. *Um Voluntário da Pátria: folha de serviços prestados pelo General Dr. Francisco Pinheiro Guimarães às classes armadas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

Para os mutilados de guerra que não tinham recursos para a própria subsistência o governo fez levantar, com o dinheiro das subscrições públicas abertas no Brasil e no estrangeiro, o Asilo de Inválidos da Pátria,¹⁰ inaugurado em 1868. Depois de sofrer os incômodos do asilo provisório da Ponta da Armação, em Niterói, os inválidos foram levados pela caridade e pela gratidão popular à Ilha de Bom Jesus, onde permaneceram sob os cuidados do governo, sobrevivendo dos recursos angariados pela Associação Comercial do Rio de Janeiro durante a guerra. Porém, distantes dos olhos do governo e da população, que não mais desejavam ver a imagem dos anti-heróis.

Todavia, nem todos seguiram para o asilo. Muitos inválidos preferiram as ruas, onde podiam mendigar o pão da sobrevivência e externar as dores e os ressentimentos nutridos pelo governo, que permanecia indiferente aos seus sofrimentos. Aqueles homens não queriam humilhar-se ao receberem tratamentos de velhas irmãs religiosas jesuíticas e de prisioneiros paraguaios enfermeiros. Eram pobres soldados que viviam da caridade particular, nos cortiços do centro do Rio de Janeiro e Niterói. Em outras partes do Império, esses pobres infelizes ostentavam as mangas de suas camisas vazias, sustentavam-se com muletas e atestavam, com suas medalhas, terem sido heróis na guerra contra o Paraguai e recebido os prêmios por desafrontar a pátria agredida.

Toda a falta de sensibilidade do governo em relação aos veteranos da guerra era justificada sempre pelas más condições financeiras – não era possível beneficiar da mesma forma todos que livraram o Brasil da derrota no Paraguai. Em troca de suas próprias vidas alguns deram a paz e a felicidade ao país, enquanto outros gozavam do santo ócio e das delícias domésticas. Como indenizar alguém que participou da campanha por alguns meses e outros que fizeram toda a guerra?

Na opinião dos homens do governo, para recompensar, ou mesmo manifestar sua indelével gratidão aos heróis e aos mártires da campanha do Paraguai, o Brasil devia erguer um monumento em memória de todos, indistintamente. Ferreira Viana, presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, ao noticiar o fim da campanha, apresentou um projeto enviado da Europa por Francisco Caminhoá, para construção de um monumento grandioso, feito de bronze dos canhões tomados do inimigo. O projeto foi aprovado pelos vereadores; o ministro da Guerra e seu colega da Marinha mandaram

¹⁰ Sobre o Asilo de Inválidos ver: HONORATO, Manoel da Costa. *Descrição topográfica e histórica da Ilha do Bom Jesus e do Asylo dos Inválidos da Pátria pelo seu Capellão Manoel da Costa Honorato*. Rio de Janeiro: Typografia Americana, 1869; MORAIS, Marcelo Gomes Augusto. *A espuma das províncias: um estudo sobre os Inválidos da Pátria e o Asilo dos Inválidos da Pátria na Corte (1864-1930)*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2008.

ceder os canhões; o Barão do Tocantins, presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, em 1870, prometeu, em nome desta, coadjuvar; Manoel Francisco Pereira, ministro do Estrangeiro, recomendou aos diplomatas brasileiros que abrissem subscrições fora do país.

Com a solenidade apropriada, no dia 25 de março de 1874, aniversário do juramento da Constituição, o Imperador lançava em grande gala a pedra fundamental do monumento. Ninguém se opunha que fosse erigido um monumento que rememorasse a paz alcançada com sacrifício. Ninguém discordava de que fossem inscritos no bronze que vomitara a morte, transformando-o em instrumento de civilização e de instrução dos povos, os nomes dos generais que comandaram o exército com denodo e glória e os dos chefes, comandantes e oficiais que se distinguiram na terra e no mar. Entretanto, como era impossível gravar o nome de todos os bravos soldados e marinheiros, fossem eles representados no dito monumento por figuras alegóricas e marciais da Artilharia, Infantaria, Cavalaria e Marinha. E como o Imperador, além de Voluntário da Pátria, fora também um dos poucos que não se esqueceram dos que se bateram pela integridade do Império, também não deveria ser esquecido.

Isso era tudo que deveria constar no monumento patriótico do Campo da Aclamação – ao mesmo tempo um tributo obrigatório da gratidão nacional e uma página imorredoura da história do Brasil como nação. Todavia, tratava-se de uma simples imitação da ideia de erguer um monumento para comemorar as vitórias alcançadas na guerra. Mais do que isso, a campanha havia sido desastrosa para o Brasil, embora ela fosse comumente apontada pelos seus primeiros narradores, que estiveram no cenário da guerra, como a maior epopéia brasileira.

Aquela era uma imitação dos povos cultos, antigos e modernos, principalmente dos franceses, na tentativa de eternizar os feitos da guerra e dos heróis que nela atuaram: os monumentos são as testemunhas eloquentes da civilização dos povos, mesmo daqueles que desapareceram do mundo. A estátua nunca foi erguida no centro do Campo da Aclamação, embora sua pedra fundamental tivesse sido inaugurada, com missa e presença da Família Real e membros do governo. Estava esquecida a guerra e, sem o monumento, os brasileiros esqueceriam também seus heróis.

Na sucessão dos acontecimentos importantes depois do conflito com o Paraguai destacam-se a questão escravista, o nascimento do Partido Republicano, as questões militar e religiosa. Juntos, esses eventos contribuíram para a queda da

Monarquia e a proclamação da República, em 1889.¹¹ Os novos fatos políticos substituíam os velhos, a civilização vencera a barbárie, a comemoração seria construída a partir da afirmação de heróis que se destacaram na campanha e que tinham a feição republicana. Não havia espaço para monarquistas e republicanos no mesmo panteão: assim, o Conde D'Eu foi esquecido e, em seu lugar, Caxias foi ovacionado como o grande vencedor da guerra.

Nos anos finais do Império, esquecer a guerra significou também olvidar os personagens comuns que participaram do conflito. Tratava-se de milhares de heróis, cujos nomes não foram guardados pela historiografia do conflito. Na perspectiva de uma história social dos anos posteriores à campanha, neste estudo foram reencontrados muitos dos personagens que, apesar de cobertos pelo manto do esquecimento, deixaram pistas para serem recolhidas pelo historiador do presente.

A metodologia usada para a constituição desta pesquisa foi o caminho sugerido pela história social, privilegiando os atores comuns que participaram dos combates e sofreram as consequências da Guerra do Paraguai. Todavia, o estudo não abandonou aqueles indivíduos que sobressaíram na campanha ou que ditaram as questões políticas do Império. Nos jornais da época foram encontradas respostas e novas indagações sobre o conflito. Documentos manuscritos, fotografias e charges publicadas no período estudado também forneceram informações para o trabalho.

A investigação teve início na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, onde se encontram as principais coleções de jornais do século XIX, que circulavam na Corte e nas províncias entre 1865 e 1875. Por meio dos impressos foi possível recompor o pano de fundo dos acontecimentos, assim como através da comparação entre os periódicos liberais e conservadores, além do que foi publicado pela imprensa ligada ao governo e pelos jornais jocosos, que também trataram da guerra em suas páginas.

¹¹ Para uma visão política e social do Império Brasileiro no Segundo Reinado ver: COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977; MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Squarema*. São Paulo: Hucitec, 1990; NABUCO, Joaquim. *Um estadista no Império*. v. 3. São Paulo: Ipê – Instituto Progresso Editorial AS, 1949; SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. São Paulo: Nacional, 1939; CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: UNB, 1981 e *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; CERVO, Amaro Luiz. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889)*. Brasília: UNB, 1981; LIMA, Manoel de Oliveira. *O Império Brasileiro (1821-1889)*. São Paulo: Itatiaia – Edusp, 1989; ALAMBERT JÚNIOR, Francisco Cabral. *Civilização e barbárie, história e cultura: representações culturais e projeções da “Guerra do Paraguai” nas crises do Segundo Reinado e da Primeira República*. Tese (Doutorado) – USP, 1998; BUARQUE, Sérgio (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. v. 3. *O Brasil Monárquico*. São Paulo: Difel, 1978; CELSO, Afonso. *A esquadra e a oposição parlamentar*. Rio de Janeiro: Typ. E Lith. Franceza, 1868; FRÉDÉRIC, Mauro. *O Brasil no tempo de D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

A análise da imprensa nas províncias – que muitas vezes reproduziu as notícias produzidas na Corte, mas também noticiou episódios singulares – mostrou o impacto do conflito no interior do Brasil e o alinhamento dos partidos políticos no poder ou na oposição. Textos completos de jornais que enfatizavam a Guerra do Paraguai foram transcritos, identificando as duas linhas ideológicas e políticas que se impunham nas principais redações dos jornais do período estudado: conservadora e liberal.

A utilização dos jornais – sobretudo os de oposição ao governo, com destaque para *A Reforma* e *Opinião Liberal*, publicados no Rio de Janeiro; *A Reforma*, publicado no Rio Grande do Sul; *A Regeneração*, de Santa Catarina; e o jocoso *O Alabama*, que circulava na cidade de Salvador, na Bahia – trouxe à tona as questões relacionadas ao que, com frequência, denominava-se “ingratidão da pátria” para com os veteranos de guerra, os órfãos, as viúvas e os mutilados. Todavia, os periódicos foram observados com cautela, pois em seus artigos vigorava muito mais o ataque ao governo do que propriamente a preocupação com os indivíduos que fizeram a campanha. Outros jornais utilizados na pesquisa foram: *Jornal do Comércio*; *O Diário do Rio de Janeiro*; *A Pátria*; *A Vida Fluminense*; *O Jequitinhonha* e muitos outros que circulavam no país, tanto nos anos da guerra como posteriormente ao término do conflito.

Paralelamente às pesquisas nos jornais, a leitura e a análise dos documentos manuscritos existentes nos arquivos localizados no Rio de Janeiro, assim como no do Estado da Bahia, permitiram o reencontro com ex-Voluntários da Pátria, soldados de linha, marinheiros, mutilados, viúvas e órfãos da Guerra do Paraguai.

No Arquivo Nacional, localizado no Rio de Janeiro, notoriamente nos fundos documentais intitulados Ministério da Guerra, Ministério da Marinha, Ministério do Império e Ministério do Estrangeiro, foi possível localizar histórias que, mesmo incompletas, traduzem o drama vivido pelos indivíduos que reivindicavam a proteção do monarca. Nos ofícios, requerimentos e petições, quase sempre acompanhados por documentos comprobatórios da situação em que se encontravam os veteranos da guerra e seus familiares, foi possível perceber, além das súplicas dirigidas ao governo, a expressão do sentimento de humilhação e ressentimento dos que invocavam o auxílio dos governantes. Nas queixas dos ex-combatentes transparecem as negociações utilizadas para fugir da miséria, sempre cobrando a gratidão da pátria pelos serviços prestados.

Nas correspondências trocadas entre os comandantes das armas, oficiais das fortalezas e quartéis, presidentes de províncias, órgãos da administração do governo

central e de seus gabinetes, acompanhados pelos encaminhamentos e finalmente pelos deferimentos das autoridades, foi possível acompanhar os trâmites burocráticos e o caminho percorrido pelas petições, passando por diversas instâncias, antes de ter uma resposta definitiva. Muitas vezes os processos levavam anos para ser concluídos – eram pedidos de viúvas, órfãos, soldados do Exército e da Marinha, além dos Voluntários da Pátria.

No Arquivo Histórico do Exército, na cidade do Rio de Janeiro, a série *Requerimentos do século XIX* permitiu, por meio da Fé de Ofício de soldados que participaram da campanha, reconstituir pequenas biografias de combatentes que defenderam a pátria. Algumas delas foram enriquecidas, quando coincidentemente haviam sido relatadas nos jornais oposicionistas ao governo. Também no Arquivo Histórico do Exército foi pesquisado o livro de registro de entrada no Asilo de Inválidos da Pátria, da Ilha de Bom Jesus, que guardou os nomes de seus asilados, assim como suas datas de chegada, as patentes que carregavam, as doenças adquiridas ou as mutilações que sofreram na campanha.

Nas *Ordens do Dia*, publicadas pelo Exército, foi possível distinguir os delitos e os crimes praticados por inválidos do asilo, além das punições sofridas por eles, permitindo caracterizar o grau de tensão entre os internos, comandantes e irmãos de caridade. Esses documentos limitam-se à identificação das ocorrências – o acesso aos processos instaurados e julgados pelo Tribunal Militar e de Justiça é restrito aos pesquisadores.

A pesquisa se estendeu ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e ao Arquivo Público do Estado da Bahia, onde a documentação permite visualizar a realidade daqueles que participaram da guerra. Os ofícios e demais documentos encaminhados ao governo são constituídos de ricas narrativas sobre a condição dos peticionários, oferecendo uma visão mais próximas dos autores – aos procuradores parecia importante fornecer o maior número de informações sobre o sofrimento dos ex-combatentes, para sensibilizar os governantes.

Assim, os detalhes presentes na documentação provincial permitem que sejam feitas suposições sobre as relações dentro de um determinado território. A ligação direta com o governo provincial e com as autoridades policiais aponta para a rede de informações e as teias de solidariedade estabelecidas dentro dos limites das províncias.

Os Anais da Câmara dos Deputados e do Senado foram de fundamental importância para acompanhar o curso político do Império nos anos finais da Guerra do

Paraguai, assim como possibilitaram, decorridos quarenta anos da campanha, retomar as discussões sobre a assistência aos veteranos remanescentes, tanto no período monárquico como no período republicano. A guerra foi uma questão nacional e os parlamentares no debate político sobre a condução do processo, interferindo em quase todas as fases do conflito. O retorno das tropas, assim como a comemoração da vitória do Brasil, foram temas discutidos no parlamento. As ideias ali produzidas eram rapidamente refletidas na imprensa, cujos redatores, à frente de muitos jornais, eram também deputados e senadores do Império e, mais tarde, da República.

As pistas conclusivas sobre o esquecimento a que foram condenados os veteranos da guerra foram encontradas nos anais das duas casas. Quase meio século depois do fim do conflito o estado de pobreza em que se encontravam os voluntários e suas famílias retornou ao centro das discussões políticas. O esquecimento reapareceu na fala dos parlamentares, oferecendo a dimensão dos problemas vividos pelos soldados que fizeram a campanha. Depois de recordar a guerra com o Paraguai, apresentando-a na narrativa dos acontecimentos ocorridos nos anos finais do conflito, foram considerados os papéis exercidos por diferentes segmentos da sociedade imperial brasileira, que, de algum modo, tomaram parte na campanha.

O Capítulo I trata da retirada das tropas brasileiras, no princípio de 1870, antes de concluída a campanha contra o Paraguai, e da recepção aos Voluntários da Pátria no Brasil – os cerne dos debates ocorridos na imprensa e entre os agentes do governo monárquico. A recepção das tropas na Corte era vista com desconfiança pelo governo; todavia, para a imprensa e para a população significava um ato de ingratidão não comemorar a chegada dos bravos soldados.

No Capítulo II, o objetivo foi apresentar as festas de recepção organizadas para os batalhões de Voluntários da Pátria, destacando a saída do território paraguaio, a passagem pela província de Santa Catarina, primeiro torrão brasileiro e, finalmente, as festividades organizadas pelo povo e pelo governo na Corte. Destaca-se a discussão, por meio da imprensa carioca, ocorrida entre o Partido Liberal e o Partido Conservador, em torno das recepções aos heróis brasileiros, assim como a apropriação dos festejos populares por parte do governo.

As festas ocorridas nas províncias ao longo do ano de 1870, principalmente Bahia, Minas Gerais e São Paulo, são os temas centrais do Capítulo III. Esse capítulo tem como objetivos mostrar que as rivalidades políticas entre liberais e conservadores se

reproduziram eventualmente nas províncias, assim como destacar as particularidades das festas ocorridas em cada localidade.

No Capítulo IV, a discussão está centrada na festa oficial pelo término da guerra. O dia 10 de julho de 1870 – escolhido pelo governo, depois de debates acalorados nas Câmaras de Deputados e no Senado, para a comemoração oficial do fim da campanha – e os preparativos para o festejo são abordados por meio da análise de jornais de oposição e de apoio ao governo, evidenciando o caráter simbólico que marcaria a vitória brasileira no Paraguai.

No Capítulo V são apresentadas as controvérsias produzidas pelos festejos oficiais, a construção do templo, a festa propriamente dita e a polêmica em torno das arquibancadas vazias, sinal para os opositores de que planejada comemoração resultou em um fiasco para o governo de D. Pedro II. Para encerrar o capítulo, é apontada a tentativa de sublevação por parte de militares descontentes com a situação em que viviam depois da guerra.

No Capítulo VI a disputa pela memória da guerra e pelo principal lugar na galeria de heróis levou à distinção de dois personagens, entre os que aparecem como os responsáveis pela vitória da Tríplice Aliança na guerra. Esses personagens são o Duque de Caxias, ligado ao Partido Conservador e com uma trajetória militar de serviços prestados à monarquia de D. Pedro II, e o Conde D’Eu, membro da família real, escolhido pelo Partido Liberal para disputar a condição de herói e, assim, atingir o Partido Conservador, que subiu ao poder em 1868, com a nomeação de Caxias para o comando das forças aliadas na Guerra do Paraguai.

No Capítulo VII a situação de ex-escravos que fizeram a campanha é discutida a partir da análise de casos publicados na imprensa e confirmados na documentação examinada. Destaca-se a negociação entre o governo e os senhores escravistas que exigiam indenizações. A trajetória de alguns escravos foi seguida de perto, até o ingresso deles nas fileiras do Exército, bem como as estratégias utilizadas por eles para fugir da escravidão.

Os inválidos da pátria e a condição a que eles foram reduzidos no curso da guerra, mas, principalmente, após a conclusão do conflito, serão discutidos no Capítulo VIII. O objetivo é estabelecer uma discussão paralela acerca da presença dos inválidos da pátria no asilo provisório no Quartel da Armação, em Niterói, e no Asilo de Inválidos da Pátria, na Ilha de Bom Jesus, assim como aqueles que viviam na capital do Império e em outras capitais provinciais.

Por fim, o Capítulo IX tratará dos olvidados da guerra. São relatos de viúvas, órfãos, inválidos e veteranos, personagens esquecidos da história da Guerra do Paraguai. Por meio de crônicas narradas pela imprensa brasileira é observado o descanso do governo e o conseqüente ressentimento que envolveu muitas das vítimas do conflito, assim como o processo de esquecimento a que os ex-combatentes foram condenados depois de participarem da campanha do Paraguai.



Os Voluntários da Pátria despedindo-se dos pais, irmãos, amigos e noivas. Correm de todas as partes do império os voluntários onde os chama a honra nacional – Acervo AHN/RJ

Capítulo I

Comemorar ou Esquecer?

Em princípios de fevereiro de 1870, um mês antes do fim da Guerra da Tríplice Aliança, mas já ciente da derrota do Paraguai, o governo de D. Pedro II ainda não havia definido o programa dos festejos oficiais de recepção aos soldados brasileiros, que chegariam em breve.¹² Ao contrário de outras partes do Brasil onde existiu uma expectativa pela chegada das tropas, na Corte a espera foi substituída pelo constrangedor silêncio do governo. A impressão era de que o Império desejava esquecer o devastador impacto que, durante cinco anos, tinha assolado o país.

Por que comemorar? Depois de uma longa campanha, o regozijo era sinal contudente de que a festa, antes de mais nada, representaria o reencontro do pai com o filho, da esposa com seu marido, de irmãos, de velhos amigos, enfim, de indivíduos irmanados pela saudade representada, simbolicamente, com a chegada das legiões à capital do Brasil.

Para *A Reforma*, folha liberal de Porto Alegre, festejar o regresso dos voluntários significava a rememoração dos combatentes: “As flores, as aclamações, as vitórias que as saudaram no dia de sua chegada que os acompanhará no dia de sua partida”.¹³ Comemorar significaria exaltar o patriotismo e, na comemoração pela vitória, o abraço do imperador seria o sinal de gratidão que todos queriam guardar na memória. Seria o ato de lembrar-se e de celebrar a memória daqueles que haviam caído mortos nos pântanos sombrios dos campos paraguaios e, assim, rememorar nos *te-deuns*

¹² Em 24 de novembro de 1869, foi assinado um protocolo entre a Argentina e o Brasil prevendo a retirada de parte das tropas do Paraguai. Para isso considerou-se o fato de ser desnecessária a permanência de todo o contingente de tropas no território do Paraguai, em virtude da desagregação final do exército paraguaio e da fuga de Solano López para o interior.

¹³ MCSHJC. Jornal *A Reforma*, Porto Alegre, 8 fev. 1870.

a saudade, a dor e o sofrimento das famílias que representavam a nação brasileira através de soldados que, combatendo pela pátria, não retornaram para casa.

Rememorar, por sua vez, significava também exaltar o sentimento de nostalgia de um momento político marcado pela presença dos liberais no poder no princípio da guerra. Significava reviver festas que, outrora, comemoravam o embarque das tropas de Voluntários da Pátria, de guardas nacionais e de forças regulares do Exército e Armada, saudados entre flores que desciam dos céus, girândolas que estrondavam à noite, ratificadas pelas poesias recitadas por jovens e pelo clarão dos fogos que iluminariam uma nova política no Brasil.

Por que esquecer? Alguns fatos levaram o governo imperial a minimizar os festejos de celebração do regresso das tropas. Em primeiro lugar, havia o medo das epidemias do cólera e da febre amarela. Em segundo lugar, o governo temia as ameaças de possíveis desordens e sublevações de soldados, que reclamariam os atrasos de soldos e gratificações, isso sem contar a baixa compulsória de voluntários. Tratava-se de fatos que arrefeceram o ânimo do governo imperial quanto aos festejos de recepção às brigadas, as quais demandavam o reconhecimento dos feitos na Guerra do Paraguai.

O esquecimento era também um desejo dos políticos conservadores, que se encontravam no poder no final da guerra. Afinal, eles não desejavam aplaudir os generais que, desde o começo dela, eram ligados ao Partido Liberal. Assim, para o Partido Conservador, o esquecimento era o sinal da permanência e da “tranquilidade” dos seus poderes intocáveis, desde que subira ao comando do governo o gabinete de 16 de julho de 1868.¹⁴

Aos olhos do ministro da Guerra, o Barão de Muritiba, avistavam-se não os soldados vítimas de injustiças, mas batalhões de credores que se “vislumbravam” com a volta dos praças do Exército, da Guarda Nacional e dos batalhões de Voluntários da Pátria.¹⁵ Todavia, o manto do esquecimento não impossibilitou que as recepções ocorressem no Rio de Janeiro.

Se o fato de não comemorar significava esquecer, qual então a resposta do Império aos anseios da nação, representada, neste caso, pelos órfãos, pais, mães e viúvas

¹⁴ Sobre a ascensão do Partido Conservador ao governo imperial, em 16 de julho de 1868, utilizam-se, sobretudo, os estudos de NABUCO, Joaquim *Um estadista do Império*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1975; CARVALHO, José Murilo de. *As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate*. In: CARVALHO José Murilo de (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; LIMA, Oliveira. *O Império brasileiro*. São Paulo: Melhoramentos, 1927.

¹⁵ MCSHJC. *Jornal A Reforma*, Porto Alegre, 9 mar. 1870.

da guerra, que esperaram por cinco anos o fim da contenda? E como bem referenciou *O Jequitinhonha*, de 7 de março de 1869, “não há família no Brasil que se não tenha de cobrir de luto sem que aos órfãos, aos mutilados e aos mártires fiquem ao menos a consolação de se haverem sacrificado com proveito para a glória de seu país”.¹⁶

As supostas conturbações políticas imaginadas pelo governo imperial, com a volta dos voluntários, não pareciam constituir-se em ameaças à ordem estabelecida, diante da comemoração pelo retorno dos filhos vitoriosos à nação, depois da árdua campanha. A comemoração estava acima das suposições do governo. O povo e a oposição liberal tinham o direito de comemorar, cada um impulsionado pelas suas razões, expressas no sentimento patriótico, que extrapolava a tentativa de esquecimento, como queria o governo.

Os familiares que ficaram no Brasil recordavam as cenas de dor e martírio que se apresentavam em todo o Império, desde o mais opulento sobrado até a mais humilde choupana, “pela saudade do lar quando o grito da guerra quebrará a paz, a tranqüilidade, e a felicidade no seio da família”.¹⁷ Ao recordar, ao sentir, ao rever tudo isso a alma popular e a nação agitavam-se, preparando-se para receber, em seu solo, “os filhos caros que lhes haviam vingado as afrontas e castigado à insolência do audaz ditador”.¹⁸

Na rememoração, o povo brasileiro demonstraria a sua gratidão: “Alas à justiça do povo, passagens aos gloriosos inválidos da pátria, homenagens aos estandartes nacionais que ali voltam enegrecidos pelo fumo dos combates, rotos, despedaçados pelos ventos da vitória pelas balas dos inimigos!”¹⁹

¹⁶ APEMG. Jornal *O Jequitinhonha*, Diamantina, 7 mar. 1869.

¹⁷ BN/RJ. Jornal *A Reforma*, Porto Alegre, 8 fev. 1870.

¹⁸ MCSHJC. Jornal *A Reforma*, Porto Alegre, 8 fev. 1870.

¹⁹ Idem, *ibidem*.



“Aos Mártires da Guerra do Paraguai” – Acervo AHN/RJ

Na perspectiva de uma história social, de pessoas ditas “comuns”, mortos e mutilados, órfãos e viúvas, ex-escravos e libertos, que estiveram ligados à guerra contra o Paraguai, e na de uma história política dos anos imediatos ao fim do conflito, retoma-se a inquietação inicial: comemorar ou esquecer?

O REGRESSO DAS TROPAS DO PARAGUAI

O ano de 1869 foi decisivo para a Guerra do Paraguai. A entrada das forças aliadas da Tríplice Aliança na cidade de Assunção parecia levar o conflito a seu termo. Com isso, o Paraguai ingressava em uma nova fase política, instituindo um governo provisório que denotava a conclusão da guerra, ainda que a morte do presidente

paraguaio, Solano López, ocorrida somente em 1º de março de 1870, tivesse sido considerado o acontecimento responsável pelo final do conflito.²⁰

No dia 24 de novembro de 1869, na cidade de Assunção, o ministro dos Negócios Estrangeiros da República Argentina, Mariano Varela, e o conselheiro plenipotenciário brasileiro, José Maria da Silva Paranhos, haviam realizado debate sobre a redução das respectivas forças no Paraguai.²¹ Com efeito, em correspondência emitida em 1º de dezembro de 1869, o ministro da Argentina levou ao conhecimento de seu governo a assinatura do convênio de 24 de novembro de 1869, em que afirmava:

[...] graças aos sucessivos triunfos das armas aliadas, que tem reduzido o inimigo a um insignificante número de soldados, incapaz de oferecer resistência séria e, fugindo por bosques e desertos, o seu governo julgava chegada a oportunidade de diminuir com vantagem para a aliança os pesados ônus que tem suportado as três nações com as despesas da guerra, e, empregada nela de boa parte de sua população [...]

S. Ex. Ministro brasileiro declarou: Que não menos que seus aliados desejava o governo do Brasil poder minorar os grandes sacrifícios que a guerra atual lhes tem imposto, e que informado das disposições em que se acham os governos argentinos e oriental, se tinha apressado a autorizar o solicitado ajuste, uma vez que S. A. Real, o marechal do exército, conde D'Eu, general em chefe das forças brasileiras, não visse grave inconveniente da redução das forças dos exércitos aliados no estado atual da campanha, e que sendo felizmente conforme aos comuns desejos o parecer do mesmo augusto príncipe, ele, ministro brasileiro, aderiria com prazer a proposta de que se trata.

[...] e que atendendo ao estipulado no art. 2º do tratado da Tríplice Aliança, e achando-se atualmente em campanha a maior parte do exército argentino, o seu governo deseja retirar imediatamente os guardas nacionais, e o Sr. ministro brasileiro, disse que também era intenção de S. A. R. o Sr. Conde D'Eu principiar a redução das forças brasileiras pela retirada dos corpos de voluntários e guardas nacionais.²²

Para os governos argentino, uruguaio e brasileiro, o protocolo assinado em Assunção era o primeiro passo para a conclusão da guerra. No convênio, o ministro

²⁰ Para um aprofundamento do tema, ver, entre outros, DORATIOTO, Francisco. *A maldita Guerra: nova história do Paraguai*. São Paulo: Companhia; SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar: 1850 – 1894*. São Paulo, Edusp, 1994; COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec, 1996.

²¹ DORATIOTO, op. cit., p. 448.

²² Transcrito pela *A Folha da Tarde*, Rio de Janeiro, 13 dez. 1869.

argentino recomendava ao general Mitre dar cumprimento ao documento no que se referia à redução da presença do Exército argentino em terras paraguaias. Na mesma correspondência, Mariano Varella adiantou-se em informar que a mesma situação já ocorria com as tropas brasileiras:

A redução do exército brasileiro já começou. As forças do general Portinho marcharam sobre Itapuá para serem licenciadas. O número de navios de esquadra foi consideravelmente reduzido e atualmente não existem nas águas do Paraná e Paraguai senão os indispensáveis para o serviço do exército em ocupação do Mato Grosso.²³

Os batalhões da Guarda Nacional argentina haviam embarcado, ainda no mês de dezembro de 1869, para a cidade de Buenos Aires, deixando no Paraguai o Batalhão de Cavalaria de San Martín e uma pequena parte da tropa de linha. No dia 24 do mesmo mês, foi a vez de os batalhões Rioja, San Nicolás, Santa Fé, o regimento de Rosario e a 1ª e 2ª divisão de Buenos Aires deixarem o território inimigo.

Na “Correspondência de Assunção”, coluna semanalmente publicada pelo Jornal do Comércio durante a campanha e reproduzida por jornais de outras localidades do Brasil, datada da 15 de dezembro de 1869, foi noticiada na Corte a assinatura do referido protocolo, o que representava, na visão do correspondente do jornal carioca, o golpe final ao conflito. Para o correspondente, a retirada imediata das tropas, expressa pelo protocolo, era uma necessidade palpitante do Império. “Já não temos inimigos no Paraguai a combater, e não devemos por isso querer tomar como inimigo o tesouro do Brasil, que tão duros golpes tem sofrido”.²⁴

O fato que marcou para a Argentina o entendimento de que a guerra estava concluída foi a fuga de Solano López para o interior do país, acompanhado por seu exército “maltrapilho e doente”. Essa mesma compreensão teve Duque de Caxias, em princípio de janeiro de 1869, que, depois de chegar à cidade de Assunção, deu a guerra por terminada, dando-se início à dissolução de batalhões de Voluntários da Pátria. Essa, porém, não foi a vontade do governo brasileiro que, seguindo as recomendações de D. Pedro II, nomeou o Conde D’Eu como comandante-geral das tropas, ordenando a

²³ Idem, Ibidem.

²⁴ BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 26 dez. 1869.

distribuição das forças brasileiras por diversas localidades, em busca do esconderijo de López. “Será apanhado López? Conseguirá esse feliz resultado o coronel Fidelis? Se suicidará López agora?” Tais conjecturas feitas por todos demonstravam também a guerra em seu turno.²⁵

Segundo a correspondência de Assunção, de 30 de dezembro de 1869 havia aproximadamente dez mil homens inativos. “Além da despesa, deve-se considerar os males que produz a ociosidade, mãe de todos os vícios. Como um bom brasileiro, esperamos ansiosos as ordens que o governo imperial terá sem dúvida expedido sobre essa importante questão”.²⁶

Assim, enquanto Uruguai e Argentina iniciavam a retirada de soldados do Paraguai e faziam publicar o programa de recepção das tropas em suas respectivas repúblicas, o Império governo brasileiro permanecia indefinido quanto à data para a desocupação do território paraguaio.

Era inaceitável a ideia de não comemorar o regresso das tropas, afirmava o jornal a *Regeneração*, da província de Santa Catarina:

Enquanto Buenos Aires e Montevideu tributam ovações aos seus valentes soldados pelos feitos da guerra cuja glória máxima nos cabe, nós tratamos de afastar a idéia de reconhecimento aos relevantes serviços dos nossos heróis, e de sumi-los no meio da população, como entes internos, inúteis, prejudiciais ao Estado, ou antes ao governo do Sr. D. Pedro II, nosso senhor e rei muito adorado.²⁷

O *Correio Nacional*, no seu editorial, dava notícias sobre a volta das tropas. Seu artigo tinha início com uma comparação do entusiasmo das festas no embarque dos voluntários em 1865 e da apatia do Império cinco anos depois: “Cada vez que um número de voluntários se apresentava oferecendo a vida em desagravo da pátria era uma festa nacional que se fazia”.²⁸ A presença do rei era infalível na despedida dos que embarcavam e aqueles que não sucumbiram nos campos de batalha ansiavam pelo aperto de “mão do monarca e por mais aplausos ainda”.²⁹ Em outras palavras, para o

²⁵ BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 29 dez. 1869.

²⁶ BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 13 jan. 1870.

²⁷ BN/RJ. *Jornal A Regeneração*, Santa Catarina. 26 jan. 1870.

²⁸ BN/RJ. *Jornal Correio Nacional*, Rio de Janeiro, 11 jan. 1870.

²⁹ Idem, *ibidem*.

Correio Nacional os festejos deveriam ter o mesmo brilhantismo daqueles que ocorreram por ocasião do embarque das tropas.

Mas foi do *Correio Nacional* a reação mais contundente dirigida à pessoa do monarca, que indagava: “E vós Sr. D. Pedro II, que assististes ao embarque desses bravos proferindo palavras de animação e de conforto sereis também presente na força militar com que o vosso governo pretende humilhá-lo?”³⁰ O mesmo editorial trazia uma reflexão sobre o entusiasmo, a motivação e os sonhos de glórias que animaram a partida para a guerra. E afirmava que aqueles que retornavam à pátria estavam sendo tratados pela monarquia com receios e cautelas.

Em ofício de 10 de dezembro de 1869, endereçado ao Barão de Muritiba, ministro da Guerra, o Conde D’Eu argumentava sobre a desvantagem econômica em manter grande número de soldados em solo paraguaio e por essa razão aconselhava ao ministro que os Voluntários da Pátria e as guardas nacionais deveriam ser os primeiros na remoção para o Brasil, seguindo o plano executado pela Argentina.³¹ Ponderava, ainda, sobre a conveniência de “rodear este ato de certa solenidade, para que apareça como termo visível dos sacrifícios impostos ao Brasil e para que o acolhimento feito aos que tanto trabalham pela honra nacional sirva aos vindouros de estímulo para imitá-los”.³²

Com autorização do governo, o príncipe pretendia conduzir de uma só vez à Corte os treze batalhões de voluntários, com ponderações de que, na impossibilidade, pelo menos seis deles o façam, constituindo, assim, “uma pequena Divisão, para que desembarcando num ponto conveniente, possam fazer uma entrada solene nessa grande cidade”.³³ E convicto da aceitação de sua ideia pelo governo, pedia ao ministro da Guerra o envio dos navios necessários para o transporte das tropas até o Brasil.

Em telegrama ao Ministério da Guerra, do dia 28 de dezembro de 1869, o Conde D’Eu reforçava a sua pretensão quanto à retirada das tropas de Assunção:

Não descortinamos motivos algum para reter os nossos voluntários ainda no Paraguai, onde nada fazem, nada mais podem fazer. É uma

³⁰ BN/RJ. Jornal *Correio Nacional*, Rio de Janeiro, 28 jan. 1870.

³¹ BN/RJ. Ofício endereçado ao Conde D’Eu. 10 de dezembro de 1869. Divisão de Manuscritos. Localização 34, 03, 006, número 029.

³² Idem, *ibidem*.

³³ Idem, *ibidem*.

crueledade para com aqueles valentes que no fim de tantos anos de fadigas e privações, devem estar ansiosos por tornar a ver os seus lares e é onerar os cofres públicos com uma avultadíssima despesa que já senão justifica, se já estamos em erro e alguma razão forte existe para essa demora, seria bom patenteá-la ao país, que parece ter direito de saber porque se agravam os impostos.³⁴

Em resposta, Muritiba, ministro da Guerra, informava ao Conde D'Eu sobre a inexistência de transportes na Corte, capaz de conduzir de uma só vez cinco a seis mil praças, “guardadas as condições higiênicas e mais ainda porque não existem na corte quartéis suficientes para o abrigo desta considerável massa de tropas”.³⁵ O ministro Muritiba também tratou de dissuadir o príncipe da ideia de vir à frente dos batalhões. Ele estava convencido da importância da presença do comandante à frente das tropas aliadas em território paraguaio, para manter a disciplina.

Além disso, havia de se considerar a “animação dos valentes oficiais e soldados, que o estado atual das mesmas operações não permite, por ora, retirar do Paraguai”.³⁶ Finalizava o ofício informando ter recebido do Imperador ordens para declarar: “não ser conveniente que V. A. Real se ausente do Exército e das outras forças que digna e honrosamente comanda enquanto não cessarem de uma vez as ditas operações, mediante a total aniquilação das forças de López”.³⁷

Quando ainda se discutia, na esfera dos Ministérios dos países aliados, a retirada das tropas, o *Jornal da Tarde*, de 23 de dezembro de 1869, adiantava-se anunciando, em seu editorial, que a guerra havia chegado a seu termo, como se lê:

A guerra que termina desdobrou mais de uma página gloriosa para os fatos da pátria e relacionava os nomes dos nobres e militares de alta patente que tomaram parte no conflito, começando pelo príncipe mancebo, o Conde D'Eu, barão de Porto Alegre, Marquez de Herval, Menna Barreto, Andrade Neves, Tiburcio, Pinheiro Guimarães, Calazan Rodrigues, Mariz e Barros, barão de Tamandaré, visconde Inhaúma, barão do Amazonas, Lima Barros, cujas almas se partiram ao som do hino da sua derradeira vitória, estão gravadas nos corações

³⁴ Transcrito pelo *Correio Paulistano*, São Paulo, 18 mar. 1870.

³⁵ BN/RJ. Ofício do Ministro da Guerra ao Conde D'Eu, expedido em 29 de dezembro de 1869. Localização 34, 03, 006, número 029 Divisão de Manuscritos.

³⁶ BN/RJ. Ofício do Barão de Muritiba ao Conde D'Eu. (1869) Divisão de Manuscritos. Localização 34, 03, 006, número 029.

³⁷ Idem, ibidem.

brasileiros. Comemorá-los é dever da honra nacional, a eles nossa gratidão, apresso e admiração.³⁸

Entretanto, de um jornal estrangeiro, anota-se uma importante reflexão sobre o final da guerra e a retirada das tropas do Paraguai, com ponderações que passaram para o centro das discussões na imprensa nacional e que permitem visualizar o cenário delineado com o protocolo assinado pelas nações aliadas.

No dia 20 de novembro de 1869, portanto antes da assinatura do protocolo, surgiram divergências entre os ministros brasileiros. Segundo o jornal *Herald*, de 22 de dezembro de 1869, alguns sustentavam “que era preciso pôr termo à guerra, e retirar o mais breve possível todas as tropas e navios exceto uns 2.000 homens e duas canhoneiras, para a segurança do governo provisório e da navegação”.³⁹ Assim, tratando daqueles que eram contra o fim da guerra com a assinatura do protocolo, entre eles o imperador do Brasil, afirmou o *Herald* que, “embora a guerra seja muito custosa, não há remédio senão continuá-la até agarrar a López, ou obrigá-lo a buscar uma residência fora do país, deixando de ludibria-los”.⁴⁰ Para a folha internacional, era “inabalável” a resolução do monarca de prosseguir a guerra contra López, enquanto ele estivesse no Paraguai.

A *Reforma*, jornal liberal de maior circulação no Rio de Janeiro, dirigiu duras críticas ao “gabinete de 16 de julho”, pelo fato deste não ter se manifestado quanto à retirada do Exército brasileiro, seguindo as determinações do convênio de 24 de novembro de 1869.

Já desde muito convenceu-se o governo de que as 15.000 praças de linha, que temos no teatro da guerra, são de sobejo para garantir os resultados obtidos, e continuar a perseguição do inimigo, que foge diante dos exércitos da Aliança com um punhado de homens mal-armados, famintos e extenuados de cansaço.⁴¹

³⁸ BN/RJ. *Jornal da Tarde*, Rio de Janeiro, 23 dez. 1869.

³⁹ Idem, *Ibidem*.

⁴⁰ Transcrito do *Herald*, Rio de Janeiro, 22 de. 1869.

⁴¹ BN/RJ. *Jornal A Reforma*, Rio de Janeiro, 18 jan. 1870.

Para *A Reforma*, não era a resistência de López e nem a defesa da bandeira que retardavam a volta dos guardas nacionais e dos Voluntários da Pátria. Também não era possível supor que fosse “pelo gosto de aumentar a dívida pública, ou de entorpecer a marcha do Exército expedicionário, que se conservam fora do país, forças inativas e desnecessárias, cuja retirada até se reclama como urgentíssima para a conclusão da campanha”.⁴²

Na opinião dos liberais e de alguns ministros do governo, a guerra, se prolongando por cinco anos, resultou, para os cofres públicos do Império, gastos excessivos e inúteis. O Visconde de Itaboraí já havia manifestado a necessidade de desonerar as despesas do tesouro com a campanha militar e o Barão de Muritiba, ministro da Guerra, dava sinais de que as operações ocorridas nos meses de setembro e outubro de 1869 foram demoradas por causa da crise alimentícia, dada a falta de víveres para o Exército, excessivamente numeroso.⁴³

Já o correspondente do *Jornal do Comércio* afirmou ter obtido informações de “fontes fidedignas” de que diante, daquelas circunstâncias, era injustificável a permanência em campanha de oficiais e soldados que, retirados dos combates, estavam ociosos e “nada mais fazem que distrair os meios de alimentação do exército militante” e “criar dificuldades e tropeços a fácil execução de certas providencias urgentes da parte do general em chefe”.⁴⁴

A explicação para a demora da retirada das tropas da cidade de Assunção e dos acampamentos localizados em alguns trechos das margens do rio Paraguai, segundo a folha liberal *A Reforma*, era a permanência do comandante das forças brasileiras. O Conde D’Eu, “o príncipe, zeloso da honra de seus soldados, que ao seu lado cobriram-se de glória, afrontando a morte pelo amor da pátria, deseja que eles voltem como heróis e recebam de seus compatriotas as coroas oferecidas”.⁴⁵ Ou seja, enquanto o príncipe não retornasse ao Brasil, a guerra não estava concluída.

⁴² Idem, Ibidem.

⁴³ Idem, ibidem.

⁴⁴ BN/RJ. *Jornal A Reforma*, Rio de Janeiro, 18 jan. 1870.

⁴⁵ Idem, Ibidem.



O Conde D'Eu e o seu Estado-Maior na Vila de Rosário (Paraguai) em 13/01/1870. Acervo: AHN/RJ.

No dia 18 de janeiro de 1870, *A Reforma* retomou a questão, transcrevendo e comentando um artigo do *Jornal do Comércio*, que tratava de uma correspondência do teatro da guerra, no qual a imprensa liberal avalizava a idoneidade das informações contidas no texto. Além de abordar a retirada das tropas, o correspondente do *Jornal do Comércio*, em Assunção, sem reservas, escreveu que eram boas as razões para que o Conde D'Eu se apresentasse na Corte à frente de cinco mil ou seis mil homens de seu exército de armas. Citando o *Jornal do Comércio*, escreveu *A Reforma*:

Estes serão poucos supondo distribuídos pelas provinciais sem desembarcar na corte, onde só teriam festas de ostentação, fazendo uma despesa injustificável, com injúria dos míseros inválidos da pátria! O príncipe ficará no Paraguai condenado ao papel de capitão de Campo, que o Sr. Duque de Caxias rejeitou por indigno de seu alto posto!⁴⁶

E referindo-se à memória dos Voluntários da Pátria sepultados na terra estrangeira, dizia o correspondente: “eleve-se um mausoléu em Humaitá ou Assunção inscrevendo-se nele estas palavras: Aos mártires da pátria. O Brasil agradecido”.⁴⁷

⁴⁶ BN/RJ. *Jornal A Reforma*, Rio de Janeiro, 18 jan. 1870.

⁴⁷ Idem, *ibidem*.

Por essa correspondência pareceu, aos olhos do correspondente do *Jornal do Comércio*, serem os Voluntários da Pátria e os guardas nacionais “indignos” para formar uma nacionalidade. Se o correspondente garantiu ser essa ideia compartilhada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, para a imprensa liberal essa atitude, tomando-a como a do governo, tinha o objetivo de fazer esquecer o papel desempenhado pelos Voluntários da Pátria na campanha.

Tratou assim o jornal *A Reforma* de refutar cada trecho apresentado, ressaltando o desejo de comemorar, pois “o coração brasileiro é bastante grande para guardar a memória dos mortos e expandir-se pela glória dos vivos, para honrar a todos os beneméritos”.⁴⁸

A folha liberal *A Reforma*, a cada matéria publicada no *Jornal do Comércio* pela pena de seu correspondente em Assunção, disparava contra o governo conservador. “Obriga-nos a provocar o governo que declare se entre os motivos pelos quais repeliu a idéia de virem os voluntários e guardas nacionais reunidos, figura o receio de que eles marchassem na corte pelo roubo e assassinato”,⁴⁹ como insinuava o correspondente do *Jornal do Comércio*.

Uma das razões apresentadas pelo correspondente de Assunção para não trazer os voluntários diretamente ao Rio de Janeiro seria a economia do governo com o transporte das tropas, uma vez que elas não desembarcariam na capital do Império, devendo seguir diretamente para as respectivas províncias. A imprensa liberal questionava: “Mas de que modo voltarão sem despesas os Voluntários da Pátria?”.⁵⁰ Supunha *A Reforma* que as tropas seguiriam:

[à] formiga em cada transporte que sair do Paraguai para o império, como diz o correspondente?... Que maravilhosa economia!... Ficarão o nosso governo despendendo ainda quatro ou seis meses com o soldo e alimentação dos corpos de voluntários que tiverem de esperar pelos transportes, que forem gastar-se a muito e muito mais assim.⁵¹

⁴⁸ Idem, ibidem.

⁴⁹ BN/RJ. *Jornal A Reforma*, Rio de Janeiro, 27 jan. 1870.

⁵⁰ Idem, ibidem.

⁵¹ Idem, ibidem.

Retomando a polêmica, a folha liberal dizia que o Império “não quer que o general o Sr. Conde D’Eu entre na capital à frente dessa falange de bravos, para os quais não há honras, nem prêmios que sejam demais”.⁵²

Assim, *A Reforma* fez uma longa defesa do Conde D’Eu, atribuindo ao conselheiro Paranhos e ao “gabinete de 16 de julho” o não atendimento das reivindicações do chefe das Forças Armadas no Paraguai. E quanto ao regresso dos voluntários, concluía: “o Sr. Paranhos quer e lista que os Voluntários da Pátria sejam retirados do Paraguai sem organização militar, e levados às respectivas províncias, como depois da festa, músicos à pé”.⁵³

Sobre a permanência das tropas no Paraguai, *A Reforma* indagou: Qual é porém a suspeita do governo? De que tem ele medo?

Ainda na hipótese de receios na perturbação da ordem pública, e de exigências da parte dos voluntários, a oposição do governo à vinda do sr. Conde D’Eu à frente deles é inexplicável, e faz duvidar do bom senso do ministério, porque o ilustre príncipe general, com o prestígio da vitória, e com a força do amor dos soldados seria o elemento mais forte, e garantia segura da ordem e da disciplina militar dos corpos que consigo trouxe.⁵⁴

Ainda na hipótese de perturbação da ordem pública pelos Voluntários da Pátria e das guardas nacionais, a oposição do governo à vinda do Conde D’Eu à frente das tropas pareceu inexplicável, porque o príncipe general, com o prestígio da vitória e a popularidade alcançada entre os soldados, era a garantia da ordem e da disciplina militar dos corpos que desembarcassem com ele na Corte.

A entrada do Conde D’Eu no comando das forças aliadas em 1869, portanto já na fase final da guerra, parecia representar a encarnação da monarquia. Assim, com a saída de Caxias do comando, o príncipe justificava a vontade da monarquia em dar prolongamento ao conflito até a captura ou total aniquilamento de López. Ao mesmo tempo sua participação constituía-se em uma tentativa de conferir o prestígio que a monarquia necessitava, já expressa nas festas organizadas na partida do jovem príncipe

⁵² Idem, ibidem.

⁵³ Idem, ibidem.

⁵⁴ Idem, ibidem.

para o teatro da guerra. Todavia, a volta de Caxias à Corte, antes de concluída a campanha, gerou severas críticas da monarquia, que o relega ao esquecimento, recebendo o general na Corte tímidas festas, ao contrário do que desejavam seus partidários conservadores.

A comparação entre os dois comandantes era inevitável e, conseqüentemente, o retorno do Conde comandando as tropas responsáveis pela vitória final sobre o Paraguai não foi bem-vista pelos conservadores no poder. Além disso, ao extinguir a escravidão no Paraguai, o Conde D'Eu havia atraído sobre si a oposição da elite agrária brasileira, que viu com maus olhos e prenúncio de que não poderia mais contar com a monarquia em relação à questão escravista.⁵⁵

“QUANDO OS VOLUNTÁRIOS FICAM ESQUECIDOS” : RAZÕES PARA SE NÃO COMEMORAR

As colunas “Correspondência de Rosario” e de “Assunção”, publicadas no *Jornal do Comércio*, estavam incumbidas desde o início da guerra de informar aos brasileiros sobre as notícias do conflito. Através dessas colunas o leitor acompanhava as descrições das batalhas, o deslocamento das tropas aliadas, as ações do governo argentino e brasileiro nas operações de guerra. O correspondente dessa folha diária possuía informações privilegiadas e, em seus artigos, costumava especular sobre tratativas políticas nos bastidores do poder.

Na Corte, os jornais liberais, pela ausência de um correspondente próprio no Paraguai, utilizavam-se para as suas publicações cartas dirigidas por correlegionários, que escreviam desde o campo de batalha, mas recorriam também ao que publicava o *Jornal do Comércio*. Isso era usado segundo seus interesses, para criticar a ação do governo, pois consideravam o correspondente daquele jornal legítimo representante dos ministros do governo imperial no Paraguai.

Assim, utilizando-se de trechos de artigos publicados pelo *Jornal do Comércio*, o diário liberal *A Reforma* procurou contrapor as ideias expressas naquele jornal e

⁵⁵ COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1996. p. 262.

ofereceu a sua interpretação dos fatos aos seus leitores. Uma das “Correspondências de Rosario” causou indignação nos liberais e em outras folhas da imprensa que se intitulavam neutras, e aquele artigo foi citado por mais de uma vez por jornais do Rio de Janeiro com o propósito de admoestar o governo quanto à recepção das forças brasileiras na Corte.

Em Buenos Aires se preparam muitíssimos festejos para a recepção da Guarda Nacional, por meio de subscrições populares. Não censuro, nem reprovo, esse procedimento dos portenhos. Não posso, porém, nem devo aconselhar, que façamos o mesmo por ostentação no Rio de Janeiro.⁵⁶

A ideia de não realizar festejos na Corte, para comemorar o regresso dos voluntários, gerou polêmica na imprensa, acarretando um certo mal-estar no “gabinete 16 de julho”, que, mais tarde, precisou rever suas convicções em torno dessa questão. Afinal, a festa pretendida nascera da vontade popular e, assim, como Buenos Aires, desde o ano de 1868, dera início à abertura de subscrições, com o intuito de festejar o regresso das tropas e o fim da guerra.

Em suas ponderações, continuava o jornal liberal a transcrever a matéria publicada pelo *Jornal do Comércio*:

[...] reunir em uma “flotinha” todos os batalhões de voluntários, fazê-los desembarcar no Rio de Janeiro, recebê-los com aplausos frenéticos na corte do império, seria, além de uma despesa injustificável, um sarcasmo doloroso, uma ironia pingente aos míseros inválidos da pátria, que aí estão em seu asilo, feridos, mutilados, inutilizados, para sempre.⁵⁷

Era de se supor que todos os argumentos empregados pelo governo por meio de seu correspondente no Paraguai sofreria oposição na Corte, isso porque tanto a imprensa liberal como os partidários do Partido Liberal, na tribuna, contavam com o

⁵⁶ BN/RJ. *Jornal A Reforma*, Rio de Janeiro, 18 jan. 1870.

⁵⁷ Idem, *ibidem*.

respaldo popular para contestar o descaso da Monarquia e do Partido Conservador no poder.

Os inválidos, desde o início da campanha, desembarcavam na Corte e em suas províncias de origens, sem sequer contar com um abrigo que os recolhesse da miséria e garantisse o seu sustento. Vale lembrar que o Asilo dos Inválidos da Pátria, embora almejado desde o ano de 1865, só se concretizaria em fins de 1868, com a sua criação na Ilha de Bom Jesus, na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro. Enquanto isso, os inválidos ocupavam os quartéis, enfermarias militares e um asilo improvisado no quartel da Armação, na cidade de Niterói.

Assim, sobre a compaixão aos inválidos, *A Reforma* contestou seu interlocutor, citando como exemplo o sentimento dos mutilados nas comemorações das guerras napoleônicas e da Criméia:

[...] os feridos e mutilados do hotel do Inválidos de Paris não sentiram nem sarcasmo, nem ironia, quando por vezes entraram em triunfo nessa capital às àguias vitoriosas da França conduzidas por seus mais bravos e felizes camaradas no Império de Napoleão I e nem houve para eles sarcasmos e ironia sob Napoleão III em festas iguais depois das vitórias da Criméia.⁵⁸

A Reforma, na sua edição de 20 de janeiro de 1870, criticou a resolução do ministro Itaboraí de enviar a Guarda Nacional e os Voluntários da Pátria para as respectivas províncias, sem consentir que as tropas desembarcassem no Rio de Janeiro. A folha liberal comparava a atitude do ministro com o modo como eram realizadas as viagens pelo tráfico negreiro: “No porão dos navios como andavam os africanos, no tempo em que S. Excia. foi ministro, devem os valentes soldados da nação serem conduzidos como criminosos às províncias que desejam saudá-los como heróis!”⁵⁹

Os festejos fugazes e os foguetes voláteis para a recepção na Corte remetiam à ideia da efemeridade das comemorações pela passagem das tropas no Rio de Janeiro e nem ao menos figurariam no calendário das festas cívicas da monarquia. Os voluntários ficaram esquecidos antes mesmo da passagem do tempo necessário para desvanecer a memória. A polêmica entre comemorar e esquecer abre um parêntese para indagações

⁵⁸ BN/RJ. Jornal *A Reforma*, Rio de Janeiro, 27 jan. 1870.

⁵⁹ Idem, *ibidem*.

sobre as razões para não haver comemorações. Nas páginas dos jornais travou-se um duelo pela memória recente dos fatos.

O correspondente de Rosário, que mantinha no Paraguai uma relação muito próxima ao conselheiro Paranhos, declarou em artigo ao Jornal do Comércio que não convinha receber com festas os Voluntários da Pátria, porque tais demonstrações de regozijos para os voluntários, as Guardas Nacionais e as tropas de civis, constituídas como reforço ao Exército, descontentariam a Tropa de Linha, que ficara esquecida no Paraguai:

Mas esse ruído passageiro dos foguetes, esse aroma volátil das flores que se espargirem no desembarque dos voluntários no Rio de Janeiro não tem significação nenhuma douradora. Demais, com que direito festejam os soldados que voltam agora para a pátria com o ruído estrondoso dos festins públicos, quando ficam esquecidos os que aqui devem permanecer em um posto de honra porque são da tropa de linha?!⁶⁰

Na verdade, a Tropa de Linha não acabaria se constituindo em rivalidade para esses festejos, pois ela não voltou imediatamente. Pelo contrário, permaneceria no Paraguai, com revezamentos parciais de suas tropas, pelo espaço de dez anos, até 1880.

O TEMPO DAS FESTAS JÁ PASSOU...

Um trecho da “Correspondência de Assunção”, republicada pelo jornal *A Reforma* de Porto Alegre, também liberal como o do Rio de Janeiro, cuja fala era atribuída ao conselheiro Paranhos, dizia que “os corpos de batalhões do exército

⁶⁰ BN/RJ .Transcrito no Jornal *A Reforma*, Rio de Janeiro, 27 jan. 1870.

deveriam seguir diretamente do Paraguai para os seus destinos, não deveriam ir em uma esquadra ou esquadrilha e sim cada um por sua vez. Nada de festejos públicos, de festas populares pelo seu regresso à pátria.”⁶¹

À vista dessa publicação e do silêncio do governo, ante às perguntas que os jornais liberais lhe dirigiam, ficaram o assentimento e a solidariedade de parte dos membros do governo com o colega conselheiro Paranhos.

Rapidamente as suspeitas levantadas por ambos os jornais liberais espalharam-se na Corte, com a declaração oficial de que o governo pretendia fazer com que os batalhões dos Voluntários da Pátria e a Guarda Nacional seguissem diretamente do Paraguai para as suas províncias, sem desembarcar na capital do Império, e cada um, por sua vez, isolado, desarmado, transportado nos navios de guerra. Era a negação da comemoração às falanges de soldados que lutaram pela pátria.

Na Corte o espírito popular, ao contrário, manifestara sua vontade de comemorar o regresso dos batalhões que vinham da guerra. Sequer supunha-se que o governo e o Partido Conservador fossem capazes de tal procedimento, pois, “acabando de escrever no campo inimigo páginas de eterna glória para a nossa pátria”, era natural que o sentimento público se regozija em imaginar as passagens das legiões, “por entre alas do povo”, delirante de entusiasmo, “diante das sagradas insígnias da pátria.”⁶²

Para o *Correio Paulistano*, da cidade de São Paulo, havia uma outra justificativa para a não realização dos festejos: não era o herói “imaginado”, vitorioso depois da batalha, que desembarcava na Corte. E sim homens exauridos pela fadiga, maltratados pela longa campanha, endurecidos pelo tempo, que, dispensados do Exército, com soldos atrasados, assemelhavam-se mais a soldados inválidos e doentes entregues à própria sorte, sem reconhecimento pelos serviços prestados à nação:

[...] chegam mal dispostos pelos martírios da campanha e pela viagem do mar e mal desembarcarão e serão obrigados a fazer através das ruas do Rio de Janeiro um trajeto de perto de duas léguas de mochilas e armas ao ombro debaixo de sol abrasador, porque daquele lugar e da estação, ponto de tal arte de alcance indubitável de febre

⁶¹ MCSHJC. *Jornal A Reforma*, Porto Alegre, 8 fev. 1870.

⁶² MCSHJC. *Jornal A Reforma*, Porto Alegre, 8 fev. 1870.

amarela que ali grassa assustadoramente e de preferência quem vem de estranhas terras.⁶³

O jornal *Correio Paulistano* ponderou sobre a inconveniência de levar as tropas de voluntários à Corte. Sobre os festejos, afiançou que a festa seria bonita e serviria para divertir a Corte e a população fluminense. Todavia, indagou sobre as condições físicas das tropas depois de uma viagem exaustiva e cheia de privações: “São constrangidos os míseros heróis da guerra a dar-se em espetáculo, sem curar-se das desastrosas conseqüências a que vão ser expostos.”⁶⁴ Disse ainda que a imprudência dessas festas serviria apenas para abrir as valas dos cemitérios, referindo-se aos surtos de febre amarela e do *colera-morbus* frequentemente ocorridos na Corte. O mesmo jornal argumentava que os soldados de outras províncias ansiavam pelo regresso ao lar e pelo encontro com a família.

[Assim, dispensava] aquele abraço fraterno que lhe quer dar o governo e nós em nome dos soldados paulistanos, e de suas famílias cabe levar essa suplica ao trono do imperador para que haja de dispensar os pobres mártires a Provença inglória que lhes prepara.⁶⁵

A folha paulistana era de opinião que as tropas desembarcassem na cidade do Desterro, em Santa Catarina – por questões higiênicas, abastecimento dos navios e cuidados com os feridos transportados na viagem de regresso –, e dali seguissem para as respectivas províncias, incumbindo-se de realizar os festejos e assim mais depressa seriam restituídos às suas famílias. Desse modo, ficariam também livres dos terríveis perigos que os aguardava na Corte. Para esses soldados, bastaria que suas fadigas fossem recobradas, pois não haveria nem palmas ou louros, nada que lembrasse seus feitos ou recordasse o seu patriotismo.

Uma vez dissolvidos os batalhões, restaria ainda um longo caminho a percorrer para a restituição dos vencimentos pelos serviços prestados ao país.

⁶³ BN/RJ. Jornal *O Correio Paulistano*, São Paulo, 2 fev. 1870.

⁶⁴ Idem, *ibidem*.

⁶⁵ Idem, *ibidem*.

Cumpra o governo suas promessas para com os Voluntários da Pátria. Promessas sagradas contidas no decreto de 07 de janeiro de 1865. Cumpra-as! que esses mártires do pendão nacional ficarão satisfeitos. Não é o ruído dos foguetes, os vivas, os brados das músicas do Rio de Janeiro que há de falar-lhes já, agora, ao coração e a alma.⁶⁶

Para *A Reforma*, de Porto Alegre, os próprios voluntários desdenhariam das festas oficiais que o Imperador e o seu governo lhes ofereciam. Os soldados que retornam “cobertos de cicatrizes e crestados do sol ardente das batalhas” não queriam recepções oficiais. E o povo não os acompanharia nas manifestações frias e encomendadas, que somente tédio e aborrecimento poderiam causar aos soldados, ansiosos para regressarem aos lares depois de anos de fadigas.⁶⁷

O *Jornal do Comércio* ofereceu uma explicação diferente para não se comemorar o regresso das tropas:

O tempo das festas já passou. As glórias que vem tarde já vem frias. Fique sim a cada província o direito de saudar os batalhões de voluntários como quiser, e entender mais belo e mais glorioso. Mas não se acumule sobre o tesouro despesas com transportes em flotilhas, com desembarque na corte do império, com embarque novos para cada província, ficando depois o governo do Brasil devendo a cada voluntário, a quantia de 300\$ e umas braças de terra que lhes prometeu por um decreto publicado com data de 7 de janeiro de 1865.⁶⁸

O jornal apresentou, além disso, um outro significado para o sentido das festas cívicas: a guerra ainda não havia sido concluída. O protocolo assinado em 24 de novembro de 1869, a conquista da cidade de Assunção, o desmantelamento do exército paraguaio e a retirada de López para o interior do Paraguai, tudo isso não significava um epílogo no desfecho da guerra. Faltava ainda prender o presidente paraguaio, o que só ocorreria, quase quatro meses depois, em 1º de março de 1870, com o assassinato de Solano López, pelas tropas do general Câmara.

⁶⁶ BN/RJ. *Jornal O Correio Paulistano*, São Paulo, 2 fev. 1870.

⁶⁷ BN/RJ. *Jornal A Reforma*, Porto Alegre, 18 jan. 1870.

⁶⁸ BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 16 jan. 1870.

“O tempo das festas já passou. As glórias que vêm tarde já vêm frias”. Pode-se inferir que o objeto das comemorações seriam as batalhas? A festa cívica prescinde de um lugar de memória, dedica-se, antes de tudo, à exaltação da nacionalidade, fazendo com que, na maioria das vezes, o principal objeto seja a comemoração de um episódio ou de um personagem visto como significativo na história da nação.

O que se pode também inferir sobre a Guerra do Paraguai, nos seus momentos finais, eram a existência de indefinições do jogo do poder, o desgaste da imagem do imperador, acusado de prolongar a guerra, ou ainda o saldo devedor para milhares de mães, órfãs, viúvas e mutilados, batendo às portas do governo, bem como suplicando indenizações, pensões e soldos atrasados.

Os momentos de glória para o Exército brasileiro ficaram nas páginas viradas do tempo, restando as lembranças das batalhas de Riachuelo, Tuiuti, Curuzu, Humaitá, Lomas Valentinas.

Como comemoração de episódios da história da nação, as festas cívicas tornam-se os momentos privilegiados para a celebração de uma certa comunhão da comunidade nacional, simbolizada nos rituais que envolvem a participação real ou imaginada de vários segmentos da sociedade; nos discursos que exaltam a nação como o resultado de lutas ancestrais; na afirmação da crença na coesão, na conjunção de interesses e no espírito de coletividade.⁶⁹

A *Reforma* era uma voz dissonante que se estabeleceu diante da frialdade do governo imperial na realização dos festejos. Outros órgãos de imprensa, como o *Correio Paulistano*, não identificado com o Partido Conservador, também por razões divergentes, coadjuvaram para a não realização de festejos pela volta das tropas. A folha liberal de Porto Alegre lançou outro olhar sobre a questão. J. Júlio de Barros, colocando-se na condição do cidadão brasileiro, falou da ausência da comemoração.

Cidadãos, em vez de unidos e identificados pelo patriotismo, foram incapazes de fazer ovações sinceras aos filhos de outra província. Soldados, em vez de êmulos da glória, foram apaixonados rivais a disputar o prêmio de seus serviços. Oh! Mutilados, sem o sentimento de nobre orgulho pelas suas feridas e cicatrizes, foram miseráveis a

⁶⁹ FONSECA, Thais Nivia de Lima. A comemoração do 21 de abril: o cenário do jogo político. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 12, n. 21-22, p.438, jan.- dez. 2005.

chorar perpetuamente a perna ou o braço cortado, e a jogar com ele à face dos que participaram dos mesmos perigos.⁷⁰

O jornal *A Reforma*, publicado no Rio de Janeiro, foi categórico: “O governo não queria conceder um dia de festa a esses heróis que viveram cinco anos de privações, de marchas forçadas, de combates e batalhas por dedicação à pátria!”.⁷¹ Havia uma intenção deliberada dos conservadores em não vir à frente das tropas “o jovem general em chefe”, pois o governo imperial não queria “que o Sr. conde D’Eu entre na capital à frente dessa falange de bravos, para os quais não há honras, nem prêmios que sejam demais”.⁷²

A Reforma tratou de oferecer aos seus leitores uma explicação que lhe pareceu autêntica para explicar o temor do governo quanto à vinda das tropas. Para a folha liberal, a aglomeração de soldados na Corte significava, para o governo imperial, o pronto atendimento das promessas feitas durante a mobilização dos corpos de voluntários, como se lê: “Cada um deles tem direito não só a uma gratificação pecuniária, como a uma posse de terra nas colônias militares ou agrícolas”.⁷³

Assim, as reclamações de milhares de soldados incomodariam ao gabinete, como já ocorria graças aos inúmeros ofícios que chegavam às secretárias de guerra, com pedidos de pensões, soldos atrasados, postos de honra, empregos públicos, reclamações que, absorvidas pelos cuidados de “arranjar a parentela, ainda não cuidou dos meios de satisfazer aquelas dívidas sagradas”.⁷⁴ Concluía o redator J. Júlio de Barros que não convinha, pois, reuni-los na Corte, onde a opinião pública poderia apoiá-los contra a deslealdade do governo.

Recuperando a polêmica desencadeada pela imprensa liberal sobre o regresso das tropas, o político e jornalista João Saldanha Marinho⁷⁵ contribuiu para mediar a discussão desencadeada em torno da questão. Embora fosse um político do quadro do

⁷⁰ BN/RJ. Jornal *A Reforma*, Porto Alegre, 18 jan. 1870.

⁷¹ BN/RJ. Jornal *A Reforma*, Rio de Janeiro, 27 jan. 1870.

⁷² Idem, ibidem.

⁷³ MCXHJC. Jornal *A Reforma*, Porto Alegre, 18 jan. 1870.

⁷⁴ Idem, ibidem.

⁷⁵ Saldanha Marinho era pernambucano e tornou-se bacharel em Direito em 1836. Filiado ao Partido Liberal, foi eleito deputado por várias legislaturas pelo Ceará, Rio de Janeiro, Pernambuco e Amazonas. Foi também presidente das províncias de Minas Gerais (1865-1867) e São Paulo (1867-1868). Como jornalista, atuou no *Diário do Rio de Janeiro* e no *Jornal do Comércio*.

Partido Liberal, escolheu o *Jornal do Comércio*, tão criticado pelo seu partido, para fazer suas considerações.

Se, em 18 de novembro de 1869, o governo imperial já havia expedido suas ordens para que se recolhessem ao Império as forças que não eram necessárias para a perseguição de López, se as repúblicas da Argentina e do Uruguai apressaram-se em dispensar as forças de um serviço que se tornou inglório, “por que não têm sido até hoje executadas?”, questionou Saldanha Marinho.⁷⁶ E ainda dizia, como “amigo” do governo, que o sigilo sobre essa matéria de interesse para a nação prejudicava a credibilidade do próprio gabinete conservador de 16 de julho.

O jornalista também advertiu o governo para não menosprezar “o importante órgão liberal, *A Reforma*, que com certa frequência debruçava-se sobre esta questão”, e fez o seguinte comentário sobre a opinião daquela imprensa: “não pouco desagradáveis contra o gabinete de 16 de julho”.⁷⁷

Na opinião de Saldanha Marinho, o gabinete demonstrava receio quanto à aglomeração das tropas na Corte, mesmo tendo publicado o programa dos festejos. Entretanto, o pretexto utilizado pelo governo era somente em função de um parecer da junta central de higiene, que não recomendava aglomerações de povo, pela ameaça de epidemias. Todavia, para Saldanha Marinho, a justificativa do contágio pela epidemia lhe pareceu uma desculpa pueril, escondendo as razões que encobriam os temores do ministério, quais sejam: desordens e tensões sociais. É o que parece estar subentendido nas palavras do jornalista quando diz:

Em verdade, não é crível que o ministério atual, representante do patriótico partido conservador, se deixe tomar de suspeitas pueris. Ele esta bem convencido de que os nobres vingadores de mais nobre das causas não hão de querer salpicar de lama suas coroas e palmas triunfais; e bem assim, que nada há mais fecundo, do que a recompensa conferida às boas ações. Por que duvidar disso?⁷⁸

De fato, a ocorrência de febre amarela e a presença do cólera eram consideradas uma ameaça à ordem higiênica da Corte. Todavia, pareceu não interessar à

⁷⁶ BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 11 fev. 1870.

⁷⁷ Idem, *ibidem*.

⁷⁸ Idem, *ibidem*.

imprensa defensora da recepção aos soldados brasileiros que muitos dos casos registrados provinham das tropas que retornaram ainda durante a campanha.

A seca de quase dois anos produziu uma miséria inigualável no Norte do país. A safra agrícola que, em 1868, já era pequena, em 1869 foi reduzida a quase nada. Em consequência, a fome continuava a atingir o sertão, exaurindo os recursos de pessoas abastadas e os pobres que não podiam prover-se do indispensável à subsistência.⁷⁹ Para mitigar os efeitos da seca, o senador Almeida e Albuquerque mandou abrir um crédito de 40 mil contos de réis, a fim de remeter gêneros alimentícios para diversos lugares que mais precisavam, nomeando comissões especiais encarregadas da sua distribuição.⁸⁰

De fato, a seca tinha atingido, sem distinção, todo o Norte do país e, assim, aproveitando-se desse cenário desolador, entendeu e assinalou o *Jornal do Comércio* outra razão para a não realização dos festejos no Rio de Janeiro. Citava como exemplo a subscrição pública promovida pelos alagoanos, residentes na Corte, em auxílio aos seus compatriotas castigados pelo flagelo da fome e pela seca desoladora.⁸¹ Na mesma situação calamitosa encontrava-se a Bahia, província que havia enviado aproximadamente vinte mil homens para lutar no Paraguai.

Com que alegria poderão receber essas ovações ruidosas na corte do Império os voluntários baianos, se sabem que estão morrendo de fome nos sertões de sua terra os entes mais queridos de seu coração? Se sabem que quanto mais cedo ali chegarem, mais probabilidade tem de salvar-lhes a vida ameaçada pela fome?⁸²

Fica uma indagação: qual o uso que o Império fez do esquecimento? A folha conservadora no Rio de Janeiro silenciou sobre a chegada dos voluntários na Corte e, nas províncias, nenhuma atenção dispensou em suas páginas sobre os festejos realizados. Tratava com menosprezo a presença dos voluntários na Corte, argumentando que eles deveriam ser esquecidos, quando propôs que as tropas fossem devolvidas rapidamente às suas províncias e às atividades que desempenhavam antes da guerra.

⁷⁹ BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 22 mar. 1870.

⁸⁰ BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 12 mar. 1870.

⁸¹ BN/RJ. *Jornal do Comercio*, Rio de Janeiro, 9 fev. 1870.

⁸² BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 16 jan. 1870.

O *Jornal do Comércio* chamava a atenção para a importância de levar os soldados para a sua terra natal e, como sugeriu aos filhos da Bahia, quanto mais cedo ali chegassem, mais probabilidade tinham de salvar a vida de seus entes queridos, castigados pela seca que assolava o sertão.⁸³ Essa justificativa serviu de argumento para não aquartelar na Corte os soldados vindos da campanha.

AMEAÇAS DE DESORDENS E SEDIÇÕES

O *Jornal da Tarde*, do Rio de Janeiro, foi um dos primeiros órgãos de imprensa a manifestar-se publicamente, em 23 de dezembro de 1869, contrário aos festejos. Seu entendimento era de que a aglomeração de soldados na Corte traria o conflito para as ruas, semelhantemente ao que já havia ocorrido com os voluntários que regressaram no tempo da guerra.

[...] que os voluntários partam imediatamente para as suas províncias ou para as terras que desejarem ocupar, e lhes forem cedidas. É esse no nosso entender o meio mais seguro de prevenir a renovação de conflitos de que por vezes têm sido testemunhas os habitantes desta cidade.⁸⁴

Na sequência do editorial, o *Jornal da Tarde* recomendava ao governo imperial que se preparasse para pagar sem demora os soldos atrasados às tropas e dar aos voluntários as terras prometidas, para que não fosse acusado de ingratidão ou de negligência para com os servidores da nação.

Para o jornal *A Reforma*, os soldados, que foram festejados na hora da partida, deveriam ser agora igualmente recebidos com uma entrada triunfante na Corte. “Não seria necessário que saísse dos cofres públicos a despesa injustificável dos foguetes e das flores, dos hinos e das palmas.”⁸⁵ O receio então se explicava: “na corte é que os voluntários deveriam ajustar as suas contas; e o governo lhes prepara um calote”.⁸⁶

⁸³ BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 8 fev. 1870.

⁸⁴ BN/RJ. *Jornal da Tarde*, Rio de Janeiro, 23 dez. 1869.

⁸⁵ BN/RJ. *Jornal A Reforma*, Rio de Janeiro, 18 jan. 1870.

⁸⁶ Idem, *ibidem*.

Dois dias depois de publicado seu artigo, *A Reforma* retomou a questão, dessa feita afirmando que o ministro dos Negócios Estrangeiros havia autorizado o embarque das tropas para o Brasil, sem, entretanto, desembarcar no Rio de Janeiro. E pergunta: “Já o Sr. Faria Lemos meteu em cabeça ao Sr. Itaboraí, que a pátria correrá perigo e que o bravo chefe de polícia está cansado de serenar revoluções?”⁸⁷ Contestando a posição do Ministério, a folha liberal respondeu que a desconfiança do governo era ridícula e pueril.

A Guarda Nacional das províncias, desembarcando na corte, apenas receberá as ovações que a população destina aos valentes da nação, ovações que debalde se andaram encomendando, quando aqui soltou o ilustre duque de Caxias. O Sr. Paranhos, mentor do ministério, foi o inventor dessa remessa de voluntários no porão, a modo de sardinhas em tigelas.⁸⁸

Na correspondência do governo do Brasil às autoridades militares no Rio da Prata, transcrita pelo jornal de Santa Catarina *A Regeneração*, encontram-se outras explicações para a questão do retorno das tropas. Nela o governo imperial recomendava que as forças brasileiras regressassem em pequenas frações seguindo diretamente para as províncias: “a modo que fiquem tão divididos e espalhadas que ninguém possa vê-las ou temê-las”.⁸⁹

Os temores do governo quanto à possibilidade de desordem provocada na Corte pelos batalhões de Voluntários da Pátria gerou controvérsias na imprensa carioca. O *Correio Nacional* interpretou a suspeita como um voto de “desconfiança” aos combatentes que serviram à pátria. Os festejos promovidos nessas circunstâncias eram extorquidos:

Sim, desconfiança do governo, pois desgraçadamente é sabido que os voluntários e guardas nacionais devem regressar em pequenos contingentes a fazer uma revista em ordem de marcha, e recolher-se a quartéis a fim de serem dissolvidos os corpos e dispersos pelas províncias.⁹⁰

⁸⁷ BN/RJ. Jornal *A Reforma*, Rio de Janeiro, 20 jan. 1870.

⁸⁸ Idem, ibidem.

⁸⁹ BN/RJ. Jornal *A Regeneração*, Santa Catarina., 26 jan. 1870.

⁹⁰ BN/RJ. Jornal *Correio Nacional*, Rio de Janeiro, 28 jan. 1870.

O medo das desordens manifestado pelo governo imperial foi assim descrito pelo jornal liberal: “Só faltava esta! Os bravos guardas nacionais e Voluntários da Pátria não devem vir incorporados para a corte, porque, os soldados, embriagados pelas festas, se converteriam em ladrões e assassinos!”⁹¹

Na correspondência para o *Jornal do Comércio*, o correspondente informava que a demora das tropas em solo paraguaio havia causado estranheza no Rio da Prata, bem como o não cumprimento do protocolo de 24 de novembro de 1869, por parte do Brasil. Para justificar-se perante a opinião pública, corroborou que a ordem para o regresso dos voluntários e das Guardas Nacionais já havia sido expedida pelo governo, e censurando o pensamento do Conde D’Eu de vir à frente das tropas, ponderou:

Dizem que a causa (da demora) procede de haver desejo de que eles marchem reunidos a desembarcar nesta corte, a fim de serem recebidos em triunfos. Também em Buenos Aires fez-se o mesmo, e houve até uma recepção brilhante, mas os próprios que concorreram para ela estão já arrependidos. Não se transfere assim de chofre dos acampamentos para as grandes capitais, cheios de prazeres, uma soldadesca ávida de gozos, sem que a moralidade e a ordem pública sofram extraordinária perturbação.⁹²

Para a defesa dos interesses do governo do Império, o correspondente citou como exemplo as desordens ocorridas na Argentina, provocadas pelos corpos das guardas nacionais que regressaram para o seu país, informando que jornais de Buenos Aires faziam referências a frequentes roubos e assassinatos cometidos pelos soldados. E, além disso, comerciantes inescrupulosos, sabedores de que os soldados haviam recebido soldo atrasado, “os atraem para o jogo, a embriaguez e o crime”.

É o reverso da medalha de face brilhante. Se os portenhos estão sentindo estes inconvenientes com pouco mais de 1.000 homens, o que não nos acontecerá com um corpo de exército de 6.000 homens, embora sejam mais disciplinados e de melhor índole? Quem não se excede no meio de festas que exaltam a imigração?⁹³

⁹¹ BN/RJ. *Jornal A Reforma*, Rio de Janeiro, 20 jan. 1870.

⁹² BN/RJ. *Jornal A Reforma*, Rio de Janeiro, 28 jan. 1870.

⁹³ Idem, *ibidem*.

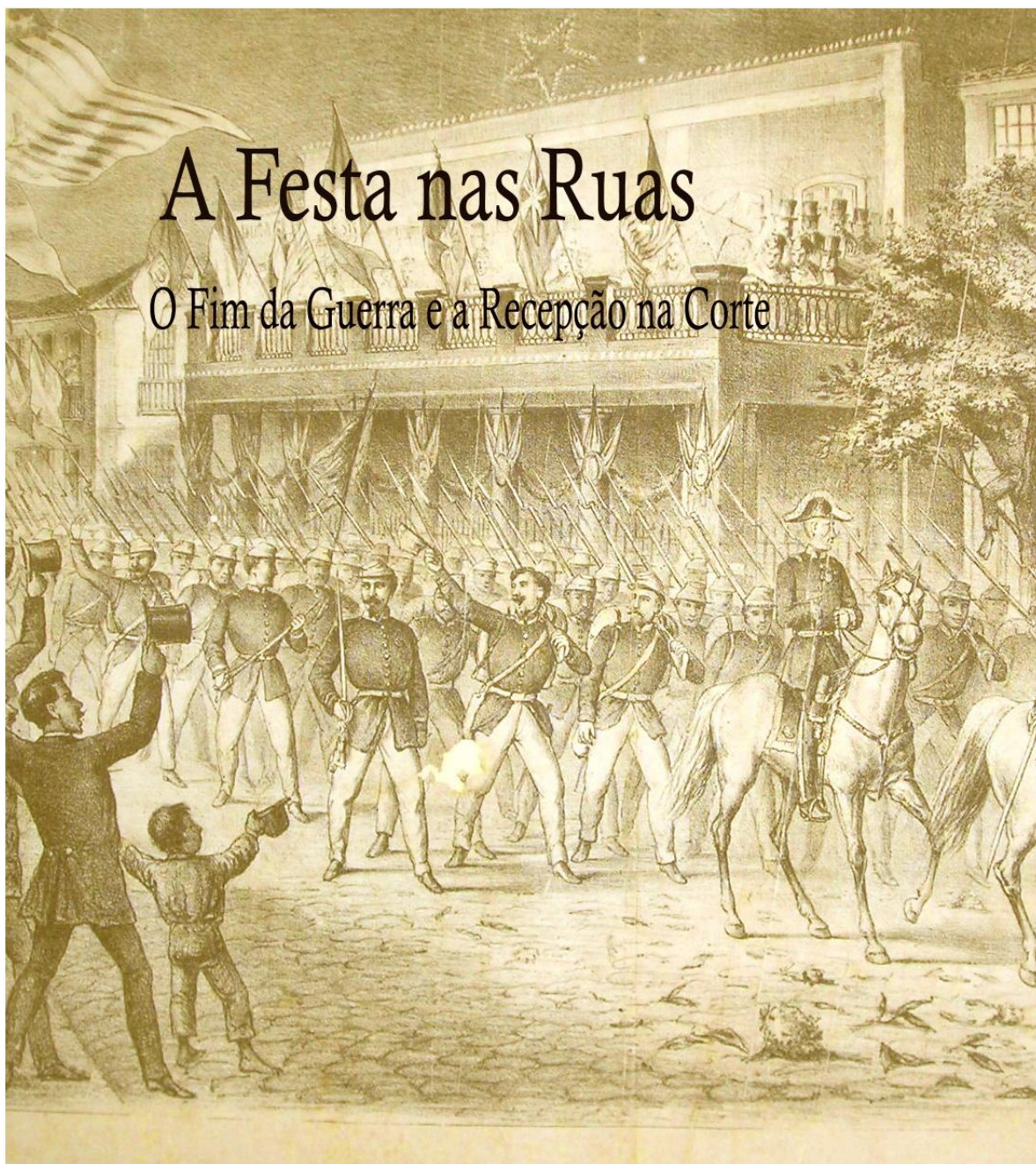
Para o jornal *A Regeneração*, de Santa Catarina, a razão para a dispersão das tropas estava fundamentada na suspeita de que a junção de batalhões de diversas províncias motivasse revoltas liberais. O temor da monarquia era assim explicada: “quem derramou o sangue pela liberdade alheia, mais facilmente o verta pela própria liberdade”.⁹⁴

Na “Correspondência de Assunção”, datada de 30 de janeiro de 1870, finalmente foi anunciado que, com a chegada do Conde D’Eu à cidade de Rosario, na Argentina, estavam sendo retiradas as tropas de Voluntários da Pátria e das guardas nacionais para o Brasil. Os primeiros a embarcarem seriam as tropas de Voluntários da Pátria e das guardas nacionais, permanecendo estacionadas em Assunção e em alguns pontos do território paraguaio as tropas regulares do Exército.

Enfim, no dia 3 de fevereiro de 1870, partiram da cidade de Rosário, nos vapores Presidente, Galgo e São José, todos com o destino ao Rio de Janeiro e sob o comando do coronel Faria Rocha, os 17º Batalhão de Minas de Gerais, o 40º Batalhão da Bahia e o 53º Batalhão de Pernambuco.⁹⁵

⁹⁴ BN/RJ. Jornal *A Regeneração*, Desterro, 26 jan. 1870.

⁹⁵ BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 14 fev. 1870.



A Festa nas Ruas

O Fim da Guerra e a Recepção na Corte

Entrada triunfal das tropas na cidade do Rio de Janeiro em 23 de março de 1870.
Acervo AHN/RJ.

Capítulo II

A Festa Nas Ruas: O Fim da Guerra e a Recepção na Corte

A cada vapor que chegava do Sul, o telégrafo do Castelo embandeirava-se, os ministros do Império dirigiam-se a São Cristóvão para ovacionar o monarca, as fortalezas salvavam com tiros de canhão, a polícia mandava tocar foguetes e o hino nacional. *O Diário do Rio de Janeiro*, órgão do Partido Conservador, mantinha em sua redação uma banda de música pronta para percorrer as principais ruas. Boletins eram espalhados gratuitamente pelas esquinas do centro da cidade e por todos os lados ouvia-se: “está terminada a guerra”! Esse era o cotidiano vivido pela cidade do Rio de Janeiro desde que Caxias desembarcou na Corte, em princípios de 1869, anunciando que a guerra terminara. Todavia, antes que os boatos enchessem o espírito do carioca de alegria, rapidamente era desmentida a notícia tão aguardada na Corte.

O ano de 1869 foi especialmente marcado por uma série de boatos que levavam o povo à rua para comemorar o final da guerra com o Paraguai. Por essa razão, as comissões dos festejos instituídas nas diversas freguesias da cidade, rapidamente, tratavam de iniciar o embelezamento das ruas para receberem os corpos de voluntários e dos guardas nacionais.

Em princípios de 1870, as festas organizadas no Rio de Janeiro para recepção dos contingentes de soldados vindos do Paraguai foi um assunto por demais controverso. No Café Londres, na Rua do Ouvidor, estudantes de direito e medicina discutiam quem eram os heróis a serem comemorados. Nas ruas adjacentes, comerciantes, vendedores ambulantes e lojistas liam nas páginas dos jornais as notícias sobre o retorno dos batalhões brasileiros.

Nas ruas da Alfândega, de Sete de Setembro, da Rua Direita, outro não era o tema das discussões entre militares, negociantes, artistas, religiosos e moças eufóricas, que passeavam pelas lojas em busca de tecidos em cores variadas para a confecção de bandeiras e flâmulas destinadas às festas.

O fim da guerra não era certo, mas a assinatura do acordo entre os aliados, em 24 de novembro de 1869, determinando a desocupação gradual do território paraguaio, motivava a realização da festa patriótica. Era preciso encher a Corte na chegada das tropas ao Brasil, as quais seriam comemoradas como heróis nacionais, antes de retornarem para as suas respectivas províncias.

Nos hotéis da Rua Uruguaiana, no Alcazar, à porta do Teatro Lírico, na livraria do Sr. Macedo, estrangeiros e nacionais discutiam artigos publicados nas folhas correntes sobre as negociações em torno do final do conflito. E durante todo o mês de janeiro de 1870, interrogava-se sobre as razões do governo manter as tropas brasileiras em solo paraguaio.

Pelas folhas estrangeiras e por alguns jornais brasileiros chegavam as notícias da entrada triunfal do contingente de uruguaios a Montevideu e das recepções que cobriram de louros os soldados de volta à confederação Argentina, crescendo na população carioca a expectativa de que o mesmo acontecimento ocorresse no Rio de Janeiro com a chegada das tropas no Brasil. Enquanto Buenos Aires e Montevideu tributavam ovações aos soldados pelos feitos da guerra, o governo imperial parecia tratar de afastar a ideia de reconhecimento dos serviços prestados pelas tropas brasileiras e de “sumi-los no meio da população, como entes internos, inúteis, prejudiciais ao Estado, ou antes, ao governo do Sr. Pedro II”.⁹⁶

Repentinamente espalhou-se o boato de que o governo não faria a recepção na Corte e que as tropas de voluntários da pátria e da Guarda Nacional seguiriam diretamente do Paraguai, em pequenos batalhões, para as províncias, nos porões dos transportes de guerra, sem tocarem a cidade do Rio de Janeiro.⁹⁷

Desde o começo do ano de 1869 a população da Corte se preparava para receber os “briosos” soldados e parecia inadmissível que tal procedimento fosse adotado pelo governo ou pelo imperador, este considerado desde o início da campanha como o primeiro voluntário da pátria. O contentamento com a volta das tropas contagiava aos que assistiram à partida de um amigo, de um irmão, de um pai, de um filho, para a fronteira do sul, em 1865. Terminada a guerra, aguardava-se, portanto, o regresso dos entes queridos. Ainda que retornassem com expressões de tristeza, cicatrizes adquiridas nos tempos da guerra, a saudade da mãe, da esposa, da filha, seria encoberta pela alegria e pelo júbilo das festas que se pretendia fazer para a recepção das falanges de soldados.

⁹⁶ BN/RJ. *Jornal A Regeneração*, Santa Catarina, 26 jan. 1870.

⁹⁷ BN/RJ. *Jornal A Reforma*, Porto Alegre, 8 fev. 1870.

A festa era pretendida pelo povo, e nos jornais as subscrições davam expressões de seus resultados. As ruas onde desfilariam as tropas estavam decoradas com quadros e bandeiras, arcos triunfais, emblemas do Exército e da Armada, colchas delicadamente estendidas sobre as janelas, tudo evidenciando a festa, nascida da vontade do povo em abrilhantar a ocasião da chegada dos soldados brasileiros, o que ocorreria com ou sem a participação do governo. Afinal, o dinheiro recolhido com as subscrições públicas permitiria às tropas desfilarem sob os símbolos encorajadores que lembravam a festa da partida.

No coreto armado na rua D. Manuel leiloavam-se galhardetes, bandeiras, lanças, escudos. O folhetim López e sua favorita Lynch era anunciado: "vida íntima dessas duas personagens negras e perversas que por tanto tempo incomodaram a nação brasileira e escandalizaram a América e o mundo".⁹⁸

No estabelecimento do Sr. Moncada, à Rua do Ouvidor, 143, o retrato do visconde de Herval, general Osório, estava exposto. Realizada por meio de subscrição pública, a obra foi encomendada ao artista Rocha Fragoso.⁹⁹

A alma popular recordava a marcha dos voluntários, da Guarda Nacional, do Exército para o território inimigo, de onde só chegavam notícias nas correspondências publicadas pelos jornais, com as narrativas de ferozes combates e brilhantes batalhas, atos de heroísmos praticados por generais, oficiais e soldados na campanha.

Nos dias em que antecedia as festas, a população também recordava páginas de angústias a cada batalha perdida, listas de soldados mortos publicadas em jornais, assim como as informações que chegavam nos vapores ou em cartas recomendadas por soldados e oficiais às suas famílias.

Hordas de mutilados, doentes e soldados entregues a embriaguez, inutilizados na guerra percorriam as ruas por onde os "heroicos combatentes" desfilariam. Homens ressentidos com o governo, que lhes dava o "calote" atrasando soldos e descumprindo as promessas das gratificações feitas na hora da partida. Homens, incapazes de prover o próprio sustento, viviam entregues às badernas, a esmolar o pão da caridade nas ruas da Corte, atestando a crueldade com que a pátria os recebera.

⁹⁸ BN/RJ. Jornal *A Regeneração*, Santa Catarina, 26 jan. 1870.

⁹⁹ BN/RJ. Jornal *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 4 fev. 1870.

Contudo, o desembarque dos batalhões na Corte, mesmo sem data definida, fazia com que a população e as autoridades esquecessem da desgraça que se apresentava aos olhos de quem andava nas ruas. O sentimento era somente o de recordar o valor marcial que animou as falanges do Império em sua partida. Quem não teve um ente querido ou um vizinho nos campos de guerra?

Era também, tempos de tensões, com debates acalorados em torno da questão da escravidão, da fundação e atuação de associações libertadoras de escravos e de partidos identificados com a ideia de república, de doenças epidêmicas como a febre amarela e o *colera-morbus*, da falta de água que atingia a cidade. O governo e seus ministros não viam com bons olhos a chegada de tantos soldados de uma só vez à Corte.

Desde a sua saída do poder, em 16 de julho de 1868, o Partido Liberal passava por uma reestruturação interna, o que resultou na formação do Partido Progressista, liderado por Joaquim Nabuco, Zacarias, Silveira Lobo, Teófilo Otonni, Francisco Octaviano e Saldanha Marinho, ocasião em que o Partido Conservador pareceu entregar-se ao medo que representava tal investida.¹⁰⁰ Fazia parte do programa adotado pelos liberais e progressistas os seguintes itens: a descentralização; a abolição do poder moderador; o Senado eleito e temporário; a eleição dos presidentes de províncias pelas próprias províncias; a liberdade de ensino; a extinção da Guarda Nacional; a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, além de uma série de medidas cujo objetivo era retirar da dependência do Executivo os tribunais superiores.

Trata-se de um programa que contava com a participação na tribuna parlamentar de Silveira da Mota (depois senador por São Paulo), Silveira Marins (depois senador pelo Rio Grande do Sul) e Rangel Pestana. Este último utilizava a imprensa para divulgar o programa do Partido Liberal e criticar a ação do Partido Conservador no poder.

Em 1º de janeiro de 1870, quando um pequeno número de soldados comprometidos com o movimento republicano realizavam protestos contra a Coroa e contra o Partido Conservador em frente ao Campo da Aclamação, os manifestantes

¹⁰⁰ Sobre o partido Progressista e a sua formação inicial em 1868, ver: NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. V. 1. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997; CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

foram presos e conduzidos à Casa de Correção. Ainda que o governo guardasse absoluto silêncio sobre este fato, havia “receio de que pegasse na tropa o mau costume de gritar: viva a república e abaixo o tirano!”,¹⁰¹ sentenciou o jornal *A Reforma*, do Rio de Janeiro.

Alguns oficiais licenciados pelo Conde D’Eu de volta à Corte e com soldos insuficientes para a subsistência articulavam sérias queixas contra o ministro da Guerra. Licenciado, o oficial deixava de perceber os vencimentos de campanha adicional, a terça parte adicionada ao soldo, cesta de bagagem, mas não perdia o direito a remuneração. Entretanto, o Ministério da Guerra reduziu alguns oficiais a soldo simples, mandando pagar somente metade do tempo de serviço.¹⁰²

Assim, havia a desconfiança do governo de que voluntários da pátria e guardas nacionais, conclamados pelos liberais no início da campanha, em 1865, de retorno para o Brasil, agitassem causas republicanas provenientes do contato com as tropas argentinas, identificadas com as reformas propostas pelos progressistas. Essa ameaça de sublevação criou no governo o receio de que soldados habituados aos combates e à vida dos acampamentos militares, licenciados e sem o hábito do trabalho profícuo, neles encontrassem o espírito da turbulência. Os valentes que compunham a legião de voluntários, antes de voltarem à pátria, eram julgados como elementos próprios para as comoções políticas.

Embora não se tratasse de um partido revolucionário, os liberais propalavam ideias que encontravam grande aceitação de setores da sociedade. Esses setores se manifestavam de formas diversas, como evidencia o crescente número de associações libertadoras de escravos que surgiram entre os anos de 1868 e 1870, quando o Partido Liberal esteve ausente do poder.

Algumas dessas agremiações eram formadas por intelectuais, artistas, comerciantes simpáticos às ideias reformistas e adotaram a prática de libertar crianças, mulheres e homens em comemoração pelas vitórias do Exército nos campos de batalhas. Supõe-se que tal prática demonstrasse o descontentamento com

¹⁰¹ BN/RJ. Jornal *A Reforma*, Rio de Janeiro, 1º jan. 1870.

¹⁰² BN/RJ. Jornal *A Reforma*, Rio de Janeiro, 16 fev. 1870.

a servidão, mas, ao mesmo tempo, procurasse atingir o Partido Conservador, o governo imperial e as elites oligárquicas e escravistas.¹⁰³

A RECEPÇÃO AOS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA

Finalmente, em 26 de janeiro de 1870, para “iludir a opinião e ocultar suas intenções”, o governo publicou o programa para a recepção dos corpos de voluntários:

1. Ao aproximarem-se os vapores conduzindo o 1º contingente de tropas que regressavam do Paraguai, na ocasião da passagem pela fortaleza de Santa Cruz, uma salva de 21 tiros na entrada no porto da cidade anunciará a sua chegada.
2. A diretoria do arsenal de guerra fará partir imediatamente para o lugar em que eles fundearem as conduções precisas para o transporte das tropas e de suas bagagens aos quartéis que lhes forem destinados, onde aguardarão as ordens sobre seu desembarque e entrada na Corte.
3. Os praças doentes em viagem e os enfermos vindos de passagem serão nos mesmos vapores transportados para o hospital militar.
4. O desembarque para a entrada e recepção das tropas na Corte terá lugar no Arsenal da Marinha, no dia e hora que lhe forem designados pelo Ajudante General, segundo as ordens recebidas do ministro da Guerra, cabendo ao Quartel Mestre General tomar as providências sobre os meios de transporte.
5. Para solenizar a recepção das tropas, no dia que se anunciar para este desembarque no Arsenal da Marinha, os navios de guerra nacionais surtos no nosso porto, bem como os edifícios das repartições publicas embandeirarão como nos dias de festa nacional, e a capitania do porto convidará os capitães das embarcações nacionais mercantes a praticarem o mesmo.
6. As tropas apresentar-se-ão uniformizadas, equipadas e armadas, como de estilo em ordem de marcha, e o Ajudante General, com a antecedência, dirigirá convites aos comandos e chefes de todas as corporações e estabelecimentos militares da Corte para que, no dia e hora em que tiverem lugar o desembarque e a recepção no Arsenal de Marinha, eles aí compareçam com os oficiais que lhes forem subordinados, a fim de que, reunidos as demais autoridades, acompanhem o imperador no recebimento das tropas, caso o monarca digne-se honrar este ato com sua presença.

¹⁰³ COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec, 1996.

7. O Ajudante General providenciará uma banda militar postada no dito arsenal para fazer as honras da recepção das mesmas tropas, e acompanhá-las durante seu trajeto pelas ruas da cidade.
8. No momento em que o primeiro vapor atracar ao cais do Arsenal de Marinha para efetuar seu desembarque, o telégrafo do Castelo, por um sinal convencional, advertirá à fortaleza de Willegaignon para romper com uma salva de 21 tiros, que será imediatamente correspondida pelas fortalezas de Santa Cruz, Lage e S. João.
9. Depois do desembarque, feitas as contingências e passadas a revista, as tropas desfilarão pelo portão do Arsenal da Marinha e percorrerão as seguintes ruas da cidade: Rua Direita, Rua de S. Pedro, calçada da mesma rua através do Campo da Aclamação até a face da Cidade Nova, onde volverão para a estação da Estrada de Ferro de D. Pedro II e do quartel do campo, em cujo portão estará postada uma guarda de honra com banda militar para recebê-las e saudá-las durante a passagem com o hino nacional.
10. As tropas prosseguirão com sua marcha pela face do campo do lado da Ilma. Câmara Municipal, Rua e Praça da Constituição, Rua do Teatro, Largo de S. Francisco de Paula, Rua do Ouvidor, Rua Direita e Largo do Paço, onde marcharão em contingência caso ali se achem Suas Majestades Imperiais, seguindo depois para o ponto de embarque que for-lhes designado, a fim de recolherem-se aos seus quartéis.
11. Pela secretaria da guerra expedir-se-ão as ordens e fazer-se-ão as requisições convenientes podendo o trajeto das ruas ser alterado. Neste caso o ministério da guerra dará disso conhecimento a Ilma. Câmara Municipal com a antecedência precisa, com o fim de prevenir seus munícipes e tomar as medidas convenientes.¹⁰⁴

Os espaços cívicos destacados na programação são revestidos de funções simbólicas e de referências fundamentais para legitimação da festa em si e dos que a promove.¹⁰⁵ Assim, a escolha do itinerário pelo governo representou seus interesses na afirmação das instituições militares, apropriando-se de uma festa que surgia, no primeiro momento, dos anseios populares, para dela fazer uso que lhe garantisse a condição de promotora. Cabia à população da Corte e aos batalhões de regresso a comemoração pela vitória seguindo o programa determinado. O governo incumbia-se de estabelecer o significado que a festa deveria ter com sua execução.

A DESPEDIDA EM ROSÁRIO

¹⁰⁴ Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra em 24 de janeiro de 1870 – Mariano Carlos de Souza Correa.

¹⁰⁵ FONSECA, Thais Livia de Lima. A comemoração de 21 de abril: o cenário do jogo político. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 12, n. 21-22. p. 440, jan. 2005.

Por que motivo o governo, no seu programa de recepção dos contingentes do Exército, evitou falar em guardas nacionais e voluntários da pátria? O Duque de Caxias, em 24 de dezembro de 1868, dissolveu esses corpos e disseminou os oficiais e praças pelos batalhões de Linha. Porém, o Conde D'Eu, quando assumiu o comando das forças aliadas na campanha, reorganizou-os e tanto o protocolo de 24 de novembro de 1869 quanto as correspondências “semi oficiais” do teatro da guerra esperavam que os corpos de voluntários da pátria fossem os primeiros a voltar ao Brasil.¹⁰⁶

Queria o governo manter o ato de dissolução do Duque de Caxias? Teria desaparecido, por alguma vez, a distinção entre voluntários, guardas nacionais e tropas de Linha? Essas questões permitem fazer a seguinte reflexão: para o ajuste de contas na Corte, conviria que os corpos de voluntários viessem organizados. Além dos soldos, cujo pagamento não estava em dia, os voluntários da pátria tinham o direito de receber uma gratificação pecuniária e um lote de terra, dívidas que consumiriam anos para a sua liquidação.

Uma circular do Ministério dos Negócios da Guerra dirigida ao presidente da província da Bahia aponta para o esclarecimento de algumas dessas questões. O barão de Muritiba pediu que lhe fosse enviado com urgência as relações dos voluntários da pátria, dos guardas nacionais, não só os equiparados aos ditos voluntários, como dos que foram forçados a servirem no Exército, dos guardas policiais que também foram incorporados como voluntários, dos recrutas para o Exército e, finalmente, dos libertos e substitutos, a contar do princípio da guerra, “devendo tais relações ser nominais e com declaração do ano, e se possível for, dos meses em que os mesmos foram enviados para a guerra”.¹⁰⁷

Os batalhões chegavam à Corte sem que o Ministério da Guerra tivesse tempo de preparar os papéis necessários para garantir a baixa aos soldados, pois muitos dos arquivos militares haviam sido extraviados na campanha e, na Corte, a Secretaria da Guerra sequer contava com a documentação necessária para distinguir os segmentos que formavam o contingente prestes a desembarcar no Rio de Janeiro

¹⁰⁶ Sobre a saída de Caxias do comando da Tríplice Aliança e a sua substituição pelo conde D'Eu, ver: DOARATIOTO, Francisco. *A maldita guerra: nova história do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

¹⁰⁷ APEBA, Seção Colonial e Provincial, maço 832. 1870.

e, conseqüentemente, assegurar a cada um o direito conquistado na campanha. “Quem mais habilitado a conhecer todos os voluntários, do que a Repartição da Guerra – por ventura não existirá o nome de todos os voluntários,”¹⁰⁸ questionava o jornal *Opinião Liberal*, do Rio de Janeiro.

Na cidade argentina de Rosario, no dia 3 de fevereiro de 1870, às 8 horas da manhã, ao som de músicas marciais, começava o embarque nos vapores Vassimon, Galgo e S. José, conduzindo a 1ª Brigada de Voluntários. Dessa brigada faziam parte a 17ª, de Minas, com 34 oficiais e 460 praças; a 40ª, de Pernambuco, com 37 oficiais e 457 praças; a 53ª, da Bahia, com 36 oficiais e 435 praças. Ao todo, eram 107 oficiais e 1.352 praças (ou seja, 1.459 homens).¹⁰⁹

Na ocasião, o Conde D’Eu foi a bordo visitar as acomodações e os alojamentos, para verificar o asseio e a limpeza dos vapores, assim como o rancho dos soldados. Enquanto assistia ao embarque do corpo 53º de Voluntários de Pernambuco, uma banda de música saudava os soldados sobre o céu azul de um dia ensolarado. O embarque, solene e pomposo, contou com a presença do comandante das forças brasileiras, o Conde D’Eu, de seu Estado-Maior, assim como dos oficiais e generais dos exércitos aliados.¹¹⁰

Os que embarcavam levavam a satisfação de voltar aos seus lares, de abraçar seus pais, suas esposas, de contar as tramas das batalhas da espinhosa conquista. Os que ficavam recordavam dos seus e da pátria e com os olhos umedecidos de lágrimas esperavam a vez de seu embarque. Na ocasião, o coronel Carvalho leu a ordem do dia relativa ao assunto. Depois fez uso da palavra o coronel Faria Rocha, concluindo sua locução com um voto de gratidão aos militares que, desde o começo da guerra, tinham recepcionado os voluntários com confiança e agrado.¹¹¹

Em seu discurso, o coronel Faria Rocha destacou a atuação do corpo de saúde do Exército, afirmando que não era só no campo de batalha que apareciam os médicos para estancar o sangue e curar as feridas recebidas em defesa da pátria, mas também naquela hora solene em que os corações sofriam a dor da ausência e penosa saudade.

¹⁰⁸ BN/RJ. Jornal *Opinião Liberal*, Rio de Janeiro, 28 fev. 1870.

¹⁰⁹ BN/RJ. Jornal *A Regeneração*, Santa Catarina, 16 fev. 1870.

¹¹⁰ BN/RJ. Jornal *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1º mar. 1870.

¹¹¹ BN/RJ. Jornal *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 3 mar. 1870.

“Recordações de comunhão em pensamentos e de vidas, em 5 anos vinha a medicina a curar com bálsamo das palavras as dores morais daquela ocasião”.¹¹²

O coronel Francisco de Lourenço cumprimentou o Conde D’Eu com um aperto de mão e recebeu o abraço do comandante Faria Rocha dizendo que, com saudades, se separava de seu companheiro de armas e que ia esperá-lo na Bahia com os soldados do corpo de Voluntários de n. 40º, cada um com sua grinalda de flores para ofertarem na ocasião do desembarque aos bravos voluntários.¹¹³

O jovem cabo de guerra, o augusto general em chefe, testemunha daquelas cenas comovedoras, tomou então a palavra, falou em nome das tropas de Linha aos voluntários, dizendo-lhes que “todas as províncias se deviam ensoberbecer por abraçar de novo seus filhos, sobretudo a Bahia, muito mais que outra qualquer, pelo grande número de voluntários que mandou para a guerra”. Terminando o seu discurso, vibrou por toda a fileira, com um “viva ao Conde D’Eu”, encerrando a festa de embarque dos primeiros contingentes no Rosário.¹¹⁴

¹¹² BN/RJ. Jornal *A Reforma*, Rio de Janeiro, 5 mar. 1870.

¹¹³ BN/RJ. Jornal *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 14 fev. 1870.

¹¹⁴ BN/RJ. Jornal *A Reforma*, Rio de Janeiro, 5 mar. 1870.

O PRIMEIRO TORRÃO BRASILEIRO: SANTA CATARINA

O percurso até a Corte previa uma escala técnica em Santa Catarina. O desembarque dos voluntários da pátria na província de Santa Catarina mereceu destaque pela sua posição geográfica. Era o primeiro solo brasileiro a ser pisado pelas tropas que regressavam dos campos de batalhas no Paraguai. O desembarque ocorria naquela província portuária para que os batalhões se refrescaram e aguardassem as ordens do governo imperial para a sua entrada na Corte.

No dia 15 de fevereiro de 1870, lançou âncora no porto da cidade do Desterro o transporte a vapor Galgo, que conduzia o 40º Batalhão de Voluntários da Bahia, seguido de S. José, com o 53º Batalhão pernambucano. Eram saudados da terra com numerosos foguetes, vindos de vários pontos da cidade e que subiam aos céus. À noite, já passando das 22 horas, chegou o último vapor, que transportava o 17º Batalhão de Voluntários mineiros.

À tarde teve início o desembarque das primeiras tropas, seguindo o primeiro desses corpos pelo cais da rua do Príncipe, para acomodar-se na praia de Fora, em um armazém à Rua S. Sebastião, e o segundo em um galpão que servia de olaria, oferecido gratuitamente pelos herdeiros de Estanislau Valério.¹¹⁵

Muitos cidadãos trataram de improvisar uma festa por qualquer meio possível, em virtude do pouco tempo de que dispunham. A Câmara Municipal da capital tomou a iniciativa de manifestar o regozijo dos seus munícipes pela presença dos soldados em terras catarinenses, ressaltando as provas de civismo nos campos do Paraguai. De modo que, apesar da chuva, afluiu ao Largo do Palácio um imenso número de pessoas, e das janelas ornadas de ricas cochas de seda, algumas famílias apreciavam a passagem da tropa pelas ruas da cidade, antes de se recolherem estes últimos aos quartéis improvisados.¹¹⁶

Nos dias em que permaneceram em Santa Catarina, a Câmara Municipal da capital decretou feriado e as notícias dos jornais informavam que a cidade ficara iluminada durante três noites consecutivas. No domingo, às 8 horas da manhã, postados em ordem de marcha, os batalhões seguiram para o Largo do Palácio, onde assistiram à

¹¹⁵ BN/RJ. *Jornal O Despertador*. Santa Catarina, 19 fev. 1870.

¹¹⁶ BN/RJ. *Jornal Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 24 fev. 1870.

missa defronte ao altar levantado no pórtico da igreja matriz e, logo em seguida, a brigada embarcava com destino ao Rio de Janeiro.¹¹⁷

Na província de Santa Catarina, passaram diversos batalhões de volta para o país e todos eles foram festejados pela população da cidade do Desterro. Pelas ruas desfilarão homens com “faces tostadas pelo sol dos combates, peitos abertos de gloriosas cicatrizes”.¹¹⁸ Eram incessantes os vivas levantados ao bravo general Osório, ao Conde D’Eu e aos catarinenses.

FESTEJOS POPULARES NA CORTE

Sobre as festas pelo regresso das tropas, o Partido Liberal, por intermédio de sua folha *A Reforma*, propôs uma trégua às rivalidades políticas: “longe dos ressentimentos que nos dividem na política interna, o dia de hoje é consagrado ao patriotismo”.¹¹⁹ O desembarque na cidade do Rio de Janeiro ocorreu no dia 24 de fevereiro de 1870.

O pedido de trégua prenunciado pelo jornal *A Reforma* no dia anterior à chegada dos voluntários denunciava os usos que o Império poderia fazer dos festejos. E pensando assim a folha liberal pediu aos opositores para que a celebração não fosse confundida com a propaganda do governo e do Partido Conservador, pois “diante dos triunfadores que tão brilhantemente souberam manter a integridade do império, a nação brasileira deve ser uma e solidária nesse momento de júbilo e entusiasmo patriótico”,¹²⁰ enfatizava o periódico liberal.

A festa patriótica finalmente foi organizada pelo povo, por libérias que se constituíam em oposição ao governo de D. Pedro II, por agremiações civis de sociedades literárias, artísticas e libertadoras. Embora organizada por populares, a festa tinha caráter oficial, pois se tratava de festas para receber os patrióticos batalhões de civis que formavam os corpos de Voluntários da Pátria e da Guarda Nacional. Aos poucos o governo deu-se conta de que era necessário participar daquele evento nacional.

¹¹⁷ Idem, *ibidem*.

¹¹⁸ BN/RJ. Jornal *A Regeneração*. Santa Catarina, 19 fev. 1870.

¹¹⁹ BN/RJ. Jornal *A Reforma*, Rio de Janeiro, 22 fev. 1870.

¹²⁰ Idem, *ibidem*.

Na ocasião conclamava a população do Rio de Janeiro a participar dos festejos, pois para *A Reforma* tratava-se também de rememorar o espírito dos que tombaram nos campos paraguaios:

As homenagens que lhes preparamos serão ao mesmo tempo uma comemoração aos denodados companheiros que morreram no campo de batalha, mas que vivem perpetuamente na lembrança da pátria. Sendo também aplauso e louvor aos corpos do exército que ainda combate nas terras paraguaias.¹²¹

Dessa maneira, não sendo possível encontrar os corpos, enterrados nas valas comuns ou extraviados nos pântanos paraguaios, rememorar-los era dar-lhes direito de serem testemunhas sem falas e, graças à voz de seus companheiros de campanha, garantir a recuperação da memória, tornando-os sujeitos da história. Mas a preocupação com as vítimas da guerra tornou-se passageira nas folhas dos jornais da Corte, deixando a memória ou a rememoração de ser objeto central de suas preocupações.

No mesmo periódico, dois dias depois do desembarque da primeira tropa, as atenções voltavam-se para a falta de iniciativa da Câmara Municipal na organização da recepção aos voluntários:

Quando se tratava de receber o duque de Caxias, a câmara municipal da corte planejou arcos, coretos, estátuas e grandes estraladas. Os vereadores fizeram reuniões, inventaram comissões e mil e outras patacoadas. Chegou o duque e apesar da população recebê-lo como merecia quem abandonou a campanha e fora de tem

Todavia, “o que fez a Câmara Municipal da corte?”, questionou a folha liberal.

Nada, absolutamente nada! Nem se quer mandou assear as ruas, sendo preciso que os escravos da quinta viessem capinar o Campo de Santana, mesmo defronte ao edifício de onde se reúnem os vereadores. Os tais festejos imperiais foram por esse teor, se o Imperador não desse sinal de apreço aos voluntários talvez homens do governo aparecessem.¹²²

¹²¹ Idem, *ibidem*.

¹²² BN/RJ. Jornal *A Reforma*, Rio de Janeiro, 25 fev. 1870.

Os dois primeiros contingentes, mineiros e baianos, aportaram no Rio de Janeiro às 4 horas da tarde do dia 23 de fevereiro de 1870, não desembarcando imediatamente, à espera do batalhão pernambucano que chegaria à noite. Foi somente no “denso véu da noite” que finalmente teve início o desembarque, fato que chamou a atenção da imprensa oposicionista, questionando a demora: “Quisera que eles entrassem de dia com os próprios trajes da campanha para ver-lhes os estragos recebidos, as faces crestadas pela rigidez da intempérie e as cicatrizes gloriosas”.¹²³ Para o jornal *A Reforma*, ao escuro da noite, não era possível enxergar a massa de soldados, confundida com a numerosa multidão de povo.

Uma nota sobre o desembarque dos voluntários na Corte, publicada no *Correio Nacional*, se não fosse verdade, seria pelo menos uma anedota. Na nota, a justificativa para o desembarque do batalhão de Minas Gerais à noite estava no fato de não haver fardamentos a distribuir-lhes, “de maneira que o batalhão mineiro fez sua entrada com a farda dos prisioneiros paraguaios. Estava bonito. Mas, tal era o entusiasmo do povo, que ninguém reparou no escândalo”.¹²⁴

A despeito dessa programação, o tenente Caldwell informou em ofício à Repartição do Ajudante General que o desembarque, previsto para as 4 horas da tarde, não se realizara, em virtude de a maior parte das embarcações responsáveis pelo transporte da brigada de voluntários até o Arsenal da Marinha¹²⁵ ter encalhado no cortume de São Cristóvão. Tudo isso era motivo para divergências na imprensa, que representava seus partidos, e parecia ter abandonado a trégua proposta no dia anterior à chegada dos voluntários. Veja-se o que disparou o jornal *A Reforma* sobre os oficiais que regressavam no primeiro contingente:

[...] nenhum dos ministros foram vistos à bordo. Não prepararam uma refeição e nem acomodações para os oficiais no dia do desembarque, tendo alguns deles seu único jantar em São Cristóvão, pão e bananas, que compraram, e o café que beberam em canecas de flandes dos soldados, assim como não acharam camas para dormir.¹²⁶

¹²³ BN/RJ. Jornal *A Reforma*, Rio de Janeiro, 24 fev. 1870.

¹²⁴ BN/RJ. Jornal *Correio Nacional*, Rio de Janeiro, 1º mar. 1870.

¹²⁵ Arquivo Nacional, Série Guerra, Administração, IG2, 22 Fundo 9K.

¹²⁶ BN/RJ Jornal *A Reforma*, Rio de Janeiro, 24 fev. 1870.

Discordâncias à parte, o desembarque das tropas ocorreu de forma pacífica, seguindo o programa anunciado. No cais, nas ruas e praças, das janelas, por toda parte o povo se aglomerava e em voz alta e entusiasmada gritava vivas aos voluntários da pátria em sua recepção. De dois coretos “esplendidamente ornados”, o hino nacional foi tocado por duas bandas de música.

Na saída do arsenal esperavam os inválidos, formando alas para dar passagem aos batalhões. “Tocante e sublime espetáculo. Os mártires da campanha saudando os triunfadores e os laureados do dia vitoriando os companheiros que caíram do seu lado esvaindo em sangue”.¹²⁷

Os edifícios públicos e particulares estavam enfeitados com bandeiras, colchas, flores e folhagem. A cidade iluminara-se para destacar os elegantes adereços da Praça do Comércio, onde se viam entre grinaldas de flores, quadros comemorativos das grandes batalhas e arcos levantados na Rua do Hospício.

No Arsenal da Marinha foi erguido um arco do triunfo, em cuja face posterior e anterior prendia-se um escudo onde se podia ler: “a pátria agradecida – as falanges vitoriosas”.¹²⁸ E nas faces externas dos arcos, emblemas do Exército e da Armada.

Duas colunas erguidas em ala ao longo do mar chegavam até o ponto do desembarque no pórtico do arsenal. A primeira representava 24 batalhas, desde Corrientes até Coxim, Montevideu, Rio do Meio até Tayi, de dezembro de 1864 até julho de 1869. A segunda comemorava os feitos que se seguiram desde Surubithy, Villeta e Lommas até Caraguatahy, Campo Grande e os combates de setembro de 1869. Cada face das colunas ostentava um nome e uma data que recordavam os triunfos do Exército e da Armada brasileira.

Assim o visível e admirado pelo povo presente na ornamentação suntuosa, nos quadros dos heróis pintados e suspensos por elegantes colunas e espalhados pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro, apresentava uma nova narrativa histórica sobre os feitos ocorridos nas batalhas e lutas travadas no Paraguai. Entretanto, era um espaço desenhado por um gesto político que, em seu redimensionamento e interesse sobre o conflito, dava um significado a sua ação, responsável pelos louros que se colhiam com a

¹²⁷ Idem, *ibidem*.

¹²⁸ BM/RJ. *Jornal A Reforma*, Rio de Janeiro, 24 fev. 1870.

vitória. Repartia o governo a festa com o povo, sem que o último imaginasse que fazia parte do jogo político.

O ABRAÇO E O DISCURSO

O Imperador, seus ministros, a oficialidade do Exército, Marinha, Guarda Nacional e grande número de cidadãos aguardavam, no Arsenal da Marinha, a entrada dos batalhões. Logo que teve lugar o desembarque, o Imperador proferiu seu discurso aos comandantes e oficiais superiores e, com breves palavras, agradeceu-lhes em nome da nação brasileira os serviços que os recomendavam à gratidão pública:

Senhores comandantes de brigada e comandantes de batalhões! Aceitem este abraço que transmitireis a vossos camaradas, em testemunho do meu júbilo ao ver-vos de volta com tanta glória à vossa pátria. Queira Deus que este sucesso seja o feliz prenúncio da breve terminação da guerra como tanto merecem os brasileiros, por seus constantes esforços em defesa da honra nacional. Viva os voluntários, o exército e a armada nacional! ¹²⁹

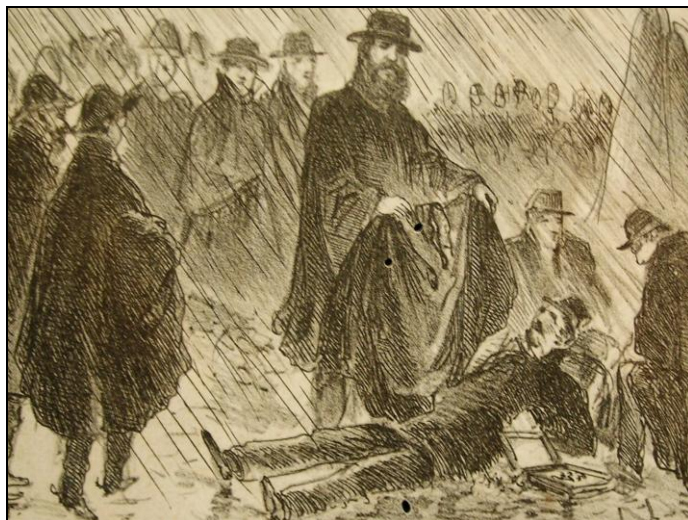
Depois de abraçar os três comandantes e pedir-lhes que transmitissem aos seus camaradas essa prova de afeto, ergueu a voz exclamando: “Viva os voluntários da pátria! Esse grito foi repetido a um tempo por milhares de cidadãos como uma voz majestosa de um povo agradecido”. ¹³⁰

¹²⁹ BN/RJ. *Jornal A Reforma*, Rio de Janeiro, 24 fev. 1870.

¹³⁰ Idem, *Ibidem*.



Dom Pedro II
“O Voluntário da Pátria nº 1”
Acervo do AHN/RJ



Dom Pedro II no campo de batalha no Paraguai, tira a manta para agasalhar o soldado. Acervo do AHN/RJ

Os combatentes começaram sua marcha por entre colunas que simbolizavam as suas glórias e ao estrondo de “calorosos aplausos”. O *Jornal do Comércio* comentou que os voluntários estavam bem fardados, armados e sustentando com orgulho suas bandeiras rasgadas pelas balas paraguaias.¹³¹

Após a passagem dos voluntários seguiam os inválidos da pátria e os artistas do Arsenal da Guerra, precedidos pela banda de música e numeroso concurso do povo. Às sete horas da noite a população aguardava pela chegada do Batalhão 53º, último a desfilar, dirigindo-se já altas horas à noite para o quartel no Campo da Aclamação, e ali sendo recepcionado pelo presidente da província, pelo chefe de polícia, pelos oficiais da Guarda Nacional e do corpo policial e pelos “cidadãos distintos” Uma guarda de honra destacada da Guarda Nacional os esperava ao som da música e da artilharia.¹³²

O pensamento do governo em fazer os batalhões seguirem diretamente para as suas províncias sem tocar a Corte fracassara. Mas a fragmentação dos batalhões em pequenos contingentes no desembarque teve consequências: impediu sublevações aguardadas pelo governo dos voluntários na Corte, facilitando o controle dos distúrbios que, porventura, ocorressem na cidade.

Também deliberou o governo que a demora das tropas no Rio de Janeiro fosse o suficiente para providenciar as dissoluções dos batalhões e embarcá-los para as

¹³¹ BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 24 fev. 1870.

¹³² BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 25 fev. 1870.

províncias e, muitas vezes, sem atender aos reclames dos voluntários, que não conseguiram a obtenção de seus pedidos junto ao governo na Corte.

Da mesma forma, pode-se notar que a chegada das tropas em pequenos contingentes, pertencentes a mesma província, fez com que as festas de recepção fossem organizadas, embora com a participação popular, por seus próprios comprovincianos moradores na Corte, diminuindo a participação do governo nos festejos.

Os batalhões continuaram a chegar fragmentados à Corte, por muitas semanas posteriores ao desembarque dos primeiros voluntários e guardas nacionais. Conforme as tropas aportavam no Rio de Janeiro, as recepções decresciam em vitalidade, ocorrendo um esvaziamento das festas. Quando o batalhão do Ceará chegou na Corte, seus conterrâneos foram saudá-los na chegada e despedida, o que fez diminuir o entusiasmo da população que devia acorrer a todos os desembarques.

As demonstrações de regozijo popular e do governo somente foram observadas (depois dos primeiros desembarques) com mais evidência com a chegada dos batalhões da província do Rio de Janeiro e a festa oferecida ao Conde D'Eu, membro da família real, que em seu desembarque foi vitoriado como herói a ser comemorado pela monarquia. Afinal, sobre seu comando efetivou-se o fim da guerra, sendo festejado com a pompa reservada à nobreza, segundo o estilo das realezas européias.

Entretanto, nas festas tímidas e sem expressões, ver-se-ia o desenrolar dos acontecimentos. Embora os jornais demonstrassem sinais de exaustão em relação aos festejos, via-se neles a possibilidade de manifestação de suas opiniões contra o governo ou mesmo em seu apoio. Referindo-se ao desembarque do batalhão paulista, o *Anglo-Brazilian Times*, jornal inglês publicado no Rio, fez duras críticas à recepção e ao programa a ser seguido pelas tropas na Corte:

No Rio de Janeiro, essa belicosa, gritadora e pretensiosa metrópole do Império, os voluntários que voltaram do Paraguai, conservavam-se horas e horas em armas, quer em marchas pelas ruas cobertas em pó, e sob sol ardente, quer atendendo a bombástica e enfadonhas poesias, ou discursos, só próprias a alimentar as vaidades dos recitadores; e nem se quer um biscoito se lhes deu para matar sua fome, e nem um copo de água para saciar sua sede.¹³³

¹³³ Transcrito no Jornal *O Correio Paulistano*, São Paulo, 8 jun. 1870.

Sobre os festejos, o jornal *A Reforma*, ao contrário do *Correio Paulistano*, que tratou de descrever o estado lamentável em que se encontravam os batalhões ao chegar à Corte, preferiu dirigir suas observações, às vezes, de forma jocosa, sempre contra os membros do governo. Sobre o empenho do ministro da Guerra, o sr. Muritiba, indagou a folha:

É verdade que V. Excia. se tem totalmente esquivado de concorrer com o seu mui subido e prestimoso auxílio a bem da recepção desses bravos? É verdade que as velhas e desbotadas colchas que se viam na janela da malfadada – secretaria de guerra – quando desfilam os bravos voluntários, aí foram colocadas por alguém que, a muito custo, obteve-as – e por empréstimo?!¹³⁴

Os jornais da Corte não criticavam abertamente somente o ministro Muritiba. *A Reforma*, de Porto Alegre, asseverava: “Sua Excia. não sente aproximar-se legiões de patriotas, mas enxerga, com patentes reservas, avizinham-se milhares de vítimas de suas injustiças, batalhões de credores a quem não deseja pagar”.¹³⁵

Tomando para si a responsabilidade de perpetuar em suas páginas a ideia da construção de uma “outra” memória da guerra, em detrimento do uso que o Império fez das recepções aos batalhões de soldados, para *A Reforma* os voluntários foram injustiçados e antecipou: “Mas a história fará um dia justiça a esses bravos. Ela falará da guerra do Paraguai, dos Voluntários da Pátria e do Ministério de 31 de agosto, mais do que beneméritos, mais do que patrióticos é nascido da verdadeira opinião pública”.¹³⁶ Nos artigos publicados nos meses em que foram recepcionadas as tropas na Corte, o periódico tratou de denunciar a política do governo em manter-se preparado contra o “perigo” das “supostas” conturbações que podiam resultar da presença de soldados na Corte. Afirmou encontrarem-se os quartéis de prontidão para caso houvesse desordens e manifestações de desagravo contra o Império por parte das tropas:

Entretanto quer saber o que oficialmente se prepara para os voluntários? Pólvora e Bala! O governo, receando os desgostos dos voluntários, mandou ficar de prontidão o 1º batalhão de artilharia para

¹³⁴ BN/RJ. Jornal *A Reforma*, Rio de Janeiro, 22 abr. 1870.

¹³⁵ BN/RJ. Jornal *A Reforma*, Porto Alegre, 9 de mar. 1870.

¹³⁶ BN/RJ. Jornal *A Reforma*, Rio de Janeiro, 27 fev. 1870.

auxiliar em qualquer emergência a tropa que, a título de guarda de honra, vai escoá-los.¹³⁷

O que pouco os jornais lembraram é que entre os soldados viam-se pais cansados pelo peso dos anos e pela dor, os quais foram arrancados de casa, deixando na pobreza mulher e filhas. Os filhos que, sendo arrimo de seus pais, por meio do recrutamento forçado, também foram tirados do lar paterno, obrigou sua família a viver sob o crivo da fome e da miséria. E ainda esposos obrigados a deixar a esposa, carregada de filhos, entregue aos braços da saudade, do desespero, do infortúnio, porque o governo não deferiu ao pedido de dinheiro para o sustento deles.

Homens de condição escrava, fugidos de seus senhores, acreditavam ter conquistado a vitória nos campos paraguaios e também a liberdade do cativo. Desfilavam inocentes entre a multidão, sem saber o fim que os aguardava: a volta à escravidão.

A FESTA EM CASA

No dia 19 de março, às três da tarde, achavam-se no Arsenal da Marinha, para fazer entrada na cidade, o Batalhão 23º de Voluntários da Pátria, pertencente à província do Rio de Janeiro, e o 30º de Voluntários de Pernambuco. A presença do batalhão fluminense e a circunstância de coincidir sua entrada com a notícia da terminação da guerra foram novos estímulos para o entusiasmo popular. A guerra concluía oficialmente no dia 1º de março de 1870, com morte do presidente paraguaio.

Os dois batalhões desfilaram tendo à frente o general Caldwell e seu ajudante de ordens. As ruas designadas para o desfile achavam-se ornadas de bandeiras. As janelas, com colchas de damasco e guarnecidas de senhoras, faziam “chover flores sobre

¹³⁷ BN/RJ. *Jornal A Reforma*, Rio de Janeiro, 23 mar. 1870.

aqueles que na defesa da pátria tantas vezes haviam visto chover balas inimigas”. Do seu jeito, “o povo formava alas vitorizando os bravos voluntários na sua chegada”.¹³⁸

O batalhão de inválidos, formado à porta do Arsenal, acompanhou a marcha pela Rua Direita e, ao encontro dos dois batalhões, vieram alunos da Faculdade de Medicina e da Central, com bandeiras e insígnias à frente, seguidos de perto por cidadãos de todas as classes e músicos que executavam hinos compostos para aquela ocasião.

No desembarque, o coronel Bittencout ofertou ao Batalhão 23º uma coroa de louros para adornar a bandeira esburacada pelas balas inimiga, e o capitão da fragata Bittencourt Cotrim proferiu o primeiro discurso, entre tantos, concluído com estrondosa aclamação do povo, que esperava pelo desfile dos voluntários. Os batalhões atravessaram com dificuldade as “ondas de povo”, para formar uma fila em frente ao Paço da Cidade e dirigirem continências ao Imperador e à Imperatriz, que assistiam a tudo na janela do Passadiço, entre o Paço e a Cúpula Imperial.



O 1º tenente Marriz e Barroz, o povo o toma nos braços como ao filho querido da vitória.
Acervo do AHN/RJ.

O local das paradas militares era o centro da cidade, emoldurada pela ordem. “Os personagens destacados são as autoridades, que, parada num palanque, recebem as

¹³⁸ BN/RJ. Jornal *O Correio Paulistano*, São Paulo, 29 mar. 1870.

continências dos soldados. O foco e os símbolos nacionais, encarnados em pessoas que ocupam cargos sagrados”.¹³⁹

Muitas famílias “distintas” compareceram ao Paço da Cidade para recepcionar os batalhões de voluntários do Rio de Janeiro, em que se destacaram as homenagens feitas por mulheres aos soldados de regresso. Na presença da família imperial, a jovem Maria José Coimbra de Amaral dirigiu a sua Alteza, a Sra. Condessa D’Eu, a seguinte alocução:

[...] aceitai os votos das donzelas, das esposas e das respeitáveis matronas, tais como a mar dos valentes FONSECAS, que a nós se congregou ao ouvir os hinos da vitória, chorando de prazer pela glória de nossa pátria, e pelo jubilo de breve abraçar seus caros e denodados filhos.¹⁴⁰

Partindo do Paço da cidade, precedidas por duas bandas de música, de uma Guarda Nacional e dos aprendizes artilheiros que entoavam o hino do triunfo, muitas senhoras percorreram a Rua do Ouvidor, a Praça da Constituição, a Rua Sete de Setembro e a Rua Direita, separando-se somente na Igreja da Cruz, onde haviam se reunido no princípio dos festejos. O comandante e demais oficiais faziam alas, guardando as senhoras, entre as quais se encontrava a “respeitável matrona Fonseca”, empunhando um estandarte.

A cidade iluminou-se! No Arsenal da Marinha, na Praça do Comércio e no prédio do English Bank repetiu-se a iluminação como nas festas anteriores e dessa vez teve a duração de três noites consecutivas. Na Praça da Constituição, o retrato do imperador “brilhava em transparente” ao lado do Conde D’Eu e do Marques do Herval, o general Osório, exposto ao centro em uma coluna levantada com essa finalidade.

¹³⁹ TROVATTO, Carmem. *A tradição euclidiana: uma ponte entre a história e a memória*. São Paulo: A&C Arte & Ciência Editora, 2002. p.71.

¹⁴⁰ BN/RJ. Jornal *A Reforma*, Rio de Janeiro, 22 mar. 1870.

FESTAS PELO FIM DA GUERRA

Tão logo foi noticiada a morte de Solano López, ocorrida em 1º de março de 1870, imediatamente os foguetes e os repiques dos sinos produziram uma explosão de entusiasmo no povo, que levou aos recantos da cidade a notícia do fim da guerra contra o Paraguai. Essa informação que só chegou à Corte no dia 18 de março de 1870, por motivo da interrupção do serviço telegráfico entre Paranaguá e Iguape.

O Tratado da Tríplice Aliança havia fixado como limite da guerra a supressão de López do Paraguai. Assim, sua morte completara o propósito da aliança. Na Praça do Comércio, a notícia foi recebida com excitação. Algumas pessoas mais entusiasmadas liam em voz alta os boletins e os extratos das folhas do Rio da Prata, leitura que era interrompida por aclamações estrondosas.

Às três e meia da tarde, D. Pedro II desfilou pela Rua Direita e o povo, aglomerado nos arredores da praça, cercou a carruagem imperial, soltando vivas entusiásticos a S. M. o Imperador, à família imperial, ao Conde D'Eu, ao general Câmara, ao Exército, à Armada e à nação brasileira. Sua Majestade agradeceu as demonstrações de apreço dizendo: “ficais certos de que a guerra se acha felizmente concluída”.¹⁴¹ E de braços com a imperatriz e a princesa Isabel, percorreu a pé algumas ruas da cidade, recebendo saudações com altos vivas e demonstrações de respeito.

A Câmara Municipal da Corte, em sessão de 21 de março de 1870, resolveu por unanimidade de votos mandar celebrar um *te-deum* pelo término da guerra e em comitiva felicitar a S. M. Imperial pelas notícias do teatro da guerra, assim como dirigir felicitações ao Conde D'Eu e ao general Câmara, Visconde de Pelotas, este último comandante das forças que perseguiram e mataram Solano López. Resolveu também, por meio de postura municipal, determinar que a Rua do Sabão passasse a se chamar Rua General Câmara. Por último, indicou que fosse aberta uma subscrição nacional para o levantamento de um monumento na Praça do Comércio, conforme planta apresentada pelo engenheiro Caminhoá, e para isso requereu ao governo os canhões tomados do inimigo para servirem de substância ao artefato, designando o centro do Campo da

¹⁴¹ BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1870.

Aclamação para a colocação do monumento. Além disso, concedeu três dias de férias a todos os seus empregados.¹⁴²

Na manhã do dia 21 de abril, foi realizado um *te-deum* em ação de graças pelo fim da guerra, marcada pela suntuosidade da festa e riqueza da decoração do templo, como também pela concorrência de todas as classes da sociedade. Após o ato religioso, os festejos seguiram-se por quatro dias consecutivos.

No dia 31 de março, às 9 horas da manhã, a mesa administrativa da Irmandade de Nosso Senhor do Bomfim e da Nossa Senhora do Paraíso também sufragou missa em sua igreja, em São Cristóvão, pelas almas dos defensores da pátria que sucumbiram na guerra. A memória dos mortos, mais uma vez, esteve encarregada aos “desígnios da religião que dirigiam fervorosas preces ao Todo Poderoso”.¹⁴³

Na noite do dia 24 foi queimado um grande foguetório sobre barcaças entre as pontes da Boa Vista e Santa Isabel. “O fogo em si não foi coisa de admirar, e esteve mesmo abaixo do que se esperava. Mas o panorama que oferecia o Rio de Janeiro para quem estivesse colocado em qualquer das pontes era coisa que se não podia descrever”.

¹⁴⁴ E segue o *Jornal do Comércio*, em sua apologia e exaltação acerca da festa, narrando as suas impressões do evento:

Tudo quanto tem dito os jornais é pálido e fica aquém do que se sentiu. A maré estava cheia, grandes e brilhantes estrelas de gás colocadas pelos cais, de um e outro lado, e refletindo-se nas casas, tornavam, as ruas claras como dia; o leito do rio, porém, estava um pouco escuro.¹⁴⁵

Por ocasião das passeatas populares, membros do Partido Liberal não deixaram de manifestar-se com discursos contra o governo conservador, contando com o auxílio dos estudantes do 1º ano da Faculdade de Medicina e de Preparatórios, a ponto de serem tratados como sendo manifestações imprudentes, senão sediciosas, dando vivas à república e foras à monarquia.¹⁴⁶

¹⁴² BN/RJ. *Jornal A Reforma*, Rio de Janeiro, 20 mar. 1870.

¹⁴³ BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 30 mar. 1870.

¹⁴⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁴⁵ BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 7 maio 1870.

¹⁴⁶ Idem, *ibidem*.

O café da Imperatriz, no começo da rua com o mesmo nome, na Boa Vista, foi o ponto em que esses moços, “irrefletidos, ajuntados a indivíduos de pouco valor social, se têm reunido para as suas demonstrações”.¹⁴⁷ Outros indivíduos revidaram com notório apoio à monarquia. Daí originou-se um conflito em que houve, “ao que dizem”, profusa troca de sopapos e empurrões.

Nessa parte da descrição dos festejos, o redator do *Jornal do Comércio* alude ao papel histórico do Partido Liberal na guerra do Paraguai, defendendo o direito deste partido em partilhar as comemorações: a história, como reconhece os “homens sensatos, registrará que coube aos liberais a glória de iniciar a guerra, rompendo com a diplomacia absurda e desonrosa que de 1852 para cá acabava vergonhosamente com todas as questões que se suscitaram no Prata”.¹⁴⁸

Afirmava ainda que o Partido Liberal, em 1865, apelou para o civismo nacional e organizou as legiões de voluntários. A narrativa, de cunho liberal, evidencia ainda que o governo conservador tratava o Partido Liberal como um partido fora da lei, não creditando seus esforços. Para resguardar a sua participação nas páginas da história da guerra, referindo-se ao Partido Conservador, afirmava em seu artigo, publicado no *Jornal do Comércio*: “hoje querem apropriar-se de glórias que não são suas, de louros, que sempre procurou murchar”.¹⁴⁹

A morte de López e o consequente fim da campanha também repercutiram nas províncias e, cada uma a sua maneira e interesse, procurou fazer uso desses fatos. Na população e nos governos provinciais, manifestações de apreço mesclavam-se com críticas dirigidas aos seus governantes, todavia feitos com alegria sobre o término da guerra.

Em Porto Alegre, pela sua proximidade do Rio da Prata, desde o dia 15 de março a cidade já tinha conhecimento da morte de López. Logo que foi divulgado, o povo saiu às ruas, acompanhando as bandas de músicas, que se prostaram em frente ao Palácio do governo. Os navios se embandeiraram. Em terra firme a população dividiu-se pelas ruas. Parte do povo se dirigiu ao palacete da Sra. Condessa de São Lourenço, onde residia a esposa do general Câmara.¹⁵⁰

¹⁴⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁴⁸ BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 3 abr. 1870.

¹⁴⁹ Idem, *ibidem*.

¹⁵⁰ BN/RJ. *Jornal O Comércio de Porto Alegre*, Porto Alegre, 15 mar. 1870.

Em Salvador, foi apenas no dia 25 de março de 1870 que o governo e o povo baiano vieram a ter conhecimento da terminação da guerra. Um batalhão, composto de mais de duas mil pessoas de todas as classes e posições – médicos, negociantes, advogados, artistas –, dirigiu-se à Praça do Palácio. Na capital da Bahia, a festa foi liderada por partidários do grupo liberal, os quais reivindicavam as ovações pela “glória de apelar para o civismo nacional de organizar essas legiões de voluntários”.¹⁵¹

A Sociedade Libertadora Sete de Setembro, em regozijo pela terminação da guerra, entregou 43 cartas de liberdade, sendo 19 conferidas gratuitamente e 24 compradas, despendendo com essas alforrias seis contos de réis. Na mesma ocasião, o sr. Cirilo Eloi promoveu uma subscrição em benefício do menor Aristóbolo, rendendo 206 mil réis, parte doada pela Sociedade Maçônica Abrigo da Humanidade. Tratava-se de um escravo pertencente a um subdelegado da cidade de Cachoeira, o qual exigia pela sua liberdade 600 mil réis.¹⁵²

No jornal *A Reforma* publicou uma correspondência de Belém do Pará, datada de 7 de maio de 1870, na qual a imprensa paraense informava sobre a não participação do governo nos festejos populares pela terminação da guerra. “Estamos em tempo de festa por causa da conclusão da guerra. E na província do norte, todos os cidadãos estavam cooperando para demonstrar júbilo pela terminação da guerra menos o governo”. Seguiu a correspondência denunciando o descaso do governo em relação aos festejos: “É doloroso, porém, ver-se que o governo da província até agora não tenha dado sinal de vida!”.¹⁵³ Faltava patriotismo por parte do governo, criticava o correspondente, nem a celebração de um *te-deum* em ação de graça pela terminação da guerra foi realizado por iniciativa dos dirigentes da província. Os festejos ocorridos, informava a correspondência, foram feitos às custas do Partido Liberal. A Câmara Municipal, sob a presidência do liberal José da Gama Molcher, preparou festejos para solenizar a volta da paz, “tão aspirada por todo este vasto e mal regido império”,¹⁵⁴ conquistada à custa de tanto sangue precioso, de tantos sacrifícios, de tantas vítimas.

Segundo o correspondente de São Luiz, na província do Maranhão, causou “verdadeiro delírio” a notícia do fim da guerra com a morte de Solano López. Os festejos foram noticiados como pomposos, sobressaindo o papel da Câmara Municipal,

¹⁵¹ BN/RJ. *Jornal da Bahia*, Bahia, 26 mar. 1870.

¹⁵² IGHB. *Jornal O Alabama*, Salvador, 28 mar. 1870.

¹⁵³ BN/RJ. *Jornal A Reforma*, Rio de Janeiro, 1º jun. 1870.

¹⁵⁴ Idem, *ibidem*.

que participara ativamente na organização das festas. Iluminou-se toda a frente do edifício, sendo adornada com os retratos dos heróis da guerra, sendo o centro ocupado pela efigie do imperador.¹⁵⁵

A província de São Paulo recebeu a notícia por telegrama dirigido ao presidente da província que, imediatamente, fez publicar o seu conteúdo nos jornais que circulavam na capital e no interior da província. Nas suas reflexões, o *Correio Paulistano* procurou evidenciar que “não é o cadáver do chefe guarani o ponto de mira de nossas alegrias, mas sim a perspectiva de paz, a volta do iluminado exército que vem de novo sentar-se a porta do lar e estancar as lágrimas do povo”.¹⁵⁶ Era a volta à tranquilidade do trabalho, do sossego, das famílias, e a vida desafogada das dores, de prantos e misérias.

Em uma espécie de prenúncio dos acontecimentos futuros acerca dos percalços aos que fizeram a campanha, dizia o mesmo periódico tratar-se de um momento da cicatrização das feridas, da restauração das forças sociais, o que só seria possível com as recompensas devidas para os que foram à guerra e para as famílias que assistiram, de longe, à morte de seus entes queridos, pelo governo de D. Pedro II.

Assim como nas demais províncias, em São Paulo bandas percorreram as ruas até altas horas da noite, fechando-se todas as repartições públicas, sendo geral a iluminação e o embandeiramento das casas do centro da cidade.

Na cidade do Rio de Janeiro tão logo se espalhou a notícia do final da guerra começaram os preparativos para a recepção ao Conde D’Eu.

O CAMINHO DO ESQUECIMENTO: A FESTA ACABOU

A morte de Solano López em 1º de março e a comemoração pela terminação da guerra em 10 de julho de 1870, com a festa no Campo da Aclamação, abriram o caminho para o esquecimento. Das recepções e dos festejos realizados aos voluntários restaram apenas lembranças das testemunhas que assistiram às festas e as páginas dos jornais que guardavam uma memória adormecida espera do historiador do passado.

¹⁵⁵ BN/RJ. Jornal *O Publicador Maranhense*, Maranhão, 2 jun. 1870.

¹⁵⁶ BN/RJ. Jornal *O Correio Paulistano*, São Paulo, 19 mar. 1870.

O clima festivo que suspendeu o cotidiano da cidade deu lugar à tentativa de normalizar a situação atípica vivida pela Corte e em diversas partes do Império. Faltavam apenas as recepções nas províncias, último torrão de terra que denotava de fato o fim da campanha.

Foram cinco meses de festejos populares, bailes, sessões teatrais, banquetes, cerimônias, homenagens e discursos na Corte. Todavia, as festas foram perdendo o brilho e a pompa, se comparadas às primeiras realizadas na Corte, quando o povo da capital do Império “delirava de entusiasmo” e o governo mostrava-se frio e indiferente e mal se fazia representar nas solenidades nas demais recepções aos voluntários.

Nos meses seguintes a situação piorara na Corte. Outros tantos soldados do Exército chegariam sendo recepcionados sem festejos, iluminação, *te-deum*, desfiles pelas ruas, discursos e, em pouco tempo, eram devolvidos aos transportes que lhes conduziam para suas províncias.

Referindo-se à passagem dos batalhões 42º de Pernambuco e 35º de voluntários de São Paulo, em Santa Catarina, o jornal *A Regeneração* considerou um fato escandaloso a recepção ocorrida na cidade do Desterro. Ao fundear o vapor *Izabel* no porto, “o povo esperou que aparecesse a tropa fazendo a sua entrada na cidade e passando pela praça, a recolher-se aos quartéis. — Mas esperou em vão”.¹⁵⁷ Os voluntários desembarcaram e se recolheram às barracas improvisadas na Praia de Fora, sem desfilar pelas ruas como fizeram outros batalhões. Dizia o mesmo periódico: “daqui e dali, nesta ou naquela hora, como a modo, soltam alguns foguetes e em um ou dois hotéis via-se hasteada a bandeira nacional e o povo olhando para os voluntários que andavam pelas ruas sem ter abrigo onde se asilar”.¹⁵⁸

A maior frieza pareceu reinar na população. Teria o povo alguma razão para isso? O Palácio do governo em Santa Catarina estava fechado, a bandeira não tremulava no edifício. Aos comandantes dos corpos de voluntários foi solicitado que entrassem no desembarque à cidade, mas que o fizessem pelas chácaras afastadas. A razão para esse fato devia-se à morte dos dois filhos do Araújo Lima, presidente da província. Nem mesmo diante da dor sofrida pelo presidente da província, não poupou o jornal liberal suas críticas ao governo. “Por que porém não encarregou seus secretários e ajudantes de ordens de receber dignamente a heróica brigada que pisava aqui pela primeira vez terra pátria?”

¹⁵⁷ BN/RJ. Jornal *A Regeneração*, Santa Catarina, 21 abr. 1870.

¹⁵⁸ Idem, *Ibidem*.

Considerava aquela folha uma festa popular e parecia o governo indisposto a dar continuidade aos festejos pelo regresso dos voluntários.

Foi talvez a subserviência, ou antes a lisonja inconsiderada que pretendia mostrar seus pares [referia-se a Araújo Lima] ao homem que se achava no poder, e impunha ao povo a tristeza para melhor servir ao senhor. Como se lhes negar o brado de reconhecimento dos primeiros irmãos que os avistam nas terras pátrias?¹⁵⁹

Por ocasião da entrada do 26º Batalhão de Voluntários do Ceará, apesar do comandante coronel Tibúrcio ter sido um dos mais notáveis soldados na guerra, decresceram visivelmente a influência e o fervor do público no acolhimento do batalhão cearense.¹⁶⁰

No dia 24 de julho de 1870, entrou do Rio da Prata o transporte a vapor Izabel conduzindo o 54º Batalhão da província da Bahia, último contingente que restava de Voluntários da Pátria em território paraguaio.¹⁶¹ Os preparativos para recepção desse batalhão na Corte haviam ficado a cargo dos senadores baianos, que convidaram, por meio da imprensa, os deputados da Bahia “e mais baianos, aqui residentes, a comparecerem amanhã no salão Clube Fluminense para resolver sobre o modo porque deve ser recebido o último contingente de voluntários”.¹⁶²

A comissão composta por Saldanha da Gama, Rodrigo Octavio e André Rebouças para organizar os festejos estava sob a presidência do senador Nabuco, servindo de secretário o Dr. Rodrigo Octavio, que deliberou fazer uma coroa de ouro para ser depositada no altar da Santa Victória, quando o batalhão regressasse à Bahia. O doutor Rodrigo Octavio propôs que se fizesse tecer uma coroa de saudades a ser entregue ao tenente-coronel Cunha, comandante dos voluntários, para ir depositá-la sobre o túmulo do Visconde de Itaparica. A festa restringiu-se apenas a uma facção partidária ou a junção de comprovincianos em torno da recepção dos batalhões.

A imprensa limitava-se a comunicar a entrada dos batalhões anunciando o local do desembarque. Entraram na Corte vindos de Santa Catarina os transportes S.

¹⁵⁹ Idem, *ibidem*.

¹⁶⁰ BN/RJ. *Jornal O Liberal*, Recife, 13 abr. 1870.

¹⁶¹ BN/RJ. *Jornal A Regeneração*, Desterro, 28 jul. 1870.

¹⁶² BN/RJ. *Jornal A Reforma*, Rio de Janeiro, 3 jul. 1870.

José e Alice. O primeiro trazendo a bordo o 46º Batalhão de Voluntários da província da Bahia, com 470 praças e 41 oficiais; o segundo trazendo a ala direita dos 35º Batalhão da província de São Paulo, com 283 praças e 41 oficiais.

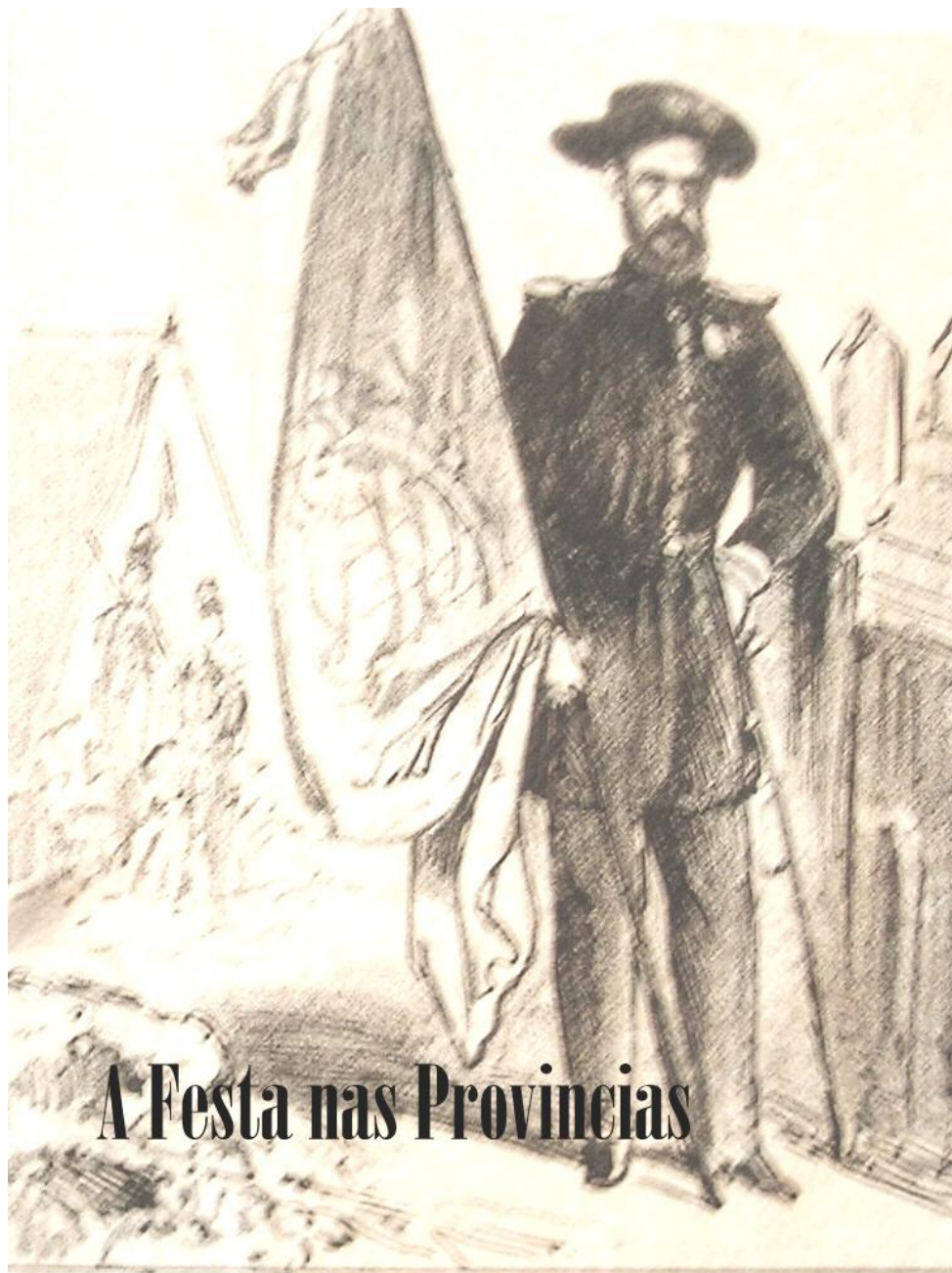
Não era possível que depois de tão breve lapso de tempo a memória da gratidão tivesse desaparecido. Enquanto o esquecimento dos festejos na Corte prenunciava novos tempos para o Império, oficiais recém-chegados de Assunção endereçavam ao jornal liberal *A Reforma* cópias de requerimentos e de documentos encaminhados ao Ministério da Guerra, onde expressavam o descontentamento dispensando pelo governo imperial ao Exército brasileiro.

Nas queixas declaravam-se satisfeitos, não com as recompensas do governo imperial, mas sim com o cumprimento do dever cívico e as demonstrações de alegrias recebidas pelo povo. Satisfeitos, sobretudo, por terem regressado da campanha com força para ganharem o pão da subsistência, “porque do contrário ver-se-iam obrigados a mendigar, como seus infelizes camaradas, que voltaram mutilados”.¹⁶³

O *Correio Nacional* publicou em seu editorial que a morte do ditador paraguaio Solano López, em 1º de março de 1870, determinava o fim da guerra e fez “desaparecer para o governo imperial as dificuldades de seu banimento, e os receios de que ele no futuro pudesse voltar vitorioso à Assunção”. Profetizou sobre o sentido das comemorações após o desaparecimento de López: “As festas da vitória acabaram, a primeira expansão de alegria pelo acabamento da guerra já passou, para dar lugar ao raciocínio frio e desapaixonado, os hinos e os vivas entusiasmados do povo já não mais ecoavam pela cidade”.¹⁶⁴

¹⁶³ BN/RJ. Jornal *A Regeneração*, Desterro, 10 mar. 1870.

¹⁶⁴ BN/RJ. Jornal *Correio Nacional*, Rio de Janeiro, 25 mar. 1870.



Voluntário da Pátria da província de São Paulo com o pavilhão nacional – Acervo AHN/RJ.

Capítulo III

A Festa nas Províncias

A pequena cidade de Barra do Rio Grande, localizada às margens do Rio São Francisco, na Bahia, o vereador Francisco Martins Sertão, depois de receber ofício confidencial do presidente da província, convocou os cidadãos para festejar o triunfo do Exército na Guerra do Paraguai. A data era 24 de fevereiro de 1868.

Por três noites consecutivas, a Câmara Municipal e algumas residências do centro da cidade foram iluminadas. Atendendo a um pedido do vereador Martins Sertão, os comerciantes queimaram fogos de artifício, comemorando o término da guerra. Acompanhada por uma banda de música, a população desfilou pelas ruas da cidade, na festa improvisada.¹⁶⁵

O ofício do presidente da Bahia somente foi desmentido três semanas depois, quando na cidade eram preparados novos festejos para receber seus filhos. Da mesma forma como não correspondeu à vitória final do Brasil na guerra contra o Paraguai, a festa em Barra do Rio Grande acendeu uma nova expectativa popular pelo regresso das tropas.

A cada remessa de soldados “para o preenchimento dos clarões que os combates e as enfermidades abriam incessantemente nas fileiras do nosso exército”,¹⁶⁶ a guerra tornava-se mais impopular. O oferecimento voluntário, assim como o recrutamento, diminuía em todas as regiões do Brasil.

Por duas vezes a população da cidade de Barra do Rio Grande – como os moradores das vilas e dos povoados vizinhos – saiu às ruas para festejar o término da guerra. O sentimento de regozijo, todavia, foi rapidamente substituído pela

¹⁶⁵ APEBa Ofício do presidente da província da Bahia à Câmara Municipal da cidade de Barra do Rio Grande, de 24 de fevereiro de 1868. Seção Colonial e Provincial, Câmara de Barra do Rio Grande, maço 1259.

¹⁶⁶ APEBa. Seção Colonial e Provincial, maço 831.

frustração, e o povo sempre se recolhia ao cotidiano, à espera de novidades sobre as operações no Paraguai.

RECEPÇÃO AOS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA NA BAHIA

Em 14 de fevereiro de 1870, o governo da Bahia finalmente foi informado em mensagem confidencial e circular do ministro da Guerra que uma brigada de corpos de voluntários comandada pelo coronel Francisco Vieira de Faria Rocha desembarcaria na Corte, e depois, seguiria para a província da Bahia. Isso se daria nos primeiros dias daquele mesmo mês.

Em ofício ao governo da província, Francisco de Souza informou que era preciso tomar as providências para a realização dos festejos. Entre elas, recuperar os carros triunfais que se achavam muito estragados, armar arcos nas ruas das freguesias, proceder à limpeza, à pintura e ao restauro das estátuas dos caboclos, símbolos da independência da Bahia que participariam das comemorações na volta dos voluntários baianos.¹⁶⁷

A notícia da chegada dos Voluntários da Pátria e dos Guardas Nacionais se espalhou pela cidade de Salvador. Em 27 de fevereiro de 1870, a Associação Comercial da Bahia convidou seus consócios para concorrerem para os preparos dos festejos em homenagem aos voluntários baianos.

Às sete horas da manhã do dia 12 de março de 1870, o transporte a vapor Galgo singrava as águas da Baía de Todos os Santos, conduzindo 380 soldados e oficiais do 40º Batalhão de Voluntários da Pátria. Avistadas pela capitania do porto de Salvador, as tropas foram saudadas com tiros de canhões na entrada da barra que dava acesso ao porto da cidade.¹⁶⁸

¹⁶⁷ APEBa. Seção Colonial e Provincial, Guerra do Paraguai, 1870, maço 3673.

¹⁶⁸ APEBa. Seção Colonial e Provincial, Guerra do Paraguai, 1870, maço 3668.

“A salva repercutiu nos corações de todos os baianos”.¹⁶⁹ A fragata Circe, pertencente à marinha francesa, executou o hino nacional brasileiro ao passar pelo vapor de guerra. No Arsenal da Marinha, o batalhão de polícia, um piquete da cavalaria, os 3º e 4º corpos da Guarda Nacional e a banda militar aguardavam para prestar honras aos soldados.

Discursos inflamados, recitações de poesias, lágrimas de alegria, vivas aos soldados podiam ser escutados pelos voluntários a bordo do vapor, antes do desembarque. A Fortaleza do Mar e a corveta Baiana dispararam uma nova salva de tiros, anunciando a chegada dos praças. Em frente ao Arsenal, o povo que correu à festa assistiu ao desfile dos vapores da companhia baiana e dos navios estrangeiros embandeirados com as cores do Brasil.

Muitos dos espectadores levavam coroas de flores e fitas auriverdes, para presentear os soldados e a oficialidade. Às dez horas da manhã começou o desembarque da brigada. Uma comissão formada por autoridades do governo e sociedades recreativas e literárias da capital foi cumprimentar o brigadeiro Faria Rocha e os Voluntários da Pátria. Juntos, todos assistiram à execução do hino nacional.



Dois dos mais conhecidos Voluntários da Pátria festejados na Bahia: Os Tenente coronel Faria Rocha e Marcolino Moura. Acervo AHN/RJ

¹⁶⁹ BN/RJ. Jornal *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 23 mar. 1870.

Depois da recepção no Arsenal, o 40º Batalhão de Voluntários da Pátria e Guarda Nacional começou o desfile pela Rua do Taboão, passando pela Rua do Carmo até alcançar a Rua Nova da Alfândega. Em frente à Praça do Comércio, as tropas e o comandante foram saudados pela Associação Comercial. Por ordem do brigadeiro Faria Rocha, as tropas entraram em forma na Praça Riachuelo, para ouvir o discurso do presidente da província, do comandante das armas e do Dr. João de Carvalho, que falou em nome da Assembleia Provincial, felicitando aos soldados pelo regresso à pátria e à família. Os discursos eram sempre seguidos por vivas da multidão que se concentrava em torno das tropas.

A praça também estava repleta de “flores, poesias, capelas, músicas e de saudações estrepitosas que partiam de todos os pontos [até chegar] aos voluntários”.¹⁷⁰ No percurso por onde desfilariam as tropas, as casas estavam embandeiradas, e alguns sobrados foram ricamente decorados com colchas coloridas nas janelas. Das sacadas, moças atiravam flores sobre a brigada que desfilava por entre arcos coloridos, erguidos especialmente para a festa.

Na altura da Travessa de Santa Bárbara, ao avistar a mãe, um soldado saiu de forma e dirigiu-se a ela, pedindo-lhe a bênção. “A preta deslumbrada, de boca aberta e olhos arregalados, encarava o filho sem poder, entretanto, articular palavras, enquanto seu filho insistia em seu pedido”.¹⁷¹

Em frente ao Banco da Bahia, um arco se destacava entre os demais. Ele era todo forrado de damasco, seda e veludo nas cores verde e amarelo, medindo três metros e meio de altura. O arco havia sido oferecido por negociantes da cidade, com a subscrição pública aberta naquela instituição.

Em sua coluna Notícias das Províncias, o jornal *A Reforma*, do Rio de Janeiro, destacou as homenagens da comissão liberal, encarregada de entregar ao brigadeiro Faria Rocha uma “primorosa e riquíssima grinalda de flores para ornamentar a sua invicta espada”.¹⁷² O representante da comissão saudou o general Faria Rocha com estas palavras:

¹⁷⁰ IGHB. *Jornal da Bahia*, Salvador, 13 mar. 1870.

¹⁷¹ IGHB. *O Alabama*, Salvador, 18 mar. 1870.

¹⁷² BN/RJ. *A Reforma*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1870.

Ilustre General! Escolhido dentre a comissão liberal, o grande e patriótico partido liberal, cuja comissão se acha aqui reunida, tem o júbilo de depositar sobre vossa brilhante e valente espada, a coroa de suas glórias e de suas esperanças, voluntários da pátria, os abraço com estremecimento e cheio de mais viva emoção!¹⁷³

E assim respondeu o brigadeiro Faria Rocha:

meu bravo companheiro, a vós e aos distintos membros da comissão liberal agradeço profundamente a prova assinalada com que me honrastes, no momento, o mais venturoso de minha vida em que me vejo restituído a terra do meu nascimento.¹⁷⁴

Naquele momento foram levantados vivas ao general Faria Rocha, aos Voluntários da Pátria, ao Conde D'Eu, ao Partido Liberal e ao povo brasileiro. Entretanto, o jornal *Diário do Rio de Janeiro*, que também escreveu sobre os festejos na Bahia, apresentou uma versão diferente dos acontecimentos. A folha oficial da Corte noticiou que, no Arsenal da Marinha, o liberal conselheiro Dantas, os parlamentares João Barbosa, Luiz Antônio, Cezar Zama, Souto Maia e Marcolino Moura, ocuparam indevidamente os lugares reservados para a recepção oficial.¹⁷⁵

Referindo-se aos liberais durante a festa, o jornal comentou: “Ali levantou o conselheiro Dantas vivas inconvenientes que foram correspondidos pela camarilha, mas repelidos pelo público que ali não fora saudar partidos mas honrar beneméritos da pátria”.¹⁷⁶ O jornal também questionou o Partido Liberal:

Como poderão esses agitadores inspirar confiança nas instituições, se são eles os primeiros a profaná-las nas exaltações da demagogia? Como fundar o império da lei se apelam para a revolução armada a menor contrariedade que lhes suscita a marcha natural dos acontecimentos? Se em oposição tivéssemos adotado esses meios iníquos, em que abismo não se acharia atualmente a pátria comum?¹⁷⁷

¹⁷³ BN/RJ. Jornal *A Reforma*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1870.

¹⁷⁴ Idem, *Ibidem*.

¹⁷⁵ BN/RJ. Jornal *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 23 mar. 1870.

¹⁷⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁷⁷ Idem, *ibidem*.

As acusações trocadas entre conservadores e liberais ocuparam as colunas dos jornais *Diário do Rio de Janeiro* e *A Reforma* com mais intensidade que a descrição dos festejos ocorridos na Bahia. O jornal *A Reforma* respondeu à acusação da imprensa oficial contra os liberais, asseverando que todo o mérito do alistamento dos Voluntários da Pátria coube ao Partido Liberal, destacando a Bahia, que ofereceu o maior contingente:

A iniciativa coube ao partido liberal, ele, a quem coube a glória de levantar o espírito patriótico da província, e sob cuja influência enviaram os governos liberais cerca de 18 mil homens à desafrontar a honra nacional, embora a ingratidão com que é perseguido pelo governo de S. Cristóvão, entendeu de seu dever receber os voluntários como os despedira.¹⁷⁸

Nos últimos anos da guerra a situação do partido conservador na Bahia era, de fato, melindrosa. A folha oposicionista denunciou que parte dos conservadores baianos estava disposta a romper com o Barão de S. Lourenço e que tal intenção se retraiu com a morte do Visconde de Jequitinhonha, importante líder dos conservadores: “Dizem, entretanto, que o Sr. Fernandes da Cunha declara solenemente que não aceitaria mais uma do barão de S. Lourenço e nem uma candidatura”.¹⁷⁹

A Reforma tratou também de enaltecer a festa, todavia associada sempre à importância de Faria Rocha, membro do Partido Liberal, à frente do batalhão. O correspondente da folha liberal escreveu que alguns cidadãos que serviram voluntariamente no 40º Batalhão da Bahia ofereceram ao general Faria Rocha uma coroa de prata e ouro e uma faixa de veludo verde bordado a ouro, onde se lia: “Viva o herói baiano!”.¹⁸⁰

Na solenidade, o ex-major do corpo 40º de Voluntários, Ferreira Barros, falou para a tropa e para o comandante baiano, em nome dos inválidos:

A Bahia consagra o dia de hoje aos voluntários que voltam da campanha a descansar das lides homéricas, cobertos de honrosas

¹⁷⁸ BN/RJ. Jornal *A Reforma*, Rio de Janeiro, 22 mar. 1870.

¹⁷⁹ BN/RJ. Jornal *A Reforma*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1870.

¹⁸⁰ Idem, ibidem.

cicatrizes, contando as fileiras destruídas pela metralha inimiga. [...] E nesta hora triunfal, nós, os irmãos de armas, mutilados nos combates, saudamos o comandante intrépido do batalhão 40º que foi o modelo dos brasileiros, o exemplo dos patriotas, o nosso guia e o nosso orgulho – Oferta da coroa – Aceitais, em nome dos voluntários, cingir, senhor brigadeiro, a vossa fronte valorosa.¹⁸¹

Nos anos seguintes, toda vez que a memória da guerra era revisitada, o general era motivo de homenagens. Os Voluntários da Pátria, ao contrário, depois de dissolvidos os batalhões, desapareceram do reconhecimento popular e do patriotismo praticado pelos baianos. Os voluntários haviam sido condenados ao esquecimento. No entanto, deve-se enfatizar que esse apreço ao comandante baiano era muito mais resguardado pelo papel do Partido Liberal de fazer guardar na memória a ação de seu ilustre membro depois da campanha do que propriamente resultante do reconhecimento da sociedade. Assim, quando a notícia da morte de López chegou à cidade de Salvador, nenhum viva foi levantado aos Voluntários da Pátria, que haviam chegado à capital baiana menos de dois meses atrás. A festa pelo término da guerra foi toda dedicada ao comandante Faria Rocha.

O *Jornal do Comércio* escreveu que a “população baiana seguiu pelas ruas da cidade com destino à casa do general Faria Rocha que recebeu a bandeira nacional”. No mesmo artigo, o redator referiu-se ao papel histórico do Partido Liberal na Guerra do Paraguai, defendendo o direito dos liberais de compartilhar das comemorações.

As tentativas de descaracterizar os festejos patrióticos na Bahia fez o *Diário do Rio de Janeiro* estender suas críticas aos Voluntários da Pátria, refletindo a falta de vontade do governo baiano de comemorar a chegada das tropas civis. O redator do diário carioca escreveu que “um jantar copiosamente preparado a expensas do tesouro público” foi oferecido aos voluntários, mas o sucesso do evento ficou comprometido, “porque um terço da tropa confundiu-se no meio da multidão e não aproveitou a hospitalidade que lhe era oferecida pelo governo, preferindo as ruas, as festanças e a bebida”.¹⁸²

Na noite do primeiro dia de festa a cidade iluminou-se: a Câmara Municipal, o Palácio da Presidência, a Praça Riachuelo, a Associação Comercial, o frontispício da

¹⁸¹ BN/RJ. *Jornal A Reforma*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1870.

¹⁸² BN/RJ. *Jornal Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 23 mar. 1870.

Igreja da Misericórdia, a matriz da Conceição da Praia e muitas casas de particulares. O brigadeiro Faria Rocha foi cumprimentando pelos caixeiros nacionais e estrangeiros.

Enquanto isso, por meio da imprensa conservadora, o partido governista baiano atacava os liberais. Entretanto, na correspondência oficial trocada entre o poder local, na Bahia, e o poder central, na Corte, isso não transpareceu com a mesma intensidade. O presidente da província da Bahia limitou-se a informar o Ministério da Guerra sobre a chegada das tropas na cidade de Salvador e, em tom solene, relatou ao governo de D. Pedro II o sucesso na campanha do Paraguai:

Com a maior satisfação recebeu esta cidade a notícia do feliz desfecho da guerra do Paraguai, não podendo o Brasil desejar melhor. A população saiu toda para as ruas e praças com entusiasmo indiscutível, passando toda a noite em festejos, percorrendo a cidade diferentes grupos e batalhões patrióticos com músicas, foguetes e repetidos vivas ao Imperador, ao Exército e Armada, e aos diferentes beneméritos da vitória. A cidade se iluminou espontaneamente. Felicito o governo imperial por tão assinalado benefício da providência, e rogo à V. Excia que por mim beije a mão do Imperador, que nunca descreio do triunfo do Império e do castigo do seu injusto agressor.¹⁸³

O presidente da província baiana informou, no ofício, sobre a romaria à Igreja do Bonfim de Itapagipe e sobre a intenção do comandante de seguir viagem com a tropa até a cidade de Santo Amaro da Purificação, no recôncavo baiano. O propósito dessa viagem era depositar uma das bandeiras da campanha na matriz daquela cidade.

O comandante das armas comunicou-me verbalmente que o Brigadeiro comandante os levará na 6ª feira a uma romaria ao Bomfim, e que no domingo queria ir depositar em Santo Amaro da Purificação uma segunda bandeira que tem. Dei ordens em tal caso para que no mesmo domingo às 10 horas fossem depositar na Sé a bandeira de que fala o Aviso de 28 de fevereiro próximo passado.¹⁸⁴

¹⁸³ AN/RJ. Correspondência do presidente da província ao ministro da guerra, Barão de Muritiba, 14 mar. 1870. IG1 – 127 – Série Guerra – Ministério da Guerra – Bahia (1870-1873).

¹⁸⁴ Idem, *ibidem*.

Embora o Barão de São Lourenço demonstrasse indiferença em relação aos liberais e ao controle da ordem nos dias em que a cidade abandonou o cotidiano para viver os festejos, o presidente da província deixou escapar o receio de que o batalhão seguisse para o recôncavo antes de ser dissolvido. O presidente “temia algum tipo de convulsão ou agitação feitas pelos soldados que não receberam os soldos atrasados no Rio de Janeiro, porque disse o governo central que tais dívidas seriam quitadas na Bahia”.¹⁸⁵

Essa apreensão era compartilhada pelo governo da Corte. Em 25 de fevereiro de 1870, portanto, antes da chegada do primeiro corpo de Voluntários da Pátria à cidade de Salvador, o ministro da Guerra, Barão de Muritiba, oficiou ao presidente da província baiana recomendando o procedimento que o governo deveria adotar com relação aos batalhões, depois do desembarque:

Previno V. Excia. que logo que termine a recepção, que se lhe faça nessa Capital, V. Excia. mandará expedir-lhes as suas baixas, podendo, se preciso for, proporcionar-lhes transportes até seus domínios assim evitando a aglomeração dessa massa de soldados desocupados na capital.¹⁸⁶

No dia 1º de março de 1870, mais um ofício chegou ao conhecimento do Barão de São Lourenço. Dessa vez, o ministro Muritiba enfatizava que

As armas com que marcha o mesmo batalhão devem ser recolhidas ao Arsenal de Guerra dessa província, mandando V. Excia. dissolver o mesmo batalhão e expedir os necessários títulos de baixa às praças no menor espaço de tempo em detrimento dos males que podem causar à sociedade esses soldados armados e endurecidos pela campanha.¹⁸⁷

Entretanto, por meio de seu correspondente, o *Diário do Rio de Janeiro*, nas publicações a respeito dos festejos na Bahia, procurou apaziguar as notícias dadas aos leitores da Corte e de outras partes do Império sobre possíveis perturbações da ordem

¹⁸⁵ Idem, *ibidem*.

¹⁸⁶ APEBa. Seção Colonial e Provincial, Ministério da Guerra, maço 832.

¹⁸⁷ Idem, *ibidem*.

pública. O jornal informou: “devemos declarar que nenhum vivo partidário, nenhuma manifestação inconveniente partiu do seio das massas, e que os numerosos emissários do liberalismo, ou foram ridicularizados nas ruas, ou apurados no quartel”.¹⁸⁸

Com destaque para a intenção dos liberais de criar no espírito popular o sentimento de revolta, o jornal publicou:

Eram liberais que aconselhavam o abuso da força para favorecer as suas aspirações injustificáveis; alcunharam-nos de tiranos a nós que os deixava livremente tentar o desprestígio dos adversários, e em nome da liberdade solicitavam a cooperação da revolta para esmagar pela força bruta o que não puderam vencer no terreno da legalidade.¹⁸⁹

Artigo como esse, publicado pela imprensa conservadora, acabou demonstrando a apreensão do governo com relação ao Partido Liberal. Para desprestigiá-lo, o governo apontou a incapacidade do partido de organizar movimentos revoltosos.

O *Jornal do Comercio*, folha respeitada pela imparcialidade política, publicou em um de seus editoriais a falta de interesse do governo baiano pela comemoração da chegada dos voluntários na respectiva província. O jornal concordava com a ideia, defendida pelos liberais, que os conservadores não renderam as homenagens que os heróis mereciam.

O jornal afiançou que o presidente daquela província não nutria simpatia pelos voluntários desde que estes haviam chegado à capital baiana. Em defesa do patriotismo da Bahia, o impresso criticou o Partido Conservador, que atribuiu o sucesso do Brasil na campanha somente ao Imperador, sem mencionar a participação dos voluntários baianos na guerra.

E censuram os liberais, como censurou o Sr. Barão de S. Lourenço, quando, na mesma ocasião em que bradava: “desgraça aos que querem desnaturar as glórias de nossas armas”, proclamava com toda a inconveniência que o autor da guerra era D. Pedro II e, portanto, o primeiro responsável se a vitória final não viesse!¹⁹⁰

¹⁸⁸ BN/RJ. *Jornal Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 23 mar. 1870.

¹⁸⁹ BN/RJ. *Jornal Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 25 mar. 1870.

¹⁹⁰ BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 3 abr. 1870.

A notícia da morte de López e o aniquilamento de suas tropas, em princípios de 1870, produziram novos festejos na Bahia. Isso já era esperado, avaliando-se a soma de sacrifícios feitos por aquela província e o papel dos liberais no início da campanha de mobilização das tropas. Mais uma vez a desavença entre liberais e conservadores tornou-se tema discutido pelo jornal *Diário do Rio de Janeiro*, que enfatizou o comportamento ordeiro e o “bom senso do povo baiano, cuja índole é de uma docilidade proverbial, compreendeu que no festejar de nossas glórias, não devia aparecer o menor indício de agitação partidária”.¹⁹¹

O Partido Liberal, disposto a aproveitar a ocasião de “turvar as águas, para pescar o seu conforto”, procurou tornar saliente o que convinha escurecer no momento: “a sua despeitada ambição de mando”. Assim concluiu o jornalista do *Diário do Rio de Janeiro*, referindo-se à presença dos liberais nos festejos.

Da Bahia, o Barão de São Lourenço dirigiu ofício confidencial ao ministro da Guerra, em 17 de abril de 1870. Referindo-se aos adversários, desdenhou:

Reuniu um pequeno grupo de vagabundos, e pondo a frente da falange uma música improvisada, percorreu algumas ruas, dando vivas inconvenientes e provocando reações que felizmente não tiveram lugar. Alguns homens do povo acompanharam o cortejo, movidos pelo espírito de curiosidade, e arrastados pelo estrondo da música. A polícia deixou-os obrar em plena liberdade, e a não resistência destroçou-os mais depressa do que o poderia fazer qualquer procedimento por parte do governo.¹⁹²

A festa idealizada com o propósito de comemorar a vitória dos brasileiros contra o Paraguai foi usada pelo governo conservador na Bahia para demonstrar a força política exercida na província. Assim, as temáticas centrais dos acontecimentos, a comemoração das vitórias, a enumeração das batalhas e das narrativas sobre heróis que se destacaram na guerra não apareceram nos jornais conservadores. Não houve, por parte da imprensa oficial, nenhuma intenção de fazer do povo guardião da memória dos fatos históricos que poderiam ser rememorados nos anos seguintes ao fim da campanha.

¹⁹¹ BN/RJ. Jornal *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 18 abr. 1870.

¹⁹² APEBa Seção Colonial e Provincial, Série Guerra, maço 1272.

No dia 18 de abril de 1870 chegou à Corte o 46º Batalhão de Voluntários da Pátria, pertencente à Bahia, junto com os de números 35, de São Paulo, e 42, de Pernambuco. No Rio de Janeiro, o coronel Francisco Lourenço de Araújo, comandante do 46º, foi agraciado com o título de Barão de Sergy, pelos serviços prestados na guerra. Pelo Aviso de 21 de abril de 1870, recebeu ordens do Imperador D. Pedro II para depositar uma das bandeiras do batalhão na Igreja de Nossa Senhora da Purificação, na cidade de Santo Amaro.¹⁹³

O 46º Batalhão de Voluntários da Pátria partiu da cidade do Rio de Janeiro para a Bahia em 30 de abril de 1870, no navio de guerra Marcílio Dias. Comandado pelo capitão-tenente da Marinha Imperial, Manuel Ernesto de Souza França, o navio atracou no cais do Arsenal da Marinha, em Salvador, às sete horas da manhã do dia 4 de maio de 1870.¹⁹⁴

A diretoria da Associação Comercial foi a bordo para felicitar o general, entregando-lhe nas mãos o diploma de sócio honorário.¹⁹⁵ A cidade novamente se revestiu de gala e o povo correu para vitoriar o restante da numerosa falange que viveu dias de glória no Paraguai. O regozijo público foi manifestado na maior ordem. O Barão de Sergy e seus companheiros de armas foram saudados na saída do Arsenal e seguiram pela ladeira do Taboão, até a Praça do Palácio, onde Vicente Ferreira de Souza recitou uma poesia, seguido por João de Britto. Dali o grupo seguiu para o Forte de São Pedro, onde se aquartelou.

Ao se referir à chegada do segundo contingente de Voluntários da Pátria, o *Jornal do Comércio* relatou a preocupação do Barão de São Lourenço com a ida daquela brigada para a cidade de Santo Amaro. Segundo o jornal, o Barão procurou “impedir com todas as forças esse passeio do batalhão, antes de ser dissolvido”.¹⁹⁶ Mas, por que o presidente da província temia a intenção da tropa de dirigir-se à cidade que ansiosamente esperava pelo retorno de seus filhos? O temor de sublevação das tropas na Corte contagiava a província da Bahia.

Desde a chegada do primeiro batalhão, foram muitas as queixas que subiram até o presidente da província; por duas vezes, os batalhões de voluntários dirigiram-se ao palácio para reclamar seus soldos. O jornal *O Alabama* publicou: “dizem que não há

¹⁹³ *Coleção Leis do Império*. Decreto Imperial de 21 de abril de 1870.

¹⁹⁴ IGHB. *Jornal Diário da Bahia*, Salvador, 5 maio 1870.

¹⁹⁵ Idem, *ibidem*.

¹⁹⁶ BN/RJ *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 23 maio 1870.

dinheiro. Foram à Tesouraria e daí retiraram-se sob a promessa de que hoje infalivelmente seriam pagos”.¹⁹⁷ Essa notícia correu por toda a cidade e as reclamações avolumaram-se nas repartições do governo provincial, que empenhava a palavra do governo de providenciar as soluções necessárias.

Em ofício confidencial de 13 de maio de 1870, o presidente da província da Bahia informou o Ministério da Guerra acerca dos pedidos de passagens feitos por oficiais e praças do Exército, que pretendiam retornar à cidade do Rio de Janeiro a bordo dos transportes que conduziam Voluntários da Pátria para o norte. Os soldados tinham o objetivo de reivindicar às autoridades do governo na Corte e, principalmente, ao Imperador, os direitos assegurados no decreto que criou os corpos de Voluntários da Pátria.¹⁹⁸ O ministro da Guerra respondeu ao presidente da província da Bahia: “não convém a sua aglomeração atualmente, nem na corte e em parte alguma das capitais”.¹⁹⁹ Cabia, então, ao governante, persuadir os soldados a seguir essa recomendação.

Sobre a ida do batalhão à cidade de Santo Amaro, o *Jornal do Comércio* publicou: “não há motivo para privar os habitantes daquela cidade do prazer de possuírem uma relíquia, que atestará os atos de heroicidade de seus patrícios, e o patriotismo com que o povo dali correu a desagrar a honra da nação”.²⁰⁰

A viagem a Santo Amaro da Purificação era motivada pelo fato de parte da brigada de Guardas Nacionais ser natural de lá e também pelo pedido do Imperador de que a bandeira fosse depositada na matriz daquela cidade. Na manhã do dia 10 de maio de 1870, finalmente com a autorização do governo, o 46º corpo de voluntários iniciou a viagem até Santo Amaro a bordo do navio São Francisco, da companhia Baiana, chegando às duas horas da tarde, conforme informou o *Diário da Bahia*.²⁰¹

Em Santo Amaro, uma multidão aguardava a chegada do comandante Barão de Sergy. Apesar de copiosa chuva, o general percorreu as ruas da cidade, antes de dirigir-se ao coreto especialmente levantado para a ocasião. No local, o Barão era aguardado pela comissão dos festejos, composta em sua totalidade por membros do Partido Liberal, entre os quais estavam Dr. Garcia Pires, Dr. Cid Cardoso, Domingos Pires e Egas Guedes.

¹⁹⁷ IGHB. *Jornal O Alabama*, Salvador, 1º jun. 1870.

¹⁹⁸ APEBa. Seção Colonial e Provincial, Ministério da Guerra, maço 833.

¹⁹⁹ Idem, *ibidem*.

²⁰⁰ BN/RJ *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 23 maio 1870.

²⁰¹ IGHB. *Jornal Diário da Bahia*, Salvador, 11 maio 1870.

Na praça da matriz, com a bandeira ofertada pelos santamarenses no início da guerra, e entre aplausos e estrondos dos foguetes, o comandante discursou ao povo que se aglomerava por todas as partes: “Senhores! Aqui tendes os soldados que me confiaste. Contai-os.... faltam muitos.... nenhum desertou, nenhum fugiu! Os que faltam passaram à imortalidade pelos buracos desta bandeira!”²⁰²

Nenhum incidente foi verificado naquela ocasião. Às seis horas da tarde do dia 13, o batalhão 46º desembarcou na ponte da companhia baiana, em Salvador, de volta da visita a Santo Amaro. Cinco dias depois, finalmente, o batalhão foi oficialmente dissolvido na cidade de Salvador; os integrantes retornaram a Santo Amaro no dia 19 de maio de 1870.

No dia 8 de setembro de 1870, o último contingente de soldados chegou à Bahia. O Batalhão 54º de Voluntários da Pátria teve a mesma homenagem conferida aos primeiros voluntários recepcionados na província. Na ocasião, os soldados foram à Igreja do Bomfim render graças ao pelo regresso à província e assistiram a uma missa, acompanhada pela banda de música do Corpo Policial, por autoridades e por familiares de voluntários mortos na campanha. Diante da imagem do Senhor do Bomfim e do 54º corpo de voluntários, o tesoureiro da irmandade da igreja leu a carta de liberdade concedida pelo capelão à escrava Celina e a sua filha de três meses, em comemoração ao dia de Nossa Senhora e pela coincidência de o 54º batalhão ter rendido graças a Deus naquele templo, no retorno da guerra.²⁰³ Às três da tarde, o batalhão voltou para a cidade, recolhendo-se ao Quartel do Barbalho.

À noite, como parte das comemorações, na sede da Sociedade Libertadora Sete de Setembro, foram entregues 43 cartas de alforria; dezenove foram conferidas gratuitamente e 24 cartas foram compradas com o resultado da subscrição realizada durante o ano de 1869. Eram dez homens e 33 mulheres, divididos em quinze adultos cativos e 28 menores.

Na oportunidade, o Dr. Frederico Marinho de Araújo apresentou uma escrava, natural da cidade de Muritiba, cuja alforria seria comprada pelo preço de quinhentos mil réis, dinheiro levantado pela cotização realizada pelos presentes. Também foi apresentado o resultado da subscrição promovida por Cirilo Eloi em benefício do menor

²⁰² Idem, *ibidem*.

²⁰³ IGHB. *Jornal O Alabama*, Salvador, 11 set. 1870.

Aristóbulo, que rendeu 206 mil réis, dos quais cem mil réis foram oferecidos pela Sociedade Maçônica Abrigo da Humanidade.²⁰⁴

A concessão simbólica de cartas de liberdade a cativos por ocasião dos festejos da volta dos Voluntários da Pátria e Guardas Nacionais foi prática recorrente, liderada por liberais e abolicionistas. Nos jornais da Corte e das províncias, cidadãos ligados ao Partido Liberal publicavam os dispêndios e o resultado das subscrições realizadas com esse objetivo.

O jornal *O Alabama*, folha jocosa publicada na Bahia, voltou sua observação para os festejos com dimensões de festas populares ocorridos em algumas paróquias. Festejos realizados longe do olhar das autoridades e próprios da inventividade da população para receber seus filhos, depois de cinco anos de campanha.

Na Freguesia de Brotas, moradores construíram uma réplica da Fortaleza de Humaitá, composta de três baterias para encenar o combate naval entre o vapor encouraçado Bahia e as tropas paraguaias. Nesse combate houve atuação do batalhão de voluntários baianos.

A população daquela freguesia rememorava a guerra por meio da encenação de batalhas, ressaltando a bravura dos soldados. “Como em uma cena teatral a fortaleza fazia fogo com peças de madeira enquanto o vapor lançava bombas simulando granadas”.²⁰⁵ Os fogos de artifício foram utilizados para a exibição pública e o povo participou da correria geral, realizando ensaios nos dias anteriores à festa para a Passagem de Humaitá.

Na praça da freguesia, um palanque levantado para a festa estava ricamente decorado, tendo em um ponto o busto do Imperador D. Pedro II e, no outro, a banda de música contratada para divertir o povo por toda a noite. Na igreja, o padre Frei Carneiro, único religioso que “desprezou os cômodos da vida e correu pressuroso ao grito da pátria aos inóspitos campos do Paraguai, para ali administrar os socorros espirituais àqueles que dele necessitavam”,²⁰⁶ fez eloquente sermão, acompanhado pelos que compareceram e ali se espremiavam. Ao entrar no templo, os participantes da festa avistavam

²⁰⁴ IGHB. Jornal *O Alabama*, Salvador, 28 maio 1870.

²⁰⁵ IGHB. Jornal *O Alabama*, Salvador, 7 set. 1870.

²⁰⁶ Idem, *ibidem*.

muitos quadros apropriados de todos os combates terrestres e navais, bem como Riachuelo, passagem de Humaitá, abordagens, diversas batalhas e a morte de López, sobre o sangue do retrato do Conde D'Eu a óleo, debaixo de um dócil, com o brasão das armas.²⁰⁷

Nas paredes, quadros dos generais Caxias, Herval, Itaparica, Porto Alegre, Pelotas, Triunfo, Tamandaré e Inhaúma. “Parecia ao olhar dos apreciadores da festa se transformado a igreja em um cenário de guerra”.²⁰⁸

Depois de dois dias consecutivos de festa, *O Alabama* anotou os incidentes e confusões, que foram provenientes, segundo o jornal, do “efeito do violão”. Na Praça das Pitangueiras, principiou-se à noite uma discussão entre o inspetor de quartelão e oito soldados da companhia de caçadores a cavalos, designados para manter a ordem. “Uma roda de pretos sambando e os soldados proibiram esse divertimento”.²⁰⁹ O cronista do jornal explicou que

vendo o Sr. Batista de que não se devia proibir aos pobres divertirem-se em um dia festivo como aquele, pediu-lhes que consentisse aos pretos continuarem em seu divertimento e por chamar a ordem aos soldados que queriam dispersar os pretos, principiou uma confusão generalizada e deram-lhes muitas pranchadas.²¹⁰

Só foi possível descrever a dimensão da festa na Bahia por meio do olhar de um jornal jocoso. O impresso deixou transparecer em suas páginas a extensão dos festejos populares e também as implicações resultantes da aglomeração do povo, na comemoração improvisada.

²⁰⁷ Idem, ibidem.

²⁰⁸ Idem, ibidem.

²⁰⁹ Idem, ibidem.

²¹⁰ Idem, ibidem.

RECEPÇÃO AOS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA EM MINAS GERAIS

O regresso do 17º corpo de Voluntários da Pátria era aguardado com grande expectativa pela população de Minas Gerais. Durante toda a campanha, os soldados que compunham a brigada mineira foram considerados mártires da guerra, em decorrência das penúrias, da fome e do flagelo que dizimaram parte considerável da tropa em sua marcha pelo interior do país, quando esta se dirigia à província de Mato Grosso, invadida pelo Paraguai.

A saga desses voluntários foi descrita por alguns jornais, que publicaram cartas enviadas pelo comando da tropa. Quatro anos depois de concluída, em 1874, a história da campanha também foi publicada no livro *A retirada da Laguna*, de Alfredo D'Escagnolle Taunay, Visconde de Taunay, um dos participantes da marcha ao Mato Grosso.²¹¹

Interessa anotar sobre o retorno dos soldados para Minas Gerais. No dia 3 de março de 1870, o 17º Batalhão de Voluntários da Pátria embarcou da Corte para a capital mineira, Ouro Preto, no trem que partiu pela Estrada de Ferro D. Pedro II em direção ao interior da província de Minas Gerais.

Dias antes da chegada da tropa, *O Conservador de Minas* publicou um folhetim intitulado Os Voluntários da Pátria, com a finalidade de preparar a recepção aos mártires. O folhetim descreveu a ansiedade, a alegria e a tristeza dos seus compatriotas: “Todos vós sabeis, é que o 17º Batalhão de Voluntários da Pátria prossegue em seu regresso glorioso em demanda dos lares pátrios, a repensar após fadigas adquiridas por tantas vitórias”.²¹²

As marchas por caminhos tortuosos, o cansaço, a fome, a sede, as doenças, o estrondo do canhão inimigo e o embate com suas mortíferas armas, “são coisas que não se podem descrever ainda com ligeiros traços”, revelou o cronista, “mas que eles

²¹¹ O livro *A retirada da Laguna*, de Visconde de Taunay, teve sua primeira edição publicada em português em 1872. Depois houve mais onze edições, com cinquenta mil exemplares, em 1874, publicados pela Tipografia Americana, e outras quatro edições, em francês, com cinco mil exemplares, em 1877, publicadas pela Imprensa Nacional. A obra foi traduzida para o alemão pelo conselheiro Schneider, leitor do Imperador Guilherme I, para o sueco, pelo cavaleiro Rosen, e para o espanhol, por S. Maramaya.

²¹² BN/RJ. Jornal *O Conservador de Minas*, Ouro Preto, 19 mar. 1870.

sempre corajosos sentiram sem recuar um só passo. Os que não voltam são porque sucumbiram no campo de honra”.²¹³ A marcha a que se refere o cronista era entre Minas Gerais e Corumbá, no Mato Grosso, durante a qual os voluntários enfrentaram as tropas paraguaias que tinham invadido o Brasil. O cronista invitava a população de Minas Gerais a recepcionar os soldados na entrada triunfal na capital e nas cidades que tivessem de cruzar durante a viagem de regresso.

Não poupai-lhes teus obséquios, nobre povo ouro-pretano, fazei-os esplêndidas, se puderem, por ti, pela província de Minas e pelo Brasil inteiro. Nunca são por demais ricas as coroas de louro com que se cingem as belas fronte dos vencedores dos inimigos da pátria! Que sejam magníficas as festas que se lhes prepararam.²¹⁴

O folhetim expôs o sentimento daqueles que participariam da recepção aos soldados e que, no meio da tropa, não encontrariam seus entes queridos. Neste texto, o articulador tratou da saudade, da dor e da lembrança:

Fitam o olhar incerto no caminho por onde vêm os bravos, e só divisam por entre eles as sombras de seus caros amores, de suas ternas afeições, de seus insensatos cuidados; e mais e mais ser lhe avivam as saudades, e com mais dor sangram-lhes as chagas do coração. Lá ficaram longe da pátria.²¹⁵

No final, uma mensagem aos voluntários, que chegavam trazendo ainda nos pés a poeira do solo inimigo:

Sede bem vindos ilustres defensores da honra nacional, haveis bem merecido o reconhecimento da pátria. Dependurai vossas armas, assim mesmo embotadas no sangue inimigo, como padrão de nobreza que conquistastes para vossa casa e deixai que vossos concidadãos sacudam de vossos pés o pó estrangeiro, e vos ofertem a taça de vinho hospitaleiro ao seio na paz.²¹⁶

²¹³ Idem, *ibidem*.

²¹⁴ Idem, *ibidem*.

²¹⁵ Idem, *ibidem*.

²¹⁶ Idem, *ibidem*.

No dia 4 de março de 1870, o governo de Minas divulgou a programação para a recepção do 17º Batalhão de Voluntários da Pátria. No dia da festa, funcionários públicos partiriam do palácio do governo para encontrar a tropa na entrada da cidade. A brigada, ao ser avistada na Estrada do Funil, seria saudada com girândolas que subiriam ao céu, distribuídas pelos átrios das igrejas da cidade.

O 17º Batalhão de voluntários mineiros, comandado pelo tenente-coronel José Maria Borges, chegou em 6 de março de 1870 à cidade de Ouro Preto. Uma guarda de honra do Corpo Policial esteve postada na entrada da cidade para fazer as honras de recepção ao batalhão e disparar três descargas de tiros. Em seguida, a multidão acompanhou os soldados no trajeto pelas ruas da cidade, juntando-se aos batalhões da Guarda Nacional do município. Os soldados desfilaram pela Ponte do Funil, Rua da Glória, Ponte Seca, Rua do Rosário, Rua do Sacramento e São José; depois, atravessaram a Praça Central até chegar à Igreja de São Francisco de Assis, onde foi cantado um *te-deum*, em ação de graças.

Depois de ser ovacionada pelo povo amontoado em frente à igreja, a brigada regressou à praça principal para receber novas homenagens. À noite e nos dias seguintes, os prédios públicos permaneceram iluminados. A banda do Corpo Policial por três noites rompeu o toque no palácio e, depois, no quartel, percorrendo em seguida as ruas da cidade, acompanhada pelo povo.²¹⁷

Segundo o jornal *A Reforma*, do Rio de Janeiro, as festas oficiais com que foram recebidos os heróis que afrontaram peste, fome e guerra tirânica contra os vândalos em Mato Grosso foram frias e despidas de patriótico entusiasmo.²¹⁸

No dia 9 de março, no Teatro Perseverança, ao final do espetáculo oferecido ao batalhão mineiro, os liberais Marcellino de Brito Pereira de Andrade, coronel José Caetano Rodrigues Horta, Dr. Justino Ferreira Carneiro e Ricardo de Araújo ofereceram um sarau para a noite seguinte à oficialidade do batalhão.

A sala do baile, “brilantemente iluminada” e preparada pelo liberal capitão Felicíssimo, “surpreendeu pelo capricho que presidira a sua decoração”. Um troféu ocupava a principal parede da sala e, no centro, à sombra da esfarrapada bandeira do batalhão, via-se a efígie do “legendário Osório”. Ao lado, o quadro de Teófilo Otoni,

²¹⁷ BN/RJ. Jornal *O Conservador de Minas*, Ouro Preto, 4 mar. 1870.

²¹⁸ BN/RJ. Jornal *A Reforma*, Rio de Janeiro, 23 mar. 1870.

que resistiu no poder sem cair ao contato dos dois reinados, transformando-se em um dos mais críticos da guerra.²¹⁹

A festa na cidade de Mariana foi o ponto alto da recepção aos Voluntários da Pátria e aos Guardas Nacionais em Minas Gerais, com a entrega da bandeira histórica daquele batalhão. Às dez horas da manhã, a queima de foguetes e a música da banda marcial anunciaram a entrada da brigada na cidade. A recepção mudou a vida pacata de Mariana:

Quem está habituado a ver a silenciosa Mariana, reclinada em sua colina melancólica entre planícies quase desertas; quem está habituado a vê-la em seu retiro, a viúva saudosa do passado, não pode fazer idéia do tumulto festivo desse dia solene, que despertou as graças e louçanias de tempos mais felizes.²²⁰

As ruas principais alcatifadas de flores estavam divididas por arcos triunfais. Nas janelas ornadas com colchas de seda, senhoras acenavam para as tropas, enquanto as praças estavam repletas de gente. “Ajuntai a este painel as harmonias de um céu profundo e calmo, um horizonte alegre e tranqüilo, um céu benigno e puro, tereis de certo saudades do dia 26 de março de 1870 em Mariana”.²²¹

Os voluntários entraram na cidade pela Rua Nova, onde em frente à Igreja da Confraria um elegante arco do triunfo fora erguido e, ao seu lado, uma banda de música executava o hino nacional. Os capitães Paulo Bernardino e Francisco Lessa, ao avistarem as tropas, ergueram patrióticos vivas.

Na Rua Direita, o batalhão foi recebido pelo deputado Severiano e depois se prostrou em frente à Igreja da Sé, onde o reverendo o esperava com “paramentos de primeira classe”. Das escadas do adro da igreja, o bispo lançou sua bênção aos voluntários. O batalhão entrou no templo para assistir ao *te-deum*, ao final do qual o comandante depositou a bandeira à esquerda do altar-mor.

²¹⁹ Idem, *ibidem*.

²²⁰ BN/RJ. *Jornal O Conservador de Minas*, Ouro Preto, 31 mar. 1870.

²²¹ Idem, *ibidem*.

Era a primeira vez desde 10 de maio de 1865 que eles separavam-se daquele penhor sagrado da pátria, que os havia seguido, passo a passo, nas longas e tormentosas jornadas da guerra. Debaixo deles viram morrer a maior parte de seus camaradas; em torno dela viram cruzar-se os clarões vermelhos dos combates.²²²

O Conservador de Minas registrou o instante de emoção para os soldados:

Duas vezes as lágrimas saltaram daqueles olhos soberanos; quando abraçaram suas mãos ao partirem para a guerra; outra... quando viram separar-se de suas mãos a coluna de fogo que os guiava nos combates, a bandeira gloriosa que os acompanhou nessa heróica expedição.²²³

Terminada a cerimônia, o batalhão descansou por duas horas antes de seguir pelas ruas da Intendência e da Olaria, todas magnificamente embelezadas, em direção ao quartel que hospedaria a tropa até a sua dissolução.

RECEPÇÃO AOS VOLUNTÁRIOS EM SÃO PAULO

Conforme a programação descrita pelos jornais paulistas, o 35º Batalhão de Voluntários da Pátria chegou no dia 25 de abril de 1870 a São Paulo, vindo de trem da cidade de Santos, onde desembarcara às sete horas da manhã. O 35º corpo de voluntários continha 639 praças e 42 oficiais – muitos soldados enfermos ficaram na Corte e nas enfermarias do Rio da Prata, aguardando o restabelecimento da saúde antes de retornarem ao Brasil.

Em São Paulo, os voluntários desembarcaram às onze horas da manhã na Estação da Luz. Eles haviam sido saudados desde a chácara do Sr. Felício Fagundes, na Môoca, a Estação do Braz e outros pontos da linha férrea. Na Estação da Luz, adornada com esmero, os soldados foram recebidos pelo presidente da província e outras

²²² Idem, *ibidem*.

²²³ Idem, *ibidem*.

autoridades, assim como por comissões literárias e abolicionistas, entre as quais contava-se a da Loja Amizade, composta de quinze de seus membros. No Campo da Luz, repleto de populares, cinco bandas de música foram encontrar os voluntários. Os foguetes e os sinos da cidade serviam de fundo “a aquele hino colossal que partia de todos os peitos”.²²⁴

Todos queriam demonstrar a gratidão aos defensores da nação. Os alunos da Faculdade de Direito de São Paulo, com a banda de música solicitada ao presidente da província, engrossaram o cortejo que partiu do pátio de São Francisco em direção à Estação da Luz, para encontrar os voluntários paulistas no desembarque.²²⁵

Rego Freitas, presidente da Câmara Municipal, ofereceu à bandeira do batalhão uma coroa de ouro e prata, em nome do município. Logo em seguida, Rodrigues Alves, orador do corpo acadêmico, e João Soares, orador da Loja Amizade, proferiram os primeiros discursos aos soldados. O de Cândido Medonça Drummond foi impactante, ou comovente:

Atestam-nos somente essas ossadas colossais dos bravos que dormem no frio leito dos rios, no chão deserto dos pampas, nas áreas ardentes dos descampados; atesta-o, vós mesmos, caras relíquias das falanges paulistas. A academia de São Paulo vos saúda. A história dirá um dia rememorando vossos feitos: vingaram uma nação e libertaram um povo.²²⁶

O batalhão seguiu para o Seminário Episcopal, onde, à porta da igreja, um altar provisório foi levantado para a celebração de uma missa pelo reverendo vigário capitular do bispado, o Cônego Andrade. Depois da cerimônia, começou o desfile pelas ruas da cidade, debaixo de “uma verdadeira chuva de flores, derramada sobre eles pelas senhoras que apinhavam todas as janelas e coretos”.²²⁷

Algumas das ruas ostentavam uma profusão de adornos, destacando-se a Rua Alegre, a Rua do Rosário, o Largo da Sé, a Rua do Comércio, a Rua Direita, a Rua de São Bento e o Largo de São Gonçalo. Todos esses locais haviam sido preparados por conta da Câmara Municipal.

²²⁴ BN/RJ. Jornal *O Correio Paulistano*, São Paulo, 29 abr. 1870.

²²⁵ APESP. Guia do Acervo Permanente – Império Volume II, Voluntários da Pátria – CO5563.

²²⁶ BN/RJ. Jornal *O Correio Paulistano*, São Paulo, 29 abr. 1870.

²²⁷ Idem, *ibidem*.

À entrada do Jardim Público, os voluntários foram cobertos de flores por um grupo de crianças que estavam postadas em dois pavilhões. A menina Celestina Bourrul ofereceu uma coroa de ouro, doada pelo corpo do comércio, para ser colocada sobre a bandeira do batalhão. Em seguida, pronunciou a seguinte alocução:

Voluntários paulistas! O corpo do comércio desta capital proferiu a mão da infância para atar na vossa vitoriosa bandeira essa coroa de louros, querendo deste modo significar-vos toda pureza e sinceridade de seus sentimentos para convosco. Permiti, pois, que eu cumpra este gracioso dever, e junte mais uma às outras que já tendes, e que não são tantas quantas por vezes merecesteis.²²⁸

A bandeira, muitas vezes comemorada na festa de recepção aos soldados paulistas era, na interpretação do jornal *O Correio Paulistano*, “o manto celeste em que se escondia a vitória”. Sobre a bandeira o jornal também publicou: “das fragoas horríveis dessa guerra sempre levantou-se deslumbrante – coluna de luz foi sempre para vós na hora sinistra de pelejar”.²²⁹

Assim, a bandeira rota e mutilada era a prova material que simbolizava a ideia de pátria, diferenciada das bandeiras levadas ao campo de guerra por batalhões de outras províncias. A sustentação da bandeira do corpo de voluntários paulistas afirmava, dessa forma, a noção de pertencimento – ora ao Império, ora à província de São Paulo.

Ainda no Jardim Público foi oferecido um jantar pelo corpo do comércio da capital. Entre os convidados, encontravam-se oficiais da brigada e o conselheiro João Crispiniano Soares, que levantou o primeiro brinde em nome dos comerciantes.

Às seis horas da tarde finalmente concluiu-se o festejo. O batalhão dirigiu-se para o quartel, acompanhado por ferventes aclamações populares, que só se dispersaram ao aquartelamento do último soldado. No dia seguinte, ainda nas primeiras horas da manhã, o batalhão assisitu a um *te-deum* na Catedral da Sé. Ao chegarem os voluntários ao Largo da Sé, uma comissão da corporação acadêmica dirigiu-se ao batalhão, atando à sua “Gloriosa Bandeira” uma coroa de prata e ouro. Rodrigues Alves, orador da comissão, proferiu naquele ato um discurso em nome da mocidade acadêmica:

²²⁸ Idem, *ibidem*.

²²⁹ Idem, *ibidem*.

Paulistas! A mocidade tem acompanhado vossos passos e chorado vossos sofrimentos; ela leu com dor esse poema íntimo de lágrimas e tristezas, que a honra da pátria fez-vos escrever com heroísmo. Quando as ondas de entusiasmo popular passam cantando sobre vossas fronteiras, ele vê muitos risos de alegria ocultar a palidez de um sofrimento quando não uma lágrima de dor. É que a guerra lava a afronta, mas espalha o luto; dá vida à pátria imolando a vida do cidadão!²³⁰

Às quatro horas da tarde do dia 27 de abril, a catedral de São Paulo parou para receber a bandeira do 35º Corpo de Voluntários da Pátria. O presidente da província, Antônio Cândido da Rocha, o arcebispo Joaquim Manoel Gonçalves, o chefe de polícia, o juiz de direito e o inspetor da tesouraria da fazenda assistiram ao ato solene do depósito da “Gloriosa Bandeira” do batalhão pelas mãos do coronel Antônio Martins de Amorim, comandante dos voluntários.²³¹

Ao longo dos discursos, nas orações durante as missas e debaixo dos arcos erguidos no centro da cidade, o povo comemorava as batalhas em que tomou parte a brigada paulista, tudo acompanhado pela comoção coletiva daqueles que ocuparam a cidade durante os festejos. À noite realizou-se um espetáculo dramático, oferecido por uma companhia particular de amadores aos voluntários e convidados.

No terceiro dia, uma comissão formada por senhoras dirigiu-se ao quartel e ao comandante do batalhão. A Sra. Maria Júlia Telles Rudge fez a entrega da quantia de um conto de réis, resultado do concerto beneficente realizado no primeiro dia dos festejos, que deveria ser repartido entre os soldados da brigada de voluntários paulistas.

Na tarde daquele mesmo dia, na Catedral da Sé, ocorreu a entrega de mais uma bandeira pertencente ao batalhão. A ata da solenidade foi assinada pelo presidente da província, pelo reverendo vigário capitular, por membros do cabildo, por oficiais da brigada e por autoridades civis e militares. *O Correio Paulistano* traduziu a emoção dos combatentes, diante da bandeira:

²³⁰ Idem, *ibidem*.

²³¹ Arquivo do Estado de São Paulo. Guia do Acervo Permanente – Império Volume II, Voluntários da Pátria – CO5563.

Muitos daqueles rostos bronzeados pelo sol e pelo fumo das campanhas inundaram-se de grossas lágrimas! Aquelas cabeças habituadas a encarar de frente a morte, curvaram-se abatidas! Muitos daqueles braços ergueram instintivamente para acenar o último adeus ao símbolo mudo das torturas, do sangue e das glórias com que haviam eles escrito a ignorada mas soberba história de seu devotamento pela terra natal!²³²

Estava finalmente dissolvido o batalhão, deixando assim de existir o grupo de irmãos esforçados, “que o patriotismo e a morte enlaçara, e que a paz separava!”²³³

O *Anglo-Brazilian Times* – jornal inglês publicado no Rio de Janeiro –, em texto transcrito pelo *O Correio Paulistano*, afirmou sobre as festas na cidade de São Paulo que

os voluntários não foram regalados só com inúteis festas de vento e papel, mas excelente jantar foi-lhes arranjado no Jardim Botânico onde mostraram quanto lhes era apreciável aquela prova de atenção: quanto a nós estamos certos de que em sua memória, a hospitalidade de São Paulo fará um agradável contraste com as balofas festas do Rio de Janeiro.²³⁴

Os relatos publicados nos jornais também atestaram que a festa realizada em São Paulo para os Voluntários da Pátria foi caracterizada pela simplicidade. A cidade continuou em festa por mais alguns dias. Em sinal de regozijo pelo término da guerra, a Sociedade Libertação, localizada na freguesia de Santo Antônio, deu carta de liberdade a oito cativos; o Clube dos Democráticos Carnavalescos alforriou uma menor e o comandante do 3º Batalhão da Guarda Nacional da Corte, outro. Custódio Joaquim Moreira alforriou uma escrava de cinco anos de idade, obrigando-se a sustentá-la até a maior idade, e André Bonneau, súdito francês, alforriou uma mulher de 39 anos.

A comissão de senhoras que ofertou ao Conde D’Eu uma coroa de ouro e prata fundou uma associação denominada Vinte e Nove de Abril, com o fim especial de manumissão. Senhoras “distintas” da sociedade esmolaram nos dias de festas à porta dos templos, recolhendo dinheiro em benefício do Asilo de Inválidos da Pátria, erguido

²³² BN/RJ. Jornal *O Correio Paulistano*, São Paulo, 29 abr. 1870.

²³³ Idem, ibidem.

²³⁴ BN/RJ. Jornal *O Correio Paulistano*, São Paulo, 8 jun. 1870.

na cidade do Rio de Janeiro para abrigar mutilados e doentes provenientes da campanha.²³⁵

Entretanto, como em outras partes do Império, as festas foram substituídas por reclamações feitas por soldados descontentes com os atrasos de seus soldos e dos prêmios prometidos. O mérito dos soldados paulistas na campanha, tão reconhecido e laureado nos festejos, para o redator de *O Correio Paulistano* deveria estender-se além da gratidão, das iluminações feitas em suas recepções.

Com a dissipação dos corpos de voluntários e aproveitando-se da organização em curso do Corpo de Polícia de São Paulo, muitos ex-Voluntários da Pátria dirigiram solicitações ao governo da província para comporem a instituição que estava sendo criada. Em apoio aos soldados, *O Correio Paulistano* afirmou que “entre os voluntários moços distintíssimos, perfeitamente no caso de se entrar para o quadro dos oficiais do corpo de permanentes, se o quisessem, vai nisso valiosa recompensa a seus sacrifícios”.²³⁶

A recompensa aos serviços prestados na guerra, na concepção do jornal paulista, deveria ser oferecida ainda no calor das comemorações pelo final da campanha. O mesmo periódico, todavia, afirmou que a Assembleia Provincial rejeitou a preferência dos voluntários para os postos do corpo permanente. E concluiu:

A maioria da assembléia, tenaz em não fechar aquela porta aos afilhados e aos interesses do partido, rejeitou a idéia, chegando a fundamentar a rejeição com insinuações indignas do elevado caráter dos bravos que acabamos de receber com os braços abertos.²³⁷

No dia 1º de maio, mais um artigo publicado pelo *O Correio Paulistano* exibiu, em suas páginas, novas reclamações de soldados. Dessa vez, o jornal tratou da incorporação de guardas nacionais paulistas aos batalhões do Exército que permaneciam no Paraguai e pediu que o presidente da província e o ministro da Justiça tomassem em “consideração este fato, que estende-se naturalmente a designados de muitas províncias,

²³⁵ Idem, ibidem.

²³⁶ BN/RJ. Jornal *O Correio Paulistano*, São Paulo, 30 abr. 1870.

²³⁷ BN/RJ. Jornal *O Correio Paulistano*, São Paulo, 30 abr. 1870.

mas que denunciemos em relação aos guardas nacionais nossos comprovicianos”.²³⁸ No mesmo artigo, o redator do jornal recomendou a atenção da presidência da província e do governo monárquico para a demora na chegada dos voluntários da província deixados enfermos nos hospitais do Rio da Prata e da Corte.

No discurso pronunciado pelo acadêmico Oliveira Bello na última noite dos festejos pela chegada dos soldados, e publicado no jornal *O Correio Paulistano*, depara-se com outro relato dos sofrimentos que aguardavam os voluntários da guerra:

E eles desprenderam-se dos braços da esposa que lhes bradava – e o desamparo em que ficamos – levantaram os filhos de joelhos clamavam – quem nos matará a fome? – enxugaram os prantos dos velhos pais que soluçavam – quem nos fechará os olhos? – e empunhando a valente espada perguntaram por sua vez – e quem desagrarará a honra de meu país?²³⁹

Entretanto, depois de cessar as aclamações, de ver suas mães enflorarem seus semblantes, depois do fechar dos lábios ao canto febril dos hinos, agora “a história se levanta com as taboas de seus mármores na mão para estendê-las como lousa funerária sobre o velado dos bravos que morreram, e erigi-los como pedestal para o heroísmo que venci”.²⁴⁰ E mesmo com o olhar no presente, o orador previu o futuro dos soldados que fizeram a campanha. Indagava o acadêmico: “o que ides fazer, voluntários, restaurados cidadãos? [...] Para onde ides?” Essa pergunta foi recorrente nos anos posteriores à guerra e refletiu a condição de miséria em que ficaram muitos dos soldados enfermos depois da campanha. Aos seus ouvintes, o acadêmico tratou de alertá-los:

Quando encontrardes à margem de uma estrada um velho soldado, acabrunhado ante o espectro da fome e da miséria, o que fareis senhores? Voltar-lhes-eis a face? Deixá-lo, pois, morrer, porque é sublime esse orgulho que não quer estender a mão de mendigo à piedade? [...] E quando o [voluntário] a cuja porta baterdes, perturbando a contagem deliciosa de seus milhões, perguntar – quem tu és, respondi-lhes – chamei-me ao heroísmo, chamo-me a miséria, chamei-me a glória, chamo-me a mendicância, chamei-me a vitória do patriotismo, chamo-me o vencido da ingratidão”.²⁴¹

²³⁸ BN/RJ. Jornal *O Correio Paulistano*, São Paulo, 1º maio 1870.

²³⁹ BN/RJ. Jornal *O Correio Paulistano*, São Paulo, 11 maio 1870.

²⁴⁰ Idem, *ibidem*.

²⁴¹ Idem, *ibidem*.

Referindo-se ao ressentimento de muitos voluntários, confessou: “eu não creio na ingratidão, não, não morrereis de fome [...] Vê algumas vezes o erário do governo trancado à miséria da orfandade e da viuvez, mas nunca vi o óbulo da algibeira do povo surdo à fome do veterano enfermo”.²⁴² Assim, nos anos posteriores ao da guerra, a cena descrita pela imaginação do jovem orador pareceu se concretizar. Nas cidades espalhadas pelo Brasil, tornou-se visível a presença de soldados mendigando o pão para a caridade pública.

²⁴² Idem, *ibidem*.

RECEPÇÃO AOS VOLUNTÁRIOS EM OUTRAS PROVÍNCIAS

No dia 10 de fevereiro de 1870, às onze horas da manhã, foi a vez de ancorar na cidade de Porto Alegre o transporte de guerra Presidente, conduzindo os cascos do 4º e do 5º batalhões de Caçadores a Cavalos, que regressavam do Paraguai.

A *Reforma*, jornal liberal publicado naquela cidade, noticiou que apesar dos imprevistos e do desconhecimento da população sobre a data do desembarque dos soldados – especialmente depois do sistema adotado pelo governo, “o silêncio” – Porto Alegre eletrizou-se e de todos os pontos partiram inúmeros foguetes para sinalizar a chegada das tropas.²⁴³

O povo compareceu ao local do desembarque para saudar os veteranos da campanha. Sobre a participação dos gaúchos na guerra da Tríplice Aliança, *A Reforma* destacou:

Nós filhos do povo, representantes do povo, a quem maiores sacrifícios cabem sempre saudamos sempre cheios de prazer e entusiasmo. Ele o Rio Grande do Sul, que deu maior contingente nessa guerra, que concorreu com 30.000 mil homens de seus filhos à flor da mocidade.²⁴⁴

O jornal também lamentava, em seu artigo, a falta de divulgação do desembarque da brigada gaúcha: “Sentimos realmente que nenhuma notícia exata houvesse chegado dos corpos, que hoje saudamos, e que o aparecimento do vapor fosse uma verdadeira surpresa para a cidade.”²⁴⁵

Na província de Pernambuco, duas questões ocuparam a atenção do Partido Liberal: a recepção do corpo de voluntários pernambucanos e a seca que devastava os sertões, desde 1869, as notícias sobre a guerra e mesmo a retirada das tropas para o Brasil dependiam dos navios que rumavam para o norte do país ou das publicações

²⁴³ MCSHJC. Jornal *A Reforma*, Porto Alegre, 2 fev. 1870.

²⁴⁴ Idem, *ibidem*.

²⁴⁵ Idem, *ibidem*.

feitas pelos jornais que circulavam em Salvador, na Bahia. As notícias vindas diretamente da Corte levavam semanas para ser reproduzidas pelos jornais de Recife.

Enquanto as autoridades provinciais não divulgavam informações sobre a chegada dos voluntários, a inquietação popular expressava-se através dos jornais: “Cada vez que o telégrafo faz sinal de vapor ao sul há um reboliço geral, e todos ficam à espera do seguimento do mesmo sinal até que se diz – vapor da companhia pernambucana, e tudo cai em pasmaceira”.²⁴⁶

Além da chegada dos soldados e da seca que maltratava a província, outro objeto de especulação usado pelos liberais foi manifestado pela imprensa. Em suas publicações, os jornais ressaltavam que a recepção por parte do governo não era o cerne da questão, e sim o cumprimento dos deveres do governo para com as tropas que lutaram na guerra. O jornal *O Liberal*, de Recife, duvidava da ação do governo conservador de Pernambuco em relação aos Voluntários da Pátria:

Não se sabe quando aqui aportará, nem de que número de praças se compõe o tal primeiro contingente; se os demais virão logo em seguida, e com pequeno intervalo; se daqui se recolherão sem detença às respectivas províncias; se o governo está preparado para pagar a esses bravos os prêmios que lhes são devidos e os soldos atrasados; se tem terras medidas e demarcadas para distribuir-lhas, na forma do decreto, e no caso afirmativo, se cada voluntário ou guarda nacional receberá o seu lote no território da própria província, ou se o sagrado compromisso do governo será sofismado designando-se prazos de terras, por exemplo, em Goiás ou Mato Grosso, aos voluntários de Pernambuco e das outras províncias do litoral.²⁴⁷

Outra notícia, dessa vez publicada pela imprensa do Rio de Janeiro, informava que a Câmara Municipal de Recife estava indiferente à festa nacional e que somente depois de muitas cobranças, os vereadores resolveram ornamentar o prédio com alguns galhos de mangueira brasileira.

Frederico de Almeida, representante da Associação Comercial do Recife, foi informado pelo governo provincial de que nada se faria para receber os Voluntários da Pátria, assim declarando o Partido Conservador a sua oposição à recepção: “fazendo crer que as instruções que tinha recebido do governo central se opunham a estas

²⁴⁶ BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 23 mar. 1870.

²⁴⁷ BN/RJ. *Jornal O Liberal*, Recife, 12 fev. 1870.

manifestações”²⁴⁸ Contudo, o representante da Associação Comercial tratou de informar pela imprensa que, mesmo assim, o Partido Liberal se empenharia em proporcionar uma “brilhante recepção” ao batalhão pernambucano.

A situação da seca era calamitosa na província de Pernambuco, assim como em Alagoas e na Bahia. Ao padecimento da lavoura somava-se a mortandade do gado, o flagelo da pobreza e o crescimento da fome e da miséria. A seca que assolou o interior da província de Pernambuco por dois anos consecutivos foi argumento expressamente utilizado pela imprensa liberal contra a ação do governo imperial no socorro às vítimas. *A Reforma* do Rio de Janeiro afirmava, referindo-se à seca em Pernambuco:

Mas conta, porém, que o senhor ministro do Império, já mandou viveres para qualquer das províncias vexada pela fome. Faltara dinheiro? Não falta para o armamento com que se conquistou a facção do Ceará; não faltou para o navio de guerra que foi garantir o porto livre no Rio Grande do Norte; não faltou para o carregamento de pólvora, que tem de solenizar com o grande estrondo e nuvens de fumo os dias festivos em que o povo morre de fome e de sede!²⁴⁹

Em meio à situação de turbulência entre liberais e conservadores e a seca registrada na província, desembarcou em Recife, no dia 14 de março de 1870, o corpo 53º de Voluntários da Pátria, composto por pernambucanos. A chegada do 53º Batalhão no transporte Itapicurú, esperado desde o dia 8 de março, só ocorreu no dia 13. “Nunca vimos aqui mais brilhante decoração e festa mais popular”.²⁵⁰ Às oito horas da manhã, o desembarque dos voluntários se efetivou na melhor ordem. Na ocasião, os soldados foram saudados por uma salva de 21 tiros, disparados pelo brigue de guerra Itamaracá. O desembarque ocorreu no Arsenal da Marinha, onde achavam-se o presidente da província, o general comandante de armas, os comandantes superiores da Guarda Nacional e da polícia e diversas autoridades. O Batalhão da Guarda Nacional do município e um grupo de lanceiros, organizados especialmente para esse fim, fizeram as honras de recepção.

Na Praça do Corpo Santo, repetiram-se as manifestações, bem como na Rua da Cadeia, onde os soldados passaram duas vezes. Nas ruas, os voluntários foram

²⁴⁸ BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 23 mar. 1870.

²⁴⁹ BN/RJ. *Jornal A Reforma*, Rio de Janeiro, 10 mar. 1870.

²⁵⁰ BN/RJ. *Jornal A Reforma*, Rio de Janeiro, 22 mar. 1870.

recebidos com poesias e discursos e caminharam sob uma abóbada de flores. Ao entrarem no bairro Santo Antônio, eles alteraram o itinerário oficial e seguiram pela Rua do Imperador, até o palácio do governo. Em seguida, dirigiram-se ao bairro Bela Vista, onde não eram esperados. Só na Rua da Imperatriz tiveram esplêndida recepção e, ao voltarem para Santo Antônio, as ovações redobram.

Na Câmara Municipal, foram dirigidas felicitações aos soldados e aos oficiais. Flores e poesias foram lançadas de um grande número de janelas. Ali ocorreu uma cena tocante – pais que julgavam seus filhos mortos foram encontrá-los, assim como irmãos, mulheres e amigos, todos, enfim, a quem a guerra parecia ter roubado as mais caras afeições. Foram eles próprios abraçar aqueles que já não contavam rever. Por todos os cantos ouviam-se exclamações, e o pranto misturava-se com a alegria.²⁵¹

A população, por alguns momentos, esqueceu-se dos seus flagelos e saiu às ruas para saudar os combatentes. Eram três e meia da tarde quando marcharam os soldados para o Quartel das Cinco Pontes. Durante o trajeto, seguiram pela Rua do Comércio, Rua da Cadeia, Rua do Crespo, Rua do Imperador, Rua do Campo das Princesas, Rua da Aurora, Rua Formosa, Rua da Imperatriz, Rua Nova, Rua Cabugá, Largo e Rua Estreito do Rosário, Rua do Queimado, Rua Livramento, Rua Direita e Cinco Pontes – em todas elas as tropas foram loucamente festejadas.²⁵²

As casas estavam ornadas, algumas com mais simplicidade do que se esperava. Das sacadas, senhoras atiravam flores e agitavam lenços. Em diversos pontos da cidade havia música, e dos pontos mais altos subiam girândolas de foguetes. “Foi um espetáculo imponente e majestoso, que excedeu a expectativa de todos, e marcou um dia memorável na história da província”.²⁵³

Mas se o correspondente do *Jornal do Comércio* deu notícias da realização de grandes festejos oferecidos para o primeiro contingente que chegou a Pernambuco, o correspondente do jornal *A Reforma*, também publicado na Corte, tratou de destacar a indiferença dos conservadores no desembarque do 2º Corpo de Voluntários da Pátria. “Não obstante a chegada do vapor Itapicurú que os conduzia ser uma surpresa, não obstante S. Excia. o Sr. Presidente de Pernambuco não ter dado programa algum, e deixar tudo a revelia”, para este jornal foi o povo – “todos os homens sensatos e

²⁵¹BN/RJ. *Jornal A Reforma*, Rio de Janeiro, 22 mar. 1870.

²⁵²BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 27 mar. 1870.

²⁵³BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 31 mar. 1870.

patrióticos da província” – que fez as ovações precisas e que mostrou alegria e entusiasmo condignos do grande assunto do dia.²⁵⁴

Já era tarde quando os heróis da campanha paraguaia deixaram de ir ao bairro de Boa Vista e regressaram pelas ruas do Imperador, Crês e do Queimado. Nesta última, pararam em frente à casa das sessões do diretório do Partido Liberal, onde mais uma vez foram recebidos e saudados com estrondos de muitos vivas, flores, e poesias.

Revolvendo histórias do passado pátrio, o redator do jornal liberal comparou a festa realizada em Pernambuco com a Revolução Pernambucana de 1817.

“Março é sempre um mês de alegres recordações brasileiras, por ser aniversário da revolução de 1817, que proclamou a república e deu senão o primeiro, o mais estrondoso grito de independência e liberdade, sufocado embora no sangue dos audazes patriotas aquele tempo”.²⁵⁵

O correspondente do *Diário do Rio de Janeiro* retrucou o jornal liberal, relatando que os liberais apropriaram-se da recepção aos voluntários para fazer manifestações político-partidárias. “É por isso que, ao passo que um só viva, discurso ou poesia com alusões políticas não apareceu pelo lado dos conservadores, enquanto não se fartaram os liberais de dar viva ao seu partido e de proferirem discursos inteiramente políticos, e alguns até incendiários”.²⁵⁶

Seguindo determinações do governo, o referido batalhão foi dissolvido no dia 19 de março de 1870 e sua bandeira “que por tantas vezes o guiou à vitória”, foi depositada na secretaria do Arsenal de Guerra, antes de seguir para a catedral de Olinda. “Hoje à tarde, pois, deve ter lugar a transferência para o mencionado Arsenal; em com quanto o dia tenha amanhecido um pouco chuvoso, é provável que ainda assim haja grande afluência de povo”.²⁵⁷

Envoltos nas questões políticas, liberais pernambucanos, conservadores da Bahia, governantes do Rio Grande do Sul e de São Paulo se mostraram interessados em destacar as próprias ações nos festejos, fazendo-se presentes nas ruas e na imprensa para exaltar o regresso dos batalhões às respectivas províncias.

²⁵⁴ BN/RJ. *Jornal O Liberal*, Recife, 8 abr. 1870.

²⁵⁵ Idem, *Ibidem*.

²⁵⁶ BN/RJ. *Jornal Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 10 abr. 1870.

²⁵⁷ BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 31 mar. 1870.

Cada província tratou de homenagear os personagens que se distinguiram na campanha. Todavia, é perceptível a associação desses heróis com o poder político nas regiões dominadas ou sob influência dos chefes de um ou de outro partido político. Assim, a memória da guerra se misturou ao culto dos chefes políticos, impossibilitando a criação do panteão dos heróis nacionais. Sem dúvida, Osório, Caxias e o Conde D'Eu foram os únicos que ultrapassaram as fronteiras provinciais para associar suas imagens à guerra contra o Paraguai.

Os presidentes de províncias, legisladores e seus partidários falavam em nome do monarca ou contra ele, combatendo-o veementemente com críticas nos jornais. Também se apresentavam como patrióticos, associando-se ao povo nas festas para os soldados recém-chegados da guerra contra o governo do Paraguai. Assim, tomavam para si os louros da vitória.

De fato, não foi a demonstração de bravura e heroísmo praticados na guerra que gerou as discussões, depois de concluída a campanha, sobre os feitos de quem o Império deveria comemorar. Osório, ligado aos liberais; Caxias, aos conservadores; e o Conde D'Eu, à monarquia, passaram à condição de heróis que o Império mandou guardar na memória em momentos diferentes da história do Brasil monárquico.

Os usos e abusos dos partidos Liberal e Conservador e da monarquia, assim como da imprensa – associada aos partidos ou de caráter independente ou jocoso –, refletiram um tempo de convulsão social que nascia com o fim da guerra contra o Paraguai.

Ao povo, aos Voluntários da Pátria e aos Guardas Nacionais restaram as lembranças das festas de reencontro com os entes queridos, sem direito a novas comemorações e rememorações no calendário cívico do Império. A eles restou a necessidade de recorrerem às autoridades e à imprensa para protestar a favor de seus direitos, assegurados pelo decreto que criou os corpos de Voluntários da Pátria, e o reconhecimento do patriotismo durante a guerra em defesa do Brasil.

A Festa de 10 de julho de 1870

Comemorações pelo fim da Guerra do Paraguai



Obelisco erguido no Campo da Aclamação em comemoração pelo termino da Guerra do Paraguai.1870
Acervo: Marc Ferrez (Coleção Thereza Cristina Maria – BN/RJ)

Capítulo IV

A Festa de 10 de Julho de 1870: Comemorações pelo Fim da Guerra do Paraguai

Com a morte de Solano López, em 1º de março de 1870, findava a guerra que as repúblicas da Argentina, do Uruguai e o Império do Brasil levaram ao Paraguai.²⁵⁸ Para o governo imperial, era preciso oficializar e legitimar, perante o povo e as províncias, o epílogo desse episódio, que durou cinco anos, ceifou milhares de vidas de combatentes brasileiros e fez aparecer um grande número de viúvas e órfãos de soldados falecidos nos campos de batalhas. Era preciso converter a vitória em louros para a monarquia.

Desde que se espalhou a notícia da morte do ditador paraguaio, felicitações de diversas Câmaras Municipais e associações particulares chegaram ao conhecimento de D. Pedro II. A Câmara Municipal da cidade de Parati, em 13 de maio de 1870, nomeou um grupo, composto pelos vereadores José Joaquim de Lima, conselheiro João Cardoso de Menezes e Souza e o Dr. Francisco José de Souza Lopes, para felicitar o augusto Imperador pela terminação da Guerra.²⁵⁹

Assim também procedeu a Assembléia Legislativa da província do Rio de Janeiro, que elegeu um grupo com doze de seus membros, em 8 de abril, não só para felicitar o monarca “pelo faustoso motivo de se haver com tanta glória para o Brasil concluído a guerra contra o Paraguai”, mas que pudessem fazer isso pessoalmente pedindo, na ocasião, ao conselheiro Paulino José Soares de Souza, Ministro e Secretário dos Negócios do Império, que indicasse o dia, hora e lugar, em que D. Pedro dignar-se-

²⁵⁸ A Guerra do Paraguai (1864-1870) foi tratada pelo Estado imperial como uma questão nacional e, dessa forma, a adesão social foi buscada mediante o Decreto n. 3. 371, de 7 de janeiro de 1865, que constituía os corpos de Voluntários da Pátria. A formação desses corpos ocorreu graças à adesão espontânea ou ao recrutamento forçado, sendo ela importante para uma definição mais precisa do que foi esta empresa do Estado imperial, transformando tal recrutamento em um evento de caráter nacional e de massa. O esforço envolveu aproximadamente um contingente recrutado entre 150 e 200 mil pessoas, chocando-se com os limites sociais da sociedade escravista (Cf. SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990).

²⁵⁹ AN/RJ, Série Interior, Notação. 1870, IJJ 390 – A.

ia a receber a comissão.²⁶⁰ Procuravam assim cumprir o ritual tradicional e simbólico, próprio da monarquia, que apresentava o monarca como responsável pelo sucesso e pela glória da nação.

O SIGNIFICADO DAS FESTAS CÍVICAS NO SEGUNDO REINADO

O espetáculo público das festas oficiais apresentava-se como demonstrativo para confirmação do prestígio do imperador, pela sua capacidade de mobilização, pelo seu forte apelo emotivo e pela sua visibilidade. Isso era o que pretendia o governo monárquico com a festa oficial.

A festa faz parte do alicerce da representação monárquica. Para Lilia Schwarcz, a festa é o lugar da memória, uma pausa para (co)memorar e gravar na memória coletiva fatos e datas importantes: “Mas as festas falam mais; retornam e repetem uma lenta ladainha que não se conforma exclusivamente à lógica do poder, já que no espaço da festa trocam-se dons e contra-dons, experiências, bens e símbolos [...]”.²⁶¹

Para as monarquias européias, as festas deveriam ser grandiosas e memoráveis, no sentido de fazer guardar na memória tempos diferentes e ritos desiguais em seu passado. “Não fosse isso, não entenderíamos esse *ethos* da festa, as festas barrocas, as festas do Império e outras tantas festas que interrompem o dia-a-dia para imprimir, com seu porte majestoso, certa oficialidade”.²⁶²

A monarquia no Brasil utilizou espaços públicos para mobilizar o fervor patriótico em manifestações cívicas, para celebrar eventos marcantes da história do Brasil independente. Para a maior parte dos trabalhos no Brasil sobre as festas realizadas no Império, os relatos deixados por viajantes constituíram-se em importantes fontes de pesquisa. Todavia, o caráter inusitado dos festejos pelo fim da guerra contra o Paraguai não permitiu a utilização de fontes como as deixadas pelos narradores estrangeiros. As festas públicas promovidas oficialmente seguiam um ritual

²⁶⁰ Idem, *ibidem*.

²⁶¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Império em procissão: ritos e símbolos do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001. p. 15.

²⁶² SCHWARCZ, Lilia Moritz., *op. cit.*, p. 15.

preestabelecido. O protocolo era comum a todas. Tinha início com a divulgação da programação oficial publicada pela imprensa, designando o trajeto de desfiles militares e nomeando as ruas pelas quais seguiriam, para que o público conhecesse previamente o seu itinerário. Pela imprensa vinha o convite à população para ornamentar as janelas e varandas com colchas, bandeiras, bem como, à noite, iluminarem a fachada de suas casas.

O Campo de Santana era o espaço marcado para a parada, de onde se seguia para o Largo do Paço, marchando pelas ruas Direita e de São Pedro. Nos logradouros públicos, espaços onde circulavam a comitiva e a população, havia a tradição de ornamentar as casas com colchas coloridas estendidas nas janelas, durante os festejos cívicos. Construía-se arcos do triunfo, colunas e estruturas enfeitadas com bandeiras, flores e folhagens à passagem de tropas, bandas, religiosos ou para o cortejo da família real.

Exibia-se, também, uma galeria de retratos do imperador, da família real, da nobreza e de homens importantes do Império. Também tinha a ornamentação da iniciativa particular, que expunha, nas casas de comércios, cafés e livrarias, retratos e pinturas a óleo dos homenageados. As pinturas já podiam ser apreciadas pela população semanas antes mesmo de os festejos começarem.

As festas públicas estendiam-se ao longo do dia, reunindo autoridades do governo, senadores e deputados, o corpo diplomático e eclesiástico, a Assembléia Provincial, a Câmara Municipal, sociedades diversas como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Sociedade Amantes da Instrução, Sociedade Ipiranga, além de pessoas oriundas das mais diversas camadas sociais. Os festejos ou comemorações tinham início pela manhã com desfiles militares, sendo que as solenidades aconteciam frequentemente no Campo de Santana, ou ainda no Largo do Paço. Nesses desfiles sobressaíam-se os cidadãos milicianos da Guarda Nacional, que desfilavam em seus trajes de gala.

Ainda pela manhã ou à tarde realizava-se o *te-deum*, que poderia ocorrer na Capela Imperial ou na Igreja de São Francisco de Paula. No caso da primeira, a cerimônia era restrita aos membros da família imperial e autoridades convidadas. Precedia a missa e o cântico de ação de graças um sermão repleto de exortações políticas.

Os festejos prosseguiram à noite com a luminária, um espetáculo à parte nas lúgubres ruas da Corte. Às vésperas de cada evento, um edital da Câmara Municipal

convidava toda a população a iluminar a frente das casas nas noites festivas, “em demonstração de regozijo público”, e a ornar com cortinas as janelas das casas localizadas nas ruas percorridas pelo cortejo imperial.²⁶³ Havia ainda a iluminação especial feita para prédios públicos, como a Câmara do Senado e a Câmara Municipal da Corte, Casa da Moeda, Arsenal de Guerra e fortalezas, tornando-se um grande acontecimento social e atraindo um crescido número de espectadores.

Durante os festejos noturnos também aconteciam espetáculos pirotécnicos e musicais, com a participação de bandas militares, agremiações e sociedades filantrópicas. Espetáculos teatrais de gala também eram encenados nessas ocasiões. As peças, sempre concorridas, não raro contavam com a presença do imperador e da família real. Os enredos encenados nessa ocasião traziam uma acentuada pedagogia política. Nesse sentido vale mencionar Mona Ozouf, para quem a festa cívica é um momento ritualístico que permite um retrato dos discursos que pretendem dar forma e unidade ao coletivo nacional, em que se percebiam as fragilidades e os conflitos internos e inerentes a essa pretensa unidade. Já comemorar está acima disso e significa ter a capacidade de anular ou no mínimo de suspender os conflitos. “Toda comemoração vive da afirmação obsessiva do mesmo. Os programas das festas, os planos para os cortejos, os projetos de monumentos e os discursos”.²⁶⁴

A festa de 10 de julho de 1870, cujo objetivo era o de comemorar o término da Guerra do Paraguai, reuniu todas as características das festas cívicas ocorridas nas monarquias européias, espelho para os festejos no Brasil imperial: salvas de artilharia ao alvorecer, passagem do imperador com sua família e semanários pelas ruas enfeitadas da capital; a cantada do *te-deum* e o beija-mão, no templo erguido para a solenidade e, finalmente, as paradas da Guarda Nacional e do Exército, precedidas das bandas de música e filarmônicas.

Embora essa festa extraordinária representasse uma celebração única e sem repetição, não deixou de seguir os rituais e as liturgias presentes nas festas pertencentes ao calendário nacional. Poucos foram os historiadores que dedicaram estudos às festas cívicas do Império, tornando-se mais difícil, ainda, a investigação sobre os festejos que

²⁶³ BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. Festas cívicas na Corte Regencial. *Vária Historia*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 500, 2006.

²⁶⁴ OZOUF, Mona. *L'École de la France: essais sur la révolution, l'utopie et l'enseignement*. Paris: Gallimard, 1984. p. 43.

apresentavam um caráter transitório e efêmero como esses realizados em 10 de julho de 1870, que comemoravam o fim da guerra contra o Paraguai.

Como se pretende muito mais do que o estudo da simbologia presente em tais festejos, é necessário compreendê-los na sua dimensão representativa do momento vivido pelo Brasil depois de concluído o conflito. Isso, no entanto, não impede de observar a importância do que retorna do passado através das comemorações. Na observação de um estudioso do período, o “Rio de Janeiro contagiava-se de imitação”.²⁶⁵

Acerca da referida comemoração, em especial, pelo encerramento e vitórias alcançadas na Guerra contra o Paraguai, seguiu-se uma longa discussão sobre o seu significado. Jornais liberais e independentes, políticos oposicionistas, e situacionistas, como o deputado cearense José de Alencar, fizeram uso da tribuna pública, das Câmaras de Deputados e do Senado, para manifestarem a inconveniência da festa nacional.

Alegavam alguns deputados e senadores que o acordo de paz com o Paraguai ainda não havia sido assinado, não havendo, portanto, razão para a realização da festa. Justificavam também que a festa oficial converter-se-ia apenas na “festa do Imperador”, e se posicionavam contrários ao desperdício do dinheiro público quando se tratava da construção de um templo de arquitetura efêmera, referindo-se à construção de prédios transitórios no Campo de Santana.

Enquanto isso, o ministro da Guerra e seus aliados conservadores rebatiam as críticas, afirmando que os festejos realizados eram somente em ação de graças pelo fim da Guerra do Paraguai, camuflando a importância política que o governo projetava sobre a realização dos festejos e o consequente aumento da popularidade vivenciada pelo imperador D. Pedro II.

Por conseguinte, inicia-se aqui a contextualização dos preparativos da festa nacional pelo encerramento da Guerra do Paraguai e exéquias pelos mortos no conflito, com uma análise de documentos consultados, tais como: *Anais da Câmara de Deputados e do Senado*, correspondências da Câmara Municipal de Vereadores do Rio de Janeiro, jornais que circularam na Corte e nas províncias do Brasil, entre outros documentos. Para essa análise, como proposto por Roger Chartier, as representações do mundo social construídas estão sempre determinadas pelos interesses do grupo que as

²⁶⁵ PINHO, José Wanderley de Araújo. *Salões e damas do Segundo Reinado*. São Paulo: Martins, 1942, p. 99.

forjam.²⁶⁶ Daí a razão de estabelecer, para cada caso, a relação dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

Sobre o estudo do discurso comemorativo por meio da imprensa, Eric Walter considera que a imprensa eleva a função da memória, dando sentido ao devir, como fator de coesão e de organização do todo social. A rememoração histórica realizada pela imprensa não oferece somente relatos do passado. Pelo que lembra e pelo que esquece, oferece, também, uma compreensão do presente, uma ordem que se quer preservar no futuro. A esta leitura dos eventos decorridos soma-se a construção positiva, no caso dos republicanos, e negativa, no caso dos monarquistas, da festa como acontecimento.²⁶⁷

De fato, o que se lê na imprensa carioca sobre os festejos pelo encerramento da guerra não demonstra a intenção de rememorar o passado, pois que apresenta somente fatos e personagens que se destacaram durante a campanha. Todavia, o contexto no qual a imprensa estava inserida permite chegar à compreensão do momento vivido pela monarquia e sua ação na política. A festa – criticada ou defendida – não se estendeu além de uma comemoração passageira, de modo que tanto a imprensa quanto o governo monárquico não pretenderam tê-la como elemento pedagógico para as gerações futuras.

Assim, as descrições minuciosas da preparação da festa de 10 de julho feitas pela imprensa permitem aos historiadores levar adiante uma discussão das questões políticas daquela época, compreendendo os posicionamentos de liberais, conservadores e representantes do governo, que reproduziam seus discursos nos jornais, assim como a participação de parte da população nos acontecimentos cotidianos ou, ainda, o poder simbólico que possuía a monarquia de D. Pedro II.

A INVENÇÃO DO DIA 10 DE JULHO

A notícia da morte de Solano López, trazida pelo vapor inglês Tycho Brahe, ao Rio de Janeiro, evidenciava a tão esperada notícia do fim da guerra. A Cavalaria, sob o comando do general Câmara, na margem esquerda do rio Aquidaban, em 1º de março,

²⁶⁶ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990, p. 17.

²⁶⁷ WALTER, Eric. *La presse picarde, mémoire de la République*. Amiens, Centre de Recherche Sociologique d'Amiens. 1983 (apud. SIQUEIRA, Carla. A Imprensa comemora a República: memórias em lutas no 15 de novembro de 1890. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 162, 1994).

alcançou a tropa que acompanhava o presidente Solano López e enfrentando-a em luta direta, acabou por matar o ditador paraguaio e seu filho. Estampou-se, nos principais jornais da Corte, em 18 de março de 1870, a notícia de encerramento da guerra contra o Paraguai, pois a morte do ditador completava o propósito do Tratado da Tríplice Aliança. Afinal, se havia fixado como limite da guerra a supressão de López do governo.²⁶⁸

Ignorando-se pequenos detalhes, o acontecimento foi anunciado, primeiro, em Montevidéu, em 5 de março de 1870. Por motivos da interrupção do serviço telegráfico, entre Paranaguá e Iguape, a notícia não chegou antes do dia 18 à Corte. Logo que se espalhou a notícia da morte de López, foi espetacular o número de foguetes que subiram aos céus em diversos pontos da cidade, ouvidos principalmente nos arsenais de Guerra e da Marinha e que se misturavam ao som dos sinos das igrejas do centro da cidade. A população, ainda cedo, começou a enfeitar e iluminar as fachadas de suas casas em regozijo pelo fim da longa campanha e preparavam-se para ganhar as ruas em verdadeira comemoração espontânea.

Durante quatro dias o povo da capital entregou-se à expansão de seu júbilo pelo triunfo do Brasil. Toda a imprensa fluminense registrou as grandes manifestações ocorridas e em suas redações recebiam felicitações de toda gente pelo fim da guerra. Até alta noite, as bandas de música percorreram as ruas, seguidas de avultada e entusiástica multidão, em sinal de seu contentamento. Foi decretado feriado nas repartições públicas e, durante três noites, reproduziram-se os festejos da véspera, repetindo-se a iluminação e a decoração das casas.

As ruas estavam constantemente cheias de famílias e de grupos afeiçoados à festa, carregando os mais empolgados as bandeiras das nações aliadas, enquanto outros levantavam aclamações aos heróis voluntários da pátria e proferiam discursos por onde passavam, ao som do hino nacional, repiques de sinos e estrondos de foguetes.²⁶⁹

Na Praça do Comércio a notícia foi recebida com admiração. Nos cafés espalhados pelo centro da cidade, homens de letras liam em voz alta os boletins e os extratos das folhas recém-chegadas do Rio da Prata, interrompidos a cada momento por aclamações frenéticas dos seus ouvintes.

Os empregados públicos da tesouraria, da alfândega, da casa da moeda, professores públicos dos liceus, escolas e faculdades associavam-se a funcionários da

²⁶⁸ BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1870, p. 1.

²⁶⁹ BN/RJ. *Jornal Correio Paulistano*, São Paulo, 19 mar. 1870, p.1.

Associação Comercial, da Câmara de Vereadores, e outros órgãos da administração e, durante todo o dia, festejaram pelas praças da cidade. Na Rua do Ouvidor, defronte das tipografias dos jornais do *Comércio*, da *Reforma* e do *Diário do Rio de Janeiro*, levantaram vivas aos heróis brasileiros e à imprensa, sob a chuva de aplausos, tudo acompanhado pelo hino nacional, tocado por bandas de música posicionadas em frente das redações dos referidos jornais.²⁷⁰

À noite, estudantes da Faculdade de Medicina e da Escola Central engrossaram as passeatas. Das janelas de um velho sobrado, os estudantes de medicina José Cândido da Costa Senna e Lopes Trovão recitavam poesias e proferiam discursos acalorados. Os estudantes, com o ardor próprio da idade, das fortes crenças e esperanças, solenizavam com júbilo a vitória do Brasil.

O imperador D. Pedro II percorreu a pé algumas das ruas da capital, de braços com a imperatriz e ao lado da princesa Isabel, recolhendo as ovações que apareciam no primeiro momento de entusiasmo com a importante notícia. Muitos “vivas” foram levantados pelo povo à nação brasileira, ao Imperador, ao Conde D’Eu, ao Exército e à Armada Imperial, ao General Câmara e, principalmente, ao General Osório.

O *Jornal do Comércio* afirmou que talvez país algum do mundo tivesse dado um exemplo tão brilhante do seu patriotismo, do seu entusiasmo pelas glórias nacionais, como acabava de dar o povo da capital do Império.²⁷¹ Toda a cidade conservou-se iluminada até a madrugada, suas ruas apinhadas de povo, cavalheiros e senhoras, além de muitas sociedades particulares percorreram-nas com música e fogos de artifício.

Foram tempos difíceis aqueles enfrentados pelo Imperador malquisto por muitos de seus súditos, pois eram evidentes os descasos do governo com os soldados que regressavam em batalhões fragmentados, sem soldos e etapas, ou o prêmio de 300:000\$, determinado pelo Decreto de 7 de janeiro de 1865, que criava os batalhões de Voluntários da Pátria.

Nos Ministérios da Guerra e da Justiça, volumes de documentos formalizavam os pedidos de viúvas, de órfãos e de mutilados de guerra para o pagamento de pensões devidas. A situação política era agravada pelo destempero político, que o monarca enfrentava com o Gabinete de 16 de Julho e a oposição do Partido Liberal, como também com as entidades abolicionistas, que criticavam a manutenção da escravidão no Brasil.

²⁷⁰ BN/RJ. *Jornal A Reforma*, Rio de Janeiro, 20 mar. 1870.

²⁷¹ BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 20 mar. 1870.

No ofício encaminhado à presidência da província da Bahia, pela Câmara de Vereadores da cidade de Alcobaça, para que este fizesse chegar às mãos do augusto Imperador, felicitando o monarca pela vitória alcançada no Paraguai, destaca-se uma outra informação importante. Pediam os senhores vereadores que D. Pedro marcasse a data nacional para a realização dos festejos em regozijo pelo fim da guerra e em agradecimento aos voluntários da pátria que defenderam brilhantemente a nação agredida.²⁷²

Muito provavelmente essa ideia fora compartilhada por outras Câmaras Municipais espalhadas pelo Império, a despeito de, na documentação examinada, ter-se encontrado apenas esse ofício oriundo do interior da Bahia, que trata explicitamente em comemoração oficial. Entretanto, o fato isolado não deve ser considerado como incentivador à realização da festa pelo imperador e, se este o inspirou, não seguiu literalmente o desejo dos vereadores da cidade de Alcobaça, em ver os voluntários da pátria homenageados na grande festa.

O Imperador concebeu para o mais rápido possível o plano de fazer larga colheita das palmas da tenacidade. Nesse contexto nasceu a ideia da realização de uma festa oficial para conter os gritadores oposicionistas, bem como para dar sua demonstração de estima e prestígio. Assim, impôs ao gabinete de Itaboraí o seu desejo de realizar no Campo de Santana uma festa oficial pelo encerramento da guerra contra o Paraguai.

As festas deveriam maravilhar e arrebatrar os sentidos dos espectadores, desvendando o poder régio em promover um grande espetáculo. Ao povo cabia curvar-se diante de uma demonstração de riqueza e poder de tal monta, a ponto de a monarquia ser tomada como capaz de transformar a paisagem cotidiana e edificar um ambiente feérico. Para isso contribuíam a iluminação, os fogos de artifícios, as arquiteturas efêmeras, a música e a decoração das ruas, onde a magnitude do rei era evidenciada nesse momento festivo.²⁷³

Divergências ideológicas mesclaram-se na linguagem discursiva sobre o sentido das comemorações programadas, para o dia 10 de julho de 1870. Para os liberais mais exaltados, o evento sintetizava o propósito de promover a popularidade do Conde

²⁷² APEB. Avisos Recebidos do Ministério do Império, 1870. Seção Colonial e Provincial,

²⁷³ SATIAGO, Camila Santos Guimarães. Os gastos do senado da câmara de Vila Rica com festas: destaque para Corpus Christi (1720-1750). JANCÓS, István; KANTOR, Íris (Orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. v. II, São Paulo: Hucitec/ Editora da Universidade de São Paulo/ Fapesp/ Imprensa Oficial, 2001, p. 488.

D'Eu, esposo da princesa Isabel, sucessora ao trono. Inquietante é perceber, nas falas sinuosas, que essa intenção era secretamente compartilhada pelo próprio monarca, em lugar de exaltar a figura do Duque de Caxias, comandante das forças militares e principal herói para os Conservadores, que estavam no poder. Mas deve-se lembrar que o Conde D'Eu sucedeu ao Duque de Caxias na chefia das forças militares no Paraguai no último ano da guerra. Por isso, para o Partido Conservador, e membros do governo imperial, o evento não passava de um ato solene, em ação de graças rendidas ao todo poderoso pelo fim da guerra e exéquias em sufrágio dos mortos na campanha.

Encontrar um lugar na história para as controvérsias em torno dessa comemoração tão polêmica, iniciada desde a apresentação da proposta no parlamento até a sua concretização, significa, sobretudo, um mergulho profundo nos enredos e tramas políticas, nos momentos decisivos para a sobrevivência do Império, a que historiadores da Guerra do Paraguai pouca atenção dispensaram.

O ano de 1870 marca para a historiografia brasileira o início de importantes questões que contribuiriam para o declínio da monarquia, ocorrida quase vinte anos depois. A crise escravista, com a multiplicação de sua propaganda abolicionista, a questão militar, com o surgimento de uma instituição organizada e fortalecida depois da guerra, a querela entre a Igreja Católica e o Estado e a formação dos partidos republicanos foram tradicionalmente apontadas como elementos que, conjugados, colaboraram para a queda da monarquia e o advento da República.

O ministro da Guerra, cumprindo a ordem de D. Pedro II, apresentou, em 12 de maio de 1870, à Câmara dos Deputados a proposta de abertura de crédito extraordinário de duzentos contos, e o seu respectivo orçamento, para a celebração de um *te-deum* em ação de graças pelo término da guerra e exéquias solenes em sufrágio daqueles que faleceram em defesa da pátria.

Defensores da festa nacional, na falta de argumentos mais convincentes, o Ministro Itaboraí e o Barão de Muritiba investiram no prestígio do Imperador para aprovação no parlamento do crédito necessário para a realização dos festejos, mas que, por falta de quórum, teve sua apreciação adiada.

Quadro 1.

Despesas para a comemoração dos festejos pelo encerramento da Guerra do Paraguai, 1870

Descrição das despesas	Valor (em contos de réis)
Construção de um templo e colocação de tubos e lustres para iluminação a gás	100:000\$000
Com a decoração, músicos, cantores, padres que têm de officiar o <i>te-deum</i>	24:000\$000
Idem nas exéquias	16:000\$000
Com estátua monumental de D. Pedro II e arranjos do quadro	36:000\$000
Com a iluminação a gás, pintura e decoração	8:000\$000
Eventuais	16:000\$000
Total	200:000\$000

Fonte: Quadro apresentado pelo Ministro da Guerra, Barão de Muritiba, na sessão da Câmara de 14 de maio de 1870. *Anais da Câmara dos Deputados*, p. 19.

Na segunda discussão do projeto, destacou-se a posição do deputado conservador José de Alencar, que considerou a proposta inoportuna e incompatível com as circunstâncias vividas pelo país, pois no seu entendimento os sacrifícios com a guerra tinham sido enormes, assim como imensos os encargos que pesavam sobre o Império. Em seu discurso ainda apontava para a existência de famílias desvalidas com a perda de seus chefes e de órfãos desprotegidos pela falta de seus protetores.²⁷⁴ Contrário ao desperdício do erário público para a realização dos festejos nacionais, o parlamentar cearense questionava:

Já atendeu o governo a todos os encargos provenientes da guerra?
Já desempenhou seus compromissos com os voluntários da pátria?
Já enxugou todas as lágrimas das viúvas desvalidas?

²⁷⁴ FCRB - Discurso do deputado José de Alencar na sessão da Câmara de 19 de maio de 1870. *Anais da Câmara do Império*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional, 1870, p. 44.

Já honrou principalmente a educação dos órfãos dos voluntários falecidos em campanhas, dessas crianças que hoje são filhos adotivos da Pátria?²⁷⁵

Aqui, na voz aborrecida de um homem que serviu ao Partido Conservador e que sempre esteve ao lado do monarca, ouviam-se perguntas que parecem redimensionar a situação daqueles que estiveram ligados diretamente ou não aos efeitos da guerra contra o Paraguai.

Era a evidência de que muitos dos problemas que não encontraram solução no curso da guerra, depois de concluída, assombravam a sociedade e permaneciam insolúveis, devido à burocracia criada pelo Estado, enfrentando, os suplicantes, o desprezo do Ministério da Guerra, a lentidão dos pareceres dos parlamentares e a indiferença do monarca aos seus apelos. “Depois de uma manifestação tão esplendida quanto espontânea, de uma expansão tão nobre do sentimento nacional, o que pretende o governo com os festejos que prepara?”²⁷⁶

Como provocação ao ministro da Guerra, seu colega de partido encerrava: “Tem em vista opor uma festa oficial à festa popular?” Referia-se aos festejos que tiveram lugar em princípio do mês de maio e fins do mês de abril de 1870, com a chegada dos voluntários e os festejos particulares avaliados em oitocentos contos de réis e bem comemorados pela população. Suscitou sua pergunta indignação na bancada do Partido Liberal e trouxe a público o repúdio da imprensa oposicionista e a disposição de D. Pedro II em promover uma festa nacional, antes mesmo de firmado o tratado definitivo de paz com o Paraguai e depois que a maioria das tropas de voluntários da pátria já havia desembarcado na Corte, e haviam sido popularmente festejados. Além disso, as províncias não partilhariam da festa, pois não teriam o tempo necessário para enviar suas deputações com o fim de tomarem parte no júbilo nacional.

A discussão do projeto na Câmara dos Deputados, iniciada pelo senador cearense José de Alencar, amigo do ministro da Guerra, não conquistou a adesão a sua contestação. No dia 20 de maio, por 58 votos favoráveis e apenas 8 contrários, o projeto para a realização da festa foi aprovado.²⁷⁷

²⁷⁵ Idem, *ibidem*.

²⁷⁶ FCRB. Discurso do deputado José de Alencar na sessão de 19 de maio de 1870. *Anais da Câmara do Império*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional, 1870, p. 46.

²⁷⁷ FCRB. *Anais da Câmara do Império*, Sessão de 20 de maio de 1870. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional, 1870, p. 46.

Embora a pretensão do governo obtivesse a aprovação do projeto com relativa facilidade na Câmara dos Deputados, a sua aprovação no Senado foi antecedida de discussões prolongadas, arrastando-se por quatro sessões, tendo seu desfecho apenas ocorrido no dia 30 de junho de 1870.

As discussões tiveram início no dia 9 de junho, mas somente tomaram proporções na sessão de 15 daquele mês, quando o senador Dantas, da província de Alagoas, declarou-se contrário às despesas com a festa, insinuando que “a idéia do barracão tinha partido do alto”.²⁷⁸ A Lei de 5 de setembro de 1850, artigo 4º, § 4º, determinava que o governo não poderia abrir créditos extraordinários nem autorizar despesas que não estivessem previamente notadas e aprovadas em lei, exceto em casos de epidemias, calamidades públicas, sedição e rebelião. Ironicamente concluía: “o que nos falta é independência da parte dos nossos ministros, e um caráter rijo e forte para defender os dinheiros da nação, se os da oposição estivessem governando era a mesma coisa o barracão havia-se de fazer”.²⁷⁹

Para o senador Zacarias, favorável à festa, por considerá-la um gesto nobre, outra lei imperial também tinha sido ferida. Referia-se ao artigo 14 da Lei de 9 de setembro de 1862, que dizia que o ministro da Fazenda não poderia endossar o pagamento, sob sua responsabilidade, de serviço algum, nem que na lei estivessem consignados os fundos correspondentes à despesa.²⁸⁰

Na sessão de 27 de junho de 1870, o ministro da Guerra, Barão de Muritiba, se defendeu dizendo que não poderia ter violado a lei, porque a ideia da construção do templo ocorrera antes da abertura dos trabalhos do corpo Legislativo. Para cobrir as despesas do templo de madeira no Campo de Santana, o Barão de Muritiba assegurava somente ter utilizado recursos provenientes de verbas eventuais do seu próprio Ministério. Afiançou ter solicitado crédito de 200:000\$000 ao Parlamento, pois desejava que o corpo Legislativo concorresse para a manifestação que o governo tinha julgado ser de sua obrigação, além de que não tinha gasto nem um real daquela quantia antes da aprovação do orçamento. O senador Nabuco contrariado disse: “abram-se estas

²⁷⁸ FCRB. Discurso do senador Dantas na sessão do Senado de 20 de junho de 1870. *Anais do Senado do Império*. Rio de Janeiro, 1870, p. 208.

²⁷⁹ Idem, *ibidem*.

²⁸⁰ FCRB. Discurso do Senador Zacarias na sessão de 20 de junho de 1870. *Anais do Senado do Império*. Rio de Janeiro, p. 216.

janelas, e aí aparecerá o barracão assoberbando o edifício do Senado”.²⁸¹ Ironizou o senador Zacarias: “Meio escondido pelas arquibancadas”.²⁸²

A situação do Senado era delicada: deliberar sobre o recurso extraordinário para a obra que estava praticamente concluída. “[...] E a prova é esse barracão: nós o vemos quase consumado, mas ali no senado ainda se está discutindo a lei que o autoriza!”²⁸³

O senador Nabuco, preocupado com a imagem do Senado, e com a imposição dos festejos pelo monarca, refutou: “Ele governa com o parlamento, mas não governa o parlamento”.²⁸⁴ E sustentou a ilegalidade da concessão de créditos para o ministro da Guerra, que usou recursos próprios do seu Ministério e que, sendo assim, não justificava a busca de créditos no Legislativo. Por outro motivo também não teve apoio à proposição dos festejos nacionais. No Senado, parte da bancada baiana, em sua maioria formada por conservadores, alegou que a época das comemorações já havia passado.

O senador Nabuco, que também era baiano, fez um eloquente discurso sobre a repercussão dos festejos que já estavam ocorrendo desde o mês de março pela recepção dos voluntários. Sobre a disposição do governo em organizar as comemorações oficiais, o senador questionou:

É preciso a intervenção do governo, para que se digam que foram completas as festas? É preciso a intervenção do governo para que as preces dirigidas ao Altíssimo sejam acolhidas! É preciso a intervenção do governo para que os *requiescat in pace* rezados pelos nossos heróis lhes dêem o descanso eterno!²⁸⁵

Assim o senador Nabuco reduziu o significado da festa a uma mera diversão: “Quer o governo entreter o espírito público com a glória que alcançamos no Paraguai, para arredar as reformas que ardentemente a população pede?” [Referindo-se à questão servil]. Continuou dizendo que: “Duzentos contos de réis queimados clamam as viúvas

²⁸¹ FCRB. Discurso do senador Nabuco na sessão do Senado de 27 de junho de 1870. *Anais do Senado Imperial*. Rio de Janeiro, 1870, p. 250.

²⁸² FCRB. Fala do senador Zacarias na sessão do Senado de 27 de junho de 1870. *Anais do Senado Imperial*. Rio de Janeiro, 1870, p. 250.

²⁸³ FCRB. Discurso do senador Nabuco na sessão do Senado de 27 de junho de 1870. *Anais do Senado Imperial*. Rio de Janeiro, 1870, p. 250.

²⁸⁴ Idem, *ibidem*.

²⁸⁵ Idem, *ibidem*.

e os órfãos dos nossos bravos: e nós morremos de fome. Duzentos contos queimados; gritam as províncias; e tantas necessidades por cá!”.²⁸⁶ E concluía: “Duzentos contos seriam uma quantia muito importante para perfazer a quantia necessária para comprar terras, a fim de cumprirem o compromisso que temos com os voluntários; porque foi este um compromisso para o fim da guerra”.²⁸⁷

Com a mesma convicção também havia se revelado, na Câmara dos Deputados, o parlamentar cearense José de Alencar:

Compreendo que se dêem circense, mas depois de ter se dado o pão como lhes davam os ditadores romanos às custas dos despojos dos inimigos, mas tirar do povo a camisa do corpo para transformar em papelão, converter as lágrimas das viúvas desvalidas e dos órfãos em fumo de luminária foguetes, não senhores, não será com o meu voto.²⁸⁸

A imprensa exibia nessa época uma série de artigos criticando o governo pela demora em atender às reivindicações dos militares, em pagar as pensões às viúvas e dar atenção aos órfãos. Havia também uma polêmica em relação à dissolução dos batalhões de voluntários e ao rebaixamento de posições militares.

A imprensa censurava também o desperdício de 200:000\$000, que no entender dos redatores do jornal *A Reforma* deveria sair do bolso do contribuinte, reproduzindo, em grande parte, trechos dos discursos apresentados na Câmara de Deputados e Senado. Jamais coisa mais impopular se fez no Rio de Janeiro. Por toda a parte só se ouviam censuras à festa no templo de sarrafos “sarapintado”. Todos a desaprovavam: a própria Câmara dos designados deu dinheiro, porque o governo fazia disso questão, e ela entendia que não devia pôr em terra o gabinete e talvez o Partido Conservador por causa de tal quantia.

Por sua vez, o periódico carioca *A Vida Fluminense* saiu em defesa da festa oficial. Em relação aos festejos populares, o jornal afirmava:

²⁸⁶ FCRB. Discurso do senador Nabuco na sessão do Senado de 27 de junho de 1870. *Anais do Senado Imperial*. Rio de Janeiro, 1870, p. 252.

²⁸⁷ Idem, ibidem.

²⁸⁸ FCRB. Discurso do deputado José de Alencar na sessão da Câmara de 19 de maio de 1870. *Anais da Câmara do Império*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional, 1870, p. 46.

O povo, é verdade, já pôs seu coração na mão direita e sua carteira na mão esquerda, para dar uma prova significativa de seu contentamento pela feliz terminação da guerra. Mas o governo? O governo porventura deverá ficar mudo, quedo, quando até a Europa festejou o remate de tremenda luta? ²⁸⁹

Sobre as comemorações do povo que ocorreram na recepção da volta dos voluntários da pátria, a *Vida Fluminense* comentou:

Penso que não bastam as tais festinhas populares, os tais foguetes e lamparinas que cada um de nós ascender diante de sua casa durante cinco noites. Sem os foguetes e as lamparinas do governo a coisa não acabaria em termos. ²⁹⁰

A crônica encerra fazendo uma crítica desdenhosa ao jornal da Corte: “Deixem lá falar a Reforma: o governo deveria fazer o que está fazendo, sem mais nem menos”. ²⁹¹

Consumada a proposta do governo para a realização da festa oficial, ainda permaneceu o impasse por causa da escolha da data, discutida e adiada tanto na Câmara como no Senado, e até pelo próprio governo, uma vez que sua definição implicava a aprovação do orçamento para os gastos com os festejos.

A *Vida Fluminense* continuou a campanha em suas colunas pela concretização dos festejos afirmando aos seus leitores que a “[...] festa oficiosa do povo nada seria sem a festa oficial do governo; sem esta não passaria aquela de um jantar em que se não comesse sobremesa”. ²⁹² Há controvérsias sobre a escolha da data anunciada pela imprensa e os encaminhamentos feitos pelo Barão de Muritiba para a realização das comemorações dos festejos nacionais, antes mesmo da liberação de recursos orçamentários que teriam de ser aprovados pelas instâncias representativas da nação.

²⁸⁹ BN/RJ. *A Vida Fluminense*, Rio de Janeiro, 21 maio, 1970, p. 158.

²⁹⁰ Idem, *ibidem*.

²⁹¹ Idem, *ibidem*.

²⁹² Idem, *ibidem*.

Segundo pronunciamento do ministro da Guerra, a “[...] festa há de se fazer no dia de aniversário da grande batalha de 24 de maio”.²⁹³ Referia-se à batalha ocorrida em 24 de maio de 1866, nos pântanos circundantes do lago Tuiuti, em território do Paraguai, considerada pelos historiadores militares como uma das mais importantes batalhas da Guerra da Tríplice Aliança.

O jornal *Vida Fluminense* também noticiou sobre a provável escolha da data:

Consta-me que o governo designou os dias 24, 25, e 28 do próximo mês de maio para os festejos oficiais para a terminação da guerra. Além de um solene Te-déum em ação de graças, executado em pleno Campo da Aclamação. Há de ser uma festa de estrondo.²⁹⁴

As festas não aconteceram da forma prevista e nem mesmo na suposta data marcada pelo ministro da Guerra. Somente na sessão de 20 de junho, o Senado reuniu-se para deliberar sobre a concessão de créditos extraordinários para o evento.

Na plenária, o senador Silveira Motta questionou o fato de tal comemoração estar sendo adiada indefinidamente. Na opinião do parlamentar baiano, a causa para essa desistência tinha uma explicação:

Se o nobre ministro deixou de fazer o festejo no dia 24 de maio por julgar que não foi essa batalha o sucesso mais brilhante da guerra do Paraguai, então sua excelência além do atentado feito à lei pela despesa ilegal, cometeu outro atentado, um atentado contra a história.²⁹⁵

Afirmou também que o governo pretendia antepor a batalha de 24 de maio ao combate do Avaí, de 11 de dezembro de 1868. Citando o *Diário*, a folha ministerial, Silveira Motta comparou as duas batalhas, destacando a supremacia da batalha de Tuiuti em relação ao combate do Avaí. Uma possível opção pela data de 24 de maio pode ser

²⁹³ FCRB. Discurso do Barão de Muritiba, ministro da Guerra na sessão do Senado de 20 de junho de 1870, *Anais do Senado do Império*, Rio de Janeiro, 1870, p. 212.

²⁹⁴ BN/RJ. *A Vida Fluminense*, Rio de Janeiro, ano 3, 30 de abr. 1870, p. 136.

²⁹⁵ FCRB. Discurso do senador Silveira Motta na sessão do Senado de 20 de jun. de 1870. *Anais do Senado do Império*, Rio de Janeiro, 1870, p. 211.

confirmada em ofício expedido pelo ministro da Guerra à Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, com data de 9 de maio, onde nele informava o dia da realização dos festejos.

Em outro ofício, o engenheiro da Câmara relatava sobre as providências que precisavam ser tomadas: limpar e assear o Campo da Aclamação:

Onde se há de celebrar no dia 24 do corrente um solene Te-déum, em ação de graça pela paz e terminação da guerra do Paraguai, no Templo que se está construindo e o Presidente da Câmara determina que V. S. com urgência dê todas as providências a fim de que no mencionado dia o Campo esteja no melhor estado de limpeza e asseio. Igualmente previne a V. S. que pela casa de correção desta cidade, estão à disposição da Câmara 20 gâles para serem empregados nesse serviço, de conformidade com o ofício do Diretor que por copia se remete a V. S.²⁹⁶

O ministro da Guerra expôs aos deputados, em sessão de 19 de maio de 1870, os motivos que o levavam a adiar os festejos no Campo da Aclamação. Argumentou que o governo esperaria pela abertura das Câmaras de Deputados e Senado, representantes da nação, para que eles pudessem tomar parte nela.

Guardou-a para o tempo para que todos pudessem estar presentes a essa manifestação, guardou-a ainda para quando lhe parecia que pudesse ter lugar à assinatura, quando não do tratado definitivo de paz, ao menos as preliminares desse tratado.²⁹⁷

No Senado, o ministro foi questionado pelo senador Silveira Motta, que estava indignado com a demora da assinatura do tratado de paz, tendo já passado um mês desde o seu pronunciamento na Câmara. Embora o adiamento da comemoração fosse justificado, mediante as explicações do Barão de Muritiba, a data oficial ainda era desconhecida pelo Senado, no dia 20 de junho, quando o projeto continuava tramitando por aquela casa. “Terá o povo que festejar essa Paz, ou terá de se revoltar contra o

²⁹⁶ ACRJ. Ofício expedido pelo Dr. José Antonio da Fonseca Lessa Engenheiro da Câmara. Rio de Janeiro, 12 de maio de 1870, códice 44-1-47.

²⁹⁷ FCRB. Pronunciamento do Barão de Muritiba, ministro da Guerra na sessão da Câmara de 19 de maio de 1870. *Anais da Câmara do Império*, Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional, 1870, p. 48.

governo se for desonrosa?”²⁹⁸ Tendo passado quatro meses do término da guerra, Silveira Motta questionava a razão de tantos mistérios no que diz respeito à conclusão definitiva desse tratado.

Embora se tenha notícia na imprensa sobre o pleno andamento das obras no mês de maio, tanto das arquibancadas quanto do próprio templo para a realização do *te-deum*, a data oficial da festa continuava uma incógnita até para a própria imprensa. O cronista da *Vida Fluminense*, no dia 18 de junho, resolveu fazer um apelo aos organizadores dos festejos, ou a quem pudesse informar a data dos festejos oficiais:

Sabem dizer-me quando se farão os célebres festejos nacionais pela terminação da guerra? Diariamente perguntam-me diversas pessoas, e eu, sempre com desgosto sou obrigado a confessar a minha ignorância a tal respeito, o que é, sobretudo, vergonhoso para um cronista que deve andar muito correto com todas as coisas do mundo sublimar.²⁹⁹

Finalmente José de Alencar retoma o sentido da comemoração em sua fala, ao rememorar os festejos realizados para a recepção das tropas na Corte. Ele questiona:

Tem em vista opor uma festa oficial à festa popular? Não compreendo. Em um país de sistema representativo como esse que vivemos, o governo não separa-se e nem se isola da nação, sobretudo nessas ocasiões solenes, em que celebra suas glórias e seus grandes feitos.³⁰⁰

A essa questão, a imprensa lançou vorazmente uma série de interpretações que remetem a uma leitura particular do festejo, uma forma de promover a popularidade do Imperador diante dos súditos.

No Senado, o Barão de Muritiba resumiu os motivos que pesaram sobre o ânimo do governo para promover o ato de ação de graça à divina providência pelo fim

²⁹⁸ FCRB. Discurso do senador Silveira Motta na sessão do Senado de 20 de junho de 1870. *Anais do Senado do Império*, Rio de Janeiro, 1870, p. 211.

²⁹⁹ BN/RJ. *A Vida Fluminense*, Rio de Janeiro, 18 maio de 1870, p. 191.

³⁰⁰ FCRB. Discurso do deputado José de Alencar na sessão da Câmara de 19 de maio de 1870. *Anais da Câmara do Império*. Rio de Janeiro:Tipografia Imperial e Constitucional. 1870, p. 44.

da guerra: “Consistem eles principalmente em que é um dever do povo cristão e católico agradecer à Providência, de maneira mais pública e solene, o benefício que dela recebe”.³⁰¹ O Senado acolheu a proposta do ministro da Guerra. Todavia ficou dividida aquela casa entre aqueles que concordavam com a proposta da festa oficial e aqueles que eram contrários ao projeto, tendo manifestado seu descontentamento com a política imperial quanto ao tratamento dispensado à categoria militar, às viúvas e aos órfãos.

Como em outros rituais públicos oficiais do Império, na festa de 10 de julho de 1870, realizada para celebrar a terminação da guerra do Paraguai e exéquias pelos soldados mortos em combates, percebe-se a estreita relação entre Igreja e Estado, política e religião, que, à maneira do Antigo Regime europeu, conferia caráter sagrado às festas cívicas, contribuindo para legitimá-las. As celebrações cívicas eram, assim, forçadas a compartilhar com Deus a responsabilidade e a glória pelos sucessos políticos.³⁰²

Acrescente-se ainda que as recepções que ocorreram no país durante o mês de março eram homenagens prestadas aos generais que concorreram com tanta glória para a terminação da guerra. “Não pareceu então que com essas manifestações se deveria confundir o ato, que estava muito superior a todas elas. Esse ato de graças solenes de toda a nação ao Ente-supremo que nos tinha concedido a paz”.³⁰³

No dia 3 de julho de 1870, por portaria da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro fora informada oficialmente que no dia 10 de julho ocorreria o solene *te-deum* em ação de graça pela paz e encerramento da guerra no templo construído no Campo da Aclamação.³⁰⁴

Outro expediente também endereçado à Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro confirmava o interesse do comerciante Manoel Antônio Alves de Aguiar em estabelecer no Campo da Aclamação, junto ao Teatro Lírico, durante os dias destinados

³⁰¹ FCRB. Pronunciamento do Barão de Muritiba, ministro da Guerra, na sessão da Câmara, de 19 de maio de 1870. *Anais da Câmara do Império*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional, 1870, p. 47.

³⁰² BASILE, Marcello Otávio Néri, op.cit., 2006, p. 499.

³⁰³ FCRB. Pronunciamento do Barão de Muritiba, ministro da Guerra, na sessão da Câmara de 19 de maio de 1870. *Anais da Câmara do Império*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional, 1870, p. 48.

³⁰⁴ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. *Aviso do ministro da Guerra, Barão de Muritiba em ofício à Câmara*, 3 de maio de 1870. Códice 44-1-47.

aos festejos, uma pequena barraca para a venda de refrescos, doces, licores e mais líquidos.³⁰⁵

Não pouparam adjetivos pejorativos à construção de uma estrutura de madeira para celebração do *te-deum* com capacidade aproximada para cinco mil pessoas. O “barracão de Sarrafos”, como era chamado pelos críticos, popularizou-se na imprensa e no parlamento, surgindo assim, com essa triste fama, o espaço comemorativo para celebração pela terminação da guerra.

O senador Silveira Motta considerou um “escárnio” ao corpo legislativo a atitude do governo “de fazer esta igrejinha ou este barracão na frente do senado”.³⁰⁶ Argumentava sobre a inconveniência da construção de um templo de madeira improvisado para os festejos, quando existiam igrejas magníficas na Corte.

Qual era a real necessidade de fazer um templo de sarrafos, tendo nós igrejas magníficas, imponentes pela majestade mesmo de sua construção. Onde o homem quando entra, sempre recebe mais uma unção, mais algum espírito religioso, do que quando está nas barracas de Sant’Anna?³⁰⁷

O senador da bancada baiana sustentou a imprudência da construção do templo de sarrafos. Indicou que o *te-deum* fosse realizado em um amplo e luxuoso edifício que estava desocupado na Corte: “O governo podia realizar suas festas na Casa da Moeda com menos da metade da despesa que faz com o barracão de sarrafos e panos pintados que há de durar dois ou três dias”.³⁰⁸ Também sugeriu que o governo promovesse uma festa popular aproveitando as barracas militares que poderiam ser armadas e ornamentadas no Campo de Santana: “não ficaria esta festa com o caráter mais popular do que este barracão que está destinado para homens de casaca bordada ou calça azul?” Assim, o senador José de Alencar denunciava o caráter elitista da festa, confirmando a repercussão desse discurso nos periódicos que circularam na Corte.

³⁰⁵ ACRJ. Ofício expedido pelo comerciante Manoel Antonio Alves de Aguiar, Rio de Janeiro, 5 de maio de 1870, código 44-1-47.

³⁰⁶ FCRB. Discurso do senador Silveira Motta na sessão do Senado de 20 de junho de 1870. *Anais do Senado do Império*, Rio de Janeiro, 1870, p. 209.

³⁰⁷ Idem, *ibidem*.

³⁰⁷ Idem, *ibidem*.

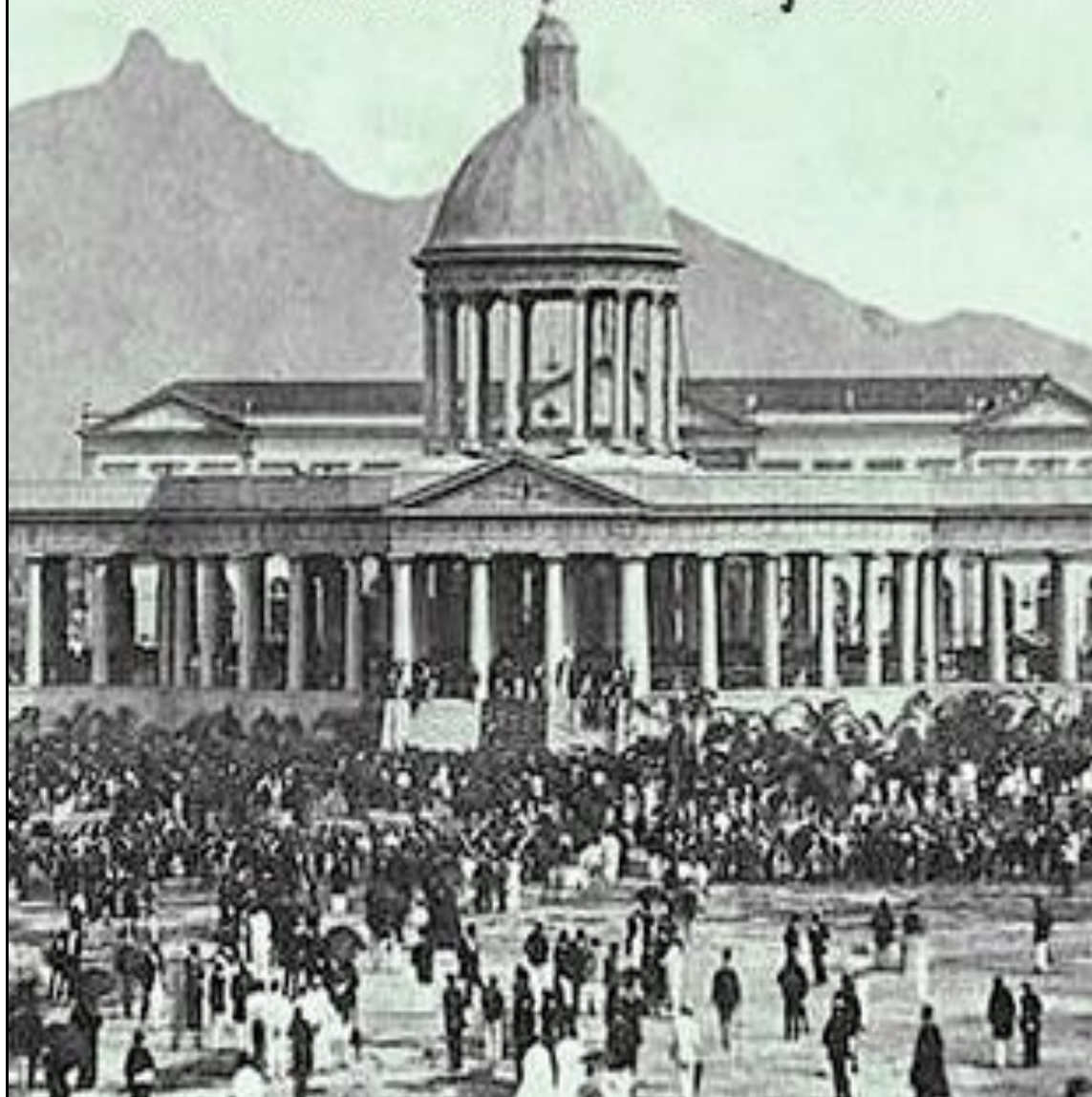
³⁰⁸ FCRB. Discurso do senador Silveira Motta na sessão do Senado de 20 de junho de 1870. *Anais do Senado do Império*, Rio de Janeiro, 1870, p. 209.

Enfocar a discussão da festa de 10 de julho na perspectiva da liberação do orçamento de duzentos contos de réis, pleiteado pelo Ministério da Guerra no Senado e na Câmara de Deputados, remete a uma consideração acerca da aprovação dessas despesas bem como às diversas formas de sua aplicação. Contudo, isso também faz pensar no sentido dos gastos exacerbados com festas, tão referidos na historiografia sobre o tema, segundo Camila Guimarães Santiago, uma prática comum desde o século XVIII na Europa. Atente-se para o fato de que esse procedimento compõe um mosaico de atitudes culturais colaboradoras com o poder absoluto do Antigo Regime.³⁰⁹

³⁰⁹ SATIAGO, Camila Santos Guimarães, op, cit, p. 488.

A Festa do Barracão

Controvérsias no cenário dos festejos oficiais



Festejos pelo fim da Guerra do Paraguai em 10 de julho de 1870. Templo da Vitória do Rio de Janeiro.
Acervo: Marc Ferrez (coleção Thereza Cristina Maria – BN/RJ)

Capítulo V

A Festa do Barracão: Controvérsias no Cenário dos Festejos Oficiais

A festa oficial ocorreria logo que fosse assinado o acordo de paz e definida a data apropriada para a realização da celebração pelo término da guerra. Para tanto meteram-se mãos à obra para a continuidade dos trabalhos do projeto do barracão. Meia dúzia de “carcamanos” foi encarregada de executá-la. O engenheiro, o pintor, o iluminador, o regente da orquestra eram italianos, com exceção de dois ou três que eram genros do ministro do Império, o Sr. Itaboraí, que tiveram a concessão de levantar próximo ao templo arquibancadas na esperança de lucros com a venda de bilhetes, onde só deviam entrar os seletos convidados do governo e o público em grande gala.³¹⁰

Sobre a participação dos italianos na festa, a *Vida Fluminense* ironizou, dizendo ser esta uma festa nacional, razão porque deveriam ser os trabalhadores nacionais os responsáveis pela execução das obras: “Concordo, porém está provado, até a evidência, que os nacionais não servem nem para a engenharia, nem para a arquitetura, nem para a pintura: servem quando muito para pagar os impostos, e isso mesmo...!”³¹¹

Após relacionar que todas as etapas da construção – do templo à arquibancadas, incluindo desde o engenheiro até o servente – seriam executadas pelos italianos, a *Vida Fluminense* também lembrou que até a música composta para o *te-deum* era obra de um maestro italiano: Fiorito.

A folha de São Paulo também afirmou que a festa tinha fins lucrativos e que seria um negócio rendoso para os parentes do Barão de Muritiba: dois ou três genros do ministro que tiveram a concessão de levantar arquibancadas ao lado do templo, na esperança de lucros fabulosos com a venda de bilhetes para as caranguejolas assistir-se à função.

A polêmica sobre a construção das arquibancadas, iniciada no final de maio pela imprensa carioca, foi respondida pela imprensa oficial em uma nota sobre a sua construção, afirmando o *Diário do Rio de Janeiro* que a fachada principal do Templo

³¹⁰ BN/RJ. Jornal *O Correio Paulistano*, São Paulo, 13 jul. 1870.

³¹¹ BN/RJ. *A Vida Fluminense*, Rio de Janeiro, 21 maio, 1970.

ficaria completamente desobstruída. O espaço reservado para a festa apresentava uma área de quinze mil e seiscentas braças quadradas, com capacidade para sessenta mil pessoas. Nessas condições as arquibancadas não impediriam a visão dos populares. Contra o argumento da imprensa que julgava desnecessária a construção do Templo, pelo caráter elitista que ela conferia à festa, *o Diário do Rio de Janeiro* asseverou:

Todos sabem que há nesta cidade grande inconveniência no comparecimento de senhoras, meninas e velhos, em lugares onde a reunião do povo é considerável. Imprudências de toda a sorte, empurrões inevitáveis pelo movimento da multidão, afugentam com razão famílias inteiras, que, aliás, mediante algum dispêndio, podiam tudo gozar, se por ventura houvessem lugares seguros, para colocar-se ao abrigo de qualquer eventualidade.³¹²

O mesmo jornal dizia ainda que, para os chefes de família, a construção das arquibancadas era uma necessidade, pois seria “esquisito” que, para satisfazer os desejos daqueles que “querem ver as festas do meio do Campo, de pé, e mais de perto apreciar as belezas do sexo frágil, se cortasse a liberdade e o direito de outros, que tem vontade diversa!”³¹³

Sobre os ingressos cobrados e a notícia vinculada de que existiam especuladores envolvidos no empreendimento, *O Diário do Rio de Janeiro* informou que, além da licença concedida pela Câmara Municipal, os construtores teriam o compromisso de fazer um donativo proporcional, com a venda dos bilhetes, em benefício das escolas militares. E finalizou com o seguinte comentário:

Se, porém, a maioria do povo compreende que as arquibancadas são inconvenientes, pode demonstrar a sua reprovação de um modo positivo, que é deixando de concorrer a tomar lugares. Daria com isso uma boa lição aos especuladores justificando ao mesmo tempo as reclamações daqueles que se inculcam amigos dedicados dos pobres³¹⁴

³¹² BN/RJ. Jornal *O Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 27maio 1870.

³¹³ Idem, ibidem.

³¹⁴ Idem, ibidem.

Ao final da controvérsia, sobre a questão das arquibancadas, discutida na imprensa, até a véspera dos festejos, tudo levou a crer que se cumprira a sugestão do redator do *Diário do Rio de Janeiro*. No dia dos festejos, as arquibancadas estiveram vazias, até o momento em que o próprio Imperador franqueou sua passagem ao povo para assistir à festa.

O jornal *A Vida Fluminense* se destacou no cenário da imprensa nacional do século XIX, pelo seu apurado humor sarcástico e refinado, e como se isso não bastasse, ainda era ilustrado com charges humorísticas sobre o cenário social do Império brasileiro. A festa do barracão rendeu ao jornal a graça no traço dos caricaturistas e a pena afiada de seus redatores. “A festa do barracão” foi um tema exaustivamente abordado em suas colunas, merecendo destaque os preparativos para a festa:

Preparam-se coisas do arco da velha. No Campo de Santana perto da casa da moeda formigam os operários, os empreiteiros, e os artistas encarregados de levantar o grande templo de papelão destinado ao Te-déum que ali tem de ser cantado; noutros lugares erguem-se arquibancadas e galerias a imitação de um circo de cavalinhos.³¹⁵

Dando continuidade à crônica, o redator fez um levantamento das frases mais espirituosas que estavam correndo na boca do povo, e publicou uma delas, dignas de menção: “Há dinheiro para batuques, mas eu fiquei sem braços no Paraguai, e minha mãe sem pão no Rio de Janeiro!”³¹⁶

Sobre a construção das arquibancadas no Campo de Santana e a cobrança de ingresso para uma festa ítalo-nacional, *A Vida Fluminense* disse:

Reconheço que não há monumento mais prático no Império, do que esse construído no Campo de Santana, e que os autores só tiveram em mira tornar mais brilhante ainda a festa ítalo-nacional, proporcionando ao belo sexo e aos seus respeitáveis patriarebas lugares cômodos, de onde, mediante módica retribuição, fosse apreciado o patriotismo com que o governo aplica às urgências da guerra (aos contribuintes) uma insignificante parcela do rotundo fisco.³¹⁷

³¹⁵ BN/RJ. *A Vida Fluminense*, Rio de Janeiro, 24 maio 1870.

³¹⁶ Idem, *ibidem*.

³¹⁷ BN/RJ. *A Vida Fluminense*, Rio de Janeiro, 28 maio 1870.

Sobre a crítica que a imprensa fez pela cobrança de ingressos para ocupar as arquibancadas, o jornal carioca comentou: “Se se paga para ir ao circo Bartholomeu, se se paga para ver as feras paraguaias da rua dos Inválidos, se se pagam tantos outros divertimentos, menos divertidos, porque não se há de pagar para assistir Te-déum?”³¹⁸ A ironia da *Vida Fluminense* devia-se, sobretudo, à contratação dos italianos para a execução do cenário da festa. O comentarista chegou a afirmar que as arquibancadas não deveriam ser demolidas depois da celebração:

Vão ver como as duas arquibancadas dão aquele pedaço de Campo um imponente aspecto de anfiteatro romano, anfiteatro que ficará oportunamente cheio de gente curiosa de assistir ao espetáculo de sua satisfação pelo feliz êxito da guerra! Eu se fosse o governo, não mandava por abaixo o anfiteatro romano sem dar nele uma grande finccion em que o povo que paga o “patau” pudesse apreciar a luta entre os atletas italianos que foram os que não foram contemplados na justíssima distribuição dos duzentos contos! Dado o caso que o governo queira proporcionar esse galardio ao poviléo pagante, lembro-lhes em tempo a conveniência de reservar um lugar de honra para a ilustríssima câmara do bem-aventurado município neutro.³¹⁹

Na seqüência, o cronista da *Vida Fluminense* enumerou as duas únicas vantagens advindas da realização da celebração no Campo de Santana:

Em toda a festa ítalo-nacional só enxergo duas vantagens: a primeira é dar ensejo ao Sr. Santa Rosa de apresentar as provas públicas de sua grande cantata – *Victoria* – que me dizem ser lindíssima. A segunda é de fazer com que o Campo da Aclamação fique capinado por alguns dias.
– E Viva Garibaldi.
É por isso que se fazem hoje os silogismos assim:
“O terreno foi alisado pelos prisioneiros paraguaios”.
“O templo e suas dependências foram feitos e decorados por artistas italianos:”
“Logo a festa é Nacional”
“Quem disser que a conclusão não se mantêm na premissa é tolo!”³²⁰

³¹⁸ Idem, *ibidem*.

³¹⁹ BN/RJ. *A Vida Fluminense*, Rio de Janeiro, 18 jun. 1870.

³²⁰ Idem, *ibidem*.

A ESTÁTUA RECUSADA E A CONSTRUÇÃO DO TEMPLO

No dia 23 de março de 1870, dias depois da Corte tomar conhecimento da morte de López, ocorreu na cidade do Rio de Janeiro uma reunião com diversos cidadãos, com o objetivo de deliberar sobre a construção de uma estátua equestre do Imperador D. Pedro II. Deveria ser o monumento fundido no país, com o bronze dos canhões paraguaios tomados na guerra. Visivelmente ressuscitava-se a espada de Uruguaiana sob a forma equina.

Na ocasião foi eleita uma comissão composta pelo Sr. Desembargador Izidoro Borges Monteiro, presidente; o Sr. Fernando Francisco da Costa Ferraz, 1º secretário; Diógenes César de Lima e Silva, 2º secretário, e o tesoureiro, o Sr. Comendador Jeronymo José Mesquita. Resolveu-se também nomear uma comissão em todo o Brasil assim como na Corte, composta por nacionais e estrangeiros, com o objetivo de auxiliar, através de subscrição pública, a construção da estátua.

Segundo a proposta de crédito apresentada à Câmara de Deputados, no dia 12 de maio, estava prevista a colocação de uma estátua monumental do monarca no Campo de Santana (Quadro 1). Posteriormente, em 14 de maio, foi remetido à Câmara um aviso do Ministério da Guerra alterando o item terceiro da tabela original. A colocação da estátua monumental de D. Pedro II foi substituída por uma outra ornamentação monumental alegórica no mesmo valor, “visto que não consentindo S. M. o Imperador na colocação de sua estátua equestre em frente ao quartel do Campo da Aclamação”.³²¹ O monumento alusivo ao monarca foi substituído por uma estátua da paz.

A querela da recusa da estátua pelo Imperador repercutiu na imprensa, não como um ato de modéstia do monarca, mas, como escreveu o jornal liberal *O Alabama*, da Bahia, pela substituição de uma despesa pela outra. E pergunta: O que ides comemorar?

³²¹ FCRB. Discurso do deputado José de Alencar na sessão da Câmara de 19 de maio de 1870. *Anais da Câmara do Império*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional, 1870, p. 45-46.

Ele mal compreenderá como homem, que rejeitou estátuas por edifícios para a instrução do seu povo, gasta do dinheiro do povo, contos em pagodes de sarrafos, sem que tenha até hoje criado uma só escola para os filhos do povo. Tais são os desvelos e o amor à instrução popular, que o Senhor D. Pedro II sente por esta nação que tanto respeita e felicita.³²²

O jornal *Opinião Liberal*, publicado na Corte, sobre a recusa da estátua por D. Pedro II, em detrimento da instrução pública, não deixou de criticar a posição do Imperador, nos meses que antecederam a comemoração pelo fim da guerra. “Decrete S. M. a liberdade do ensino, o do particular ao menos, e eis aí o ‘grande ato’ para o começo da nova era de paz”.³²³ Referia-se à existência na Câmara dos Deputados de uma petição assinada por mais de quinhentos cidadãos da Corte, requerendo a liberdade do ensino, e que sequer tinha sido emitido um parecer sobre o documento.

O valor para a construção da Estátua da Paz em substituição à estátua do monarca não foi alterado, permanecendo 36:000\$000. No caso da estátua de D. Pedro II, esse custo cobriria a sua fixação em pedestal e obras de ornamentação. O senador Silveira Motta fez os cálculos e concluiu que, com trinta e seis contos, pagaria apenas uma estátua de gesso, barro pintado ou madeira. “Não sei ainda que paz haveremos de ter talvez que esta paz seja pior que a guerra”.³²⁴

Em relação à indefinição da divulgação do tratado de paz por parte do governo, Silveira Motta fez um trocadilho com o monumento planejado pelo Ministério da Guerra:

Em todo caso, Senhor ministro, Vossa Excelência que mandou fazer a estátua da Paz diga de que cor é ela e que feitio tem. Se vossa excelência achou algum artista grego, pode este desenhar a Paz em uma cera de desânimo com alguns traços de incertezas, então, quando o povo for à festa do barracão e achar uma Paz triste, acanhada e incerta, levantará os olhos para o céu e dirá: Eis a paz dos 36:000\$, a Paz do Senhor Muritiba.³²⁵

³²² IGEB. Jornal *O Alabama*, Salvador, 23 jul. 1870.

³²³ BN/RJ. Jornal *Opinião Liberal*, Rio de Janeiro, 26 mar. 1870.

³²⁴ FCRB. Discurso do senador Silveira Motta na sessão do Senado de 20 de junho de 1870. *Anais do Senado do Império*, Rio de Janeiro, 1870, p. 211.

³²⁵ Idem, *ibidem*.

A imprensa e o parlamento acompanhavam atentamente as reivindicações de oficiais militares, voluntários da pátria, desvalidos, mutilados, órfãos e viúvas. Por essa razão, em oposição aos desígnios do Imperador, alguns parlamentares que se diziam representantes dos interesses de suas províncias e da nação consideravam a festa nacional, sob o ponto de vista orçamentário, um desperdício do erário público. Entretanto, no dia 30 de junho de 1870, o projeto foi aprovado no Senado e, no dia 8 de julho, dois dias antes dos festejos, uma comissão de parlamentares teve uma audiência com o monarca para comunicar a aprovação do crédito extraordinário solicitado pelo ministro da Guerra, o Sr. Muritiba.

Os jornais da Corte publicaram quase que uníssonos os detalhes da arquitetura efêmera que se erguia no Campo de Santana. Um cenário a céu aberto se estendia por ruas circunvizinhas ao local onde se encenaria o espetáculo comemorativo e convidava a população a observar a ação do governo diante daquela data importante para o Brasil. Detalhes da arquitetura, estilo, decoração, assim como as suas simbologias foram minuciosamente anotados pela pena erudita dos redatores que foram espiar pessoalmente os trabalhos realizados no Campo.

O entorno do Campo de Santana, entre a Rua do Hospício e o Largo São Joaquim, foi ornamentado com pequenos arcos, ligados uns aos outros, e com quatro arcos maiores que decoravam o grande pórtico, em frente ao portão principal da Secretaria, medindo 8 metros de altura e 5 metros de largura. Ao todo, 240 arcos simples de iluminação, ornados com bandeiras, galardetes e festões de folhas naturais, sustentavam 36.000 copos venezianos e 240 fachos de luz.³²⁶

No interior do pórtico, sob um pedestal dórico romano, foi colocada uma alegoria à Paz. Sustentava, na mão direita, um ramo de oliveira, e na mão esquerda, um facho simbolizando a união. Um detalhe sobre a “estátua da Paz”, de 3 metros de altura, obra do escultor Reis, foi observado de forma jocosa pelo jornalista do *Diário do Rio de Janeiro*. A efígie da estátua era semelhante à da princesa imperial, “verdadeiro penhor de paz e estabilidade das instituições que nos regem”.³²⁷ Em ambos os lados da alegoria à Paz foram erguidos dois obeliscos, colocados sobre um embasamento, com três escadas, elevando-se no topo a bandeira nacional.

No obelisco à direita, em suas três faces apareciam, respectivamente, os retratos do Imperador D. Pedro II, do Conde d’Eu e do Marques de Herval. Já no

³²⁶ BN/RJ. Jornal *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 11 jul. 1870.

³²⁷ Idem, *ibidem*.

obelisco à esquerda estampavam-se suas três faces: os retratos do Duque de Caxias, do Visconde de Santa Tereza e do Visconde de Pelotas. Essa ornamentação estava cercada por bandeiras das nações aliadas.



Pedestal dórico com a estátua da Paz e alegoria à vitória: monumento em comemoração ao término da Guerra do Paraguai, 1870. Foto: Marc Ferrez, (Coleção Thereza Christina Maria) BN/ RJ

O pedestal da estátua da Paz estava ornada com sarilhos de armas e com troféus militares, onde se lia, na direita, “A invicta armada”, e no da esquerda, “Ao valente exército”. Sobre os pedestais inferiores, assentou-se um arco transparente, em que se via a frase “Viva o Imperador”.

O templo construído em madeira e sarrafos foi erguido em frente à Casa da Moeda. Nas quatro entradas equidistantes existiam quatro átrios na forma de quadrados, seguindo o padrão da cruz grega. A área construída tinha uma dimensão de 43.000 palmos quadrados, elevando-se à altura de 190 palmos, acima do nível do Campo da Aclamação.³²⁸

³²⁸ BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 11 jul. 1870.



Obelisco com os retratos de importantes personagens da guerra: monumento em comemoração ao término da Guerra do Paraguai. 870 Foto: Marc Ferrez, (Coleção Thereza Christina Maria). B N /RJ

O complexo arquitetônico do templo, à semelhança do panteão francês, concebido em homenagem a Napoleão Bonaparte, foi obra do engenheiro Bonini.³²⁹ Dois pórticos localizavam-se nos cruzamentos das calçadas das Ruas de São Pedro do Campo, um outro na Cidade Nova e Velha, mais um na face fronteira ao templo e um último no centro da calçada do Hospício do mesmo Campo.

O corpo principal do templo era composto sobre as dezesseis pilastras que formavam a galeria de música e sobrepostas das colunas que fechavam a circunferência do círculo inferior do edifício. Um outro conjunto de colunas dava sustentação à grande cúpula e à lanterna sobre a qual estava colocado o anjo da vitória na altura de 186 palmos. Esta estátua era assinada pelo escultor Chaves Pinheiro.

³²⁹ BN/RJ. *Jornal Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 11 jul. 1870.



Corpo principal do Templo da Vitória no centro da Praça da Aclamação, 1870. Foto: Marc Ferrez (Coleção Thereza Christina Maria). BN/RJ.

No tímpano da fachada principal do templo, a leste, estava pintada, em baixo-relevo, uma alegoria que representava a religião; do lado oposto, em outro baixo-relevo, uma alegoria representando a paz. No tímpano do lado norte, encontra-se uma representação da nação, e do lado sul, uma representação da guerra. Essas pinturas foram feitas por La Chevrel.

Uma escadaria, em frente de cada átrio, conduzia ao vasto soalho que ficava na altura de três metros dividida por 124 colunas de ordem dórica grega, em um círculo interior concêntrico, onde se erguiam uma capela e o altar para a exposição do Santíssimo Sacramento, para a celebração do *te-deum*.

Acima da capela, na altura de 85 palmos, sobressaía uma cruz, que poderia ser vista de qualquer ponto da praça.³³⁰ A cúpula do templo encontrava-se toda ela coberta de veludo vermelho-escuro, e a cimalha era adornada com grinaldas e galões de ouro fino. No interior do templo, destacavam-se a ornamentação em cetim e a banqueta magnificamente preparada.

³³⁰ BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 11 jul. 1870.



Vista lateral do Templo da Vitória, 1870. Foto: Marc Ferrez, (Coleção Thereza Christina Maria) BN/RJ.

O jornal o *Diário do Rio de Janeiro*, após exaustiva descrição do complexo arquitetônico do templo, ainda arrisca uma justificativa sobre o estilo do edifício, considerando-o um tanto eclético:

Não pode ser considerado um modelo de arte; contem faltas; houve algum descuido na escolha das ordens e decoração; porém considerando-se que o projeto não podia ser convenientemente estudado pela estreiteza do tempo, tudo isso deve ser relevado, principalmente quando o conjunto do edifício é imponente e agrada a vista.³³¹

Mas se os jornais da situação descreviam o templo construído para a festa em suas nuances arquitetônicas, como representação da vitória da monarquia e de D. Pedro II e de seus ministros, o jornal *A Reforma* procurava evidenciar aspectos negativos para a sua realização. Afirmava este periódico que o templo produzia dificuldades

³³¹ BN/RJ. Jornal *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 11 jul. 1870.

econômicas e políticas para o Império. Profetizava o jornal: “o passado está cheio de ervas e o futuro prenhe de calamidades”.³³²

Referia-se o jornal à enorme dívida que pesava sobre a população, com os custos da guerra e, mais especificamente, àqueles diretamente envolvidos nas consequências da guerra, como o luto que cobria um sem-número de famílias e a existência de voluntários da pátria forçados a mendigar para escaparem da miséria.

Não se pode esquecer que *A Reforma* era um jornal oposicionista. Logo, tinha suas razões para desmoralizar a obra do “barracão” e fazer acusações diversas aos conservadores e ao próprio Imperador. Todavia, conduz-se, em suas páginas, por um vale de sombras, onde vagava pela cidade um número crescente de mendigos, cobertos de chagas, afligidos por cruéis enfermidades, como a febre que invariavelmente assolava a cidade, ou a falta de água, pela ausência de um sistema de abastecimento. Tudo isso para dizer que os recursos empregados na construção do templo eram inúteis, pelo seu caráter passageiro.

Assim, diante das péssimas condições em que se encontrava a cidade do Rio de Janeiro, enfrentando problemas como a falta de água e as epidemias nos portos, indagava *A Reforma* sobre os gastos do governo na ostentação da festa, concluindo:

Possuímos alguns templos dignos de solenidade; neles tem se celebrado até hoje as maiores festas nacionais. Mas são igrejas de pedra e cal, que perduram; quer-se um monumento frágil, efêmero, que dure apenas três dias. Que melhor símbolo de paz! As casas do Senhor estão por todo o Império, a até mesmo nesta grande capital.³³³

Retomando a questão inicial, o deputado do Partido Conservador José de Alencar comenta: “Depois de uma manifestação tão esplendida quanto espontânea, de uma expansão tão nobre do sentimento nacional, o que pretende o governo com os festejos que prepara?”³³⁴

Tanto *O Correio Paulistano* quanto *A Reforma* e o jornal *O Alabama* enfatizavam que os festejos nacionais tinham como finalidade reverenciar D. Pedro II.

³³² BN/RJ. Jornal *A Reforma*, Rio de Janeiro, 9 jul. 1870.

³³³ Idem, *ibidem*.

³³⁴ FCRB. Discurso do deputado José de Alencar na sessão de 19 de maio de 1870. *Anais da Câmara do Império*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional, 1870, p. 46.

A imprensa rotulou os festejos pelo fim da guerra como uma “Festa do Rei”.³³⁵ Citando uma fala atribuída ao próprio Imperador, o jornal paulista escreveu: “O rei dizia aos seus íntimos, na véspera da borracheira, que haviam de ver o que é uma festa nacional; que muito dizia a oposição, mas que ia demonstrar aos mais incrédulos qual a sua popularidade”.³³⁶

A festa de 10 de julho de 1870, objeto de análise neste capítulo, tinha como intenção maior reverenciar a figura do monarca, Dom Pedro II, inserindo-o num complexo de símbolos apropriados alusivos à Guerra do Paraguai. Na efêmera arquitetura do templo, assentou-se um arco transparente para saudar o monarca: “Viva o Imperador”.³³⁷ Nas alegorias, a efígie do imperador sobressaía ao lado de combatentes como o Conde d’Eu, o Visconde de Pelotas, o General Osório e o Duque de Caxias.

Servindo aos propósitos do espetáculo político, a festa do “barracão” pode ser interpretada como representação social do poder do Império, alocando a figura do rei no seu epicentro. Isto pode conciliar-se com a ideia de “representatividade política”, conceito elaborado por Habermas, para explicar a emersão do monarca em um universo simbólico capaz de divinizá-lo e também revelar o lugar socialmente devido aos seus súditos. Esse conceito foi elaborado para precisar o sentido de público na Idade Média. Nesse caso, a representatividade não se referia à esfera humana institucionalmente delimitada, mas a pura exaltação pública da dominação.³³⁸ Com o Estado Moderno e a delimitação entre o público e o privado, a possibilidade de representar-se publicamente restringiu-se ao monarca, ápice do complexo administrativo.³³⁹

OS FESTEJOS OFICIAIS PELO FIM DA GUERRA

³³⁵ BN/RJ. Jornal *O Correio Paulistano*, São Paulo, 13 jul. 1870.

³³⁶ Idem, *Ibidem*.

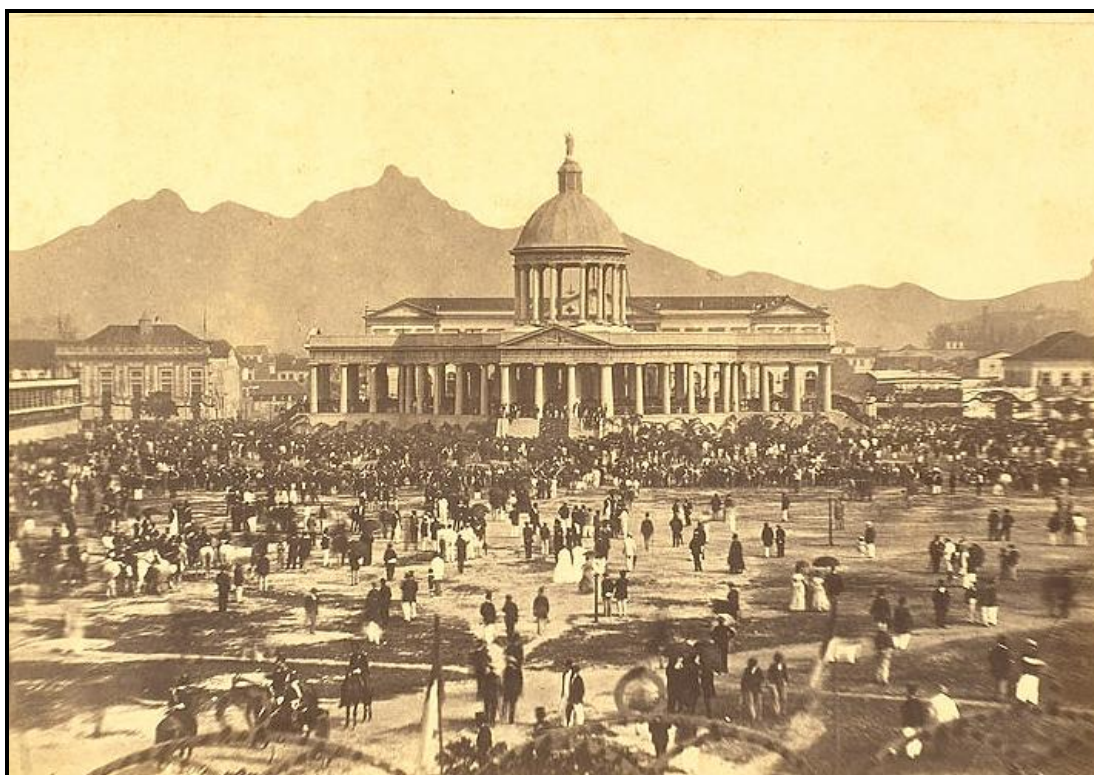
³³⁷ BN/RJ. Jornal *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 11 jul. 1870.

³³⁸ HABERMAS, J. *Mudança estrutural na esfera pública*: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984 (apud SATIAGO, Camila Santos Guimarães, op. cit, p. 488).

³³⁹ SATIAGO, Camila Santos Guimarães, op. cit, p. 488.

As salvas e os embandeiramentos das fortalezas e dos navios de guerra ancorados na baía do Rio de Janeiro anunciaram às 6 horas da manhã que era chegado o dia marcado pelo governo para as festas que mandou celebrar pela conclusão da Guerra do Paraguai.

Uma forte neblina espiava o ânimo do curioso com vontade de ir até o Campo da Aclamação para ver celebrar a festança. Eram já nove horas, e mal se encontravam na praça poucos indivíduos. Eles olhavam admirados para as arquibancadas vazias e para o círculo de soldados de Linha. Posicionavam-se em torno do templo e das arquibancadas, com o propósito de impedir que algum profano penetrasse naquele recinto, onde só teria de aparecer gente de grande importância.



Festejos pelo fim da Guerra do Paraguai em 10 de julho de 1870: Templo da Vitória no Rio de Janeiro.
Foto: Marc Ferrez. (Coleção Thereza Christina Maria) BN/RJ.

O *Jornal do Comércio* limitou-se a noticiar, com certa apatia, a realização das comemorações oficiais, informando aos leitores sobre a celebração de um *te-deum*, ocorrido às 10 horas da manhã, o qual contou com a participação da Princesa Isabel e

do seu esposo, o Conde d'Eu, conforme havia sido anunciado na programação oficial. Essa apatia pode ser atribuída ao período vivido naquele momento. Isso porque, desde a segunda metade do século XIX, se manteve conservador e se transformou no maior canal de comunicação das figuras públicas de destaque do país, mesmo aquelas que apresentavam pontos de vista divergentes ao governo. O jornal tinha uma proposta editorial que, de alguma forma, retratava a notável capacidade de acomodação das forças partidárias – mas também econômicas – do Segundo Reinado.³⁴⁰ Também participaram dos festejos ministros, parlamentares da Câmara e do Senado, membros dos corpos diplomático e eclesiástico, oficiais do Exército e da Marinha, funcionários públicos e demais convidados da monarquia.³⁴¹

À uma hora da tarde teve início, na Praça D. Pedro II, a parada militar, em que concorreram cerca de três mil homens da Guarda Nacional. Depois da marcha em continência, no Paço Imperial, o Imperador recebeu as felicitações do corpo estrangeiro, do Legislativo e de cidadãos de todas as classes.³⁴²

O *Jornal do Comércio* destacou que o ponto alto da festa foi a iluminação que produziu um efeito mágico. O templo estava circundado de fitas de bicos de gás, os quais desenhavam as formas até o alto da cúpula. Os numerosos lustres que resplandeciam por entre as colunas ressaltavam a estrutura do templo delineada por contornos luminosos.

A iluminação da cidade também completava o espetáculo. As fachadas do Paço, da Câmara Municipal e de diversos edifícios públicos, assim como de muitas casas particulares próximas ao templo também estavam iluminadas a gás. O prolongamento da Rua do Hospício e o Quartel, guarnecidos de arcos e pórticos, produziam, pelos efeitos luminosos, curvas multicores.

O jornal *O Alabama* informou que enviara um repórter para o evento e que este não viu a suntuosidade dos efeitos luminosos descritos pelo *Jornal do Comércio*. Disse que a iluminação dos arcos que circundavam parte do largo foi de triste aparência, por ser bastante vasta essa parte do Campo e por não terem acendido em grande número dos copinhos de cores.³⁴³

³⁴⁰ SILVEIRA, Mauro César. *A Guerra do Paraguai e as relações luso-brasileiras na década de 1860-1870*. 2001, 45 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

³⁴¹ BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 11 de jul. 1870.

³⁴² BN/RJ. *Jornal Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 11 jul. 1870.

³⁴³ IGHB. *Jornal O Alabama*, Salvador, 23 jul. 1870.

No Teatro Lírico foram encenadas, em grande gala, a ópera *Norma* e algumas peças de canto. Na ocasião também foi apresentado um festival composto exclusivamente para os festejos, de autoria do professor A. Fiorito. Assistiram ao espetáculo a família imperial e seus convidados, além da concorrência de diversos espectadores.

A descrição dos festejos apareceu com mais entusiasmo no *Diário do Rio de Janeiro*, que iniciou seu artigo ressaltando o caráter solene da festividade: “Tudo concorreu para que o ato fosse celebrado com a maior solenidade. O dia esteve belo e de uma temperatura agradável, e a noite linda e estrelada.”³⁴⁴ Os edifícios públicos iluminaram-se para a celebração e regozijo público. O Arsenal de Guerra, a Casa da Moeda, o Senado, o Museu Nacional e a Câmara Municipal estavam decorados com festões de flores artificiais que cercavam as suas janelas.

Quatro focos de luz elétrica produzida pelos melhores aparelhos que existem nesta cidade, e colocados: um na secretaria de guerra, outro na camada municipal, o terceiro no quartel-general da guarda nacional, e o quarto nos fundos do teatro Lírico, davam um realce, uma majestade indescritível.³⁴⁵

Informou ainda o *Diário* que, logo pela manhã, grande quantidade de povo encheu parte da enorme área da Praça da Aclamação, onde um corpo da Guarda Nacional e uma bateria de Artilharia, situados à direita do templo, formavam a guarda de honra.

Às 10 horas da manhã as altezas imperiais foram recebidas em frente ao templo pelos ministros de Estados, corpo diplomático e demais autoridades. Em seguida, chegou ao templo o sagrado Viático, sustentado por membros da Câmara Municipal da Corte, acompanhado da irmandade de S. Gonçalo, e logo após entrou o povo que também seguia o Santíssimo, “por assim o haver ordenado Sua Majestade o Imperador”.³⁴⁶

O ato religioso esteve imponente, segundo informou o *Diário do Rio de Janeiro*, que finalizava afirmando não ter palavras para descrever a magnitude da festa:

³⁴⁴ BN/RJ. Jornal *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 11 jul. 1870.

³⁴⁵ Idem, *ibidem*.

³⁴⁶ Idem, *ibidem*.

“Esta sucinta descrição está longe da realidade. Era preciso ter assistido de perto a festividade, para com justiça conhecer de sua magnificência, sendo certo que nesta capital ainda não houve outra igual”.³⁴⁷ A festa é o momento privilegiado da encenação do imaginário ou da imagem que ela tem de si. Para entender o entusiasmo do *Diário do Rio de Janeiro*, é preciso considerar que a celebração, desde a sua concepção, esteve inserida em um contexto de crise política, expressa na oposição cerrada entre liberais e conservadores. Para a monarquia, a festa significava a encenação de um ritual que fortalecia a sua própria imagem perante o país.

Partindo do pressuposto de que a festa atendia ao desejo da monarquia, pode-se inferir que o imaginário social elaborado e consolidado por um grupo é uma das respostas que este dá a seus conflitos, divisões e violências reais ou potenciais.

Todas as coletividades têm os seus modos de funcionamento específicos a este tipo de representações. Nomeadamente, elaboram os meios da sua difusão e formam os seus guardiões e gestores, em suma, o seu pessoal.³⁴⁸

Os jornais *A Reforma*, do Rio de Janeiro, *A Vida Fluminense*, *O Correio Paulistano*, de São Paulo, e *O Alabama*, da Bahia, relataram as comemorações oficiais com um olhar burlesco, desafiando com ironia a monarquia e ridicularizando os festejos do barracão.

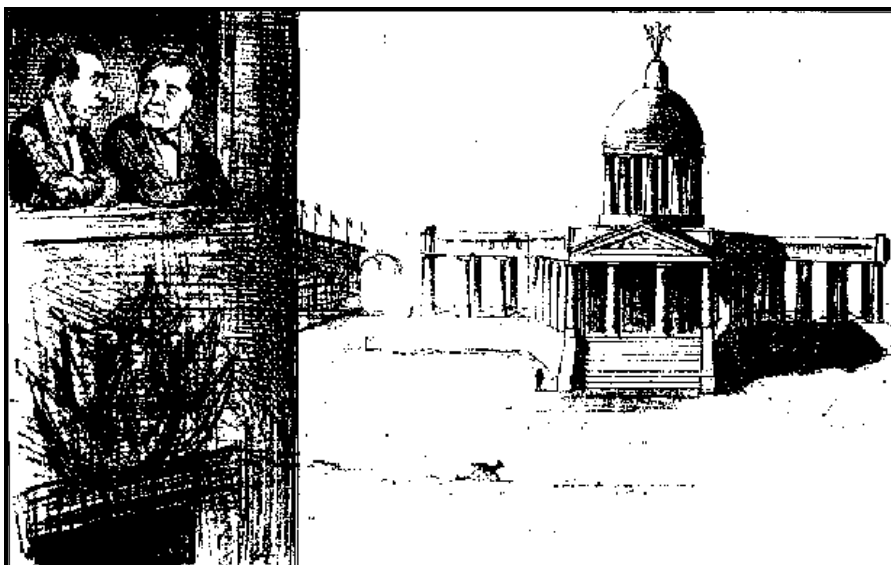
A FESTA, O POVO E ARQUIBANCADAS VAZIAS

Uma “outra” festa foi apresentada por estes jornais ao leitor, com direito a relatos de testemunhas oculares, que esmiuçaram detalhes sobre a falta de etiqueta da ralé e cochichavam sobre o ministro que empreitou as obras do barracão para os

³⁴⁷ Idem, *ibidem*.

³⁴⁸ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Einaudi, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985. v. 5, p. 309.

carcamanos³⁴⁹ e que “arrumou um negócio” das arquibancadas para os genros. Tudo isso no espetáculo da “borracheira”.³⁵⁰



Charge alusiva à construção do Templo da Vitória para celebração ao término Guerra do Paraguai:

- Que fiasco colega! Depois de tanta descompostura jornalística, de tanto dinheiro gasto... passar por uma destas é ... caiporismo.
- Qual! Os sujeitos da arquibancada é que são para lastimar! Eles não têm tesouro para pagar as favas. (*A Vida Fluminense*, 23 jul. 1870).

Para os referidos jornais, o apoteótico espetáculo de luz e sombras não agradou. Os festejos e o *te-deum* foram um fiasco pelos improvisos, protestos e falta de público e pelas arquibancadas vazias. Sobre a celebração da festa nacional, concordavam em um único aspecto: “que nesta capital ainda não houve outra igual...!” O jornal *O Alabama* escreveu sobre a curiosidade do povo em ir até o Campo da Aclamação:

[...] ver celebrar a festança. Era já nove horas, e mal se encontrava na praça um ou outro indivíduo, olhando admirado para as arquibancadas vazias e para o círculo de soldados de Linha, prostrados em torno da caranguejola italiana, com o fim de impedir que algum profano penetrasse naquele recinto, onde só teria aparecer gente de sangue azul.³⁵¹

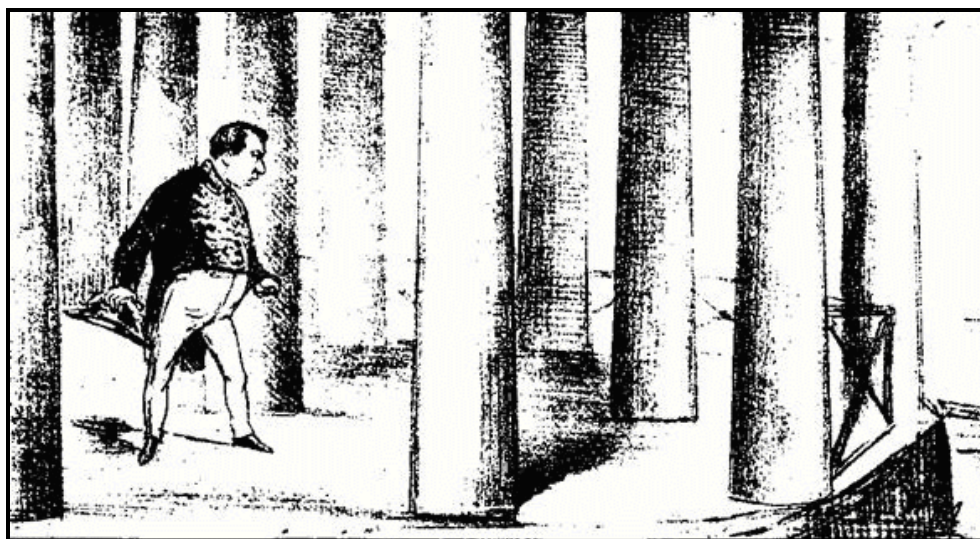
³⁴⁹ BN/RJ. Jornal *O Correio Paulistano*, São Paulo, 13 jul. 1870.

³⁵⁰ Idem, *ibidem*.

³⁵¹ IGHB. Jornal. *O Alabama*, Salvador, 23 jul. 1870.

O jornal narrou a festa, através de um correspondente designado pela redação, para levar as notícias à província da Bahia. Dizia o correspondente que a impressão que se tinha olhando a alguma distância do barracão era que o seu interior estava vazio e que apenas alguns figurões da Corte circulavam pelas suas dependências.

Depois da chegada da princesa e do príncipe consorte aglomeram-se mais pessoas. As arquibancadas continuavam ermas e desertas. Causava curiosidade aos transeuntes a presença de uma guarda de honra trajando calças vermelhas e plumas da mesma cor: “estavam ali para abrilhantar o ato, ou para manter a ordem entre os bancos inteiramente vazios”.³⁵²



Charge alusiva à ausência dos convidados na festa do dia 10 de julho de 1870. Pouco antes de começar o Te Déum, S Excia. o Sr. Ministro da Guerra procura debalde os oito mil convidados por entre as colunas do deserto... barracão. (*A Vida Fluminense*, 23 jul. 1870).

O *Correio Paulistano* também teve a mesma impressão: “Chegando a Corte ao templo, e já ao começar o Te-déum, reconheceu-se que dentro do barracão nem 300 pessoas havia, contando a comitiva do festejo”.³⁵³

O que se percebe nos relatos sobre a festa, publicados na imprensa, era a ausência do público esperado para as comemorações: “Nem mesmo a molecada tão amante da boa música, e tão ávida de espetáculos marciais, não comparecia à festa, e

³⁵² Idem, Ibidem.

³⁵³ BN/RJ. Jornal *O Correio Paulistano*, São Paulo, 13 jul. 1870.

parecia fazer timbre em protestar com a sua ausência contra a despesa dos duzentos contos”.³⁵⁴

O jornal *A Reforma* fez uma reflexão sobre as causas do fracasso dos festejos e afirmou: “O dia 10 de Julho de 1870 será para o 2º reinado uma data fatídica!”. Informou ainda que haviam sido expedidos oito mil convites, além de duas arquibancadas, levantadas ao norte e ao sul do templo gigantesco para a concorrência pública: “Nada se tinha olvidado para a mais completa pompa, majestade e brilhantismo das festas imperiais”.³⁵⁵

Na opinião desse periódico, o brilhantismo esperado para a festa não se concretizou, contabilizando um número pequeno de público. *A Reforma* descreveu um quadro desolador da festa: “O imperador achou-se quase só, abandonado, no meio de sua pomposa festa, no centro do templo colossal! Apenas o cercavam umas 200 pessoas, entre os de sua comitiva e os do corpo diplomático!”.³⁵⁶

Vários jornais foram unânimes em afirmar, incluindo o *Diário do Rio de Janeiro*, que, por iniciativa do próprio Imperador, a entrada no templo foi franqueada ao público, assim como também o acesso às arquibancadas, que antes eram pagas, foram liberadas indistintamente à participação de quem desejasse acompanhar a celebração: “entrou tudo, pretos com samburás, sujeitos em mangas de camisa, muita gente sem gravata, todos entraram”.³⁵⁷ O imperador, num ato magnânimo, liberou o templo para o povo participar dos festejos: entrou “tudo quanto moleque descalço que estavam pelos arredores, foi misturar-se com ‘os calças’ azuis dos ilustres fidalgos”.³⁵⁸

O jornal *O Correio Paulistano* também confirmou essa notícia: “Deu-se então ordem para deixar entrar tudo, com bilhete de convite ou sem bilhete”.³⁵⁹ E acrescentou que, por pouco, os guardas que estavam postados nas escadarias, para restringir a entrada dos que não tinham convite, não se constituíram em patrulha de recrutadores de gente para a festa.

Sobre essa cena, é significativo o relato, dessa vez, feito pelo narrador do jornal *O Alabama*, que descreveu o constrangimento de um amigo que estava na festa: “e

³⁵⁴ IGHB. Jornal *O Alabama*, Salvador, 23 jul. 1870.

³⁵⁵ BN/RJ. Jornal *A Reforma*, Rio de Janeiro, 20 jul. 1870.

³⁵⁶ Idem, *ibidem*.

³⁵⁷ IGHB. Jornal *O Alabama*, Salvador, 23 jul. 1870.

³⁵⁸ Idem, *ibidem*.

³⁵⁹ BN/RJ. Jornal *O Correio Paulistano*, São Paulo, 13 jul. 1870.

vendo o caráter minimamente democrático da reunião, ficou envergonhado de ter levado luvas, e tratou de escondê-las a toda pressa nos bolsos das calças”.³⁶⁰

³⁶⁰ IGHB. Jornal *O Alabama*, Salvador, 23 jul. 1870.



Charge alusiva à abertura do templo à participação do povo na festa de 10 de julho de 1870, devido à ausência dos convidados. Para evitar que se desse no templo o mesmo que muito a miúdo sucede no Senado (isto é, não haver sessão por falta de quórum), S. Excia. dá ordem (obedecendo a certo pedido) para franquear a entrada, que é desde logo invadida por tudo quanto há de mais... elegante e distingue a variedade dos tipos com que alguém chamasse ao barracão: Templo da Igualdade, o que incomodou a muitos figurões. (*A Vida Fluminense*, 23 jul. 1870).

Segundo *O Correio Paulistano*, quando o rei franqueou o ingresso do povo à solenidade, utilizou o mesmo recurso empregado pelos empresários dramáticos quando desejam que a companhia não represente para os bancos.

A recomendação era que o público comparecesse usando traje de gala, mas, segundo a imprensa, os convidados do ministro Muritiba, além de não virem de gala, “levam alguns a descortesia a ponto de se apresentarem de pé no chão”.³⁶¹

Pela imprensa, dias antes da festa, alguns oficiais do 1º batalhão de Infantaria haviam declarado que não poderiam comparecer ao festejo oficial. Alegaram não terem os uniformes determinados no convite expedido pelo Ministério da Guerra, estranhando ainda que tais condições fossem exigidas de oficiais vindos recentemente do teatro da guerra e que muito haviam concorrido para a conclusão dela em aquelas exigências.³⁶²

³⁶¹ BN/RJ. Jornal *O Correio Paulistano*, São Paulo, 13 jul. 1870.

³⁶² BN/RJ. Jornal *A Reforma*, Rio de Janeiro, 8 jul. 1870.

O jornal *Correio Paulistano* criticou os festejos de 10 de julho desde o início da concepção da proposta do Barão de Muritiba. A construção do templo foi entregue aos trabalhadores italianos, a quem ironicamente chamaram de carcamanos: “Meteram mãos à obra...”, dizia o jornal de São Paulo: “chamaram meia dúzia de carcamanos para executá-la, sendo carcamano o engenheiro, carcamano o pintor, carcamano o iluminador, carcamano o regente da orquestra”.³⁶³

O jornal *O Correio Paulistano* criticou o evento, por ter sido impedida a participação do público que não tinha ingresso para assistir à função:

[...] embora fechasse a vista ao público que não se dispusessem a pagar e, que de antemão, ou de plano também tinha de ser excluído do barracão onde só deviam entrar os felizes convidados do governo, e esses mesmos em grande gala.³⁶⁴

Os ingressos para aos festejos estavam sendo vendidos nas boas casas do ramo, como anunciado pelo *Jornal do Comércio*. O anunciante oferecia ao público as comodidades da arquibancada sul, situada no prolongamento da rua do Hospício em frente à Rua do Areal, no Campo da Aclamação, junto ao templo. Eram setenta camarotes e vasta galeria. Os bilhetes eram vendidos para os dois festejos, a cantada do *te-deum* e dois cartões de camarote, servindo um para o festejo da manhã, outro para o da tarde, com seis entradas cada cartão: 50\$000.³⁶⁵

³⁶³ BN/RJ. Jornal. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 13 jul. 1870.

³⁶⁴ Idem, *ibidem*.

³⁶⁵ BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 9 jul. 1870.



Charge alusiva à participação do povo nos festejos de 10 de julho de 1870. Na ocasião da cantada... fluxo... e o refluxo. (*A Vida Fluminense*, 23 jul. 1870).

O anunciante também chamou a atenção para a segurança das arquibancadas, que foram “solidamente construídas segundo os pareceres das diversas comissões de engenheiros que o governo e o Exmo. Sr. Chefe de Polícia nomearam para procederem à rigorosa vistoria”.³⁶⁶ Isto porque foi veiculada pela imprensa que as arquibancadas construídas no Campo da Aclamação corriam riscos de desabar conforme o laudo de uma comissão técnica. *O Correio Paulistano* noticiou que uma comissão de profissionais nomeada para examinar as arquibancadas para a festa do Campo de Santana havia declarado “que as obras estavam absolutamente sem segurança, sendo inevitável à queda dos palanques”.³⁶⁷

O jornal *A Reforma* ironizou sobre a especulação das arquibancadas que impôs restrições ao ingresso da população: “O público que paga a patacoada oficial não tem quase de onde vê-la; porque o melhor lugar do Campo está ocupado pelas arquibancadas dos genros”.³⁶⁸ Referia-se aos genros do ministro da Guerra, Barão de Muritiba, que obtiveram a concessão para construção das arquibancadas e venda de ingresso. E faz uma advertência sobre as péssimas condições das arquibancadas: “Deus

³⁶⁶ BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 9 jul. 1870.

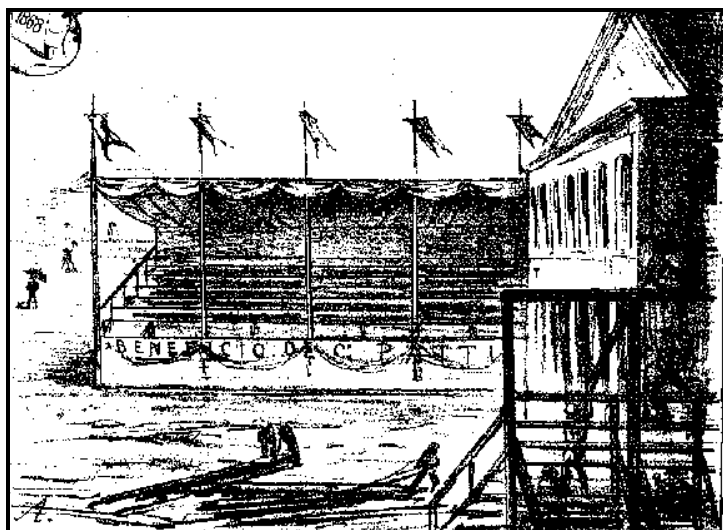
³⁶⁷ BN/RJ. *Jornal O Correio Paulistano*, São Paulo, 21 jun. 1870.

³⁶⁸ BN/RJ. *A Reforma*, Rio de Janeiro, 9 jul. 1870.

permita que não tenhamos de lastimar uma grande catástrofe, devida a péssima construção das arquibancadas”.³⁶⁹

No dia 9 de julho, faltando apenas um dia para a celebração, o jornal *A Reforma* declarava-se, mais uma vez, contrária aos festejos oficiais: “A população deve meditar antes de se expor a ir sofrer desastres, enquanto os calças azuis ouvem Te-déum e cantatas”.³⁷⁰ E concluiu: “Se um conselho damos à população é que não vá às arquibancadas, como um protesto solene contra o escândalo de encher-se os bolsos dos genros às custas dela. Já bastam os 200:000\$ reis da praça do mercado”.³⁷¹

“Em que deu o negócio das arquibancadas?”, perguntou *O Correio Paulistano*: “Em outra coisa que também se não esperava: ficaram total, absolutamente, vazias, porque nem um expectador concorreu a elas”.³⁷²



Charge alusiva ao destino das arquibancadas erguidas para a comemoração do fim da guerra depois do festejo oficial de 10 de julho de 1870.
(A Vida Fluminense, 6 ago. 1870)

A questão proposta pelo periódico impõe uma outra indagação: *A Reforma*, quando recomendou que o público não fosse aos festejos, em sinal de protesto, teria influenciado a opinião pública? Quais as conotações políticas dessa atitude? Teria então *A Reforma*, opondo-se à monarquia, e confirmado a ausência de público, atingido seus propósitos?

³⁶⁹ BN/RJ. Jornal *A Reforma*, Rio de Janeiro, 9 jul. 1870.

³⁷⁰ Idem, *ibidem*.

³⁷¹ Idem, *ibidem*.

³⁷² BN/RJ. Jornal *O Correio Paulistano*, São Paulo, 21 jun. 1870.

Para *O Correio Paulistano* a resposta estava na manifestação popular. Disse em suas páginas que o povo foi para as ruas para provar que não fora à festa porque não quisera ir, e acudiu a noite em número de mais de 50 mil pessoas, para ver o Campo: “não em que existira Tróia, mas em que a barraca do divino atestava ainda o fiasco mais fiasco de que hão de falar as crônicas deste feliz reinado. Eis o que foi a festa do rei”.³⁷³

ENTRE A FESTA E A SEDIÇÃO

Os preparativos para a festa ocorriam paralelamente às discussões dos parlamentares sobre o orçamento. O Ministério da Guerra, por sua vez, advertido das possíveis manifestações da imprensa e da população contra os gastos, ordenou que o 1º batalhão de Infantaria da cidade de Niterói viesse auxiliar o batalhão do Depósito e o 1º Regimento de Cavalaria na repressão de qualquer desacato que, por indignação, viesse o povo a praticar.

Indagou o jornal *A Reforma*: “Mas ignora o ministério que os soldados são filhos do povo? Não sabe o governo de São Cristóvão que esses soldados são irmãos e filhos de órfãos e viúvas que ainda não receberam da nação as pensões que lhes são devidas?” E concluía: “satisfaça as mais urgentes necessidades do povo fluminense e faça justiça plena ao exército que acaba de prestar ao país, o serviço de seu sangue.” Curiosamente, quem assinava o artigo publicado naquela folha era “O Exército”.³⁷⁴

As comemorações cívicas funcionavam como um plebiscito periódico sobre o Estado e suas pretensões. Entretanto, as festas não são fáceis de analisar. Por um lado, existe o que efetivamente ocorreu nas ruas; por outro, a construção do discurso jornalístico sobre o que aconteceu.

Os grandes jornais em circulação, no Segundo Reinado, em sua maioria politizados, no que tange aos relatos sobre os festejos cívicos podem ser considerados como declarações políticas e não só meras reportagens sobre elas. Dessa forma, nem todos os jornais expressavam tudo o que acontecia e, no caso da festa, alguns deles deixaram de informar aos seus leitores os acontecimentos dados na noite do festejo, no

³⁷³ BN/RI. Jornal *O Correio Paulistano*, São Paulo, 13 jul. 1870.

³⁷⁴ BN/RI. Jornal *A Reforma*, Rio de Janeiro, 10 jul. 1870.

mesmo Campo da Aclamação, onde as cerimônias da manhã e da tarde foram marcadas pela aparente tranquilidade.

À parte dos acontecimentos já noticiados, ocorreram protestos populares contra o ministro da Guerra, o Barão de Muritiba, que não pôde evitar as manifestações ruidosas contra ele e o seu Ministério. É pertinente observar que as festas públicas constituíam um espaço político capaz de envolver a todos os interessados transformando-se, muitas vezes, em ambiente de reivindicações e de protestos. O *Correio Paulistano* publicou uma carta enviada por um de seus leitores que assistiu ao espetáculo: “Vou dizer-lhe o que vi e presenciei, pois os jornais por motivos diferentes deixam de publicar a verdade”.³⁷⁵ Em seguida narrou o episódio:

No grande barracão ou templo de papelão, estando o imperador e a família imperial, e mais meia dúzia de papas-sordos, que se chamam fidalgos, o povo entrando por todos os lados do barracão, que era aberto com quatro grandes entradas constando pela maior parte de oficiais de 1ª linha, de oficiais e soldados voluntários, deram gritos – abaixo o ministro, e morra Muritiba, morra o ministro ladrão!³⁷⁶

Segundo o narrador, isto produziu uma grande balbúrdia, e resultou em senhoras caídas pelas escadas do barracão, enquanto os alabardeiros apontavam suas lanças para o povo. D. Pedro II mandou suspender a represália, e com sua voz de “cana rachada procurou tranquilizar a massa”, que em resposta levantaram “uns vivas chochos” ao Imperador, que tomou, com a família imperial, os seus carros e seguiram para o palácio da cidade, enquanto o seu ministro da Guerra desaparecia sem que se soubesse por onde.³⁷⁷

Um grupo de mais de cem oficiais, seguido do povo, marchou para o Largo do Palácio, onde fizeram pronunciamentos contra o ministro, soltando incessantes vivas à liberdade, e morras ao gabinete Itaboraí.³⁷⁸

“Os vivas” eram palavras de ordem, invariavelmente, expressão de lealdade política. Eram puxados por alguém preeminente na multidão, que os repetia entusiasticamente. “Vivas ao imperador, à pátria, à liberdade, aos representantes da

³⁷⁵ BN/RI. Jornal *O Correio Paulistano*, São Paulo, 21 jul. 1870.

³⁷⁶ Idem, *ibidem*.

³⁷⁷ Idem, *ibidem*.

³⁷⁸ BN/RJ. Jornal *A Regeneração*, Santa Catarina, 24 jul. 1870.

nação e ao povo”. A ordem em que eram dados “os vivos” denotava a hierarquia de valores de quem os proclamava e a conveniência de cada circunstância, assim como a omissão de algumas dessas ovações; a sua não repetição pelo público, eram indicadores políticos importantes para determinado contexto político ou social.³⁷⁹

À noite, o magote composto de oficiais, de espada em punho, percorreu as ruas da cidade, dando gritos de “Morra o ladrão do Muritiba”.³⁸⁰ Depois voltaram ao Campo de Santana e, na ocasião em que chegavam os carros da comitiva imperial, cercaram-nos um a um, “fazendo-os parar, e dando na portinhola, gritavam ‘morras’ ao Muritiba”.³⁸¹ E no meio de tudo isso, onde estava o Muritiba?

Informou o narrador ao jornal que logo que se deu o tumulto no barracão, foi o Sr. Muritiba se refugiar no Quartel General próximo ao local onde estava aquartelado o 1º Regimento de Cavalaria. O ministro da Guerra então conferenciou com o chefe de polícia e depois se refugiou em sua casa. Ao manifestar a intenção de mandar uma patrulha para abafar as desordens, mais de duzentos oficiais de linha, ali reunidos, teriam afirmado ao chefe de polícia que estavam prontos para comandar os seus companheiros de armas, mas que ficasse o chefe de polícia certo que voltariam com a cabeça do Muritiba.³⁸²

Diante da situação conflitiva, mandou o chefe de polícia buscar um esquadrão de Cavalaria de permanentes, aquartelados ao lado do Campo de Santana. Todavia, preferiu acalmar os manifestantes que ameaçaram, com a ajuda do mesmo Esquadrão, “marchar sobre a polícia, logo que se fizesse a menor violência, a qualquer de seus camaradas”.³⁸³

O jornal *A Regeneração*, periódico de Santa Catarina, afirmou que se achavam presos dois oficiais de linha comprometidos com a manifestação popular, preferindo não reforçar a ideia de sedição militar, como apareceu na narrativa do correspondente do jornal *O Correio Paulistano*. E, para desqualificar a ideia de sedição, esclareceu: “Mas a verdade é que quase todo o grupo fardado contava de ex-voluntários da pátria, hoje fora de serviço e que, em relação ao número de pessoas que tomaram parte no pronunciamento, esse grupo equivaleria à importância de uma gota no oceano”.³⁸⁴

³⁷⁹ BASILE, Marcello Otávio Néri, op. cit., p. 500.

³⁸⁰ BN/RJ. Jornal *O Correio Paulistano*, São Paulo, 21 jul. 1870.

³⁸¹ Idem, ibidem.

³⁸² Idem, ibidem.

³⁸³ Idem, ibidem.

³⁸⁴ BN/RJ. Jornal *A Regeneração*, Santa Catarina, 24 jul. 1870.

Todavia, em um pequeno artigo publicado na mesma data e no mesmo jornal, deixava-se escapar a dimensão da manifestação popular: “Dirigiram-se ao Largo do Paço e junto às janelas do imperador mais de 5 mil vozes se levantaram contra o governo opressor deste país”.³⁸⁵

Para o jornal a *Reforma*, o significado do dia 10 de julho “foi a conspiração sublime e espontânea do desprezo público”. Foi um prenúncio de que os alicerces da monarquia estavam abalados. Ali não podia perecer um rei; mas foram certamente esmagados os brios da realeza. “O ser amado ou temido dos povos é o dilema dos reis; mas o ser desprezado é a suprema desgraça dos poderosos”.³⁸⁶

Para contrapor o discurso da *Reforma* sobre o desprestígio da monarquia, é preciso considerar: primeiro, para que o discurso imperial vingasse, era necessária certa “comunidade de sentidos”; segundo, o fato é que não se manipula no vazio. Concorda-se com Lilia Schwarcz, quando afirma:

Apesar de muitas vezes intencional, os rituais não se impõem de forma exterior e aleatória. Entender as marcas simbólicas da realeza é perceber como é possível descobrir intencionalidade na cultura política, mas ainda atestar para o fortalecimento de um regime que criou raízes no imaginário popular.³⁸⁷

Sedição ou não, deve-se considerar que a festa no Campo da Aclamação, cujo objetivo era o de comemorar as vitórias alcançadas no Paraguai, transformou-se em um movimento de contestação política contra o gabinete conservador instalado em 16 de julho de 1868. Indagava o jornal catarinense: “continuará ainda no poder o Gabinete de 16 de julho? Será possível que a desmoralização e o cinismo tenham chegado a ponto de desprezar-se a manifestação popular – a vontade soberana do povo?”³⁸⁸

Enquanto os jornais da Corte preferiram narrar os acontecimentos sem entusiasmos, os jornais publicados fora do Rio de Janeiro alardeavam sobre a existência de uma “sedição” ou “manifestação popular”, que demonstrava o descontentamento dos voluntários da pátria, militares e parte da população com a monarquia de D. Pedro II. O

³⁸⁵ Idem, *ibidem*.

³⁸⁶ BN/RJ. Jornal *A Reforma*, Rio de Janeiro, 20 jul. 1870.

³⁸⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz., op. cit., p. 65-66.

³⁸⁸ BN/RJ. Jornal *Regeneração*, Santa Catarina, 24 jul. 1870.

espaço da comemoração também era o espaço para os protestos, convertendo o Campo de Santana em cenário de contestação ao governo e seus ministros.

A FESTA DE 10 DE JULHO DE 1870: COMEMORAR OU ESQUECER?

O jornal *Alabama* perguntou: “O que, pois, ides festejar? A vaidade, a pura vaidade do imperador, tão efêmera e dispendiosa, tão infundada e custosa ao povo, como esse templo de papelão e oropel, que apanha desvanecerão no espaço”.³⁸⁹

Considerando que a festa é essencial à manutenção de um grupo e a reprodução da sua memória e que lhe confere garantias de continuidade, quando se trata de grupos com a plena consciência de que pela ação conseguem desencadear eventos passíveis de marcar o curso da história, a reprodução festiva de ocasiões anteriores torna-se incentivadora. Se concordarmos com Johnston, quando afirma que as cerimônias comemorativas reportam-se a acontecimentos e figuras que constituem protótipos histórico-míticos e que reencenam ritualmente o fato original, detendo uma função decisiva na edificação e manutenção de uma memória,³⁹⁰ paradoxalmente o apelo ao esquecimento surge como desígnio do Império, até pelo 10 de julho, data escolhida aleatoriamente, pois não há referência no calendário dos acontecimentos da guerra com a data da festa que remeta a um episódio ou batalha.

A festa de 10 de julho de 1870 jamais foi novamente encenada. Embora as festas extraordinárias sejam concebidas como específicas de um tempo único, diante da importância que teve a Guerra do Paraguai para o Brasil, era natural que a comemoração pudesse se repetir nos anos seguintes. Todavia, as comemorações que se seguiram para a perpetuação de vultos militares, de episódios e batalhas, relacionados com o conflito, foram apropriadas somente pela República, quase meio século depois da contenda.

Para a Monarquia, que vivenciava os efeitos da guerra, coube selecionar as cenas do conflito que pudessem interessar à história pátria, lançando-as sobre o batismo

³⁸⁹ IGHB. Jornal *O Alabama*, Salvador, 23 jul. 1870.

³⁹⁰ JOHNSTON, William M. *Post-modernisme et bimillenaire: le culte des anniversaires dans la culture contemporaine*. Paris: PUF, 1994.

de logradouros, praças, em forma de quadros, estátuas e monumentos, representando batalhas e honrando alguns poucos generais que se destacaram na campanha, sem personificar sequer a figura do monarca que se apresentou para a guerra como o primeiro voluntário da pátria.

Se a festa aufere sempre novos sentidos e significados sociais daqueles que a comemoram e a produzem, é evidente que a memória latente da guerra, ainda nos anos subsequentes ao conflito, poderia converter-se em sérias ameaças ao governo monárquico, que não havia atendido aos reclames de Voluntários da Pátria, mutilados de guerra, viúvas e órfãos.

Mas se a comemoração permite dar visibilidade a um determinado fato histórico ou personagens selecionados, o esquecimento constitui o outro lado da mesma moeda. Assim, as figuras destacadas na comemoração objetivam sobrepor-se às que deveriam ser esquecidas, assegurando a manutenção de um grupo político e social no poder e condenando de forma direta a possibilidade de uma outra narrativa histórica.

Quando se fez a festa oficial, a festa do barracão, onde foi substituída a estátua do imperador pela estátua da paz, nos obeliscos erguidos em frente do Quartel e do Campo e da Secretária de Guerra, no meio das iluminarias, sobressaíam alguns nomes que o governo mandou oficialmente colocar, como os nomes proeminentes da guerra. Todavia, pareceu ter esquecido de outros, como lembrou em seu discurso o senador Silveira da Mota, na sessão do senado de 26 de julho de 1870. Afirmava o senador:

[...] porém o governo esqueceu-se de mandar pôr ao menos o de um oficial da marinha, de um almirante entre os chefes até subordinados ao exército, que figuraram nas inscrições de sua predileção. É sem dúvida uma falha grave que deve o governo reparar, porque senhores, se há algum nome que deva merecer entre os beneméritos da Guerra do Paraguai, uma grande menção é o nome do Visconde de Tamandaré.³⁹¹

Da tribuna argumentou o senador que o nome do Visconde de Tamandaré não deveria ficar na sombra escura que o governo colocou depois dos serviços que prestou desde o início das operações em Paissandu e no Salto. Em suas considerações afirmava

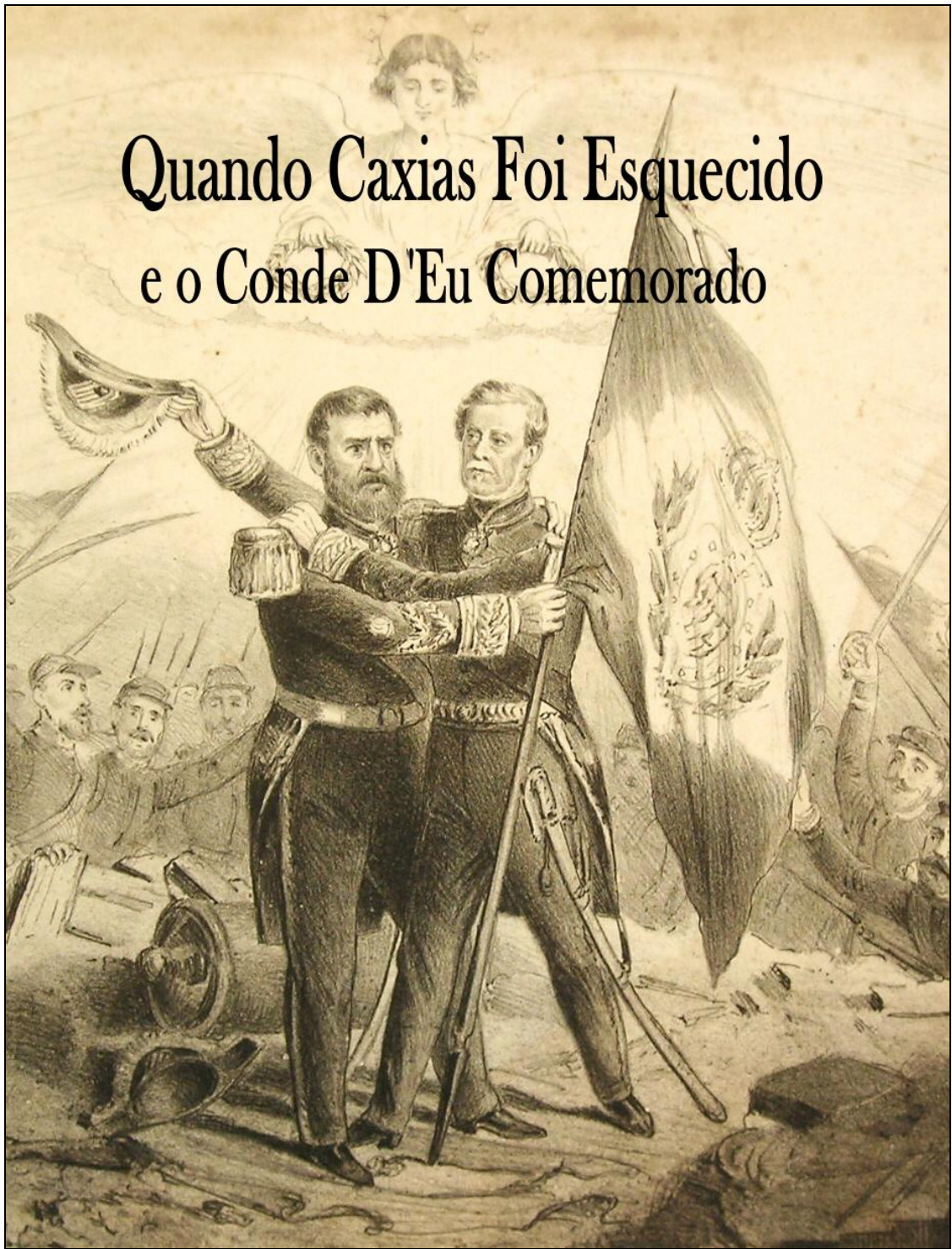
³⁹¹ FCRB. Discurso do senador Silveira Mota na sessão do Senado de 26 de julho de 1870. *Anais do Senado do Império*. Rio de Janeiro, 1870, p. 251.

que o Visconde de Tamandaré não podia ser esquecido pelo governo injustamente, tão duramente como foi, porque “todos sabem que ele foi um dos generais brasileiros que mais honroso e energicamente sustentou a dignidade do Brasil, não só contra Lopez, mas contra todas as pretensões estrangeiras”.³⁹²

O homem que praticou relevantes serviços à nação foi posto à parte e, de volta ao Rio de Janeiro, fora demitido do comando da Esquadra. Seu nome desapareceu do cenário das comemorações e nos sarrafos do Campo de Santana não foi visto seu retrato entre os heróis que o governo escolheu para ovacionar. Dessa forma, o esquecimento lançava seu mando também sobre a esquadra brasileira, porque muitos oficiais de terra, como o ministro da Guerra, não reconheciam os serviços prestados pela Marinha na campanha do Paraguai.

³⁹² Idem, *ibidem*.

Quando Caxias Foi Esquecido e o Conde D'Eu Comemorado



“O heroísmo Fraternizado” – Representação da união entre o Exército e a Armada.
Na imagem aparecem O Conselheiro Joaquim José Ignácio e o Duque de Caxias. Acervo do
AHN/RJ.

Capítulo VI

Quando Caxias Foi Esquecido e o Conde D’Eu Comemorado

Nas quatro primeiras décadas depois da Guerra do Paraguai, a principal comemoração militar que sobreviveu ao tempo foi a Batalha de Tuiuti (24 de maio de 1866). Considerada a mais importante da campanha, era rememorada também por ser reconhecida como a mais sangrenta das batalhas travadas na América do Sul. Nesse período de comemorações, destacou-se como principal herói o general Manuel Luís Osório (1808 – 1879), comandante das forças brasileiras agraciado por D. Pedro II com o título de Marquês de Herval, pelos feitos na campanha. Sobre Osório, Doratioto afirma: “Sua bravura beirou a irresponsabilidade, arriscando a vida em diferentes ocasiões, ao lutar corpo a corpo ou expor-se à vista do inimigo [...] A tropa o seguia mais pelo arrebatamento e por suas qualidades pessoais do que pela obediência”.³⁹³



O Duque de Caxias e o General Osório – Acervo AHN/RJ.

Sem dúvida, Osório e Caxias foram as personagens militares que se destacaram no Império brasileiro. No entanto, suas estátuas – encomendadas em 1888 ao artista

³⁹³ DORATIOTO, Francisco. *General Osório: A espada liberal do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 95.

Rodolfo Bernadelli, portanto ainda no Império – somente foram inauguradas no período da República: em 1894, o monumento equestre de Osório; em 1889, o de Caxias.³⁹⁴

Antes mesmo da construção de estátuas com o intuito de imortalizar os heróis, a Guerra do Paraguai motivou a contratação de pintores, com o objetivo de guardar para a posteridade as grandes batalhas travadas pelo Exército e pela Marinha. A exposição geral de 1872 exibiu duas grandes obras: *A batalha de Campo Grande*, de Pedro Américo,³⁹⁵ que focaliza a figura do Conde D’Eu, e a tela de Victor Meireles, *Combate Naval de Riachuelo*, que tem como ator principal o almirante Barroso.³⁹⁶



A Batalha de Campo Grande de Pedro Américo – 1871.

³⁹⁴ Sobre a construção da imagem de Osório e de Caxias no período republicano ver Adriana Barreto de Souza. Osório e Caxias: os heróis militares que a República manda guardar. *Revista Vária História*, Belo Horizonte, n. 25, p. 231-251, 2001.

³⁹⁵ Pedro Américo na sua primeira tela histórica, *A Batalha de Campo Grande*, coloca-se ante a missão de apresentar um episódio, em que se sobressai D. Gaston de Orléans (Conde d’Eu e príncipe consorte) como comandante-em-chefe das forças brasileiras, no final da Guerra do Paraguai. Pedro Américo escolhe a cena da última grande batalha da guerra, ocorrida em 16 de agosto de 1869, quando os paraguaios, após serem perseguidos, contra-atacam, colocando em perigo a vida do Conde d’Eu. O pintor representa o momento preciso em que um ajudante-de-ordens procura protegê-lo, segurando-lhe as rédeas do cavalo, impedindo-o de prosseguir. Ver CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. Quando subordinados roubam a cena: A Batalha de Campo Grande de Pedro Américo. *Saeculum - Revista de História*, nº 19, João Pessoa, jul./ dez. 2008, p. 81-82.

³⁹⁶ Ver o artigo de Armelle Enders, “Plutarco brasileiro”. A produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado. *Revista Estudos Históricos*. n. 25, 2000.



Batalha naval de Riachuelo de Victor Meirelles – 1872.

A partir de 1923, Osório deixou de representar o herói nacional e foi substituído por Caxias, que ingressou no panteão dos heróis brasileiros como o “modelo ideal do soldado”.³⁹⁷ Isso fez declinar o culto ao general Osório – em seu lugar apresentava-se o general Caxias, favorecido pelas circunstâncias políticas da década de 1930. No entanto, o reconhecimento do general Osório depois da campanha não foi suficiente para elevá-lo à condição de herói do Império, embora ele fosse homenageado popularmente na data da Batalha de Tuiuti. A discussão sobre quem era o herói a ser guardado nas memórias da guerra fora substituída pelo debate em torno de quem era o verdadeiro vencedor da campanha. Assim, a disputa do título de herói do Império restringiu-se aos principais comandantes da guerra: Caxias e Conde D’Eu.

Dessa maneira, a memória da Guerra do Paraguai, constituída nos anos imediatos à campanha, foi resultante dos embates políticos entre liberais e conservadores. Nos jornais e na tribuna das câmaras de deputados e do Senado, os dois lados defenderam a importância de personificar como herói seus respectivos generais e, assim, inventar uma tradição para possivelmente ser comemorada pelas gerações vindouras.³⁹⁸

Os dois generais protagonizaram uma contenda para descobrir quem deveria figurar nas páginas da história pela vitória do Brasil na Guerra do Paraguai. Partidários

³⁹⁷ CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 13.

³⁹⁸ A ideia de criar uma tradição é movida parcialmente pela noção de “invenções das tradições”, consagrada por Eric Hobsbawm, em seu livro de mesmo título organizado por Hobsbawm e Terence Ranger e publicado pela Paz e Terra, em 1984. Todavia, não se pretende analisar os fatos na perspectiva de uma tradição inventada distante do tempo dos acontecimentos, e sim baseada na discussão ocorrida ainda no fervor dos fatos referentes à Guerra do Paraguai.

de Caxias e de Conde D'Eu atacavam-se mutuamente, tanto na imprensa quanto na tribuna, em defesa do nome do herói que o Império devia guardar. Dois generais, dois perfis opostos: um nasceu nobre, enquanto o outro adquiriu o título nobiliárquico pela sua alta inserção nas Forças Armadas.

Luís Alves de Lima e Silva (1803 – 1880) era o Duque de Caxias, general veterano de guerra e de revoluções, com uma extensa carreira militar – contava cinquenta anos de serviços prestados à Monarquia brasileira, no final da guerra. Foi nomeado comandante das tropas brasileiras no Paraguai, em 1866. Em 1869, aos 67 anos, regressou do Paraguai sofrendo de graves enfermidades no fígado. De volta ao Rio de Janeiro, foi-lhe concedido pelo Decreto Imperial de 23 de março de 1869 o título de duque, pelos serviços prestados nos campos de batalha no Paraguai. No ano seguinte, foi escolhido senador do Império pelo Partido Conservador.

O outro general era o príncipe francês descendente da linhagem dos Bourbons, Luís Filipe Maria Fernando Gastão de Orléans (1842 – 1922), Conde D'Eu, casado com a princesa Isabel, filha dileta de D. Pedro II.



O Conde D'Eu. Acervo AHN/RJ

Gastão de Orléans era um jovem militar de 27 anos, que em março de 1869 foi nomeado comandante em chefe das forças aliadas contra o Paraguai, em substituição ao

Duque de Caxias e que comandou o Exército brasileiro até o final da guerra, em 1º de março de 1870, com a morte de Solano López, presidente paraguaio.

Sobre a divisão entre os partidários de Duque de Caxias e de Conde D’Eu, *O Correio Paulistano* descreveu os interesses políticos que moviam os dois grupos. Na opinião daquele periódico, havia uma tendência de prestigiar o genro do imperador em detrimento do general que se retirou da guerra antes de sua conclusão. Isso ficou perceptível por ocasião dos festejos realizados no regresso do príncipe consorte à Corte.

Os duquistas e os condistas eis aí, foram os partidos, que já nasceram brigando do cérebro do Júpiter de São Cristóvão. É ocioso dizer que os duquistas são os secretários do Sr. duque de Caxias e os condistas são os entusiastas do Sr. conde D’Eu. Desde que chegaram tropas da campanha fervem as mais vivas demonstrações pelo genro do imperador e futuro proprietário da nação.³⁹⁹

Os partidários do Conde viam nessas comemorações não apenas uma forma de homenagear o general do Exército que concluiu a guerra, mas o futuro soberano do Brasil, como ficou expresso no entendimento da folha da capital da província de São Paulo: “Os condistas, pois, sob mil pretextos e fórmulas diversas, fintando e extorquindo, exibem festejos e galas estrondosas para o recebimento do jovem rei”.⁴⁰⁰

ENTRE CAXIAS E CONDE D’EU

Durante as comemorações pelo regresso do jovem general, “no meio de tantas festas ninguém lembrava o nome do duque de Caxias, mesmo que sua excelência apresenta-se no paço de São Cristóvão”.⁴⁰¹ Por ocasião da condecoração do marechal Caxias, em 23 de agosto de 1869, *O Correio Paulistano* descreveu um fato ocorrido no momento da entrega da comenda e exoneração do “velho” general. Escreveu o jornal: “O imperador, transportado de júbilo, corre para ele [o duque] e abraça-o três vezes,

³⁹⁹ BN/RJ. Jornal *O Correio Paulistano*, São Paulo, 26 mai. 1870.

⁴⁰⁰ Idem, ibidem.

⁴⁰¹ Idem, ibidem.

vivamente, levantando-o do chão”.⁴⁰² Dizia o articulista do jornal que não eram aqueles abraços ao general Caxias *ex-offícios* que D. Pedro II fingia dar durante os desembarques das tropas, afastando-se pesadamente dos comandantes, “vítima do amplexo e do insípido discurso. Foram três abraços fortíssimos, populares, alheios à pragmática; mas, todavia, simbólicos!”⁴⁰³

Tão logo circulou pela cidade do Rio de Janeiro a expressão daqueles abraços, uma comissão de militares foi cumprimentar o invicto general Caxias e seus retratos foram ressurgindo nas vidraças da Rua do Ouvidor. Das vidraças passaram para os arcos triunfais, e “os mais denodados duquistas começaram a levantar vivas ao seu chefe!”⁴⁰⁴

A conclusão era que os abraços do monarca no duque significavam uma reconciliação com a memória do general, com seus feitos e, sobretudo, o reconhecimento do rei na teia do jogo político e do cenário que se desenhava naquele momento em que a guerra estava prestes a findar. Os abraços significavam também a ascensão de Caxias ao Ministério da Guerra, a busca do equilíbrio entre Caxias e Conde D’Eu: “duas conchas da mesma balança, cujo fiel está nas mãos do imperador”.⁴⁰⁵

O *Diário do Rio de Janeiro*, órgão do Partido Conservador, rememorou os feitos de Caxias na guerra. Dentre as batalhas que ilustraram o comando do general Caxias, Pirabeby foi uma das últimas e não menos gloriosa, ao lado dos subchefes Menna Barreto, Câmara, Pedra e outros. “A glória ali conquistada com o sangue derramado em comum é nacional, e maldito seja aquele que se lembrar de obscurecê-la por espírito de partido”.⁴⁰⁶ Nessa passagem, exaltado, o *Diário do Rio de Janeiro* maldisse aqueles que usavam a Guerra do Paraguai para obscurecer ações de seus generais em nome de disputas partidárias.

A frase que resume o sentimento do *Diário do Rio de Janeiro* como expressão do equilíbrio pretendido pela Monarquia foi: “Nesta guerra há glória para todos”.⁴⁰⁷ Duque de Caxias, que não a podia “invejar, foi sempre o primeiro a preconizá-la. Ele não fez tudo; mas seus antecessores e sucessores não fizeram o que ele fez”.⁴⁰⁸

⁴⁰² Idem, *ibidem*.

⁴⁰³ Idem, *ibidem*.

⁴⁰⁴ Idem, *ibidem*.

⁴⁰⁵ Idem, *ibidem*.

⁴⁰⁶ BN/RJ. *Jornal Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 10 abr. 1870.

⁴⁰⁷ Idem, *ibidem*.

⁴⁰⁸ BN/RJ. *Jornal Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 10 abr. 1870.

CAXIAS: O ESQUECIDO

Um artigo da *Revista dos Dois Mundos*, intitulado “A Guerra do Paraguai”, assinado pelo francês Xavier Raymoud e publicado no dia 15 de fevereiro de 1870, acendeu uma polêmica no Império: a qual general devia-se a glória pelo término da guerra: Caxias ou Conde D’Eu? A *Revista dos Dois Mundos* era partidária do Conde D’Eu, talvez por afinidades com Gastão de Orléans, ou ainda por enxergar no então Marquês de Caxias um general que abandonou a guerra ainda em curso, retirando-se do campo de batalha para a Corte no mais absoluto ostracismo.

Em resposta ao artigo da revista estrangeira, o senador Firmino Rodrigues da Silva redigiu um artigo para o *Jornal do Comércio*, em 22 de julho de 1870, com a finalidade de reabilitar a figura de Caxias na galeria dos heróis da Guerra do Paraguai. Ele iniciava o artigo contestando a *Revista dos Dois Mundos* e expondo as razões que levaram o “velho general” a declarar a guerra por encerrada, em 24 de janeiro de 1869, após a tomada da cidade de Assunção, no Paraguai:

Talvez tendo destruído e dissipado o exército inimigo e tomado e aniquilado grande parte de seu material, se convencesse que a guerra estaria acabada, o certo é que se apressou a declará-la em ordem do dia, e contentando-se de fazer a entrada solene em Assunção, embarcou para o Rio sem sequer esperar autorização do governo.⁴⁰⁹

Na defesa de Caxias, Firmino Rodrigues afirmou possuir documentos irrefragáveis, abonadores do proceder “irrepreensível” do general. Documentos que tinham sido expostos no artigo com a finalidade de esclarecer os motivos pelos quais Caxias retirara-se de Assunção. Na Ordem do Dia de 24 de janeiro de 1869, assim havia anunciado o general sobre o término da guerra:

Os importantíssimos acontecimentos e vitórias, as mais completas por nós alcançadas durante os memoráveis 25 de dezembro próximo passado, puseram termo, em minha opinião, à guerra do Paraguai, nas

⁴⁰⁹ Transcrito pelo *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 22 jul. 1870.

condições críticas em que nossas manobras e a intrepidez de nossos soldados o colocaram, restar-lhe-ia a pequena guerra de recursos, se a república do Paraguai não estivesse, como está, completamente exausta deles.⁴¹⁰

As sucessivas operações de guerra empreendidas por Solano López e seu exército – desde a invasão do Mato Grosso, Corrientes e Rio Grande do Sul, passando pela resistência nos combates de Riachuelo, dominando o curso do Paraguai pelas fortificações de Humaitá – demonstraram a disposição dos paraguaios. Com forças enfraquecidas depois da ocupação de Assunção, o chefe dos paraguaios foi visto fugindo “pela picada de um potreiro com tão diminuta comitiva. Em presença de tais fatos ninguém teve e nem podia ter outra opinião”, concluiu o autor do artigo do *Jornal do Comércio*.

A retirada de Caxias, registrada no *Diário do Exército* no dia 17 de janeiro de 1869, não era, segundo a documentação, motivada pela Ordem do Dia que definiu o término da guerra. A retirada deveu-se ao agravamento do estado de saúde do general, bastante debilitado desde 1867. Em Assunção, em uma ocasião em que assistia a uma missa na catedral com seu Estado-Maior, Caxias foi acometido de uma síncope que o obrigou a retirar-se do templo. Ele seguiu para a cidade de Montevidéu por recomendações médicas, enquanto aguardava a licença do governo imperial para regressar ao Brasil.⁴¹¹

No *Diário Oficial* de 18 de janeiro de 1869, foi publicada a mensagem de despedida que Caxias escreveu para seus camaradas, expondo as razões pelas quais estava se retirando da campanha:

Achando-me gravemente enfermo e tendo obtido do governo imperial licença para tratar de minha saúde no Brasil, é com o coração oprimido pela dor que sinto ao separar-me do exército, a quem me coube a honra de comandar, que dirijo-me aos meus camaradas para dizer-lhes meus adeuses, restando-me unicamente o consolo de os deixar aos cuidados do bravo e distinto general Guilherme Xavier dos Santos. Se por ventura tiver ainda a fortuna de restabelecer-me nos lares pátrios, contem os meus bravos companheiros de glórias e fadigas que ainda voltarei um dia para continuar ajudá-los na árdua campanha em que achamo-nos empenhados.⁴¹²

⁴¹⁰ Transcrito pelo *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 22 jul. 1870.

⁴¹¹ Sobre a retirada de Caxias da Guerra do Paraguai ver: DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 386-396.

⁴¹² BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 22 jul. 1870.

Assim, o senador Firmino concluiu que “se Caxias se retirasse por aquele motivo, não asseveraria nas referidas ‘Ordens do Dia’ que, apenas restabelecido, voltaria a compartilhar de novo a glória e as fadigas de seus companheiros de armas”.⁴¹³ Por fim, Firmino deduziu em seu artigo que o autor da matéria publicada na *Revista dos Dois Mundos* tinha o propósito de “marear o brilho de nossa primeira glória militar”, haja vista o comentário feito por Xavier Raymoud sobre a recepção do Marquês de Caxias na Corte: “se esperava ser acolhido como triunfador, teve um desengano, quando a 15 de fevereiro de 1869 desembarcou no Rio de Janeiro. Sem ser ofensiva foi fria a recepção. A opinião pública não se enganara, recusava a crer que a guerra estivesse terminada”.⁴¹⁴

Caxias chegou silencioso à Corte. O *Jornal do Comércio* noticiou laconicamente o regresso do general, que desembarcou na cidade do Rio de Janeiro por volta de oito e meia da noite, vindo de Montevidéu a bordo do vapor São José. O marquês recolheu-se diretamente em sua quinta, na Tijuca. Por não ter avisado seu retorno em telegrama, “não pôde o povo saudar a sua chegada, nem demonstrar o seu júbilo e as gratidões de que se acha possuído”.⁴¹⁵

Enquanto a população ignorava a data do regresso do marquês, em 12 de fevereiro de 1869 o *Jornal do Comércio* publicava uma nota assinada pelo ex-redator do *Diário do Rio de Janeiro*, Luiz Antônio Navarro de Andrade, conclamando a população fluminense para render homenagens ao chefe das forças brasileiras no Paraguai:

Povo! Caros compatriotas! Levantai-vos ao sinal da chegada do nosso heróico patrício, o marechal marquês de Caxias; levantai cidade nobre no seio da qual viu a luz o gênio militar brasileiro, o primeiro e mais denodado soldado do império de Santa Cruz; ide unida e entusiástica receber o herói à entrada da magnífica Guanabara; aclamai com fervor, e cheio de gratidão o valoroso chefe de tantos valentes chefes e soldados.⁴¹⁶

⁴¹³ Idem, *ibidem*.

⁴¹⁴ Idem, *ibidem*.

⁴¹⁵ BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 16 fev. 1869.

⁴¹⁶ BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 13 fev. 1869.

Era um apelo dramático, dirigido ao povo fluminense para que as pessoas lotassem as ruas da capital do Império com o objetivo de aclamar o Marquês de Caxias, o general “cansado de anos e de serviços, mas rico de honras e glórias como nenhum outro”.⁴¹⁷ A exortação foi dirigida a todas as classes sociais:

Este apelo nós o fazemos por patriotismo e dedicação, indistintamente, aos comerciantes, artistas industriais, aos magistrados, militares, empregados públicos e todas as classes fluminenses, esperando que a população da capital acolherá com benevolência e entusiasmo a voz de um compatriota, que se não está mais à frente de um jornal importante, não deixou por isso de ser um bom patriota.⁴¹⁸

O redator dizia ao povo que esquecesse as rivalidades políticas, porque eram inglórias, e que era chegada a hora de demonstrar que a nação tinha somente fé no trono e nos grandes feitos realizados por Caxias, Herval, Inhaúma, Itaparica, Maurity, e tantos outros bravos.

Voltemos para a entrada de nossa esplêndida baía e aguardemos a chegada do invicto chefe de nossos valentes compatriotas! Mostremos a grande nação argentina que se Gelly y Obes, o bravo paraguaio feito argentino, que tanto mereceu da nação da população Buenos Aires; Caxias, herói brasileiro, o glorioso fluminense é também o ídolo da pátria, o símbolo do amor e da dedicação do povo da capital do Império”.⁴¹⁹

De nada serviram os apelos do entusiástico jornalista. Logo após a chegada, por recomendações médicas, Caxias se retirou para a Tijuca sem que acontecessem festas e recepções pelo seu regresso ao Rio de Janeiro.

Em 14 de fevereiro de 1869, a Câmara Municipal carioca anunciou nos principais jornais da Corte a intenção de celebrar um solene *te-deum* em ação de graças ao Todo-Poderoso, na presença do Marquês de Caxias. Na programação publicada nos

⁴¹⁷ BN/RJ. *Jornal do Comercio*, Rio de Janeiro, 16 fev. 1869.

⁴¹⁸ BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 13 fev. 1869.

⁴¹⁹ Idem, *ibidem*.

jornais, a população seguiria em préstito a pé, acompanhando o general do Paço Municipal até a igreja, com a condição de que Caxias consentisse essa homenagem.

No Engenho Novo, na província do Rio de Janeiro, outra comissão reuniu-se para angariar recursos para a realização dos festejos ao comandante das tropas brasileiras. Entretanto, a pedido do próprio marquês, que declinou da homenagem, o dinheiro arrecadado foi aplicado nas obras da igreja matriz daquela localidade.⁴²⁰

Ilmo. Exmo. Sr. – tendo levado ao conhecimento da mesa administrativa da irmandade do Santíssimo Sacramento da freguesia do Engenho Velho, em sessão da mesa de 12 de setembro último, a carta de V. Excia., com data de 17 de fevereiro do corrente ano, a mim dirigida, na qual V. Excia., ciente de que os seus comparoquianos tinham resolvido obsequiá-lo com festejos por ocasião de sua chegada a esta corte, e agradecendo de todo o coração essa prova de amizade dos amigos de V. Excia., pede que o produto da subscrição, recolhida para esse fim, seja aplicado às obras da matriz do Engenho Velho.⁴²¹

Como de costume, foram instituídas comissões para a organização dos festejos pela recepção a Caxias. Reunida na Praça do Comércio, em 15 de fevereiro de 1869, a comissão presidida por Antônio Ferreira Vieira, presidente da Câmara Municipal, deliberou que os festejos pelo regresso do general aconteceriam no mesmo dia da celebração do *te-deum* promovido pela Câmara Municipal da Corte.⁴²² Depois de uma semana de divulgação da programação dos festejos para Caxias, uma nota publicada no *Jornal do Comércio*⁴²³ informava que, em consequência do estado de saúde do marquês, os festejos e o *te-deum* haviam sido suspensos.

O artigo em que o senador Firmino Rodrigues, representante da província de Minas Gerais, explicava as razões pelas quais Caxias não foi comemorado na ocasião de seu regresso à Corte dizia:

⁴²⁰ BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 22 jul. 1870.

⁴²¹ Carta do Duque de Caxias transcrita para o jornal *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 2 maio 1870, endereçada ao Consistório da Irmandade do Santíssimo Sacramento da freguesia do Engenho Velho, em 9 de outubro de 1869. O escrivão da irmandade, Izidro Borges Monteiro.

⁴²² BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 13 fev. 1869.

⁴²³ BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 17 fev. 1869.

Não era de certo, e nem podia ser esta ocasião oportuna para manifestações estrepitosas, o estado precário de sua saúde não permitiria, e nem podia ele contar com as ovações da guerra terminada, pois fora ele o primeiro a declarar que ainda restava a López a guerra dos recursos.⁴²⁴

A falta de ânimo e até a impotência do governo e do Partido Conservador para solenizar a chegada de Caxias à Corte tinha outra razão, na opinião do jornal *O Liberal*, de Recife:

Nada teve o poder de quebrar a camada de gelo que encontravam no ânimo público, os promotores de festejos e ovações. Depois de baldadas tentativas que só serviram para por patente o desfavor da opinião, foi abandonada, como se sabe, a idéia de festejar o general que dera a guerra por finda, quando ela ainda continuava a impor-nos pesados sacrifícios de sangue e de dinheiro.

A imprensa liberal de Pernambuco considerou demasiada a frieza manifestada ao ex-general chefe, quando se vitoriavam entusiasticamente os heróis da guerra, pois considerava incontestável o serviço por ele prestado no Paraguai. O articulista também admitiu que Caxias havia cometido excessos injustificáveis em relação ao que se esperava de um general e, nem mesmo a fama de seus feitos, apregoados pelos partidários, foi capaz de compensar o descontentamento público. O articulista referia-se ao fato de Caxias se retirar do campo de batalha quando a guerra ainda estava inconclusa. “A consequência foi que a opinião reagiu com força contra tais excessos, e deixou passar fria e quase hostil, o novo duque, rival de Aníbal, de César e de Napoleão”.⁴²⁵

Um episódio notável ocorreu durante os festejos pela chegada do Conde D’Eu, em 29 de abril de 1869. As comemorações expressaram a indiferença em relação ao Duque de Caxias e o entusiasmo despertado na população pela figura do gaúcho general Osório. Por toda parte se dizia que o governo incumbira a polícia de aclamar

⁴²⁴ BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 22 jul. 1870.

⁴²⁵ Referindo-se ao Decreto de 23 de março de 1869, no qual o Imperador concedeu-lhe o título de Duque de Caxias pelos relevantes serviços prestados na Guerra do Paraguai. *O Liberal*, Recife, 13 abr. 1869.

ruidosamente o Duque de Caxias: “ora o povo que tem às vezes das suas, entendeu que era chegada a ocasião de galardoar o primeiro soldado do Brasil e pôs-se na rua”.⁴²⁶

O vereador Lima e Silva, presidente da comissão da Praça do Comércio e irmão do duque, excluía dos adornos e decorações do edifício da Bolsa o retrato do general Osório. A reação do povo foi imediata e alguns liberais metidos entre o povo mandaram buscar um retrato a óleo do lendário general gaúcho, pintado por Rocha Fragoso, para ser colocado na sacada do Banco Inglês, em frente à praça. Enquanto isso, durante os festejos para o Conde D’Eu o *Correio Paulistano* denunciou o ostracismo em que se achava o Duque de Caxias:

A polícia, recaindo talvez as boas disposições da população, não se mostrou; o Sr. Caxias, abandonado pelos seus, logo do arsenal enfiou-se pela rua de Bragança. Dando as de Vila Diogo, ou pelo hábito de fugir, ou por simples, mas dura ironia do destino. O que é certo é que o próprio artigo de fundo do *Diário do Rio*, de hoje, que dá conta do festejo de recepção, trata o duque como homem morto. É o que sucede a estes medalhões de São Cristóvão quando postos um dia à prova popular: reduzem-se as suas reais condições.⁴²⁷

Por sua vez, o *Diário do Rio de Janeiro* destacou em suas colunas a simpatia pelo general. Militares amigos de Caxias, em número de duzentos, reuniram-se no Teatro São Pedro para combinar uma manifestação de apreço pelos serviços que ele prestou durante a guerra. Também deliberaram ofertar ao general a Grã-Cruz da Ordem de Pedro I, comenda toda de ouro e cravejada de brilhantes.⁴²⁸

Em 13 de maio de 1870, foi realizado um espetáculo no Teatro São Pedro de Alcântara em homenagem ao Duque de Caxias, com a apresentação do drama *O rei das ilhas*. O *Diário do Rio de Janeiro* relatou que Caxias e sua família seguiram entre as alas de oficiais da entrada do edifício até o camarote, reservado especialmente para ele. Depois do espetáculo, o general ouviu poesias e discursos recitados dos camarotes. No cenário avultava o retrato do duque, entre os troféus de guerra.⁴²⁹

A *Reforma* afirmou que os amigos do duque compreendiam que a melhor defesa para os erros cometidos por ele durante o comando no Paraguai foi o absoluto

⁴²⁶ BN/RJ. Jornal *Correio Paulistano*, São Paulo, 10 maio 1870.

⁴²⁷ BN/RJ. Jornal *Correio Paulistano*, São Paulo, 10 maio 1870.

⁴²⁸ BN/RJ. Jornal *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 11 maio 1870.

⁴²⁹ BN/RJ. Jornal *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 13 maio 1870.

silêncio em relação ao que pudesse vir à memória – o sangue de tantos brasileiros, inutilmente derramado em nome do “infeliz general”.⁴³⁰ Ainda nesse período, em um artigo assinado com o pseudônimo Inválido, referindo-se à folha conservadora *Diário do Rio de Janeiro*, que transcreveu uma série de artigos do *Diário de Belém* para *O Liberal*, da província do Pará, se propunha impedir a transmissão à posteridade da “mentira muitas vezes repetida pelos amigos do duque de Caxias, por cujos ombros eles subiram ao poder que hoje disputam”.⁴³¹

A transcrição do *Diário de Belém* para *O Liberal*, em apologia a Caxias, dizia o seguinte:

Convinha a todo custo manchar a sua gloriosa reputação, ao general que, assentando praça no exército a 22 de novembro de 1808, de cadete; subindo de posto em posto por seus merecimentos, por seu acrisolado patriotismo, pelos relevantes serviços prestados à pátria, alcançou a mais alta categoria no exército; que de simples cidadão subiu ao mais alto grau da nobreza; das ordens honoríficas do Império; que tem os seus dias contados por serviços, os seus momentos de sossego por sacrifícios, privação e alarmas; cada um dos atos de sua vida pública, assinaladas por sua inequívoca prova de honestidade, de amor a instituição do país e de fidelidade ao Imperador, ao general que cobrindo-se de glória no Maranhão, Minas, São Paulo e no Rio Grande, subiu até as alturas do heroísmo no Paraguai, onde fez de cada brasileiro um soldado; de cada soldado um bravo, proporcionando a história militar da pátria mil páginas de denodo pelos louros da vitória.⁴³²

Na sequência, o *Diário de Belém* referiu-se a Caxias como “o general, que alquebrado pela idade e por seus longos padecimentos, na sua elevada posição de senador e de marechal, não hesitou um só instante em trocar a cadeira do Senado pelos duros bancos da campanha”.⁴³³ Preferiu, assim, a incômoda e desabrigada barraca às estufas do suntuoso palácio da Corte para comandar as tropas brasileiras no Paraguai.

O objetivo da apologia a Caxias era combater as opiniões contrárias e desabonadoras ao duque, publicadas no jornal *O Liberal*. O autor do editorial de A

⁴³⁰ BN/RJ. Jornal *A Reforma*, Rio de Janeiro, 21 jun. 1870.

⁴³¹ Idem, *ibidem*.

⁴³² Idem, *ibidem*.

⁴³³ Idem, *ibidem*.

Reforma finalizava em defesa de *O Liberal*, dizendo que aquele jornal era incapaz de dirigir uma ironia ao velho duque.

Na edição seguinte, *A Reforma* contestou o artigo publicado pela folha conservadora, iniciando pela biografia do duque – “o escritor do *Diário de Belém*, com quem procura chamar a atenção do leitor para os seus longos anos de serviço que excedem a meio século, deixando subentender que exerce uma profissão por espaço de 62 anos”.⁴³⁴

Além de não ser verdade que o duque de Caxias exerce a profissão das armas desde 1808, o longo prazo de serviço não pode ser por si só da sabedoria, porque [como muito bem disse o general Osório a certo oficial que só sabia justificar-se das acusações que lhes faziam os chefes dizendo que tinha 48 anos de serviço].⁴³⁵

Na mesma circunstância, ironizando o periodista conservador disse que na biografia escrita para o jornal Caxias contava o tempo de praça desde o seu nascimento, e que era essa a prova mais palpável da proteção escandalosa que, a despeito dos erros, “culpar a este crime de alta traição” o elevou a mais alta dignidade do Império.⁴³⁶

Antes de abordar a questão principal – saber por que Caxias deixou López fugir – o biógrafo do *Diário de Belém* julgou conveniente encadear uma série de lamentações, até chegar à cena política que apresentava “o general alquebrado pela idade e pelos longos padecimentos em cima de um cavalo apanhando copiosa chuva desde as 2 horas da madrugada até as 10 horas da noite do outro dia!”.⁴³⁷ Mesmo que essa descrição comovesse os leitores, o jornalista de *A Reforma* enfatizava que não poderia impedir que essas “mentiras” fossem repetidas.

O escritor do *Diário de Belém*, depois de historiar os fatos, disse que tudo não passava de uma dissertação sob encomenda de “movimentos insignificantes que precedessem ao imortal dia 27 de dezembro de 1868”.⁴³⁸ Para provar o empenho que o general fazia para a captura de López, citou apenas um documento. Apresentou o

⁴³⁴ BN/RJ. Jornal *A Reforma*, Rio de Janeiro, 23 jun. 1870.

⁴³⁵ Idem, ibidem.

⁴³⁶ Idem, ibidem.

⁴³⁷ Idem, ibidem.

⁴³⁸ Idem, ibidem.

general dando ordens aos oficiais que encontrava quando percorria, durante a ação, as linhas avançadas do Exército.

Na sua biografia, o escritor paraense empenhou-se em provar que não foi por covardia que Caxias deixou Solano López escapar durante uma batalha, e sim porque López fugiu pela retaguarda. “Era porque bem sabia que este lugar por onde um exército inteiro se retira” e, por conseguinte, concluiu o redator de *A Reforma*, “estratégia mais própria para a fuga de um só homem”.⁴³⁹

O *Diário do Rio de Janeiro*, por sua vez, escreveu sobre a ingratidão e o esquecimento a que foi relegado Caxias: “Que sublime coerência! O marquês de Herval é hoje o grande salvador do exército, e o nobre duque de Caxias [...] Apenas uma recordação de Lomas Valentinas e de Humaitá”.⁴⁴⁰ O porta-voz do governo imperial, referindo-se à ligação do Conde D’Eu com o Partido Liberal, concluiu: “Temos repellido essas insinuações que ferem o justo renome de Sua Alteza, procurando comprometer a elevada categoria do esposo da princesa imperial, nas torpes especulações de partido”.⁴⁴¹

O *Diário do Rio de Janeiro*, sempre disposto a render homenagens aos “beneméritos” da pátria e a comemorar seus serviços, enunciou: “temos por nossa parte, e em quanto nos cabe, invocado a admiração e o reconhecimento de todos os brasileiros pelos brilhantes feitos de nosso exército e esquadra, durante a longa e gloriosa guerra com a república do Paraguai”.⁴⁴²

A explosão de contentamento pela vitória de 1º de março de 1870, às margens do Aquidaban, absorveu as atenções da nação brasileira. Por ocasião das últimas manifestações de regozijo público, entretanto, não foram devidamente lembrados os triunfos alcançados pelo Exército e pela Armada, durante o comando do Duque de Caxias.

Para os conservadores, render homenagens a Caxias, a despeito daqueles que fizeram uso político da Guerra do Paraguai, provocando exaltação nos ânimos partidários, significava o mesmo que envolvê-lo no manto do esquecimento que fatalmente recaiu sobre a frente do velho general.

⁴³⁹ Idem, *ibidem*.

⁴⁴⁰ Idem, *ibidem*.

⁴⁴¹ Idem, *Ibidem*.

⁴⁴² BN/RJ. *Jornal Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 10 abr. 1870.

Se fosse possível esquecê-lo agora, muito aproveitaria a sua glória, porque a ingratidão é a luminosa auréola com que os heróis se apresentam perante a posteridade e a história. A reputação do duque de Caxias é mais nossa do que dele, já na última instância de sua brilhante vida. A ingratidão não é, felizmente, o vício da nossa época, antes o povo mostra-se mais generoso do que será talvez a justiça da história.⁴⁴³

Cabe à história esclarecer a memória e retificar o passado. Da mesma forma, a lembrança como experiência transfiguradora e revolucionária pode também nutrir a história, pois esta é a reconstrução das experiências passadas. “O duque de Caxias ali revelou talento militar; o inimigo sentiu os temíveis efeitos de suas manobras e todas as nações glorificaram a perícia do general e a intrepidez de nossos soldados e marinheiros”.⁴⁴⁴

CONDE D’EU: O COMEMORADO

Entre 1808 e 1889 as festas na Corte eram, em sua maioria, destinadas à realeza. “Dessa maneira, se as elites e o sistema monárquico tinham mecanismos para divulgar o Império brasileiro, era por meio das festas que chegava a uma ‘realeza mística’”.⁴⁴⁵

Em contraponto ao esquecimento de Caxias, houve, entretanto, a celebração ao Conde D’Eu como herói da Guerra do Paraguai. Ainda hoje o Conde é objeto de homenagens por ser o genro de D. Pedro II, consorte da princesa, e por sua associação com os liberais.

As festividades para o Conde D’Eu devem ser compreendidas além das festas organizadas na recepção dos Voluntários da Pátria e Guardas Nacionais, batalhões de soldados cujos nomes não se distinguiam no meio da massa que os comemorava. Não se

⁴⁴³ Idem, *ibidem*.

⁴⁴⁴ Idem, *ibidem*.

⁴⁴⁵ SCHWARCZ, L. M. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 248.

tratava também de uma comemoração pelo reconhecimento de bravura e heroísmo, como aconteceu com o general Osório, até porque durante o tempo em que esteve no comando o príncipe não tomou parte em nenhuma grande batalha. Mas, sem dúvida, era uma comemoração associada à realeza e, como tal, deveria ter o aspecto das festas europeias.



Café Braguinha ornamentado por ocasião dos festejos do fim da Guerra do Paraguai. Ao centro aparece a foto do Conde D'Eu e da princesa Isabel, 1870 – Acervo BN/RJ.

Contudo, na encenação da chegada à Corte, o Partido Liberal e a Coroa procuravam, por diferentes interesses, torná-lo uma figura simbólica. O primeiro defrontava-se com a ideia defendida pelos conservadores que Caxias era o herói da Guerra do Paraguai, enquanto para a Monarquia criava-se uma perspectiva de inserir o príncipe – representante da realeza – na galeria dos heróis nacionais. Ao mesmo tempo, seria possível popularizar sua figura de herdeiro do trono imperial pelo consórcio com a princesa Isabel.

O desembarque do Conde D'Eu aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 29 de abril de 1870. Na ocasião, o príncipe foi recepcionado por duas divisões navais,

compostas por um lado pelos encouraçados Lima Barros, Cabral, Barros e Herval e, por outro, pelas corvetas Magé e Paraense, ao mando do capitão-de-mar-e-guerra Joaquim Francisco de Abreu.

Ainda a bordo, a princesa Isabel pregou na farda de seu esposo a medalha de mérito militar, conferida por Decreto Imperial de 29 de março de 1870. Foi um espetáculo imponente: “As tripulações subindo às vergas erguiam as vozes retumbantes, agitando os bonets entre vivas e urras constantes e entusiásticos, era uma imensa aclamação de todos os lados, aclamação espontânea, clamorosa, indescritível”.⁴⁴⁶

O Imperador, a família real e a comitiva de recepção ao Conde desembarcaram no Arsenal da Marinha no porto do Rio de Janeiro e dirigiram-se a pé até a capela imperial. Foram seguidos pelas discípulas do conservatório de música, dirigidas pelo maestro A. Fiorito, ao som do hino da vitória e acompanhados pela multidão que ocupava a Rua Direita e o Arsenal da Marinha. “E o povo unindo-se a todas as vozes e a todos os sentimentos em um só e indizível brado de delirante entusiasmo” para homenagear o vulto do “intrépido e honrado príncipe”.⁴⁴⁷

Os batalhões 1º, 3º e 5º de Infantaria, 2º e 6º de Caçadores e Artilharia da Guarda Nacional e um batalhão de Voluntários da Pátria fizeram alas desde o Arsenal da Marinha até a capela imperial. Após a entrada das majestades imperiais no templo, os batalhões marcharam para o Campo da Aclamação, seguindo pela Rua da Constituição até a Câmara Municipal, onde fizeram continências à família imperial.

A solenidade prosseguiu com o encontro da comissão de despachantes da alfândega e o marechal do Exército, o Conde D’Eu, sempre acompanhado por um grande número de senhoras vestidas de branco e ornadas de fitas verdes e amarelas, que sustentavam bandeiras e estandartes nacionais.

Do Paço da Cidade a família real seguiu em carruagem descoberta pelas ruas designadas no programa até o Paço de São Cristóvão. Era impossível descrever o entusiasmo do público durante a passagem da família imperial, narrou o *Diário do Rio de Janeiro*:

De todas as janelas brilhantemente ornadas e repletas de senhoras, choviam em turbilhões flores sobre a augusta família. Os lenços agitavam-se freneticamente; os vivas ao conde d’Eu, ao imperador, à

⁴⁴⁶ BN/RJ. Jornal. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 30 abr. 1870.

⁴⁴⁷ Idem, *ibidem*.

princesa imperial, à imperatriz, aos grandes heróis da grande campanha.⁴⁴⁸

O redator da folha conservadora na Corte descreveu a festa com êxtase, considerando o regozijo da multidão descontrolada: “O povo atirava-se às rodas do carro, interceptando à marcha dos animais, expunha-se a ser pisado, cego de delírio e alucinado de prazer”.⁴⁴⁹

O Arsenal da Marinha, a Rua Direita e a Praça D. Pedro II estavam repletos de bandeiras, flâmulas e galhardetes que, de lado a lado, eram agitados das janelas. Quem chegava à Praça do Comércio, notavelmente decorada, ouvia a banda de músicos alemães executar marchas e músicas de conhecimento popular.

A recepção ao Conde D’Eu foi um acontecimento festivo e, ao mesmo tempo, uma oportunidade para mostrar a popularidade da família real. Quando se referiu aos festejos que divertiram o povo, o jornal *Diário do Rio de Janeiro* descreveu uma multidão em delírio durante a passagem da família real.

Para o *Jornal do Comércio*, a recepção foi um dos mais “belos movimentos populares” que a capital do Império presenciou. O príncipe foi recebido pela população da Corte não só como o general vencedor, “mas também como filho ou irmão estimado, que, vencidos trabalhos e perigos, regressava ao seio da família”.⁴⁵⁰

Depois desse êxtase popular, para os jornais o destaque foi a galeria de heróis que o Império levou para as ruas. Os retratos da nobreza imperial figuravam em ornamentos e arcos que enfeitavam os logradouros públicos. Também nos quadros pintados e erguidos nas janelas das casas e nas colunas levantadas com esse propósito, nos logradouros por onde passou o desfile oficial, puderam-se conhecer os heróis que a Monarquia mandou guardar. Nessa galeria destacavam-se, evidentemente, a família real, seguida das efígies do Visconde de Tamandaré, do Visconde de Pelotas, do Visconde de Inhaúma, do Duque de Caxias, do Marquês do Herval, do Barão da Passagem e do Barão de Porto Alegre.

Em frente à Praça do Comércio, na fachada da casa contígua ao Banco Inglês, foi exposta uma tela de grandes proporções com o retrato do general Osório, Marquês

⁴⁴⁸ Idem, *ibidem*.

⁴⁴⁹ BN/RJ. *Jornal. Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 30 abr. 1870.

⁴⁵⁰ BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 30 abr. 1870.

de Herval, um dos vultos mais salientes da guerra no Sul. Um nome aclamado pelo povo, que sempre levantava vivas em frente ao seu retrato.

A galeria de heróis refletiu as disputas partidárias do Império e rapidamente veio substituir as comemorações antes destinadas aos Voluntários da Pátria. A festa passageira para os soldados foi substituída pelas homenagens aos principais comandantes que tomaram parte na Guerra do Paraguai. O Marquês de Herval, o Barão de Porto Alegre, o Visconde de Pelotas, naturais do Rio Grande do Sul, formaram as forças legalistas na Farroupilha e também das guerras no Prata, na década de 1850. Caxias, natural do Rio de Janeiro – depois de participar com destaque do combate à Sabinada, da Balaiada e das revoluções liberais em Minas Gerais e São Paulo, em 1842 – durante a fase que comandou as forças aliadas foi o comandante de todos os comandantes antes mencionados, na Guerra do Paraguai.⁴⁵¹

No decorrer da guerra, na alta oficialidade do Exército e, por serem civis, transformaram-se em fortes lideranças políticas em suas respectivas províncias e até mesmo nacionalmente, ligados a partidos políticos que lhes asseguravam a condição de importantes personagens na guerra. Pelos títulos que ostentavam, concedidos pela Monarquia, é possível inferir que essa foi a forma encontrada pelo sistema político que os absorvia e, ao mesmo tempo, isolava e relegava o Exército a um papel insignificante.

No frontal do primeiro arco, ao desembarque de qualquer navio, no porto da cidade do Rio de Janeiro, figuravam os nomes das batalhas de 6 e 27 de dezembro de 1868. As efígies dos anjos da glória adornavam as laterais do arco. Na parte inferior das colunas, havia dois retratos: o do Imperador e o do Visconde de Tamandaré. No topo do segundo arco estavam as armas imperiais e estandartes pátrios. Sobre as colunas que formavam a base do arco era vista a estátua da Fama. Na parte frontal, lia-se: Combate naval de Riachuelo pelo barão do Amazonas.⁴⁵²

No final da Rua do Mercado, um outro arco triunfal em estilo gótico era avistado de longe e, em sua fachada principal, sustentava os retratos do Conde D’Eu e do general Câmara, Visconde de Pelotas. No centro do arco, um lustre; nas paredes interiores, escritos em “letras ornadas”, com referências aos combates de Ascurra, em 2 de agosto de 1869, e de São Pedro, em 11 de janeiro de 1870, batalhas nas quais o

⁴⁵¹ Sobre os militares que tiveram no comando durante a guerra contra o Paraguai ver: DUARTE, Paulo Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1981.

⁴⁵² BN/RJ. *Jornal Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 30 abr. 1870.

Conde teve participação como chefe das forças aliadas. Nas faces laterais do monumento sustentavam-se os emblemas da justiça e da verdade.

Na parte inferior das colunatas foram pintados os bustos dos quatro heróis da guerra: Visconde de Inhaúma, Duque de Caxias, Marquês de Herval e Barão da Passagem. Todos agraciados com títulos de nobreza que os distinguiam da massa dos soldados comuns e mesmo dos oficiais que fizeram a campanha e tiveram seus feitos anotados. Era, sem dúvida, uma festa da Monarquia e dos súditos que formavam a corte do monarca.

As festas idealizadas para o Conde D'Eu se estenderam por todo o mês de maio de 1870. No dia 8 daquele mês, os empregados do comércio e mais seiscentas pessoas formaram um cortejo, conduzindo a bandeira da corporação, em sua caminhada até o Palácio Izabel. Entre as aclamações do povo, o cortejo ia “solicitando esmolas, cujos produtos foram aplicados aos pobres da freguesia de Santa Rita, tendo dado análogo destino à sobra das quantias agenciadas para o festejo, sendo estas divididas em partes iguais e entregues ao Asilo de Socorros de D. Pedro V”.⁴⁵³

ENTRE DUQUISTAS E CONDISTAS

Na sessão do Senado de 7 de julho de 1870, o foco do debate proposto pelo senador baiano Zacarias de Góes e Vasconcelos, filiado ao Partido Liberal, foi sobre os dois artigos publicados ainda no início das discussões sobre a retirada das tropas: “A Guerra do Paraguai” – publicado pela *Revista dos Dois Mundos*, no dia 15 de fevereiro de 1870, assinado por Xavier Raymoud – e “A Revista dos Dois Mundos e a Guerra do Paraguai” – publicado no *Jornal do Comércio*, em 22 de junho de 1869, assinado pelo senador Firmino Rodrigues da Silva, um apologista de Caxias.

Durante a discussão sobre o voto de graças, o senador Zacarias iniciou seu discurso discorrendo sobre o fim da guerra e, como uma provocação, indagou à plenária e aos seus pares: “qual foi o general a quem tamanha glória deve o Brasil?”.⁴⁵⁴ O

⁴⁵³ BN/RJ. *Jornal A Reforma*, Rio de Janeiro, 11 mai. 1870.

⁴⁵⁴ FCRB. Pronunciamento do senador Zacarias de Góes e Vasconcelos na sessão de 7 de julho de 1870, no Senado. *Anais do Senado*. Rio de Janeiro, Tipografia Oficial, 1871, p. 29.

governo, na Fala do Trono que submeteu à Coroa, à Câmara dos Deputados e ao Senado, respondeu essa pergunta. Citando o trecho do voto de graças publicado nos anais do Senado, lê-se:

Realizou-se, com efeito, a fundada esperança de Vossa Majestade Imperial de ver os soldados brasileiros conduzidos à vitória final sob o comando do muito amado e prezado genro de Vossa Majestade Imperial, o marechal do exército conde D’Eu. Essa esperança que não deixou um instante o trono imperial, foi também a de todo o país que considera este triunfo, ainda mais precioso por ter sido alcançado sob a gloriosa direção do augusto esposo da princesa imperial.⁴⁵⁵

Para o senador Zacarias, não havia dúvida quanto ao nome do herói que deveria figurar nas páginas da história brasileira: “o Senhor conde D’Eu é o general a quem devemos a terminação da guerra”.⁴⁵⁶ Ressaltava que não era simplesmente uma opinião pessoal, mas a voz do governo, das câmaras e da população, pelo “entusiasmo com que foi recebido o príncipe nessa corte, o entusiasmo com que seu nome é pronunciado em todo o império”.⁴⁵⁷ Agregava também que essa constatação era confirmada pela imprensa do Rio de Janeiro e das províncias.

Com a disputa instaurada, liberais e conservadores subiram à tribuna para advogar em nome dos generais da guerra que possivelmente seriam rememorados na posteridade. A discussão teve como pano de fundo as impressões do periódico francês, que explicitamente emitiu opinião favorável ao reconhecimento do Conde D’Eu como o general responsável pelo término da guerra.

Uma das questões levantadas pelo senador Zacarias de Góis como ponto crucial para a argumentação sobre o herói a ser cultuado era resolver o seguinte impasse: qual seria a data do fim da guerra? Em 24 de janeiro de 1869, o comandante chefe, Duque de Caxias, declarou na Ordem do Dia do Exército que as vitórias de dezembro de 1868 puseram termo à guerra, com a fuga de López diante das tropas brasileiras. Em seu pronunciamento, o senador Zacarias considerou duas hipóteses como importantes no desfecho da guerra: “matar López ou expulsá-lo do Paraguai.” E

⁴⁵⁵ Idem, *ibidem*.

⁴⁵⁶ Idem, *ibidem*.

⁴⁵⁷ Idem, *ibidem*.

concluiu que: “logo a guerra não estava acabada”.⁴⁵⁸ Na *Revista dos Dois Mundos* também se lia: “Julgando a guerra acabada, retirou-se o marquês de Caxias do Paraguai sem autorização do governo”.⁴⁵⁹

A decisão de Caxias de retirar-se da guerra foi esclarecida pelo *Diário Oficial* de 3 de fevereiro de 1869.

O senhor Marquês de Caxias, considerando finda a guerra e achando-se adoentado, havia pedido a sua demissão: aguardava a decisão do governo imperial, quando no dia 17, estando a ouvir missa na matriz de Assunção, foi acometido de um ataque de cabeça, que podia ter sérias conseqüências, mas que felizmente cedeu aos imediatos socorros da medicina.⁴⁶⁰

Da tribuna, o senador Zacarias dirigiu severas críticas a Caxias, acusando-o inclusive de ter abandonado a guerra. Tudo isso aconteceu na presença do próprio duque, que participou daquela sessão como senador. Caxias se defendeu, interrompendo o colega e dizendo: “Abandono, não; retirei-me por doente”.⁴⁶¹

Tanto na tribuna quanto nos jornais foi debatido o suposto fim da guerra exposto na Ordem do Dia de 14 de janeiro de 1869. Em sua fala, o senador baiano justificou o estarcimento diante daquilo que considerou “imaginária terminação da guerra”.⁴⁶² No entendimento do senador, a honra nacional estaria comprometida se prevalecesse a ideia de que a guerra foi concluída com a ocupação da cidade de Assunção, capital paraguaia.

O senador Zacarias defendeu que, ultrapassada essa pressuposição, sentia-se tranquilo porque “a honra nacional está satisfeita, hoje cabem as festas, as da nação celebradas com regozijos e entusiasmos e a oficial, fria como a estação em que nos achamos”.⁴⁶³ Em seu longo discurso, o senador baiano censurou o senador por Minas

⁴⁵⁸ Idem, p. 34.

⁴⁵⁹ Idem, ibidem.

⁴⁶⁰ BN/RJ. *Jornal Diário Oficial*, Rio de Janeiro, 3 fev. 1869.

⁴⁶¹ FCRB. Pronunciamento do senador Duque de Caxias na sessão de 7 de julho de 1870, no Senado. *Anais do Senado*. Rio de Janeiro, Tipografia Oficial, 1871, p. 34.

⁴⁶² FCRB. Pronunciamento do senador Zacarias de Góes e Vasconcelos na sessão de 7 de julho de 1870, no Senado. *Anais do Senado*. Rio de Janeiro, Tipografia Oficial, 1871, p. 30.

⁴⁶³ O Senador Zacarias, com essa frase, faz uma referência à festa oficial promovida pelo governo imperial em 10 de julho de 1870 pelo fim da Guerra do Paraguai. Cf. Pronunciamento do senador Zacarias de Góes e Vasconcelos na sessão de 7 de julho de 1870, no Senado. *Anais do Senado*. Rio de Janeiro, Tipografia Oficial, 1871, p. 34.

Gerais Firmino Rodrigues por considerar tendenciosas as ideias contidas no já citado artigo do *Jornal do Comércio*, em que considerava ser evidente a intenção do senador Firmino de lembrar Caxias. Todavia, referindo-se diversas vezes ao artigo de Xavier Raymoud, no jornal francês, Zacarias fazia abertamente sua apologia ao jovem príncipe: “O debelador da guerra do Paraguai foi o conde D’Eu, no sentir de M. Raymund; mas que culpa tem aí o escritor francês? E, então, como diz a apologia que a leviandade e a ignorância inspiraram o seu acerto?”.⁴⁶⁴

Caberia ainda uma outra questão para aclarar a disputa aberta que se travou entre Caxias e o Conde D’Eu. Tratava-se das honras militares pelo término da guerra. Por que o Conde D’Eu somente participou da terceira fase da campanha? Na tribuna foram lembrados os dois pedidos que o príncipe Gastão de Orléans, o Conde D’Eu, genro do Imperador, fez ao sogro para partir para a guerra contra o Paraguai. A primeira tentativa ocorreu durante a Batalha de Curupaiti e, a segunda, depois da nomeação de Caxias como comandante das forças aliadas. Zacarias de Góis argumentou que a recusa foi por motivo de “alta política”, porque o governo não queria que fosse ventilada a ideia de que a ida do príncipe para a guerra fosse indícios de pretensões de conquistas ou de extensão do princípio monárquico.⁴⁶⁵

Para a *Revista dos Dois Mundos*, a explicação para a recusa ao pedido do príncipe era de uma outra natureza, pois para conservadores e a Monarquia o príncipe era considerado liberal em política e ligado às ideias abolicionistas. Para o Conselho de Estado do Império, órgão consultivo composto por senadores, prevaleceu a ideia que não poderiam coexistir, lado a lado, duas patentes de comando. Em outras palavras, o pedido do príncipe foi indeferido por entendimento de que o Duque de Caxias seria superior no Exército, condição incompatível com a do Conde D’Eu, consorte da princesa imperial.

Das razões expostas sobre a ideia de enviar o príncipe ao campo de batalha, o senador Zacarias defendeu que a política internacional aconselhava que não se aderisse à pretensão “de ir tomar parte nos perigos da guerra o esposo da princesa imperial”.⁴⁶⁶ No entanto, com o regresso de Caxias ao Brasil, mudou-se o cenário e o Conde D’Eu

⁴⁶⁴ FCRB. Pronunciamento do senador Zacarias de Góes e Vasconcelos na sessão de 7 de julho de 1870, no Senado. *Anais do Senado*. Rio de Janeiro: Tipografia Oficial, 1871, p. 34.

⁴⁶⁵ Idem, p. 36.

⁴⁶⁶ FCRB. Pronunciamento do senador Zacarias de Góes e Vasconcelos na sessão de 07 de julho de 1870, no Senado. *Anais do Senado*. Rio de Janeiro, Tipografia Oficial, 1871, p. 36.

foi convocado pelo imperador para ser o general em chefe das tropas brasileiras no Paraguai.

Traçando um paralelo entre o Duque de Caxias e o Conde D'Eu, Zacarias concebeu a terceira fase da guerra, com o momento crucial para o desfecho do conflito: a morte de Solano López. E comparou a atuação dos dois generais na campanha:

Duvido que essa missão estivesse nas forças do honrado duque, atenta a sua idade e moléstia. No terceiro período da guerra, o das Cordilheiras, era preciso um general mais moço, mais enérgico, que fosse capaz de sofrer fome, como sofreu o conde D'Eu. Sua Alteza recebeu um exército, desanimado com a retirada do nobre duque de Caxias.⁴⁶⁷

O Conde D'Eu foi então apresentado pelo senador baiano como redentor dos soldados que ficaram sem comandante, como possuidor da força e virilidade necessárias, ostentando a égide de príncipe, consorte da princesa, de sangue real.

O Senhor conde D'Eu teve a fortuna de restabelecer a confiança, de desenvolver, Senhor presidente, mérito real, mostrando capacidade militar, superior nos planos de combate e coragem pessoal não excedia, como provam as aclamações com que os soldados o vitoriam, testemunhando o seu comportamento no assalto de Peribebuy.⁴⁶⁸

Na sessão de 13 de junho de 1869, o senador Firmino Rodrigues da Silva subiu à tribuna para se defender das censuras feitas pelo colega, o senador Zacarias de Góis. Firmino esclareceu para a plenária que sua intenção era refutar os argumentos apresentados pela *Revista dos Dois Mundos*, pois considerava impreciso e desabonador à memória de Caxias tudo que fora publicado pela revista. O senador Firmino refutou a ideia estabelecida na tribuna de fazer uma comparação entre o Duque de Caxias e o Conde D'Eu. Reconhecia o mérito de ambos os generais no percurso da guerra.

⁴⁶⁷ Idem, p. 38.

⁴⁶⁸ Idem, ibidem.

Respondendo ao senador Zacarias, que na sessão anterior referiu-se ao senador mineiro como apologista de Caxias, disse: “Por que motivo viria eu agora, como me exprobrar o nobre senador da Bahia, amesquinhar os triunfos de sua Alteza Real, o senhor conde D’Eu para elevar o Senhor duque de Caxias?”⁴⁶⁹ O senador concluiu que a nação renderia homenagem àquele general que findasse a guerra, fosse ele o conde ou o duque.

Nas ovações populares da guerra terminada, o Senhor Conde D’Eu representava não só a glória de seus feitos, como de todo o exército e armada, de todos os generais que os comandaram. Os júbilos e entusiasmos da nação foram excitados, sem dúvidas, pelos serviços relevantes de Sua Alteza Real, mas tiveram outras causas, a satisfação sem limites, pela desafronta da honra e dignidade nacional e o contentamento geral pela cessação dos sacrifícios enormes que haviam pesado sobre todas as classes da sociedade.⁴⁷⁰

Entretanto, em um ponto as opiniões dos senadores Zacarias e Firmino conciliavam-se: a natureza real do Conde D’Eu, representação da coesão da monarquia imperial encenada para a nação, que revestiu a comemoração com os atributos simbólicos do trono.

O Senhor conde D’Eu é genro de sua Majestade Imperial, o instrumento da Divina Providência no triunfo da causa da razão e da justiça, que pleiteamos contra López, assim que grandes partes dessas ovações refletiam no Senhor D. Pedro II.⁴⁷¹

Os liberais pretendiam aproximar-se do Conde que durante sua estada no Paraguai aboliu a escravidão naquela república. Esse era um tema espinhoso que dominava os círculos das discussões no Brasil, elevando a desconfiança dos conservadores quanto às possíveis pretensões do príncipe em seu retorno ao país.

Para os liberais, a melhor defesa para os “erros e culpas” de Caxias, no longo período de comando das forças no Paraguai, era o silêncio absoluto de tudo que pudesse

⁴⁶⁹ FCRB. Pronunciamento do senador Firmino Rodrigues da Silva na sessão de 7 de julho de 1870, no Senado. *Anais do Senado*. Rio de Janeiro, Tipografia Oficial, 1871, p. 9.

⁴⁷⁰ Idem, *ibidem*.

⁴⁷¹ Idem, *ibidem*.

“trazer à memória o sangue, o dinheiro, e a reputação dos brasileiros tão inutilmente sacrificados por tão [...] infeliz general”.⁴⁷² Todavia, os boletins impressos pelo Exército, as correspondências de Buenos Aires para o *Jornal do Comércio*, os discursos da oposição, as correspondências transcritas em jornais e as cartas de particulares, fontes para a história da Guerra do Paraguai, mostram-se eficazes para a construção da memória de Caxias, pois o Conde D’Eu somente participou da última fase da guerra.

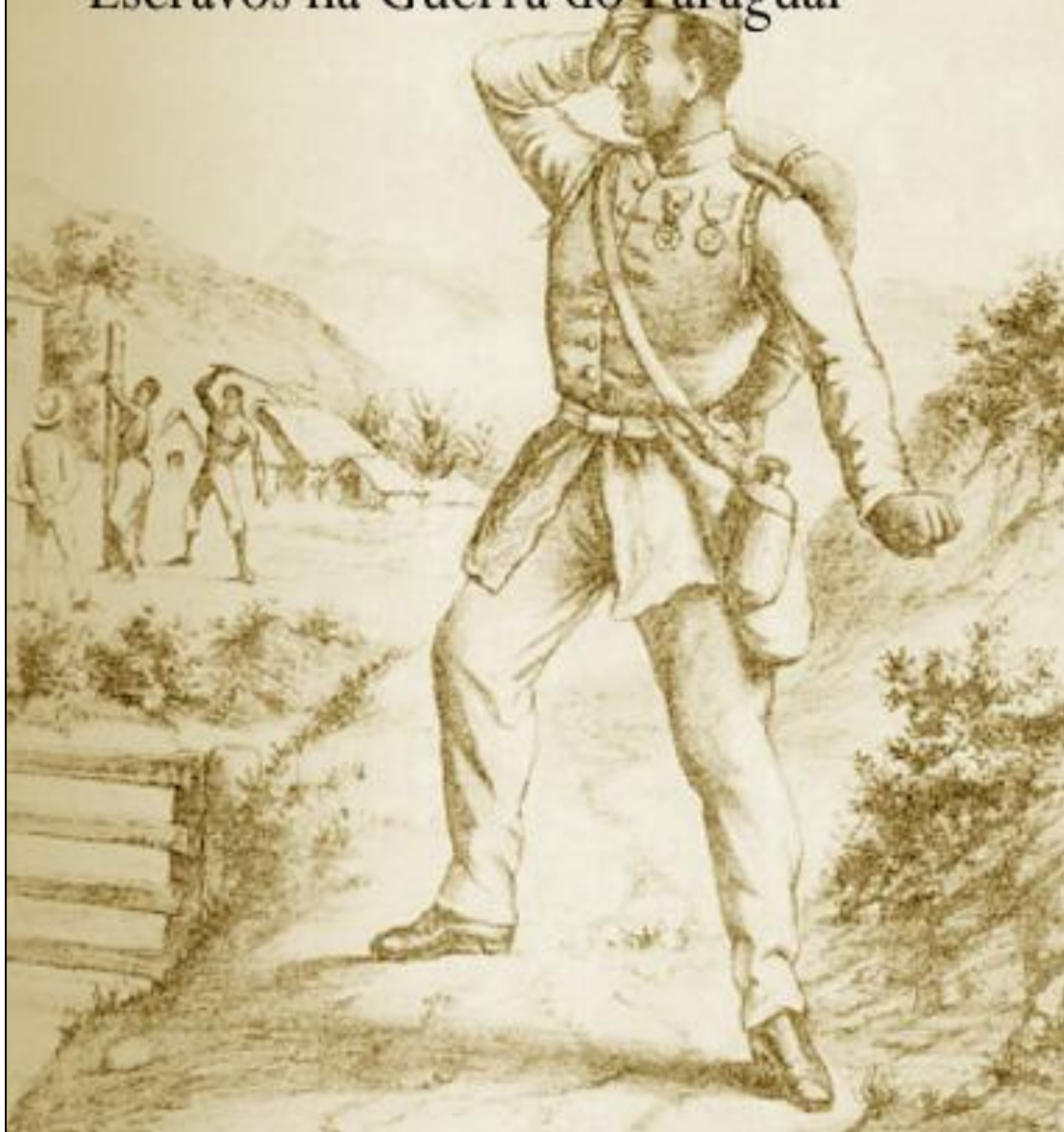
Assim, na luta pela rememoração dos feitos da guerra e, principalmente na construção da ideia de herói que o Império deveria guardar, o “velho general” teve a vantagem sobre o jovem príncipe, que não foi capaz de criar circunstâncias favoráveis para sua projeção nacional como militar.

A aproximação do conde com os liberais foi passageira, e o parentesco com a família real e a responsabilidade de ter vencido a guerra não desencadearam a rememoração de seu nome. Contra o príncipe pesaram, muito tempo depois – o que parecia garantir a imortalidade reservada aos príncipes e aos monarcas –, a queda do Império e a proclamação da República. Quando foram revolidos os velhos papéis que guardavam a história da Guerra do Paraguai, Caxias tornou-se o centro das discussões dos historiadores favoráveis e contrários a sua rememoração.

⁴⁷² Idem, *ibidem*.

Regresso ao Cativoiro

Escravos na Guerra do Paraguai



De volta do Paraguai

Cheio de glória, coberto de louros, depois de ter derramado seu sangue em defesa da pátria e libertado um povo da escravidão, o voluntário volta ao seu país natal para ver sua mãe amarrada a um tronco! Horrível realidade!...

A. Agostini. (*A Vida Fluminense*, 11-06-1870)

Capítulo VII

Regresso ao cativo: Escravos na Guerra do Paraguai

Na manhã ensolarada do dia 7 de janeiro de 1868, no Arsenal da Marinha, aproximadamente 1.600 soldados encontravam-se prestes a embarcar para o Paraguai. Enquanto isso “pretos minas estupefatos arregalaram grandes olhos, como se perguntassem contra quem move guerra ao Paraguai?”.⁴⁷³ Perguntai a esses escravos, vendidos nos leilões e em apólices de crédito do Estado, se aceitaram a alforria em troca dos perigos nos campos de batalhas, indagou o escritor da época José Fernandes da Costa Pereira Júnior, e eles responderam:

Não! Não temos pátria, não temos bandeira, não temos brios, e não queremos glórias! Deixe-nos viver tranqüilos no lar do servilismo usufruindo o último gozo que se não arranca a alma embrutecida do escravo – a paz na cabana, amor da família – as doçuras da amizade!⁴⁷⁴

Os batalhões estavam prestes a mover-se para o embarque, quando um cidadão se colocou diante do imperador que passava em revista as tropas, junto com seus semanários e ministros da Guerra e Marinha, e com firmeza lhe diz:

– Senhor, aqui está fardado entre estes soldados um meu escravo – reclamo que o me entregue”.⁴⁷⁵ Ao que responde Dom Pedro II: “– Sim, entenda-se com o ministro, que será indenizado”.⁴⁷⁶ “– Mas não se trata de indenização, senhor! O escravo é minha propriedade e não quero dispor dele, nem tão pouco autorizei que ele assentasse praça”. “– Deixe estar, há de se ver isso: Fale ao ministro”.⁴⁷⁷ “– Não! Retorquiu o homem resolutamente, nada tenho com os ministros de vossa majestade e exijo o meu escravo, não conheço no país leis de desapropriação.”⁴⁷⁸

⁴⁷³ BNRJ, *Jornal Opinião Liberal*, Rio de Janeiro, 15 jan. 1868.

⁴⁷⁴ PEREIRA JÚNIOR, José Fernandes da Costa. *O governo e o povo do Brasil na guerra paraguaya*. Campos: Tipografia Campista, 1868, p. 64.

⁴⁷⁵ BNRJ, *Jornal Opinião Liberal*, Rio de Janeiro, 15 jan. 1868.

⁴⁷⁶ Idem, *ibidem*.

⁴⁷⁷ Idem, *ibidem*.

⁴⁷⁸ Idem, *ibidem*.

O imperador continua passando a revista, deixando entregue a si mesmo o interlocutor importuno. “– Pois bem, disse este, o acompanharei a minha propriedade: Quero ao menos ver para onde o conduzem”.⁴⁷⁹ A tropa segue para o embarque quando o general intima o cidadão dizendo que ele não podia ali estar entre os soldados. “Não sei senhor general, acompanho apenas a propriedade que me arrebatam. Não tenho outro meio de defender meu direito”.⁴⁸⁰

As reclamações de senhores nas secretarias de guerra, através de requerimentos dirigidos ao Imperador, muitas vezes encontravam, como despacho, o “cumpra-se”, autorizando o pagamento da indenização aos suplicantes pelo Ministério da Fazenda, mas com frequência o termo “indeferido”, ou “prove-se o reclamante”, rabiscado sobre os requerimentos, fazia os processos se arrastassem por anos, causando despesas e perda de tempo dos senhores para reaverem seus direitos assegurados por lei.

Assim, a incorporação de cativos nas linhas do Exército e a dificuldade de reaver a propriedade representavam uma ameaça à classe conservadora e até à parte dos liberais, que acreditava ser a atitude do governo capaz de abrir brechas nas já aprofundadas discussões referentes ao direito de propriedade e à consequente abolição da escravidão.

Nas páginas seguintes, narram-se histórias de escravos e de seus senhores na luta pela liberdade e pelo direito à propriedade, descrevendo o ressentimento daqueles escravos reconduzidos ao cativo, humilhados depois de fazer a campanha por uma pátria que não lhes pertencia.

OS ESCRAVOS NA GUERRA DO PARAGUAI

A participação de escravos na guerra foi resultado de diversos fatores: falta de contingentes regulares para atender às exigências de uma guerra externa; difícil campanha de mobilização de tropas militares no vasto Império e as estratégias montadas por homens de cor permitindo-lhes subtrair-se à condição de escravos. Assim, o Império

⁴⁷⁹ Idem, *ibidem*.

⁴⁸⁰ Idem, *ibidem*.

recorreu ao expediente de antigas leis, as quais permitiram o engajamento de negros libertos nas tropas para fazer a campanha.

As formas de ingresso de negros nos batalhões foram as seguintes: pelo recrutamento forçado praticado pelo Exército; por doações de senhores de escravos; em substituição de guardas designados; mediante pagamento ou apresentação de substituto, através da compra pelo governo e instituições abolicionistas.⁴⁸¹ Todavia, na conjuntura econômica brasileira caracterizada pelo declínio de mão de obra servil, com o fim do tráfico, em 1850, os escravos demonstraram ser conhecedores do cotidiano em que viviam e capazes de negociar com a sociedade escravista.

Cativos, negros libertos, brancos empobrecidos, homens de posse, proprietários de engenhos, comerciantes, estudantes, aventureiros de toda espécie se encontraram nas fileiras, para dividirem semelhante destino, embora, aos primeiros, a luta contra os paraguaios representasse também a luta pelo fim da condição de servos.

Embora a historiografia brasileira do pós-guerra não distinga a presença de negros nas tropas, um exame nas documentações existentes no Arquivo Público do Estado da Bahia permite identificar muitos deles na condição de bravos soldados que se destacaram na campanha. Obras de caráter memorialistas, produzidas por militares, apenas informam a vitória do Exército na guerra, o culto personalista dos grandes comandantes e, principalmente, a exaltação do Exército na queda da monarquia. Dionísio Cerqueira, em suas reminiscências, escreveu sobre a presença de um batalhão de voluntários da pátria formado por negros baianos, assim descrevendo:

Trajavam largas bombachas vermelhas presas por polainas que chegavam à curva da perna, jaqueta azul, aberta, com bordados de trança amarela, guarda-peito do mesmo pano, o pescoço limpo sem colarinho nem gravata e um fez na cabeça. Eram todos negros e chamavam-se Zuavos baianos. Os oficiais também eram negros.⁴⁸²

⁴⁸¹ Para uma visão sobre a participação escrava na Guerra do Paraguai, ver SOUSA, Jorge Prata de. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad: ADESA, 1996; SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

⁴⁸² CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscência da campanha do Paraguai: 1865-1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980. p. 104.

Para Dionísio Cerqueira lhe pareceu estranho a presença desse batalhão, embora muitos crioulos e negros engrossassem as fileiras das milícias desde o Brasil colonial. Essa ausência de homem de condição escrava no Exército também está associada ao fato de que, para a história militar, o Exército não poderia depender, na defesa de suas fronteiras e manutenção de sua soberania, de cativos e negros libertos. Era instalar a contradição na sociedade escravista de que negros participaram na defesa da nação que não lhes pertencia.

Um novo perfil historiográfico configurou-se com o fim da década de 1960 aos anos 1970, quando surgiram novas teses e interpretações para a compreensão da Guerra do Paraguai. Nessa fase, marcada pelos governos militares espalhados na América Latina, a guerra foi revisitada, impulsionada pelas circunstâncias históricas e políticas, gerando uma nova visão sob à luz de fontes e abordagens diferentes da produzida no pós-guerra. A presença de escravos e libertos ganhou espaço na história da guerra, todavia limitando-se, tão somente, ao fato de que, mediante a adesão ao Exército, conseguiam atingir a condição de libertos.⁴⁸³

Na década de 1980, estudos realizados por historiadores como João José Reis, Eduardo Silva, Sidney Chalhoub começaram a apontar para a inserção do escravo como agente ativo da história, abrindo novas perspectivas para a compreensão do escravo na história do Brasil. Iniciava-se, assim, uma nova abordagem na qual o cativo deixou de ser considerado mercadoria do mundo capitalista para transformar-se em sujeito histórico capaz de enfrentar a sociedade escravista, buscando alternativas, conquistando espaços, influenciando na dinâmica da sociedade do século XIX.⁴⁸⁴

Na perspectiva desenvolvida por essa corrente historiográfica, destaca-se a capacidade de negociação e transgressão como importante referencial teórico para o estudo da presença escrava e de negros libertos nas tropas brasileiras que lutaram no sul do país. Os voluntários da pátria, os guardas nacionais, recrutados para o Exército e a Marinha, não eram todos de condição livre. O poder de negociação e as estratégias

⁴⁸³ CHIAVENATTO, J. J. *Os Voluntários da Pátria e outros mitos*. São Paulo: Global, 1983. p. 27.

⁴⁸⁴ Sobre essa nova abordagem historiográfica, ver, entre outros, CHALHOUB, Sidney; MIRANDA, Leonardo Affonso de (Org.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; SILVA, Eduardo. *Dom Obá II D'África, o príncipe do povo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

montadas por escravos para subtrair-se a essa condição demonstraram o quanto duro era a servidão.⁴⁸⁵

O número de escravos que tomaram parte na guerra é impreciso, se for considerado todo o país. Todavia, analisando os mapas de libertos que assentaram praça no Exército e Armada entre os anos de 1866 e 1869, apresentados pelo Ministério da Guerra, Jorge Prata aponta para o número total de 7.414 escravos libertos para a guerra, repartidos em: 561 libertos da Nação; 67 da Casa Imperial; 1.158 libertos gratuitos; 170 libertos dos conventos; 3.757 de libertos pelo governo; 1.680 libertos substitutos e 21 libertos por particulares.⁴⁸⁶

Os escravos chegaram de diversas formas na campanha contra o Paraguai. Inicialmente, como doações de proprietários, movidos por sentimentos de patriotismo ou pelas vantagens conferidas pelo Império. Conforme relatório do presidente da província da Bahia, no ano de 1869, apenas um ano antes do término da guerra, 271 escravos foram libertos, na Bahia, para a guerra. Todavia, trata-se de doações insignificantes. A maior parte dos libertos foi comprada mediante indenização do governo, a partir do ano de 1867, para a guerra.

No Arquivo Público do Estado da Bahia, entre os libertos por doações encontram-se os escravos Vitorino Nogueira de Sá Barreto, João Evangelista, Bento José Gregório, Domingos Leôncio, Roque Pires de Medeiros, Aydio do Sacramento, Adriano de São Bento, Manoel Braz, Martinho do Espírito Santo, Luiz da França e Benjamim José da Costa oferecidos, em dezembro de 1866, somando-se outros cinco escravos que foram entregues em 1º de março de 1867, pelo Abade Geral da Congregação de São Bento, o frei Manuel de São Caetano Pinto. Em correspondência ao governo da província, este afirmou, ainda, libertar a todos os escravos da comunidade que quisessem alistar-se no serviço da guerra.⁴⁸⁷ Se for considerado o total de aproximadamente 20.000 soldados baianos, fica evidente que o número de recrutas de condição escrava foi insignificante.

A legislação da guerra permitiu uma outra forma de enviar para as fileiras do Exército homens de condição escrava: o substituto. A prática era garantida pela Lei nº

⁴⁸⁵ Sobre a resistência escrava no Brasil escravista, ver: REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito*. São

Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁴⁸⁶ PRATA, Jorge. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad: ADESA, 1996. p. 80.

⁴⁸⁷ APEB, Seção Colonial e Provincial, Quartel do Comando das Armas, 1867, maço 3415

1.220, de 20 de julho de 1864, ainda, em vigor na Guerra do Paraguai, o que permitiu a alguns recrutados e voluntários a isenção militar com a substituição por indivíduos idôneos, faculdade igualmente concedida aos guardas nacionais, tanto pelo artigo 126 da Lei nº 602, de 19 de setembro de 1850, como pelo Decreto nº 3.513, de 12 de setembro de 1865.⁴⁸⁸

Era mais fácil apelar para outras formas de isenção, como fizeram os proprietários rurais Manoel Garcez dos Santos e seu filho Dr. João Garcez dos Santos, o primeiro oferecendo a quantia de dois contos de réis a ser aplicada a dois homens que, no teatro da guerra, iriam substituir a si e ao seu filho e, o segundo, comprometendo-se a pagar as despesas feitas com o indivíduo que o substituisse nas condições da oferta de seu pai.⁴⁸⁹

A substituição por escravo foi cedendo lugar ao pagamento de taxa estabelecida pelo governo no valor de 600 mil réis, tornando menos dispendioso àqueles que recorriam a esse expediente, em virtude do preço do escravo negociado no mercado, aproximadamente um conto e quatrocentos mil réis. Jorge José do Sacramento, recrutado para servir no Exército e já tendo jurado bandeira, ofereceu, em substituição de sua pessoa, a quantia de 600\$000, na forma da lei, a fim de isentar-se do serviço militar, alegando o desamparo em que ficariam suas duas irmãs órfãs.⁴⁹⁰ Martiniano Chaves, remetido para ter praça no Batalhão de Caçadores, também recolheu ao Tesouro Nacional a quantia de 600 mil réis com o mesmo objetivo de não seguir o Exército.⁴⁹¹

A isenção não garantiu, todavia, a liberdade de todos que recorriam à legislação. Faustino Fragozo de Mattos, morador no município de Alagoinhas, em 22 de agosto de 1865, foi preso como recruta, remetido para a capital e recolhido ao quartel sob a custódia do 16º Batalhão de Infantaria de Linha. Como dispunha de alguns meios solicitou, ao governo, sua exclusão do serviço, mediante o pagamento de 600 mil réis.⁴⁹² O pedido foi aceito e Faustino, em 20 de setembro de 1865, teve a sua dispensa passada pelo Quartel do Comando das Armas. Julgava Faustino que não seria mais incomodado. Entretanto, no dia 15 de dezembro, foi novamente preso e conduzido à cadeia, tendo de provar ao Dr. Juiz de Direito da Comarca a sua isenção. Dirigiu-se, em seguida, ao presidente da província, pedindo para não ser preso pela segunda vez e que as autoridades do município o considerassem livre de qualquer serviço militar. Entretanto, pelo artigo 128 da Lei nº 602, de 19 de setembro de 1850, nenhum cidadão era isento do serviço ordinário da Guarda

⁴⁸⁸ APEB, Seção Colonial e Provincial, Avisos Recebidos do Ministério da Guerra, 1865, maço 830.

⁴⁸⁹ APEB, Seção Colonial e Provincial, Avisos Recebidos do Ministério da Guerra, 1867, maço 827.

⁴⁹⁰ APEB, Seção Colonial e Provincial, Recrutamento, 1865, maço 3490.

⁴⁹¹ APEB, Seção Colonial e Provincial, Recrutamento, 1865, maço 3492.

⁴⁹² APEB, Seção Colonial e Provincial, Recrutamento, 1865, maço 3493.

Nacional”⁴⁹³ Por essa razão, qualquer cidadão podia ser recrutado, por qualquer motivo que fosse e tantas vezes quanto necessário, o que ocorria por disputas partidárias ocorridas na capital e interior da província.

A partir de 1867 o governo comprou escravos para a guerra. Para alguns proprietários era um bom negócio, pois, com os escravos vendidos ao governo, esquivavam-se de participar da guerra e, muitas vezes, livrar-se de um “mau” escravo. Em 1º de agosto de 1867, o jornal *O Alabama* chegou a publicar alguns versos do que chamou de “Exemplo de patriotismo”:

Eu tinha um mau escravo, adoentado,
Verdadeiro tormento, endiabrado
Libertei-o, ao governo ofereci-o
A fim de eu também ser condecorado
O que era meu desgosto, é minha glória
De quem era capoeira fiz soldado!
O querido Decreto publicou-se,
Enfim, também eu fui condecorado!
La vai a guerra o grande capadócio,
Da rosa o peito meu eis adornado
É belo assim servir a pátria nossa,
É belo ser assim condecorado!
Ingênuo patriota! Não, não ide
Sofrer de uma campanha o escuro fado!
Ficai, livrai-vos de maldito escravo
E aqui mesmo sereis condecorado.⁴⁹⁴

Os versos irônicos consideravam a possibilidade de condecoração daqueles que, oferecendo escravos para a guerra, adquiriam títulos de nobreza. Todavia, não se encontraram documentos que comprovassem condecoração de proprietário baiano, embora, em outras circunstâncias, ricos cidadãos foram condecorados com a medalha da Rosa.

Na Bahia, o número de escravos vendidos ao Governo, sob a denominação de emancipações remuneradas, foi de 242 escravos, número demasiado pequeno se comparado com o montante dos soldados enviados durante os cinco anos de campanha. Todavia, segundo Relatório do Presidente da Província de 1869, a Bahia contribuiu com 1.647 escravos, mas não explicita de que forma chegaram os 1.405 escravos restantes.

⁴⁹³ Idem, *ibidem*.

⁴⁹⁴ IGHB. Jornal *O Alabama*, Salvador, 1º ago. 1867.

Para a compra de escravos para a guerra, o Ministério da Marinha nomeou agentes para a função de interlocutor na compra de escravos em diversas províncias. Afirmou Hendrik Kraay que, na “Bahia, Pedro Joaquim de Vasconcelos se fixou no Arsenal da Marinha em Salvador e, através de anúncios da imprensa, convidava os vendedores em potencial a apresentarem seus escravos ‘robustos’ para inspeções de saúde”.⁴⁹⁵

Assim, em 14 de junho de 1867, o Dr. Pedro Joaquim de Vasconcelos pediu o pagamento de um conto e quatrocentos mil réis pela libertação do escravo Firmino, crioulo de 19 anos.⁴⁹⁶ Da mesma forma, foi remunerado o Major Antônio José Teixeira, pela libertação de seu escravo Manoel, pardo, 24 anos, com a quantia de um conto e duzentos mil réis, pagos em apólice da dívida pública no valor nominal de um conto de réis e duzentos mil réis em moeda corrente.⁴⁹⁷

A guerra também permitiu a punição de escravos rebeldes. O escravo Modesto foi acusado pela justiça pública de crime de homicídio, praticado à rua das Mercês, no dia 10 de abril de 1867, contra a cabra Maria Ignez. Foi entregue à justiça para punição, todavia o seu senhor, Antônio J. Bittencourt, preferiu vendê-lo a uma sociedade que comprava e revendia escravos ao governo sob o pretexto de assentar praça no Exército. A Sociedade Emancipadora obteve a suspensão da sentença, enviando Modesto para o Rio de Janeiro, embora declarasse Modesto não querer a alforria para ser soldado. Assim a punição do açoitado pelo crime cometido se converteria em pena de morte ou o encontro com a liberdade, caso sobrevivesse à guerra.⁴⁹⁸

O Ministério dos Negócios da Guerra, em correspondência confidencial, de 31 de agosto de 1868, informou da conveniência da suspensão da libertação de escravos com destino ao serviço do Exército por conta daquele Ministério,⁴⁹⁹ pois muitos eram os casos de fraudes praticados durante a guerra.

Por último, a fuga de escravos também viabilizou a participação de negros na Campanha do Sul. Apresentando-se, como livres, alistavam-se no Exército e Marinha e, com sorte, escapavam da servidão, ampliando os horizontes, tão somente restrito às atividades rotineiras. Esses homens aventuraram-se sobre território desconhecido e partiam do recôncavo e sertão da Bahia para conhecer o mar, a capital do Império, deparando-se

⁴⁹⁵ KRAAY, Henril. Escravidão, cidadania e serviço militar na mobilização brasileira para a Guerra do Paraguai. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, n. 33, p. 27, set. 1988.

⁴⁹⁶ APEB, Seção Colonial e Provincial, Guerra do Paraguai, 1867, maço 3675.

⁴⁹⁷ Idem, ibidem.

⁴⁹⁸ IGHB, *Jornal O Alabama*, 22 fev. 1868.

⁴⁹⁹ APEB, Seção Colonial e Provincial, Avisos Recebidos do Ministério da Guerra, 1868, maço 831.

com as dificuldades próprias de uma guerra, da difícil viagem até o campo de batalha, para se tornarem livres.

Todavia, depois de anotar sobre o ingresso de cativos nas fileiras do Exército, interessa verificar a situação de alguns escravos que, depois da campanha, sofreram com as tentativas de recondução ao cativeiro pelos antigos proprietários e que tiveram suas histórias publicadas nos jornais da Corte e das províncias, assim como nos processos instaurados pelos órgãos da administração do governo monárquico.

A HISTÓRIA DOS ESCRAVOS MANOEL E RAIMUNDO

Enquanto a guerra seguia o seu curso, o governo imperial, desde o início da campanha do Paraguai, empenhava-se para aumentar o contingente do Exército e Armada. Na Corte, proprietários ou seus procuradores recorriam à burocracia imperial exigindo indenizações pelos cativos recrutados à revelia do conhecimento de seus senhores. O recrutamento de libertos, o aliciamento e a aceitação de escravos nas fileiras do Exército acabaram por colidir com os interesses dos proprietários, pois durante a guerra foi considerável o número de escravos fugitivos que de formas diversas alistaram-se nas fileiras do Exército.

Da Fazenda de José Coelho Lages, curador de D. Catarina, viúva de Manoel Alves, do distrito da cidade de Conceição do Serro, desapareceu o escravo Martiniano com os sinais seguintes:

[...] alto, cor escura, vulgarmente cabra, pouca barba, bons dentes, falta de cabelo, procedida de impinge, pelo que usa de carapuça, idade de 23 a 25 anos, pouca fala, no estado natural, porém loquaz quando embriagado. Parece mais ou menos manco quando anda não se sabe por que motivos; talvez só por mau costume.⁵⁰⁰

⁵⁰⁰ BNRJ, Jornal *Diário de Minas*, Ouro Preto, 9 jan. 1868,

Desconfia-se que tenha sentado praça de voluntário ou se dirigido ao Morro Velho, onde já esteve alugado. “É de supor-se que tenha adotado outro nome”. O referido curador, no anúncio do jornal mineiro, afirmava gratificar a quem o recolhesse à cadeia do lugar em que fosse preso, e participar pelo correio a sua prisão. Sujeitava-se, também, à sua sustentação na cadeia, não excedendo ao prazo que a respectiva Câmara Municipal pagava aos presos pobres.

No momento em que o número de guardas nacionais e voluntários da pátria diminuiu ainda nos primeiros anos da guerra, o governo apelou para a utilização de escravos libertados, mediante indenizações aos seus senhores ou mesmo pelo recrutamento simples, nas capitais e no interior das províncias, ou ainda com a utilização de substitutos designados por libertos.⁵⁰¹

Embora Joaquim Nabuco recomendasse ao Imperador que o recrutamento recaísse especialmente sobre os escravos das capitais, nos processos analisados foram encontrados escravos provenientes do interior das províncias, que chegavam recrutados e prontos para o embarque para a guerra, o que permite supor a existência de uma rede de sociabilidade utilizada pelos homens de cor e recrutadores. Uns garantindo a possibilidade de liberdade e outros o dinheiro pago por cabeça recrutada.⁵⁰² Diante das histórias encontradas, depreende-se que o recrutamento com frequência alastrou-se pelo interior, demonstrando que os laços de comunicabilidade na zona rural também permitiam que cativos tomassem conhecimento dos fatos ocorridos nas capitais.

Como afirma Hendrick Kraay, no recrutamento no Brasil em todo o século XIX, existia a possibilidade de negociação entre indivíduos que ganhavam pela quantidade de homens alistados.⁵⁰³ Escravos rurais fugiam com o propósito de assentar praça no Exército, e assim livrar-se dos maus-tratos a que estavam sujeitos, ao contrário do que ocorria nas cidades, pois, nestas, os maus-tratos poderiam implicar punições aos seus senhores. “Da fazenda Aparecida, em 1861, fugiu um crioulo, de 30 anos, cor fula, pouca barba, alto, dentes limados, muito prosa, tinha andar de capoeira” e facilmente poderia ser reconhecido pelos sinais de “acoites no acento”.⁵⁰⁴

⁵⁰¹ Com relação às doações patrióticas de escravos por particulares à guerra, conferir SOUSA, Jorge Prata. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad ADESA, 1996. p. 41-54; SALES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 70-85.

⁵⁰² IHGB – Lata 372. Pasta 22. Parecer de Joaquim Nabuco de Araújo ao Imperador

⁵⁰³ KRAAY, Hendrick. Repensando o recrutamento no Brasil. *Diálogos*, Maringá: Universidade Estadual, v. 3, n. 3. 1994.

⁵⁰⁴ APEMG. *Jornal Constitucional*, Ouro Preto, 4 jan. 1868.

Acontece, porém, que vagando pelas estradas, nas pequenas vilas e cidades, percorrendo feiras-livres, embriagando-se nas tabernas, com o pouco dinheiro que conseguiam com os pequenos serviços, ou mesmo praticando pequenos furtos, muitos fugitivos estavam sujeitos ao recrutamento e ao aliciamento por seus pares e recrutadores, prometendo invariavelmente a liberdade.

Se a caserna era evitada quase sempre por sujeitos pobres, para o escravo, apesar das durezas e das dificuldades, o engajamento nas fileiras do Exército poderia representar a garantia de meios de vidas e subsistência. Durante a guerra do Paraguai os incentivos sociofinanceiros oferecidos pelo governo poderiam motivar o livre engajamento.⁵⁰⁵ Talvez fosse esta a condição de Raimundo Antônio Gomes, aqui o primeiro personagem, um pardo de 27 anos e de estatura regular, escravo do major Mizael Ferreira de Paiva que foi recrutado para o serviço do Exército imperial pela subdelegacia de polícia da freguesia de Santa Margarida, termo de Ponte Nova, província de Minas Gerais, quando para ali fugiu com um outro escravo de nome Saturnino com que convivera na fazenda do Mizael. Raimundo foi remetido para a Corte, onde sentou praça com o nome de Benedito Antônio Gonçalves, ficando adido ao Depósito Provisório da 1ª Linha.⁵⁰⁶

Nos processos examinados, a troca de nome no ato do assentamento de praça de escravos fugitivos dificultava a identificação do seu paradeiro pelo proprietário. A adoção do falso nome de Benedito Antônio Gonçalves, pelo escravo Raimundo, ilustra essa estratégia. Desde a sua fuga do cativo, em 1865, ele utilizou esse recurso, conforme consta na justificação judicial arrolada no processo de reclamação pela indenização do seu senhor, o major Mizael Ferreira Paiva.

No Arquivo Nacional encontram-se diversos processos sobre escravos na campanha do Paraguai, dentre eles o processo referente ao escravo Raimundo. São informações trocadas com autoridades civis e militares, envolvendo homens comuns arrolados como testemunhas, proprietários de escravos e os próprios cativos, onde folhas juntadas de forma irregular e mutiladas, muitas vezes faltando informações pelo desvio de ofícios que deixaram de ser incorporados ao processo, permitem ouvir visões diversas: funcionários do governo, suplicantes e suspeitos, formando um mosaico, que conduzem pelos caminhos das negociações entre o governo que julgava os processos e proprietários

⁵⁰⁵ SILVA, Eduardo. *Dom Oba II D'África, o príncipe do povo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 42.

⁵⁰⁶ ANRJ. Ministério do Estado dos Negócios da Guerra. Despacho de 7 de março de 1868, que remeteu ao comandante do Depósito Provisório para informações pela Repartição do Ajudante e General. Série Guerra, Gabinete do Ministro – 1g1 514.

que perdiam tempo e dinheiro para recuperar seus cativos ou receber as indenizações do governo.

Embora os escravos recrutados para a guerra fossem a peça principal do processo, nas matrículas apresentadas pelos seus senhores e nos interrogatórios feitos na chefia de polícia, pode-se distinguir o perfil e ouvi-los sobre a situação em que se encontravam, senão induzidos pelas circunstâncias de sustentar mentiras ou comprovar o que de fato ocorreu até a constituição do processo.

O reconhecimento pelo direito inalienável à propriedade por parte dos senhores de escravos fazia-os recorrerem ao governo imperial, solicitando indenização pelos cativos recrutados para o Exército e Armada, últimos dos recursos empregados para os casos em que seus escravos seguiam à revelia da vontade do seu senhor.

Assim, a publicação em jornais foi um recurso utilizado por proprietários de escravos fugidos para reaver seus cativos. Outro exemplo de escravo fugido foi o do comendador Vicente José da Trindade, morador de Jequitinhonha, que utilizou esse expediente na tentativa de recuperar o seu escravo Custódio e fez publicar naquele jornal características que pudessem identificar o negro fujão.

pardo, cheio de corpo, e bem constituído, bem feito de cara e de boa figura, cabelos ruins, testa pequena, olhos pardos, e mãos grandes, bons dentes tendo os da frente amputados, sem barba, de idade de 20 a 22 anos pouco mais ou menos, pés regulares, e um pouco grossos e tem costume de encarar pouco para quem com ele conversa.⁵⁰⁷

Constava no mesmo anúncio que também o dito escravo fugiu com o intuito de seguir para a capital, Ouro Preto, com o fim de oferecer-se como voluntário. Para aquele que o prendesse, ou o conduzisse para qualquer cadeia ou mesmo o avisasse, o comendador oferecia generosa gratificação. Prevenia também aquela folha que o escravo poderia procurar qualquer ponto onde pudesse satisfazer a sua intenção e por isso espalhava avisos por todos os lugares, para que fosse frustrado o seu desejo. Declarava que o dito escravo foi do Sr. José Pereira de Guimarães Júnior, morador no distrito Chapada, município do Jequitinhonha, e que Custódio fugiu a 3 de novembro de 1867. Nas informações também

⁵⁰⁷ BNRJ. *Jornal Constitucional*, Ouro Preto, 4 jan. 1868.

incluía que o dito escravo andava se ajuntando como foro em tropas, com o nome mudado, dizendo se chamar Josefino e assim livrar-se de ser preso.⁵⁰⁸

O recurso de apelar aos jornais não foi utilizado pelo major Ferreira Paiva que, por requerimento, reivindicou somente o pagamento da indenização do seu escravo Raimundo ao Ministério da Guerra, iniciando o processo para restituição do valor do seu escravo que foi para a campanha.

A trajetória processual costumava ser longa, arrastando-se por meses e até mesmo anos. Não foram poucos os casos em que a burocracia do estado imperial somente indenizou proprietários de escravos recrutados depois de concluída a campanha. Tratava-se de uma batalha travada entre o Estado e o proprietário, na qual ao segundo caberia o ônus de comprovar, através de título de posse, identidade, matrícula e outros documentos ajuntados, a posse do escravo, bem como, ao primeiro, através da suas secretarias e principalmente a Secretaria de Polícia, cabia a responsabilidade por ampla averiguação sobre a procedência do reclamo.

No requerimento do procurador do major Mizael Ferreira Paiva, endereçado ao Ministro da Guerra, reivindicava o valor estabelecido pelo governo para indenização sobre o escravo Raimundo que assentou praça para lutar na guerra do Paraguai no dia 3 de março de 1868.

Evidentemente reconhecido o direito de propriedade do suplicante sobre o dito seu escravo Raimundo como se acha pelos referidos documentos requer o suplicante a V. Excia. visto já se ter verificado praça no mesmo, ordenar-lhe seja pago por este Ministério da Guerra, a quantia de dois contos de Réis em uma apólice da dívida pública pela cotação oficial, e o restante em dinheiro.⁵⁰⁹

Mediante o pagamento da indenização, o suplicante ficaria comprometido em dar liberdade ao cativo na condição de servir no Exército, ou então, no caso de não ser indenizado pelo governo, requereria a devolução do escravo.

Mizael Ribeiro de Paiva, genro do proprietário do escravo Raimundo, requereu ao Juiz de Paz na freguesia do Alegre, termo da vila de D. Pedro de Cachoeira de Itapemirim,

⁵⁰⁸ APEMG. Jornal *O Jequitinhonha*, Ouro Preto, 3 jan. 1869.

⁵⁰⁹ ANRJ. Ministério do Estado e dos Negócios da Guerra. Requerimento endereçado ao Conselheiro Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra por Carvalho Pinto, procurador do Major Mizael Ferreira Paiva, em 5 de março de 1868, Série Guerra - Gabinete do Ministro, 1g1 514.

província do Espírito Santo, na data 5 de janeiro de 1868, comprovante da posse do escravo, constando a declaração do proprietário e também das testemunhas arroladas no processo.

A primeira testemunha citada foi Jerônimo Roiz Cardoso, que disse ter o escravo Raimundo fugido há mais ou menos um ano da Fazenda de São Luiz, respondendo também por ouvir dizer que o escravo encontra-se preso na cadeia de Ponta Nova. Perguntado se tinha conhecimento da fuga dos dois escravos para a província de Minas, respondeu que, por ouvir dizer, encontravam-se naquela província.

A segunda testemunha, Laurindo de Queiroz Barreto, 41 anos, negociante, casado, natural do Rio de Janeiro, residente naquela freguesia, respondeu ao inquiridor ter conhecimento de que Mizael possuía um escravo de nome Raimundo por mais de oito anos. Pela descrição de Laurindo, Raimundo era um escravo robusto, de altura regular, com bons dentes, barba rala, bom nadador, bem falante. Afirmou em seu depoimento ter o dito escravo fugido da Vila de Cachoeira há mais ou menos três anos, estando empregado no ofício de canoeiro na fazenda do major Mizael.

Por fim, a terceira testemunha ouvida foi Francisco Felisbino, 25 anos, negociante, solteiro, natural da província de Minas Gerais, que informou não ter conhecido pessoalmente o escravo Raimundo e somente ouviu dizer que, de fato, era o escravo de Mizael, com idade aproximada de 20 anos, e que fugira para a Província de Minas assim como um outro escravo do mesmo proprietário.⁵¹⁰

Na mesma data em que foi expedido o requerimento de indenização do escravo ao Ministério da Guerra, o procurador do major Mizael, sabendo que ocorreria o embarque de tropas para Santa Cruz, remeteu outro documento para o Quartel General do Exército, pedindo a suspensão do embarque do escravo Raimundo para a campanha do Paraguai.

Como o suplicante tenha nesta data requerido já a s. excia o Sr. conselheiro ministro e secretario de estado dos negócios da guerra sobre o dito escravo provando o direito de propriedade que lhe assiste, e com o fim de havê-lo como é de direito requer o suplicante a v. excia se digne ordenar que seja suspenso o embarque da dita praça para o sul até que s. excia o Sr. Ministro da guerra defina ao suplicante o que for de justiça.⁵¹¹

⁵¹⁰ ANRJ. Idem. Autos do inquérito feito pelo Juiz de Paz da freguesia de Alegre, termo da vila de D. Pedro de Cachoeira de Itapemirim, província de Espírito Santo, 5 de janeiro de 1868.

⁵¹¹ ANRJ. Ofício endereçado ao tenente-general do Quartel General do Exército por Carvalho Pinto, procurador do Major Mizael Ferreira Paiva, em 5 de março de 1868. Série Guerra - Gabinete do Ministro, 1g1 514.

Do Quartel no Campo da Aclamação, o tenente-coronel João de Souza Fragozo comunicou ao seu superior, o Ajudante General do Exército, que entre os recrutas remetidos para o Depósito encontrava-se o soldado de nome Benedito Antônio Gonçalves, que havia jurado bandeira, embora ainda não houvesse sentado praça, estando pronto para embarcar para o Sul. Afirmava também acreditar tratar-se do escravo reclamado pelo major Mizael.⁵¹²

As averiguações para comprovação da identidade de escravo reclamado ao governo imperial, que houvesse assentado praça no Exército, eram demandadas ao Ministério da Guerra, que, por meio de suas secretarias e ou dos chefes de Polícia da Corte, investigavam os pedidos dos reclamantes. Muitas vezes, pela demora ou negligência, os requerimentos subiam à presença do presidente da província e, até mesmo, ao Imperador.

Diante da suspeita de ser cativo, o praça Benedito Antônio Gonçalves deixou de embarcar com a tropa para o Paraguai e foi recolhido ao xadrez por ordem do Quartel General, de onde saiu, em 2 de abril de 1868, para ser remetido ao chefe de polícia da Corte para averiguação. Em solução à reclamação que fez Mizael Ferreira Paiva de seu escravo Raimundo, o Chefe de Polícia devolveu os papéis do reclamante dizendo que a justificação da identidade do soldado Benedito Antônio Gonçalves não era possível de satisfazer, por estar o indivíduo em questão no Exército.

Em 20 de julho de 1868, o procurador do major Mizael Ferreira Paiva, um segundo procurador, Carlos Ernesto Silva, tomou conhecimento de que Raimundo havia sido remetido para o Exército em operações por engano⁵¹³ e, como consta no requerimento, embarcara para o Sul, razão pela qual requereu junto ao ajudante general do Exército toda a documentação e informações arquivadas sobre o referido escravo.⁵¹⁴ Isso indica que o Ministério da Guerra muitas vezes fazia vista grossa, pois as juntas de alistamento, como o de inspeção médica, estavam encarregadas de realizar apenas breves interrogatórios antes do embarque para a Campanha.⁵¹⁵

⁵¹² ANRJ. Comunicado enviado pelo tenente-coronel João de Souza Fragozo ao tenente-general Abundante Geral do Exército, Quartel campo da Aclamação, Rio de Janeiro, 5 de março de 1868. Série Guerra - Gabinete do Ministro, 1g1 514.

⁵¹³ ANRJ. Termo de declaração que fez Albino Joaquim Lopes na Secretaria de Polícia da Corte, ao desembargador Luiz Carlos de Paiva Teixeira, Rio de Janeiro, 20 de abril de 1868. Série Guerra - Gabinete do Ministro, 1g1 514.

⁵¹⁴ ANRJ. Requerimento endereçado ao tenente-general ajudante do Exército pelo procurador de Mizael Ferreira Paiva, Carlos Ernesto Silva, Rio de Janeiro, 20 de julho de 1868. Série Guerra - Gabinete do Ministro, 1g1 514.

⁵¹⁵ SOUZA, Álvaro Pereira. Do Cativo ao mar: escravos na Marinha de Guerra. *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 38, p. 1-26, 2000.

Em resposta à petição do procurador do major Mizael Paiva, recomendava o coronel chefe da Secção, Manoel Roiz Barros, que apresentasse documentos sob informações nº. 625, no arquivo militar, dos quais constava que Manoel Martins Nogueira, negociante e morador na Rua do Sabão, no Rio de Janeiro, também reclamava a entrega de seu escravo pardo de nome Manoel. Ele teria vindo também como recruta da província de Minas Gerais, para onde havia fugido e que também assentou praça com o nome de Benedito Antônio Gonçalves.⁵¹⁶

As histórias dos escravos Raimundo e Manoel, a partir de abril de 1868, se cruzam unidos pelos nomes homônimos adotados no ato de assentamento de praça, o que causou dificuldades no reconhecimento da propriedade. Em determinados momentos da leitura do processo, fica subentendido que dois proprietários, um major e um negociante, reclamavam a posse do mesmo cativo, o que causou a suposta dúvida na Secretaria de Polícia, no Depósito de Recrutas e mesmo ao Ministério da Guerra, sobre a identidade dos escravos⁵¹⁷ que se alistaram com o nome Benedito Antônio Gonçalves.

Raimundo e Manoel eram escravos fugidos que foram recrutados, não se sabe se voluntária ou involuntariamente, pela polícia, e remetidos à Corte pelo Presidente da Província de Minas Gerais, dando entrada no dia 2 de março de 1868, no quartel de Depósito de Recrutas no Rio de Janeiro, alistado o primeiro na companhia de 1ª Linha e o segundo na 1ª Companhia. Assim como ocorreu com o escravo Raimundo, um inquérito também foi instaurado para comprovação de posse do escravo Manoel alegado por Manuel Martins Nogueira.

Em 14 de março de 1868 foi a vez de Manuel Martins Nogueira, residente à Rua do Sabão, 21, requerer que fosse entregue o seu escravo de nome Manoel, preso no xadrez do quartel do Campo da Aclamação, ou no caso de ser incorporado às tropas para o Paraguai, o pagamento de indenização da quantia de dois contos de réis, valor pelo qual eram pagos os escravos vendidos para o governo.⁵¹⁸

O escravo Manoel, nascido na cidade de Caravelas, na Bahia, em 1835, era crioulo, solteiro, cor parda, rosto e nariz regular, cabelos e olhos pardos, e quando fugiu para a

⁵¹⁶ ANRJ. Parecer nº. 3067 do coronel chefe da Secção, Manoel Roiz Barros Francisco Brito, da 1ª Secção Repartição do Ajudante General, Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1868. Série Guerra - Gabinete do Ministro, 1g1 514.

⁵¹⁷ ANRJ. Ofício enviado para o ajudante general do Exército, tenente-general João Frederico Caldwell, por José de Souza Fernandes, n. 635, Depósito, Rio de Janeiro, 7 de abril de 1868. Série Guerra - Gabinete do Ministro, 1g1 514.

⁵¹⁸ ANRJ. Requerimento de Manoel Martins Nogueira, pelo seu procurador Antônio José Bruno ao Imperador, Rio de Janeiro, 14 de março de 1868. Série Guerra - Gabinete do Ministro, 1g1 514.

província de Minas Gerais, em 1864, residia com o seu senhor, Manoel Martins Nogueira, à Rua da Candelária. Tinha ofício de marinheiro e fazia parte da tripulação do brigue Leopoldina, que viajava para a província do Rio Grande do Sul.⁵¹⁹

Em ambos os casos a fuga dos ditos escravos não estava ligada diretamente com o ingresso nas fileiras da campanha do Paraguai, pois o início do conflito somente seria deflagrado em 1865.

Em 20 de março de 1868, o tenente João de Souza Fagundes informou ao ajudante general do Exército que se encontrava preso no xadrez do quartel o pardo Manoel, escravo reclamado por Nogueira Martins.⁵²⁰ Em 21 de março de 1868, o tenente-coronel João Frederico Caldwell, do quartel General do Exército, informa ao Ministério da Guerra que o escravo Manoel, reclamado por Nogueira Martins, manifestara vontade de seguir para o Exército.⁵²¹ No documento ainda consta que Manoel Nogueira, no ato de apresentação da matrícula do escravo e das testemunhas, comprovou apenas a posse, e que não garantia o domínio.⁵²²

O pardo foi remetido pelo ajudante general, com o nome de Benedito Antônio Gonçalves, ao Chefe de Polícia da Corte, em 2 de abril de 1868, e em seu interrogatório declarou que seu “verdadeiro nome era Manoel” e “que era escravo de Manoel Martins Nogueira”. Encerrou seu depoimento afirmando que “não conhecia o Major Mizaél Ferreira de Paiva, nem tão pouco se chamava Raimundo, sendo a verdade o que expôs”.⁵²³

Domingos Augusto Ferreira, uma das testemunhas ouvidas pelo Chefe de Polícia, disse ser natural de Portugal e que estava de passagem na Corte, afirmando em seu depoimento “ter visto por diversas vezes o cabra Manuel na casa do seu senhor o servindo”.

⁵¹⁹ ANRJ. Matricula do escravo Manoel, pertencente a Manoel Martins Nogueira, Capitania do Porto da Corte e Província do Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1857 (Incluso, Série Guerra, Gabinete do Ministro, 1g1 514).

⁵²⁰ ANRJ. Ofício do tenente interino João de Souza Fagundes, Depósito Provisório da 1ª Linha, ao tenente general João Frederico Caldwell, ajudante general do Exército, Rio de Janeiro, 20 de março de 1868. Série Guerra - Gabinete do Ministro, 1g1 514.

⁵²¹ ANRJ. Ofício ao conselheiro José Lustosa da Cunha Paranaguá, Ministro Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, enviado pelo tenente-coronel João Frederico Caldwell, ajudante general do Exército, Rio de Janeiro, 21 de março de 1868. Série Guerra - Gabinete do Ministro, 1g1 514.

⁵²² ANRJ. Ofício ao conselheiro José Lustosa da Cunha Paranaguá, Ministro Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, enviado à Luis Carlos de Carvalho, Secretária da Polícia da Corte, Rio de Janeiro, 7 de abril de 1868. Série Guerra - Gabinete do Ministro, 1g1 514.

⁵²³ ANRJ. Termo de declaração do pardo Manoel remetido pelo ajudante general com o nome de Benedito Antonio Gonçalves ao desembargador Luiz de Paiva Ferreira, chefe de Polícia, 2 de abril de 1868. Série Guerra - Gabinete do Ministro, 1g1 514.

Outras testemunhas também asseveraram conhecer o dito Manoel como escravo de Manoel Martins Nogueira.⁵²⁴

Voltando ao quartel, Manoel foi acometido de sarampo e internado no Hospital Militar da Corte, no dia 9 de abril, e depois de sofrer por quase um mês com os sintomas da doença, faleceu em 3 de maio de 1868.⁵²⁵

No dia 30 abril de 1868, foi apresentado ao tenente-coronel do Exército um parecer redigido pelo major Antônio Domingos Ferreira Bastos, contendo o retrospecto do processo que envolvia a reclamação dos proprietários sobre os seus respectivos escravos. No parecer do major Antônio Domingos Ferreira Bastos ficam explícitos os entraves e as dificuldades criadas pelo Ministério da Guerra para a entrega de escravos, por necessidade de soldados no *front* da campanha. No entender do Chefe de Polícia, o reclamante Manoel Martins Nogueira provou a posse do escravo Manoel com as declarações de pessoas conceituadas, constantes dos inclusos termos e matrícula da capitania do porto, com data de 18 de dezembro de 1861 e com as próprias declarações do escravo Manuel, que reconheceu Manoel Martins como seu senhor, no depoimento colhido na polícia.

Todavia, quanto ao seu domínio, o reclamante juntou a matrícula do escravo, que por si lhe pareceu não ser suficiente para legitimar tal domínio, mas o Ministro da Guerra, por despacho de 10 de abril de 1868, determinou que, uma vez inspecionado e assentado praça o escravo Manoel, fosse Manoel Martins Nogueira, se assim conviesse, indenizado com dois contos em apólices. No mesmo parecer, o major Antônio Domingos apresentou o requerimento do major Mizaél Ferreira de Paiva, que também reclamava a entrega de seu escravo Raimundo, recrutado na província de Minas. Todavia, assentado com o nome de Benedito Antônio Gonçalves, que supõe ter ele adotado no ato do recrutamento, por estar fugido há mais de três anos e que verificando o domínio do suplicante, se lhe pagasse a quantia de dois contos de réis pelo escravo.

No final do documento, foi emitido o parecer de que nenhum dos dois reclamantes – Mizaél Ferreira de Paiva e Manoel Martins Nogueira – comprovara satisfatoriamente o domínio dos escravos reclamados. Concluiu a Seção que aquele que provasse o domínio do cativo estaria apto para receber a indenização. Caso contrário, o reclamante devia ser

⁵²⁴ ANRJ. Autos do inquérito para reconhecimento de posse do escravo Manoel por Manoel Martins Nogueira, 6 de abril de 1868. Série Guerra - Gabinete do Ministro, 1g1 514.

⁵²⁵ ANRJ. Ofício de Manoel Barros Francisco de Roiz, coronel do Quartel Chefe da Secção, ao tenente-coronel João de Souza Fagundes. Quartel no Campo de Aclamação. Rio de Janeiro, 12 de maio de 1868. Série Guerra - Gabinete do Ministro, 1g1 514.

processado e punido pela fraude de reclamar o escravo que não era de sua propriedade.⁵²⁶ Não julgando provado o domínio de nenhum dos dois reclamantes, na ocasião ficou a questão suspensa até que Nogueira, em 14 de outubro de 1868, pediu novamente indenização através de seu procurador, alegando que o escravo Manoel era reclamado desde o dia 2 de abril de 1868, assim antes da morte do seu cativo, que morrera depois de assentar praça no Exército.⁵²⁷

Em 19 de outubro de 1870, o requerente Manoel Martins Nogueira encaminha outra petição, em que constava:

Tendo perante S. Excia o Dr. chefe de policia da corte, justificando em abril 1868, que o recruta vindo de Minas com o nome de Benedito Antônio Gonçalves era Manoel, qualificado marinheiro de sua propriedade e não de outrem obteve por despacho = inspecionado verifique-se praças, mediante a indenização de 2:000\$000.⁵²⁸

A explicação sobre a tramitação do processo por mais de dois anos foi apresentada ao Ministro da Guerra, constando que, verificado o assentamento de Manoel como praça, restava somente a expedição da ordem de pagamento da indenização. Aconteceu, porém, que na mesma ocasião se apresentou Mizael Ferreira de Paiva reclamando mais uma vez ser Raimundo seu escravo e que o este na verdade assentara praça sob o nome de Raimundo Antônio Gonçalves.⁵²⁹

Para o chefe de polícia, o major Mizael não provou a posse do escravo no processo instaurado nos primeiros meses de 1868, no qual afirmava ter seu escravo assentado praça com o nome de Benedito Antônio Gonçalves. E que, depois de lhe ter sido negado o pagamento da indenização, retornava mais uma vez para requerer a indenização, alegando que o nome de praça de seu escravo era Raimundo Antônio Gonçalves e não Benedito.

⁵²⁶ ANRJ. Ofício encaminhado ao tenente-general João Frederico Caldwell, ajudante General do Exército, por Antonio Domingos Ferreira Bastos, Major Empregado na 1ª Secção, Repartição do Ajudante General, em 30 de abril de 1868, Rio de Janeiro. Série Guerra - Gabinete do Ministro, 1g1 514.

⁵²⁷ ANRJ. Requerimento endereçado ao Imperador D. Pedro II por Antonio José Bruno, procurador do Manoel Martins Nogueira, Minas Gerais, 14 de outubro de 1868. Série Guerra - Gabinete do Ministro, 1g1 514;

⁵²⁸ ANRJ. Requerimento encaminhado por Manoel Martins Nogueira ao ministro da guerra. Barão de Muritiba, Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1870. Série - Guerra, Gabinete do Ministro, 1g1 514.

⁵²⁹ ANRJ. Parecer enviado pelo conselheiro José Lustosa da Cunha Paranaguá, Ministro Secretario de Estado dos Negócios da Guerra Ministro, aos membros do Conselho Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1870. Série - Guerra, Gabinete do Ministro, 1g1 514.

Em 5 de dezembro de 1870, o Conselho Superior de Guerra emitiu finalmente um parecer assinado pelo duque de Caxias,⁵³⁰ favorável à indenização requerida por Manoel Martins Nogueira, por ter sido aquele proprietário do escravo e pela condição a que se sujeitou de restituir a quantia que recebeu no caso de alguém provar melhor o direito ao escravo reclamado. Não se sabe se o Major Mizael continuou a requerer indenização, se juntou novas provas que autorizassem a abertura de um novo processo, com a descoberta da identidade adotada pelo seu cativo. Supõe-se apenas que o pagamento da indenização ao Sr. Nogueira o separava do seu opositor naquela circunstância, que reclamaram durante dois anos pelo mesmo escravo.

OS ESCRAVOS QUE REGRESSAM PARA O CATIVEIRO

Os escravos depois de fugirem do cativeiro e alistar-se nas tropas, o retorno ao Brasil após anos de luta, embora não representasse uma efetiva conquista da liberdade com o fato de lutarem e destacarem-se na campanha, condecorados por gestos de bravura e heroísmo, poderia representar uma possibilidade de livrar-se do cativeiro.

O governo imperial apelou para o ingresso de escravos nas fileiras oferecendo para eles a liberdade. Assim, assentaram praça escravos da Nação, escravos procedentes da Casa Imperial e de conventos, por doação de particulares, prevalecendo, todavia, um número maior de libertos que chegaram ao Exército como substitutos de pessoas livres e mediante o pagamento de indenização a seus senhores pelo governo.⁵³¹

João Sotero, presidente da sociedade Iguapuana, participou em ofício ao presidente da província do Rio de Janeiro que os sócios da sociedade Vesionda de Itaguahy e Casimiro de Sá Araújo, este súbdito português, ofereceram oito escravos que libertaram para serem enviados ao Exército contra o Paraguai. Solicitava, em ofício, ao Ministério da Guerra, a expedição da ordem para o recebimento dos libertos no Quartel do Exército.⁵³² Todavia, é

⁵³⁰ ANRJ. Parecer do Conselho Superior de Guerra assinado pelo Duque de Caxias, Aguiar Eliziário e Jordão Delamare, Rio de Janeiro, em 5 de dezembro de 1870. Série Guerra - Gabinete do Ministro, 1g1 514.

⁵³¹ Ver SOUSA, Jorge Prata de. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996. Capítulo III.

⁵³² ANRJ. Ofício do Palácio do governo da Província do Rio de Janeiro endereçado ao Ministério da Guerra, conselheiro João Lustoza da Cunha Paranaguá em Niterói, 29 de janeiro de 1868. Série Guerra - Gabinete do Ministro, 1g1 514.

possível notar que autoridades fizeram vista grossa ao recrutamento e ao ingresso de escravos no Exército e Armada sem verificação de identidade e condição servil, sendo uma prática constante sobretudo quando, em alguns momentos do conflito, era notória a necessidade do aumento do efetivo para a guerra.

Em documento confidencial o Ministério da Guerra levantou suposições sobre a gravidade de uma revolução localizada na Argentina e que de um momento para outro poderia tornar-se uma revolução nacional, desviando o contingente do exército daquele país para debelar o levantamento, o que enfraqueceria as forças em operações contra o Paraguai. Assim, o ministro recomenda o aumento do envio das forças brasileiras para o Paraguai, reunindo o maior contingente possível na Corte e acrescentando ainda que se promova “a liberdade dos escravos com destino aos serviços do exército, quer oferecidos gratuitamente, quer mediante a quantia designada pelo Ministério da Fazenda”.⁵³³ Conclui dizendo que o governo imperial considera relevante o serviço da liberdade dos escravos para servirem no Exército, recomendando a munificência imperial aos cidadãos que o prestarem.

Se o ingresso de homens de condição escrava no Exército e Armada custou caro aos proprietários que não foram indenizados pelo governo, movidos pelo ressentimento, no término da guerra, alguns proprietários tentaram reconduzir ao cativeiro os seus cativos reconhecidos nas ruas, mesmo que a farda lhe garantisse a liberdade.

O Exército que conquistou patrioticamente a vitória nos campos do Paraguai retornou da campanha coberto de louros, condecorado com o reconhecimento popular e exaltado pelo heroísmo por ato de bravura. Entre os comemorados encontravam-se fazendeiros, comerciantes, brancos pobres, homens de cor, libertos e escravos. Estes últimos, sob a casaca da farda, acreditaram na possibilidade de alcançar a liberdade, como recompensa pelos serviços prestados na campanha.

A tentativa de recondução à escravidão por parte dos senhores, de cativos que fizeram a campanha, exacerbou os debates em torno da emancipação escrava nas fileiras do Exército, chegando às Câmaras de Deputados e Senado, às Associações Libertadoras que se reproduziam na Corte e nas Províncias, aos Ministérios, ao Imperador, situação essa frequentemente denunciada pela imprensa de modo geral e, em particular, nos jornais controlados pelo Partido Liberal.

⁵³³ APEB. Correspondência do Ministério da Guerra em 7 de fevereiro de 1867, ao presidente de província da Bahia, maço 830.

A imprensa, que tanto noticiou e analisou aspectos diversos sobre a guerra contra o Paraguai, desde o seu início, atacando o governo, elogiando e tecendo críticas aos ministérios imperiais e às ações de seus comandantes à frente das batalhas, não deixou de denunciar histórias de soldados que, reconhecidos pelos seus antigos senhores, foram recapturados e reconduzidos ao cativeiro.

A imprensa liberal, em particular, envolvida com a campanha abolicionista, imprimiu em suas páginas denúncias de sofrimentos e humilhações vividas por soldados reconduzidos à condição de cativos. Assim, dirigia ataques aos conservadores no poder e aos senhores escravistas, como também ao governo imperial, tratando de imprimir uma campanha pela liberdade de escravos que serviram na guerra e, conseqüentemente, agitando a campanha abolicionista.

O jornal *Opinião Liberal*, destacando-se por relatar histórias de escravos que foram para a Guerra em troca da liberdade e que acabaram por retornar à escravidão, declarou-se em maio de 1870 como órgão de imprensa antiescravista. Esse órgão informativo propalou que toda a imprensa da cidade e das províncias, “sem distinção de crenças políticas, tem aplaudido e animado a propaganda civilizadora contra a escravidão”.⁵³⁴ E ainda ditava medidas contra a escravidão:

bastasse que todos os jornais, diários ou periódicos, desta corte e das províncias, recusem publicar em suas colunas, arrematações, alugueis; quaisquer anúncios ou editais tendentes a auxiliar esse horrível comércio de carne humana, e bem assim os anúncios para apreensão de escravos fugidos.⁵³⁵

Em pequenos artigos ou em histórias narradas no calor das disputas políticas, afloravam em suas páginas, lidas na Corte e nas províncias, notícias dessa natureza. Procuravam freqüentemente, junto com seus informantes, subsídios que apontassem para a prática de recondução ao cativeiro de alguns soldados que fizeram a campanha.

João Fernandes Barcellos, voluntário da pátria, que seria vendido em hasta pública, ganhou as páginas dos jornais da época e também aparece na documentação oficial. A história do negro João comoveu pelo duplo infortúnio, o cativeiro e a invalidez. O *Opinião*

⁵³⁴ BNRJ. Jornal *Opinião Liberal*, Rio de Janeiro, 21 maio 1870.

⁵³⁵ Idem, *ibidem*.

Liberal iniciou a narrativa apresentando aos leitores o quadro de sofrimentos e torturas pelos quais passou o servidor da pátria, em recompensa pela glória do país. Durante a batalha do Estabelecimento, foi ferido na perna e gravemente no ventre por um tiro de metralha: “caiu ainda mordendo o cartucho!”.⁵³⁶ Obteve sua baixa do serviço do Exército por incapacidade física e recebeu ordens de regressar para o Brasil, e por não apresentar a ordem na ocasião do embarque, demorou-se em Agustura, embarcando finalmente no transporte Bonifácio para a Corte.

João, crioulo, era natural de Santa Maria da Boca do Monte, no Rio Grande do Sul, e escravo do Dr. Barcellos, residente em Porto Alegre. Quando rebentou a Guerra do Paraguai, alistara-se no 12º Batalhão da Cavalaria, marchando para a campanha. Depois da reconquista de Uruguaiana, fora transferido para o 4º Corpo de Caçadores a Cavalo, sob as ordens do general Andrade Neves, recebendo ainda em território brasileiro as divisas de cabo de esquadra.

No seu desembarque no Rio de Janeiro, João Barcelos foi detido por não apresentar guia que comprovasse a sua baixa do Exército, vale dizer, o que aconteceu a muitos soldados na mesma condição. Ficou detido por três dias na fortaleza de Villegaignon, e por ordens da Polícia da Corte foi recolhido para o Asilo de Mendigos, onde permaneceu por cinco dias. Durante esse tempo esteve no “tronco, sofreu castigos de açoites”. Foi preso como se fosse escravo de Joaquim José de Oliveira e recolhido à Casa de Detenção com o nome de Antônio, permanecendo na prisão por sete meses. Por não ter sido reclamado dentro do prazo estabelecido pelo decreto de 14 de fevereiro de 1857, João Fernandes Barcelos foi julgado abandonado e posto à disposição do juízo da provedoria, como bem do evento, o que significava que poderia ser vendido em praça pública, na condição de escravo abandonado.

Em junho de 1869, sete meses depois de sua chegada ao Rio de Janeiro, o escravo João foi reconhecido como servidor do Exército por dois empregados do estabelecimento que lutaram com ele nos campos de batalha. Após tomar conhecimento do caso, um dos responsáveis pela Casa de Correção encaminhou os referidos empregados para deporem na polícia. Barcellos foi remetido para o Quartel General, onde, depois de interrogado, foi informado pelo ajudante general que deveria aguardar a solução do seu caso, que estava sob a investigação da polícia. Voltou para a detenção na mesma condição de bem do evento.

⁵³⁶ BNRJ. *Jornal Opinião Liberal*, Rio de Janeiro, 30 abril 1870.

Depois de narrar a trajetória do cabo de esquadra João Fernandes, o jornal *Opinião Liberal* perguntava: Será Barcelos realmente escravo?⁵³⁷

No caso do defensor da pátria Barcellos, além da miséria, da ingratidão de não se remir o escravo (quando fosse) que ajudara salvar-lhe a honra nacional, é o próprio governo quem o escraviza, quem o vende publicamente e remove todas as dívidas a respeito da condição servil do bravo militar.⁵³⁸

Enquanto o processo transcorria e o “bem do evento” já havia principiado a avaliação do escravo foi batizado com o nome de Antônio Crioulo, para ser vendido pelo valor de 400 a 800 mil réis. Quando toda a nação quer a extinção da escravidão, quando os próprios senhores libertam gratuitamente seus escravos, o governo, a polícia da Corte do Sr. Dom Pedro II, o chefe abolicionista, cativa e vende, em haste pública, os livres, os Voluntários da Pátria!⁵³⁹ Não foi possível descobrir qual o fim que teve Antônio Crioulo. Nas páginas dos principais jornais liberais e mesmo de alguns conservadores desaparecem os protestos que trouxeram à tona a sua história, todavia houve outros casos, a partir das novas denúncias que surgiam, com frequência, nos anos posteriores ao final da guerra.

O jornal *Alabama* comparou os infortúnios de um outro defensor da pátria, José Maria, com a situação semelhante ao ocorrido ao de Antônio Crioulo, na Corte: “Já não é somente o desgraçado João Fernandes Barcelos, cabo da esquadra voluntário, que tem que ser vendido como bem do evento, tem mais um companheiro de infortúnio”.⁵⁴⁰ O jornal baiano, reproduzia um artigo do *Opinião Liberal*, dando pistas para localizar mais um escravo em situação de re-escravização, dessa vez depois de concluída a campanha:

Já os nossos leitores têm conhecimento do caso de João Fernandes Barcellos, cabo de esquadra de voluntário, que vai ser vendido como bem do evento por não achar senhor, lucrando assim o estado, pouco mais ou menos, o valor da gratificação que lhe devia pagar como voluntário da pátria.⁵⁴¹

⁵³⁷ BNRJ. Jornal *Opinião Liberal*, Rio de Janeiro, 14 fev. 1870.

⁵³⁸ Idem, *ibidem*.

⁵³⁹ Idem, *ibidem*.

⁵⁴⁰ IGHB. Jornal *Alabama*, Salvador, 21 jun. 1870.

⁵⁴¹ BNRJ. Jornal *Opinião Liberal*, Rio de Janeiro, 4 jun. 1870.

O *Opinião Liberal*, do Rio de Janeiro, e *O Alabama*, da Bahia, descreveram a saga de José Maria. Neste texto, acrescenta-se a documentação do governo, que trouxe à luz a história do escravo, narrada nos autos de averiguação da polícia e correspondências do presidente da província do Rio de Janeiro trocadas com o Ministério da Guerra.

José Maria Joaquim Soares nasceu em 1834, na freguesia de Santana, cidade de Salvador. Assim como sua mãe, Epifania, foi escravo da viúva Tereza de Tal⁵⁴² e, após o falecimento desta, foi enviado por um sujeito de nome Tavares para a Corte e entregue aos cuidados de Bernardino, morador da praia de Dom Manuel, para ser vendido.

Viveu pouco meses na Corte, quando Viana, seu novo proprietário, residente à Rua da Alfândega, o revendeu para Agostinho José do Ouro, residente em Valença, que passou o cativo por título de venda para Francisco Vieira Machado, morador em Massambara, termo de Vassouras, Província do Rio de Janeiro. Por dez anos José Maria foi escravo do major Francisco Vieira Machado, servindo-lhe na fazenda Bela Vista.

José Maria Joaquim Soares, com a idade de 30 anos mais ou menos, exercia o ofício de alfaiate, era analfabeto e solteiro quando fugiu da casa do seu último senhor. Depois de perambular por vários lugares, foi preso como recruta nas proximidades da freguesia de Bom Pastos, província de Minas Gerais, por uma escolta paisana, que o remeteu para Ouro Preto.

Por conselho de um dos homens que compunha a escolta, passou-se como voluntário da pátria para servir no 17º Batalhão de Voluntários, assentando praça com o falso nome de Joaquim Soares do Bonfim.⁵⁴³ Seguiu sob o comando do coronel Enéias para o Mato Grosso, que conduzia, além do 17º de Voluntários, o 21º de Infantaria e o Corpo Policial da província de Minas Gerais, formando uma expedição de 1.300 homens. Atravessou o centro de Minas, o sul de Goiás, assistindo à morte de muitos de seus companheiros, atingidos pela fome e doenças que dizimou mais da metade do batalhão. Foi ainda na campanha condecorado por atos de bravura.

Com o fim da guerra, regressou coberto de flores, comemorado nas festas preparadas pela população da Corte, aquartelando-se com os demais companheiros em São Cristóvão, no Rio de Janeiro, sob o comando do coronel José Maria Borges, sendo

⁵⁴² APERJ. Termo de declaração do preto José Maria Joaquim Soares. Rio de Janeiro, 22 de junho de 1870, lavrado pelo chefe de polícia da província do Rio de Janeiro, João José de Carvalho. Fundo PP, 0069, maço 002, caixa 0024.

⁵⁴³ APERJ. Ofício do Ministro da Guerra, Barão de Muritiba, endereçado ao presidente da província do Rio de Janeiro, José Manuel Câmara, em 11 de junho de 1870. Fundo PP, 0069, Maço 002, caixa 0024.

recepcionado depois em Ouro Preto. Com a dissolução do batalhão, regressou para a cidade do Rio de Janeiro.

Trouxe no peito três medalhas quando voltou da campanha, atestando sua bravura. A liberdade, prerrogativa do decreto imperial, conquistada pelos serviços prestados à pátria, e as honrarias concedidas para os heróis de nada lhe valeram. Na estação de Entre Rios, no Rio de Janeiro, o voluntário José Maria foi retido por Antônio, que, a pretexto, de protegê-lo iludiu o servidor da pátria entregando-o ao filho do major Francisco Vieira, para que fosse conduzido à residência do seu senhor, a quem havia prestado serviços antes de ser recrutado.

Para que não se evadisse, José Maria foi posto em prisão domiciliar sob a alegação de que seria verificado se havia servido na guerra como voluntário da pátria, a pretexto de que fosse requerida indenização junto ao governo imperial. Alegando ter tido a sua documentação furtada na estalagem em que pernitoou durante a viagem, não pôde comprovar a sua condição de voluntário.

“Para que servem este três comendas com que premiaram o valor do infeliz, se com elas no peito, ele pode amanhã ser surrado?”⁵⁴⁴ Sobre seu regresso para o cativeiro, a folha baiana *O Alabama* escreveu: “o bravo condecorado, o herói a quem o imperador, por intermédio de seu comandante abraçou o guerreiro que recebeu vivas e flores à sua chegada, está em ferros, no tronco, como paga de seus serviços!”⁵⁴⁵

A re-escravização de José Maria causou indignação na imprensa liberal. Dizia ela que as medalhas que o Imperador havia mandado colocar no peito do bravo nenhuma importância mereciam: “Elas atestam, sim, a gratidão do imperador, essa gratidão bragantina, que não satisfaz e antes comprime a alma do agraciado”.⁵⁴⁶

A folha liberal *A Reforma*, publicada na Corte, em sua edição de 10 de julho de 1870, quando se comemorava a festa pelas vitórias alcançadas no Paraguai, denunciava “o fato vergonhoso de voltarem ao cativeiro alguns voluntários da pátria, que haviam concorrido para a desafronta nacional”. Dizia também que o governo “contestou pela imprensa, e não quis prevenir o castigo aviltante dos açoites com que foi recompensado mais de um deles”.

O caso de José Maria teve repercussão no Senado, e o senador Furtado pediu esclarecimentos ao Ministro da Guerra sobre a recondução de José Maria ao cativeiro,

⁵⁴⁴ IGHB. Jornal *O Alabama*, Salvador, 21de jun. 1870.

⁵⁴⁵ Idem, ibidem.

⁵⁴⁶ BNRJ. Jornal. *Opinião Liberal*, Rio de Janeiro, 4 de jun. 1870.

questionando se era verídico que o Ministério não dispunha de recursos para adquirir a liberdade do escravo, e ainda se o ministro estaria disposto a recorrer ao legislativo para afiançar a alforria do escravo.⁵⁴⁷

Outro caso divulgado na imprensa foi o do voluntário da pátria Joaquim Soares do Bomfim preso como escravo. O presidente da Província do Rio de Janeiro recomendou ao ministro da Guerra, em Aviso de 10 de junho de 1870, a investigação do ocorrido e que, sendo “exata” a notícia, fosse posto o escravo em liberdade, devendo o Sr. Machado apresentar título de propriedade e demais documentos para que fosse indenizado.

No dia 11 de junho, foi a vez do Chefe de Polícia da Corte solicitar averiguação dos fatos pela delegacia do termo da Parnaíba do Sul, que admitiu ser verdadeiro o aprisionamento, na casa do senhor Francisco Vieira Machado, de um escravo que era reivindicado como sua posse, depois de evadir-se do seu domínio fazia mais de cinco anos.⁵⁴⁸ A fim de proceder ao auto de recolhimento e identidade, em 22 de junho de 1870, o voluntário da pátria escravizado foi conduzido até a Polícia de Niterói para ser interrogado. Respondeu às perguntas do chefe de Polícia, Carneiro de Campos, informando de imediato chamar-se José Maria Joaquim Soares, pois nos jornais sua verdadeira identidade até então era desconhecida.

A história contata pelo próprio José Maria, embora sob a condição de réu, humilhado, ressentido e sob pressão de um interrogatório, confirmou os fatos colhidos pelas autoridades policiais e evidenciar algumas distorções apresentadas pelos jornais, como o de ter sido “posto a ferros e castigado pelo seu senhor”, acontecimento desmentido por José Maria.

Voltando ao jornal *Opinião Liberal*, porque nele existe a informação de que o fazendeiro Francisco Vieira, “desejando respeitar essas medalhas”, propôs ao Ministro da Guerra, Sr. Muritiba, uma indenização para a liberdade do escravo, o periódico afirmou que, porém, negou-se a isto, dizendo “não haver dinheiro!” Encerrava o artigo:

Não há dinheiro para dar-se a liberdade a um homem que defendeu com tanto denodo a bandeira nacional, e a quem deram condecorações; mas há

⁵⁴⁷ Pronunciamento do Senador Furtado na sessão de 9 de junho de 1870. Anais do Senado Federal, v. 1, p. 120.

⁵⁴⁸ APERJ. Ofício da delegacia de policia do Termo da Parnaíba do Sul endereçado ao chefe de polícia da Província do Rio de Janeiro, Antonio Carneiro de Campos, 11 de junho de 1870. PP, 0069, maço 002, caixa 0024.

dinheiro para esbanjar-se com a companhia italiana em ostentação destas vitórias alcançadas por este escravo!⁵⁴⁹

Essa informação não pôde ser confirmada pela documentação oficial consultada, que tem data posterior à publicação da crônica da *Opinião Liberal*. Nela não encontramos uma negativa por falta de dinheiro, mas o pedido de investigação sobre a passagem do escravo pelo corpo de voluntários. Embora o empenho do presidente da província e de seu Ministro, assim como a repercussão no Senado e na imprensa, muito provavelmente tenha garantido a liberdade do soldado José Maria, todavia o resultado de seu processo ficou na pasta do esquecimento.

Sobre a contradição de o Brasil ter libertado os escravos no Paraguai, a imprensa criticava o governo imperial:

É pena que sua alteza, que tanto se condeou dos indivíduos que no Paraguai encontrou dizendo ser escravo de outros, não tem ainda encontrado no Brasil, sua chácara, heróis libertadores do Paraguai sob o chicote do escravo e exposto em hasta publica como bem sem dono.⁵⁵⁰

Ainda comentava o *Opinião Liberal* que, no país em que o imperador imagina festas como pretexto para “derramar” por entre os artistas estrangeiros 200 mil réis retirados “clandestinamente” do tesouro público, se não haveria dois contos de réis para dar a liberdade a um homem que derramou seu sangue pela honra da pátria.⁵⁵¹

Na mesma época um outro caso era averiguado pelo delegado de polícia Caetano da Rocha, da cidade de Campos, para que fosse remetido o resultado da investigação ao chefe de polícia na Corte. O ex-voluntário da pátria Antônio Ferreira da Silva fora preso naquela cidade com o suposto nome de Luiz Augusto da Fonseca e era reclamado como escravo de Carlos Freire Villalba Alvim. Feito o interrogatório, o pardo Luiz apresentou sua baixa como tendo servido na guerra do Paraguai, com o nome de Antônio Ferreira da Silva. Na averiguação ficou provado que Luiz de fato serviu no Batalhão 23º de Voluntários,

⁵⁴⁹ BNRJ. Jornal *Opinião Liberal*, Rio de Janeiro, 4 jun. 1870.

⁵⁵⁰ Idem, ibidem.

⁵⁵¹ Idem, ibidem. Refere-se às despesas de 200 contos de réis com a preparação dos festejos oficiais pela terminação da guerra do Paraguai na data de 10 de julho de 1870.

sendo tudo afiançado pelo tenente Moraes e pelo praça Virgílio, que o reconheceram logo que o viram.

Diferente do sucedido com José Maria, respeitando o decreto imperial, o qual dizia que não devia voltar à escravidão o indivíduo de condição servil que fizesse parte do exército ou armada na guerra, mesmo tendo ocultado sua verdadeira condição, o delegado Caetano da Rocha mandou que o ex-voluntário ficasse em liberdade. Entretanto, Carlos Alvim promoveu uma justificação ao juiz municipal, e com isso o chefe de polícia na Corte pediu ao delegado de Campos que remetesse Luiz para o Rio de Janeiro para averiguação da denúncia: “Tenho a informar a V. Excia. que não é possível fazê-lo em consequência dele não ter sido encontrado”.⁵⁵²

Depois de ter recebido mais dois ofícios com o pedido de informações sobre o dito ex-voluntário Luiz, o delegado de Campos tornou a responder ao chefe de polícia da Corte, “encarregando o comandante do destacamento a proceder algumas diligências na região”, obtendo como resposta que, depois do interrogatório a que foi submetido, Luiz havia desaparecido.

Desde o começo da guerra, o jornal *O Alabama*, que circulava em Salvador, na Bahia, anunciava os males da escravidão, propondo o alistamento de cativos para a guerra. Procurava criticar a atitude do governo imperial, com o objetivo de provocar um sentimento de comoção na população acerca da abolição da escravidão no Brasil:

As ruas estão cheias de homens robustos, decididos, animados, indignados das barbáries de Lopez, mas proibidos de marcharem, porque além da pátria, tem um senhor, acima dos estímulos da natureza e da honra, esta o prejuízo de uma sociedade rotineira!”⁵⁵³

O jornal *O Alabama* que outrora propusera a libertação de escravos para a guerra, mantinha a sua defesa abolicionista ainda em 1870 e deu publicidade ao caso do escravo Simão, e novamente referindo-se à história de José Maria, escreveu: “Não é só na Corte e em Minas que os Voluntários da Pátria de volta do campo da honra são amarrados como

⁵⁵²APERJ. Ofício do delegado de Polícia da cidade de Campos, endereçado ao chefe de Polícia do Rio de Janeiro. Campos, 25 de outubro de 1870. PP, 0069, maço 002, caixa 0024.

⁵⁵³IGHB. Jornal *O Alabama*, Salvador, 17 ago. 1865.

escravos fugidos; também na Bahia, um bravo que defendeu com glória a dignidade desse país, é preso, amarrado e perseguido.”⁵⁵⁴

Simão, crioulo, natural de Maragojipe, foi escravo de Manoel Anselmo, que o cedeu por dívidas ao Coronel Tintas. Residia na cidade de Nazaré, onde exercia a ocupação de cozinheiro. Rompendo a guerra do Paraguai, Simão foi alistar-se no batalhão Princesa Leopoldina, com o nome falso de José Félix. Durante a organização do batalhão, quando andava pela cidade com a farda de voluntário, “ninguém se lembrou de apontar a sua condição de cativo, nem o governo de então ter escrúpulo em aceitá-lo nas fileiras dos defensores da pátria, sem primeiro reconhecer a sua identidade”.⁵⁵⁵

O batalhão marchou para a guerra, e José Felix foi um herói, “como foram em sua totalidade os homens de cor preta”, completa *O Alabama*. Terminada a guerra, José Felix, ou melhor, Simão, regressou à Bahia, fazendo parte do 40º de Voluntários. Dissolvido aquele batalhão, empregou-se como cozinheiro de um vapor que se achava em concerto em Itapajipe. No dia 16 de junho de 1870, Simão foi preso, amarrado dentro do vapor por diversos indivíduos. Neste estado aviltante ele permaneceu até a chegada do subdelegado da Penha, que mandou tirar-lhe as cordas.

Exigindo o subdelegado provas do cativo de Simão, o encarregado da captura pediu que o escravo permanecesse detido por alguns dias, para que pudesse exhibir os documentos necessários. Nesse tempo, o prisioneiro declarou que queria sua transferência para a prisão pública, o que foi deferido pela autoridade policial. Simão foi, então, escoltado para o presídio, mas conseguiu evadir-se quando chegava à Baixa dos Sapateiros. Na sequência da narrativa, o jornal *O Alabama* fez previsões pessimistas para Simão: “Hoje ou amanhã será indubitavelmente preso, encarcerado, torturado talvez, vendido num látego inflamante do senhor que lhe compensará a desobediência de ir defender os brios ultrajados da nação e essa ingrata pátria verá tudo isso indiferente!”⁵⁵⁶

Teria Simão conhecimento de outros ex-voluntários que em circunstâncias parecidas retornaram ao cativo? A burocracia do governo imperial, exigindo documentos aos senhores reclamantes e consultas aos arquivos militares dos batalhões, muitos deles extraviados, ou ainda, no Paraguai, os interrogatórios dos envolvidos, arrolamentos de testemunhas, demandava até anos para que ficasse provada a participação do cativo na

⁵⁵⁴ IGHB. Jornal *O Alabama*, Salvador, 21 jun. 1870.

⁵⁵⁵ Idem, *ibidem*.

⁵⁵⁶ Idem, *ibidem*.

campanha e, conseqüentemente, teriam de aguardar na prisão o fim das averiguações e dos processos.

Assim, é muito provável que Luiz, em Campos, e Simão, na Bahia, acostumados à liberdade durante a guerra, uma vez esta terminada, desacreditados e ressentidos com o governo, percebiam que a fuga empreendida tantas outras vezes era ainda a única maneira de lhes assegurar a liberdade.

Examinando a documentação do Arquivo Nacional é possível ter uma ideia de como se procedia à indenização do proprietário de um escravo que serviu na Guerra do Paraguai. O processo começava com o requerimento do escravista, que subia ao imperador e seus ministros, depois seguia o pedido de prisão do suspeito de ser escravo, para que este não se evadisse e, por último, o requerimento pedia a indenização, que era analisada pelo Conselho Superior Militar, o qual despachava o parecer ao ministério da Guerra, que finalmente o encaminhava à Fazenda para a realização do pagamento.

Dessa forma, o ministro da Guerra ordenou que fosse pago a Plácido Antônio Barreiras a quantia de quatrocentos mil réis (4:000\$000) e a Antônio Augusto Dalto de Souza a de seis contos de réis (6:000\$000), em apólices da dívida pública à cotação oficial, importância pela qual foram libertados para servirem no Exército os escravos de nome Dionízio, Jorge, Francisco, Romão e Gabriel,⁵⁵⁷ quase dois anos depois de efetuarem a libertação aos cativos para irem à guerra.

A história do escravo Sebastião chama atenção por tratar-se de uma negociação feita no curso da guerra, no Paraguai, envolvendo diretamente Duque de Caxias e o ministro da Guerra. Sebastião, o escravo fugido de Maria Quitéria e de seus filhos, residente em Bagé, província do Rio Grande do Sul, fugiu para Uruguaiana, onde se alistou como livre, em um batalhão que marchava para o Paraguai.

Passados alguns anos, o tenente Alexandre de Oliveira Martins reconheceu nos campos de batalhas o escravo como propriedade de sua família, fato que ficou confirmado pelo próprio Sebastião. Após o reconhecimento do escravo, Duque de Caxias ordenou que lhe fosse assentado praça e, em seguida, oficiou ao governo para que fosse pago aos senhores o valor do referido escravo. Depois da retirada de Duque de Caxias da campanha, o Conde D'Eu também reiterou a mesma solicitação.

Em resposta ao ofício, o ministro da Guerra, Barão de Muritiba, exigiu a comprovação de posse do escravo. Passados mais de seis meses, o ministro da Guerra,

⁵⁵⁷ ANRJ. Ofício do Ministério da Guerra endereçado ao Ministério da Marinha. Rio de Janeiro, 1º de maio de 1868. Fundo GIFL, Notação 199.

através de despacho, segundo a *Opinião Liberal*,⁵⁵⁸ informa ainda que não pagasse pelo escravo Sebastião, alegando uma série de motivos, como não reconhecer a identidade do escravo, ou ainda, que seus reclamantes perderam o direito sobre ele, quando o mesmo transpôs a República Oriental, ou finalmente que o general em comando não poderia assentar praça a um escravo.

Todas essas histórias contadas em fragmentos inserem-se em um contexto de mudanças ocorridas durante a campanha contra o Paraguai, e agravadas no período posterior ao seu término. Aos escravos e libertos coube protestar com os demais soldados que reivindicavam soldos, terras, indenizações, empregos e liberdade. Estavam juntos escravos fugidos e alforriados para a guerra, homens empobrecidos e outros da elite como Dionísio Cerqueira, provocando a Guerra do Paraguai, aproximando brasileiros das mais distantes províncias do Império, de raças e classes sociais distintas, mas de grande importância para a formação da nação brasileira. Muitos desses homens estiveram unidos por laços de solidariedade e dependência e, de volta para casa, tornaram-se críticos contundentes da sociedade imperial e adeptos da abolição da escravidão, encontrando, de volta, outros tantos homens de cor sedentos por liberdade e brasileiros empobrecidos em profunda desigualdade social.

Pode-se afirmar que a Guerra do Paraguai produziu sentimentos de brasilidade entre o povo e novas ideias a respeito da liberdade. Novas ideias que passam a balançar os pilares do Império e que, percebidas e apropriadas como parte de um novo projeto político do Brasil, fizeram da proclamação da república uma questão de tempo. Todavia, antecipando-se à vitória daqueles que a conduziram, proclamaram a abolição da escravidão.

Assim, diante de uma guerra para a qual foi preciso articular setores diferentes de uma mesma sociedade, é possível investigar a campanha contra o Paraguai não somente nas suas razões políticas mais gerais, mas através da compreensão de aspectos peculiares e localizados, pode-se perceber as mudanças decorrentes da mobilização e formação de tropas que permitiram todo tipo de soldados, inclusive homens de condição escrava.

⁵⁵⁸ BNRJ. Jornal. *Opinião Liberal*, Rio de Janeiro, 15 fev. 1870.



Os Inválidos da Pátria

Subscrição para o Asilo dos Inválidos da Pátria. 1867. Acervo AHN/RJ.

Capítulo VIII

Os Inválidos da Pátria

O número de soldados inválidos em consequência da Guerra do Paraguai não foi contabilizado pelo governo monárquico brasileiro. Os relatórios ministeriais publicados durante e depois da campanha infelizmente não apontam para o número efetivo dos mutilados na campanha. Todavia, as doenças que inutilizaram muitos soldados e a medicina aplicada no tratamento dos feridos permitem supor que o número de vítimas foi elevado. Hordas de mutilados eram vistas nas ruas, quartéis, casas de caridade, sem contar com muitos outros que, longe dos olhos da população, encontravam-se internados no Asilo de Inválidos da Pátria.

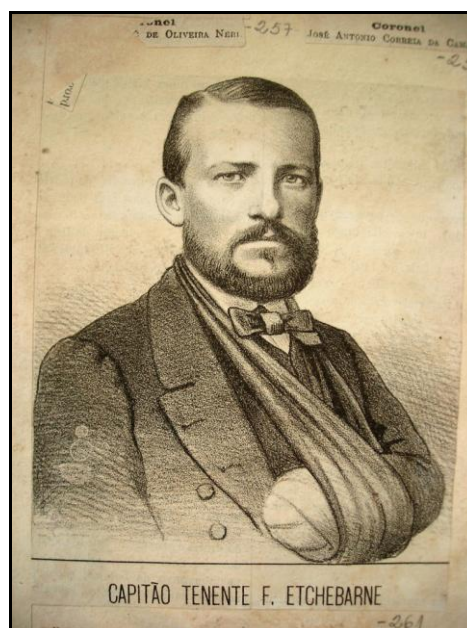
A chegada dos primeiros soldados inutilizados na campanha ocorreu nos primeiros anos da guerra. Todavia, o governo do Brasil, que não esperava uma guerra prolongada em suas fronteiras, não estava preparado para receber grande contingente de doentes, feridos e mutilados. Foram necessários três anos para concluir as obras de edificação do Asilo de Inválidos da Pátria, inaugurando somente no ano de 1868.

Antes da guerra com o Paraguai, o destino dos soldados invalidados no serviço do Exército e da Marinha eram as companhias de inválidos criadas nos quartéis e fortalezas militares, localizadas principalmente nas províncias da Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pará. Normalmente esses soldados eram vistos circulando nas ruas das capitais e exerciam ocupações de acordo com suas limitações físicas.



Três bravos de Paisandu feridos em combate. O tenente Antonio de Campos Mello, do 12º batalhão de infantaria, o alferes Colatino Teixeira de Azevedo, do 6º batalhão de infantaria, e o tenente Manoel Veríssimo da Silva, do 12º batalhão de infantaria. Acervo do MHN/RJ

Durante a guerra, os doentes e feridos permaneceram temporariamente nos hospitais e enfermarias levantados nos acampamentos, até que regressassem às fileiras de seus batalhões ou pudessem ser transportados para o Brasil para a continuação do tratamento. Depois, seguiam para o Rio de Janeiro ou para suas respectivas cidades.



Acervo do AHN/RJ.

Assim, é lícito supor que se tratando de uma guerra na qual a mutilação era uma prática empregada pela medicina de forma recorrente e cujo objetivo era evitar o avanço das infecções que atingiam os feridos, o medo de que as epidemias se alastrassem fez o governo monárquico manter os soldados longe do Brasil. Mas deve-se também apontar o fato de o governo ao se preocupar com o resultado da exposição desses sujeitos ao olhar da população, previa a redução do número de soldados voluntários para a campanha

O DESEMBARQUE DOS INVÁLIDOS

Desde o início das primeiras baixas no Exército brasileiro, o desembarque de doentes e mutilados ocorria primeiro na Cidade do Desterro, capital da província de Santa Catarina. Naquele local funcionou durante toda a campanha um hospital provisório, com o objetivo de amenizar os efeitos da longa viagem entre o Paraguai e a cidade do Rio de Janeiro, garantindo os primeiros socorros aos doentes, antes da chegada à Corte.

Em ofício ao ministro da Guerra, Barão de Muritiba, o presidente da província de Santa Catarina informou sobre a necessidade de ampliação das instalações do hospital provisório na Cidade do Desterro. Era solicitada a criação de seiscentos leitos, para atender ao número crescente de doentes e mutilados vindos da guerra.⁵⁵⁹

No entanto, desde o mês de fevereiro de 1869, a possibilidade alardeada pelos aliados da finalização da guerra fez que o governo brasileiro começasse o embarque para a Corte de grande número de feridos e doentes que se encontravam na província de Santa Catarina. No Rio de Janeiro, esses indivíduos receberiam os cuidados médicos necessários para depois seguirem viagem, tanto os que desejassem retornar às suas províncias, quanto os que fossem recolher-se no Asilo de Inválidos da Pátria – edifício levantado na Corte para aqueles que não possuíam recursos financeiros e nem familiares que pudessem auxiliá-los em seus sofrimentos.

O jornal *A Pátria*, que circulava na cidade do Rio de Janeiro, publicou um artigo noticiando um dos primeiros desembarques de inválidos na Corte. Tratava-se da chegada do vapor Santa Cruz, no dia 31 de março de 1867, vindo do Rio Grande do Sul, trazendo,

⁵⁵⁹ AN/RJ. Correspondência da Província de Santa Catarina. Desterro, 25 de fev.de 1869, ao conselheiro Barão de Muritiba. Série Guerra.

também a bordo, vítimas acometidas pela cólera. Essa informação chegou ao conhecimento da imprensa por meio dos médicos do Exército que acompanhavam os inválidos até o Rio de Janeiro. Os soldados doentes e os inválidos desembarcaram na Fortaleza de Jurujuba, na Baía da Guanabara, em número de noventa, “depois de muita medida desconchavada, desembarcando assim a gente na Jurujuba como uma manada de carneiros vindo do Rio da Prata”.⁵⁶⁰

Em Circular Reservada, de 31 de dezembro de 1869, o ministro da Guerra recomendava ao presidente da província do Rio de Janeiro que no desembarque dos inválidos vindos do Exército em operações no Paraguai fizesse que eles seguissem para suas províncias. O ministro acrescentava que: “se recolham ao seio de suas famílias aqueles que as tiverem, e também para que se obste à aglomeração de praças inválidos e ociosos nas capitais e mais povoações das referidas províncias”.⁵⁶¹ O documento informava também que deveria ser encaminhada ao ministério da Guerra uma relação de todos os praças impossibilitados de ganhar os meios de subsistência, para a admissão no Asilo de Inválidos da Pátria.

A guerra seguia e, em 1867, a imprensa já falava de ressentimentos por parte dos inválidos que regressavam ao país. “A recompensa de um bravo” é o título de um artigo escrito pelo cronista Tristão Júnior, do jornal *A Constituição*. A crônica tratava do encontro de dois amigos: Frederico, Voluntário da Pátria, invalidado na guerra, e Antônio, que foi recepcioná-lo no desembarque. No cais do porto, Antônio esperava rever o amigo entre a horda de soldados doentes e mutilados que regressava dos campos paraguaios. Escreveu o cronista:

- De onde vem esta gente? Perguntou Antônio a um desconhecido.
- São recambiados do sul. Homens inutilizados pela guerra.
- E chegou algum vapor?
- Pois não... eis aí a fazenda que agora importamos.
- Estes inválidos não trazem indenizações dadas pelo governo?
- Qual? Quatro vinténs... e um par de muletas.
- Que miséria, meu Deus!⁵⁶²

⁵⁶⁰ BN/RJ. Jornal *A Pátria*, Niterói, 3 de fev. 1867.

⁵⁶¹ APERJ. Circular Reservada do Ministério da Guerra ao presidente da província do Rio de Janeiro, em 31 de dezembro de 1869, PP, notação 0228.

⁵⁶² BN/RJ. Jornal *A Constituição*, Fortaleza, 11 set. 1867.

Antônio refletiu, imaginando que não encontraria seu amigo Frederico entre essas vítimas:

– Eis a recompensa que se concede aos homens destemidos, bravos e entusiásticos... iludidos, instigados em seus nobres sentimentos porque realmente os têm, deixam-se levar, julgando defender por alguma causa justa, e voltam depois convencidos de que se sacrificaram por um fantasma, se milagrosamente escapam ao matadouro insaciável.⁵⁶³

Antônio avistou Frederico e foi ao seu encontro:

– Frederico!
– Antônio!
– Não morrestes! Ainda é vivo!
– Milagrosamente!
– Oh, meu amigo, a alegria que se apodera de mim é indefinível.
– Diz-me como vai a minha pobre mãe?
Um suspiro profundo. Frederico não era mais o rapaz esbelto de outrora, era aleijado. Duas muletas o sustentavam no andar, porque tinha perdido a perna pelo tronco. Um gilvaz desfigurava-lhe o rosto; a mão esquerda era destituída da metade dos dedos.
– Meu amigo, meu amigo!
Gritou Antônio pondo-lhe para frente. Examinando de alto a baixo...
– Fostes bem desgraçado. Lastimado é teu estado...
– Ah... muitos foram os meus sofrimentos. Hoje estou completamente arrependido do passo que dei. Tinhas razão... tinhas razão.⁵⁶⁴

A intenção da crônica era apresentada nas lástimas de Frederico: o ressentimento marcou o regresso do voluntário invalidado. Sem o reconhecimento do governo imperial pelos serviços prestados à nação, qual seria o destino de Frederico?

– Regressei à terra natal desfigurado, aleijado, sem que ao menos se fizesse uma menção honrosa de meu nome. Graças, sejam dadas à Providência por não ter infamado expelido do exército.
– Tua história – reflexionou Antônio quando Frederico terminou a narrativa de suas desventuras – sirva de exemplo para os incautos.
Saibam todos qual é a recompensa de um bravo!⁵⁶⁵

⁵⁶³ Idem, ibidem.

⁵⁶⁴ Idem, Ibidem.

Ainda não estava finalizada a guerra e a cena descrita pelo cronista do jornal carioca agravava-se pela ausência de comemoração e de reconhecimento aos Voluntários da Pátria invalidados na campanha. Muitos oficiais inválidos, cujas pensões dependiam da aprovação das câmaras esperam pela indenização devida.

Sobre as péssimas condições de vida dos inválidos que não se internaram no asilo provisório na Armação, o jornal *Opinião Liberal* comentou: “Mais infelizes do que estes que se acham no Asilo, são grande número de seus companheiros que o Sr. Ministro em vez de os asilar, fez seguir para as províncias apesar de cegos, mutilados, sem braços ou pernas, a esmolar a caridade pública”.⁵⁶⁶

Descrevendo o desembarque de inválidos no porto da capital da província de Santa Catarina, em 5 de março de 1870, o jornal *Desterro* afirmou que os transeuntes ficaram pasmos ao contemplar uma “porção de homens cadavéricos, sujos e maltrapilhos, que desfilavam tristes e silenciosos pelas ruas desta cidade em demanda ao hospital militar”.⁵⁶⁷

No texto que segue há duas indagações e o narrador aponta que uma revisão no curso da história da Guerra do Paraguai representava um perigo para o Império. O texto que remete a essas indagações tem como ponto de partida a narrativa que trata do desembarque silencioso dos inválidos da pátria. “Um dia, porém, o povo perguntará aos seus opressores – que fizestes do dinheiro que nos arrancastes por meio de onerosíssimos impostos sob o pretexto de sustentar uma sangrenta guerra em desafronta dos brios nacionais?”.⁵⁶⁸

Procurando levantar o questionamento sobre o ressentimento que podia atingir os soldados, o autor da crônica indagou: “Que fizestes do nosso suor que nem ao menos serviu para aliviar os sofrimentos de nossos irmãos, prostrados em terras estranhas, ou pelo ferro inimigo ou pela negra enfermidade, mas sempre com o verbo do sacro amor da pátria nos lábios?”.⁵⁶⁹

Mesmo depois de concluída a campanha, os jornais continuaram denunciando a falta de atenção dispensada pelo governo aos soldados invalidados na guerra, em seu desembarque no Brasil. Ao contrário dos espetáculos patrióticos oferecidos aos demais

⁵⁶⁵ Idem, *ibidem*.

⁵⁶⁶ BN/RJ. Jornal *Opinião Liberal*, Rio de Janeiro, 1º mar. 1869.

⁵⁶⁷ BN/RJ. Jornal *O Desterro*, Desterro, 10 de mar. 1870.

⁵⁶⁸ Idem, *ibidem*.

⁵⁶⁹ Idem, *ibidem*.

soldados no regresso ao país, os desembarques de inválidos eram sempre silenciosos, na maioria das vezes sem qualquer anúncio.

No início da segunda semana do mês de abril de 1870, o navio Annicota aportou na Cidade de Desterro. Após a chegada da embarcação ao trapiche Santa Bárbara, teve início o desembarque dos inválidos. Não havia recepção e nem honras militares. No desembarque, os soldados ajudavam-se uns aos outros: “quem não tinha a perna esquerda, juntava-se a outro em iguais circunstâncias e vinham saltando de Santa Bárbara até o quartel”.⁵⁷⁰ Nem todos resistiram e um deles, ao subir as escadas do trapiche, deixou um rastro de sangue no chão. Não houve nenhuma assistência do governo para o desembarque dos inválidos. Um estrangeiro que passava pelo local, compadecendo-se da situação, carregou seis deles nas costas.⁵⁷¹ O proprietário do Hotel Alfândega ofereceu refeição à tripulação, que passou fome durante a viagem.

Por que o regresso dos inválidos não era comemorado? Antes de terminada a guerra, a imagem de inválidos e doentes nas cidades revelava uma realidade indesejável – não eram eles os heróis que todos esperavam encontrar no desembarque, para ser coroados com as glórias conquistadas nos campos de batalha. O desânimo dos que desembarcavam sem a perna, o braço, cegos, ou com cicatrizes incuráveis formava um quadro terrível e diminuía, assim, o número de novos voluntários para a guerra. Estropiados, esqueléticos, doentes e mutilados, esses soldados estavam mais parecidos com o inimigo do que propriamente com o herói que deveria ser guardado na memória da campanha. “Seminus não pareciam vencedores, e sim os vencidos”.⁵⁷²

A tentativa de evitar qualquer tipo de comemoração não se restringiu ao retorno dos inválidos. No fim da guerra, quando se discutia a chegada dos soldados ao Brasil, o argumento do governo para evitar as festas em homenagem àqueles que fizeram a campanha era a presença dos inválidos na Corte.

Segundo a correspondência do enviado do *Jornal do Comércio* ao Paraguai, publicada em 16 de janeiro de 1870 – quando o alto escalão do ministério discutia a forma como se daria o desembarque das tropas na Corte –, o governo recomendava que os voluntários seguissem para suas províncias. Isso porque a recepção na Corte do Império seria, além de uma despesa injustificável, “um sarcasmo doloroso, uma ironia pingente aos

⁵⁷⁰ BN/RJ. *Jornal Correio Mercantil*, Desterro, 11 abr. 1870.

⁵⁷¹ Idem, *ibidem*.

⁵⁷² Idem, *ibidem*.

miseros inválidos da pátria, que ali estão em seu asilo, feridos, mutilados, inutilizados, para sempre”.⁵⁷³

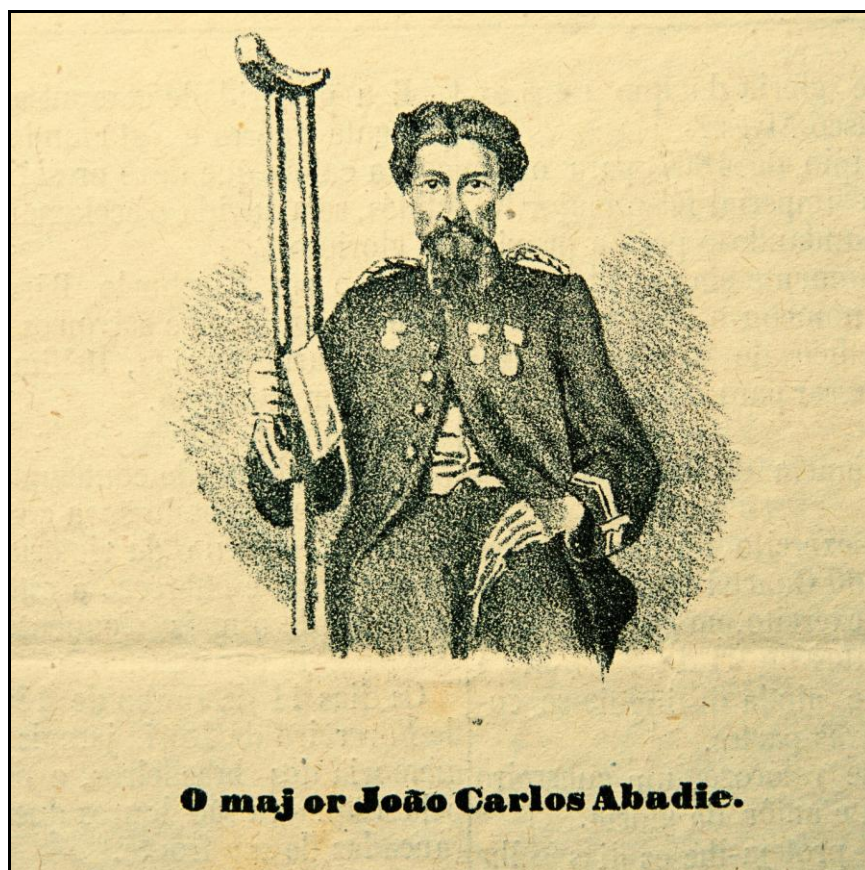
No entanto, o governo não conseguiu fazer valer sua recomendação e, no regresso dos voluntários, as províncias organizaram seus festejos, fazendo que os governantes mudassem de ideia quanto à recepção aos voluntários. Porém, o mesmo não ocorreu com os inválidos, que foram privados não apenas das comemorações, mas também da proteção da Coroa imperial. Os relatos são unânimes em descrever as cenas de desumanidade e de abandono, falta de alimentos e de assistência, no desembarque dos inválidos.

É no contexto da falta de lembranças que podem ser contadas as histórias desses inválidos. A reclusão no asilo seguiu o modelo europeu das instituições totais. E os mutilados, pela sua identidade não nomeada, excluídos, enclausurados ou ressentidos, esconderam-se sob o manto do esquecimento.

Depois da campanha, quando o governo não mais precisou de novos contingentes para a guerra, eram visíveis hordas de mutilados circulando pelas ruas, esmolando, exercendo trabalhos peculiares às suas condições físicas, perambulando entre tabernas, praças e igrejas. Muitos, maldizendo o governo, que os havia abandonado à própria sorte.

A medalha sobre as vestes andrajosas dos indigentes deixava de ser o elo da comemoração e do reconhecimento dos atos de bravura praticados no campo de guerra. A medalha no peito de um mutilado de guerra, ao contrário, indicava o seu extravio, deixava pistas sobre a identidade do seu proprietário, o que era visto como algo perigoso.

⁵⁷³ BN/RJ. *Jornal A Reforma*, Rio de Janeiro, 18 jan. 1870.



Mutilado de Guerra. Acervo do MHN/RJ

Sobre a ausência de festas no regresso dos inválidos ao Brasil, o redator do jornal *Correio Mercantil* escreveu: “Se não há arcos triunfais e nem coroas como prêmios aos beneméritos inválidos da pátria, haja, porém, a caridade em remuneração para tantos serviços que esses míseros prestaram ao país”.⁵⁷⁴ No entanto, em solo brasileiro, mesmo a deportação dos inválidos para os locais improvisados que serviam de asilo era uma barbárie. Foi essa a expressão usada pelo jornal *Opinião Liberal*, quando denunciou em suas páginas o transporte de mutilados para o Quartel da Armação, em Niterói:

Uns incapazes de andar ligeiro por falta de pernas, outros inabilitados de carregar pesos por falta de braços, e todos contristados com banimento do asilo e poucos expeditos no embarcar foram tocados à força. A pessoa que isso nos informa acrescenta que o embarque de Gales para o presídio de Fernando faz-se com mais humanidade e respeito do que aquele embarque de voluntários da pátria, nesta corte de Dom Pedro II.⁵⁷⁵

⁵⁷⁴ BN/RJ. Jornal. *Correio Mercantil*, Desterro, 11 abr. 1870.

⁵⁷⁵ BN/RJ. Jornal *Opinião Liberal*, Rio de Janeiro, 22 jan. 1870.

O ASILO DOS INVÁLIDOS NO QUARTEL DA ARMAÇÃO

Em 1866 era urgente a necessidade de abrigar os inválidos vindos do teatro da guerra. Mais de dois mil soldados viviam na cidade do Rio de Janeiro, sem contar o crescente número de doentes e feridos que permaneciam nos hospitais e acampamentos localizados no território paraguaio. Enquanto era construído o Asilo dos Inválidos da Pátria, na Ilha de Bom Jesus, eles foram alojados no Quartel da Armação, em Niterói, na Fortaleza da Praia Vermelha, no Campo da Aclamação, no Largo do Mouro, onde formavam companhias, cada uma com aproximadamente trezentos inválidos.

As irmãs de caridade que serviam na Santa Casa de Misericórdia auxiliavam na administração do asilo provisório e nos cuidados com os inválidos. No Quartel da Armação havia uma capela, onde eram celebrados ofícios religiosos, especialmente missas fúnebres pelos mortos nos campos de guerra – como a que foi realizada no dia 24 de maio de 1867, em memória dos soldados que lutaram na Batalha do Riachuelo. O Imperador D. Pedro II e cerca de mil internos, soldados e oficiais reformados, assistiram à missa fúnebre.

Privados da liberdade e sem poder retornar às atividades que desempenhavam antes da guerra, os inválidos asilados ressentiam-se da falta de assistência por parte do governo de D. Pedro II – o primeiro “Voluntário da Pátria” que, com seus semanários, visitava quase diariamente o Quartel da Armação e demais estabelecimentos militares onde havia inválidos aquartelados. Essas visitas tinham ampla cobertura da imprensa, que publicava, nos dias seguintes, um resumo do que acontecera. Tudo era anunciado pelos jornais oficiais como um gesto solidário do monarca. Entretanto, em uma pequena nota, o jornal *A Pátria* comentou que a despeito dessas visitas nenhuma medida de efeito prático estava sendo tomada pelo governo para a assistência aos inválidos.⁵⁷⁶

A chegada dos inválidos ao Brasil criou um problema social, para o qual o governo imperial não estava preparado. E para furtar-se do ônus que lhe cabia, o governo transferiu para a administração das províncias a responsabilidade pelos inválidos.

O presidente da província do Rio de Janeiro, em ofício de 3 de maio de 1867, expôs sua preocupação em relação a uma decisão do ministério da Guerra, que determinava que fossem desligados do asilo de inválidos os soldados Epifanio de Menezes Teixeira (furriel), Francisco Ferreira da Silva, (anspeçado), Calisto José Eduardo, José Antonio de Oliveira,

⁵⁷⁶ BN/RJ. Jornal *A Pátria*, Rio de Janeiro, 16 fev. 1867.

João de Mattos Rangel, Francisco Ferreira Leal, Paulino Teixeira de Faria, Manoel Jacinto de Mattos, Francisco Batista Monteiro e Luiz José de Sousa. Esses soldados seriam incorporados ao Corpo Provisório de Polícia da cidade de Niterói para servir, apesar de suas limitações físicas.⁵⁷⁷ Uma simples inspeção de saúde realizada por médicos do Exército era suficiente para comprovar a falta de condições de um soldado mutilado para desempenhar algum tipo de atividade nas fortalezas e nos quartéis da Corte e das províncias.

O vice-presidente da província do Rio de Janeiro contestou a ordem do Ministro da Guerra, o conselheiro João Lustosa Paranaçuá. Antes mesmo de seu antecessor acatar o pedido, alguns desses praças haviam solicitado “a baixa alegando para isso as circunstâncias de acharem-se inutilizados para todo o serviço em consequência de ferimentos recebido no ataque de Curupaití, conforme declarou a junta de saúde, que os inspecionou”.⁵⁷⁸ Nesse caso o vice-presidente alegava ser possível aplicar a disposição do artigo 5º da Lei Provincial n. 1349, de 31 de dezembro de 1866, que só mandava abonar os vencimentos nas situações de moléstias, e não de invalidez.

O presidente da província do Rio de Janeiro terminava o ofício pedindo que fosse reconsiderada a ordem do ministério da Guerra e que fosse mandado admitir os soldados no asilo provisório da Armação para “livrar esta província da mácula de os haverem abandonado na ocasião em que o seu infortúnio mais reclama o amparo da gratidão nacional”.⁵⁷⁹

Para as províncias pareceu impossível arcar com a atribuição proposta pelo governo. Em ofício confidencial, o comandante das armas da Bahia perguntou ao presidente da mesma província: “como poderia utilizar-se de um soldado que possuía uma das pernas mutilada acima do joelho e um braço aleijado?”.⁵⁸⁰ Para as províncias isso implicava uma obrigação social, porque o governo, ao deliberar pela baixa do serviço de um inválido, criava um encargo financeiro e um embaraço moral.

A justificativa do governo, porém, era que, subsistindo as dificuldades que impediam o engajamento de soldados no Corpo Provisório da província do Rio de Janeiro, parecia-lhe possível que a aquisição de praças inválidos aquartelados na Armação pudesse

⁵⁷⁷ AN/RJ. Ofício do Palácio do Governo do Rio de Janeiro ao Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaçuá, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra. Niterói, 7 de junho de 1867 IG1-146 – Série Guerra – Ministério da Guerra – Rio de Janeiro (1866-1870).

⁵⁷⁸ Idem, *ibidem*.

⁵⁷⁹ AN/RJ. Ofício do Palácio do Governo do Rio de Janeiro ao Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaçuá, ministro e secretário de estado dos Negócios da Guerra. Niterói, 7 de junho de 1867 IG1-146 – Série Guerra – Ministério da Guerra – Rio de Janeiro (1866-1870).

⁵⁸⁰ APEBa. Correspondência do comando das armas à presidência da província. 1868. Seção Colonial e Provincial, maço 833.

completar a formação da força policial, e ao mesmo tempo, “ser mais um prêmio a esses beneméritos”.⁵⁸¹ Todavia, no caso da capital da província do Rio de Janeiro, a aproximação entre inválidos, população e corpos de polícia era caracterizada por conflitos. Por fim, no entendimento das autoridades do governo provincial, era preferível manter os inválidos longe da vida cotidiana da cidade.

Na imprensa do Rio de Janeiro periodicamente foram publicadas reclamações a respeito dos distúrbios provocados pelos inválidos que circulavam nas proximidades do Quartel da Armação: “A tranqüilidade, o sossego, a moralidade pública exigem nova ordem, novo método, disciplina eficaz nas funções do Asilo”.⁵⁸² O Quartel da Armação ficava localizado na região central da cidade e, por essa razão, pedia-se a remoção dos inválidos para outro local.

Sabemos que por vezes o governo da província tem solicitado a remoção dos inválidos para outra localidade em que eles sejam mais disciplinados, e úteis a si e à sociedade; sabemos que já até se ofereceu uma proposta aproveitável, a qual, aceita, daria melhor incorporação a esse pessoal, e aproveitaria bem a atividade moderada, em trabalho, dos mesmos inválidos: mas infelizmente sabemos também que essa proposta foi repelida por alto poder.⁵⁸³

O jornal *A Pátria*, de Niterói, dizia que a população vivia sobressaltada porque não havia dia sem que “dezenas de inválidos, que andavam à noite em correria animada pelas ruas e praças da cidade” provocassem arruaças – “inconveniente que atingia maiores proporções nos domingos e dias santos”.⁵⁸⁴

A população dirigia suas reclamações aos comandantes do asilo, por entender que eram eles os responsáveis pela indisciplina de seus subordinados. Todavia, houve a “necessidade de fazer justiça a essa oficialidade e ao comandante, porque começou a ver que a sua autoridade não era devidamente respeitada pelos inválidos”.⁵⁸⁵ Isso, “graças à animação que do alto se dá aos inválidos, tirando-se inteiramente a força moral

⁵⁸¹ AN/RJ. Ofício do Ministério da Guerra ao secretário de polícia da província do Rio de Janeiro, Antônio Carneiro de Campos. Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1867. IG1-146 – Série Guerra – Ministério da Guerra – Rio de Janeiro (1866-1870).

⁵⁸² BN/RJ. Jornal *A Pátria*, Niterói, 24 mar. 1868.

⁵⁸³ Idem, *Ibidem*.

⁵⁸⁴ Idem, *ibidem*.

⁵⁸⁵ Idem, *ibidem*.

indispensável a essa autoridade”.⁵⁸⁶ O texto referia-se aos pedidos de desculpas e de tolerância por parte da Secretaria de Guerra, que prometia o desaparecimento das convulsões assim que fossem abertas as portas do asilo que estava sendo construído na Ilha de Bom Jesus para receber os inválidos.

Em “Lembranças e esquecimentos”, título atribuído a uma crônica do *Diário de Notícias*, o autor descreveu, em 19 de março de 1868, um jantar ocorrido no Asilo da Armação, oferecido pelos inválidos ao Imperador. Em torno da mesa estavam sentados os inválidos da pátria “radiantes de júbilo, deslembrando as privações passadas, as dores sofridas, o sangue vertido, e julgando sobejamente galardoados seus sacrifícios com a glória de sentar-se a uma mesa, presidida pelo Defensor Perpétuo da Pátria”.⁵⁸⁷

“Era belo, era sublime aquele espetáculo!” exclamou o cronista. “Eram duas majestades, a da realeza e a do infortúnio, que se achavam ali reunidas e congoçadas pelo benéfico influxo do amor da pátria!”.⁵⁸⁸ Entre aquelas fardas singelas, reluziam pendentes no peito dos combatentes medalhas comemorativas de sangrentas batalhas, contrastando com os bordados da farda imperial, “sob a qual pulsava o coração de um pai extremo a expandir-se em palavras de afetuosa benevolência para com os filhos”.⁵⁸⁹

O monarca passou algumas horas de alegria e conforto. Os inválidos não puderam dominar a comoção que os avassalava e “deixaram deslizar-se pelas faces crestadas ao sol das batalhas, lágrimas ardentes de respeitoso e entranhado reconhecimento. Esta cena, de que não dão nem descorada idéia, as frases que hora traço, deve ser perpetuada em quadro histórico”.⁵⁹⁰ No fim do artigo, o cronista sugeriu ao ministro da Guerra que a cena do jantar, descrita no artigo, fosse retratada em uma tela, uma recordação da visita de Sua Majestade o Imperador ao Asilo dos Inválidos da Pátria.

Dessa situação descrita pelos jornais oficiais do governo, pareceram se valer os inválidos para praticar todo tipo de abuso e alteração no cotidiano da população de Niterói, assim como na cidade do Rio de Janeiro. A bênção do Imperador era interpretada por muitos desses inválidos como a autorização para a prática de delitos, pois, além de se invalidarem no serviço da pátria, contavam com a benevolência do monarca e de seu governo. Finalmente, no dia 15 de outubro de 1868, os inválidos que ocupavam o Quartel

⁵⁸⁶ Idem, *ibidem*.

⁵⁸⁷ BN/RJ. *Jornal Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1868.

⁵⁸⁸ Idem, *ibidem*.

⁵⁸⁹ Idem, *ibidem*.

⁵⁹⁰ Idem, *ibidem*.

da Armação foram transferidos para o Asilo dos Inválidos da Pátria construído na Ilha de Bom Jesus, no Rio de Janeiro.

O ASILO DOS INVÁLIDOS DA PÁTRIA NA ILHA DE BOM JESUS

O Asilo dos Inválidos da Pátria foi concebido para recolhimento dos mutilados, doentes e reformados do Exército, a partir da Guerra do Paraguai.⁵⁹¹ Desde 1866, o ministro da Guerra, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, recomendava ao governo imperial, conforme o *Relatório à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário do Exército do Estado dos Negócios da Guerra*, de março de 1867, a conveniência de se construir um asilo de inválidos. Em seu entendimento, em liberdade os inválidos “entregam-se ao vício da mendicância e outros semelhantes, em suas moléstias não encontram, muitas vezes, um teto hospitaleiro que os abrigasse”.⁵⁹² O documento prossegue afirmando que nos lugares onde não havia instituições de caridade os desvalidos morriam “quase sempre, sem ter quem lhes cerre as pálpebras e sem ter quem lhes conforte na agonia prestando-lhes os últimos socorros”.⁵⁹³

A construção do asilo ocorreu pela iniciativa da Praça do Comércio do Rio de Janeiro. Essa entidade, imbuída de ideais filantrópicos, deliberou auxiliar o governo na edificação do asilo de inválidos. Em reunião dos membros, no dia 25 de fevereiro de 1865, decidiu-se pela abertura de uma subscrição pública, cujo produto seria empregado na construção do edifício que serviria de asilo, na Corte.⁵⁹⁴

⁵⁹¹ Embora o decreto para a criação de estabelecimento similar seja de 1º de setembro de 1841, providenciou sobre o destino da manutenção dos praças no serviço da guerra, dispondo: “1º Que aqueles que se invalidarem no serviço quer da paz quer da campanha sentarão praça com a designação de veteranos nas companhias mais próximas da terra de sua nacionalidade ou/e por escolha de sua residência, permitindo-se à passagem aos que já pertenceram a outras companhias mais distantes. 2º Que às mesmas praças se permita a escolha da residência nas suas próprias casas, no quartel da respectiva companhia, ficando em um ou outro caso dispensado de todo e qualquer serviço e somente sujeito às revistas trimestrais. O aviso de 3 de junho de 1841 mandou organizar em Santa Catarina uma Companhia de Inválidos; e o de 9 de agosto de 1849 estabeleceu outra no Rio Grande do Sul. Além dessas companhias há uma na Bahia e outra nesta corte. Todas elas, porém, estão muito longe, porém, de preencher o nobre fim de sua instituição”. Ver AHRS. Relatório à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário do Exército do Estado dos Negócios da Guerra, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, em 14 de novembro de 1866. Rio de Janeiro, - Cód. B-3 232, p. 25.

⁵⁹² Idem, ibidem.

⁵⁹³ Idem, ibidem.

⁵⁹⁴ Ver GOMES, Marcelo Augusto Moraes. *A Espuma das Províncias - um estudo sobre os Inválidos da Pátria e o Asilo dos Inválidos da Pátria, na Corte (1864-1930)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP. Tese de Doutorado, 2008.

Para os trabalhos de captação dos recursos necessários, foi organizada uma sociedade com o nome Asilo de Inválidos da Pátria, com sede na capital do Império, sob a proteção do Imperador D. Pedro II. Por Decreto Imperial, de 15 de dezembro de 1866, foi nomeado José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho presidente da sociedade.

Ficou estabelecida a construção do asilo na Ilha de Bom Jesus,⁵⁹⁵ porque tratava-se de uma localidade antes de mais nada “sem moradores, mas onde encontrarão [os inválidos] facilidade de se transportarem para a cidade ou regressarem para a mesma ilha”.⁵⁹⁶ De acordo com o relatório apresentado pelo ministro e secretário do Exército do Estado dos Negócios da Guerra, seis fatores eram favoráveis para a construção do asilo na Ilha de Bom Jesus: o isolamento das habitações vizinhas; o terreno elevado e seco que por sua natureza favorecia o escoamento das águas pluviais; a exposição, por todos os lados, aos raios solares, quer de verão, quer de inverno; não ter em sua vizinhança depósito e fábricas de materiais vegetais ou animais; ser ventilada, assim não devendo influir os miasmas da vizinhança; e, finalmente, ter água potável em quantidade suficiente.⁵⁹⁷

Os critérios adotados para a construção do asilo remetem à ideia de reclusão dos praças e à necessidade de manter os inválidos longe do povo. Assim, seria possível pôr fim aos distúrbios verificados na cidade de Niterói, denunciados pela imprensa carioca como consequência da proximidade dos inválidos com o centro urbano. Mas deve-se também considerar que o perigo para o Império era o da revelação de uma identidade não nomeada. A visão das falanges de inválidos, com os corpos desfigurados e as chagas abertas, era a imagem real da crueldade da guerra.

Com um olhar mais atento, percebe-se que se tratava de uma guerra só possível de ser imaginada pelos leitores dos jornais, porque acontecia distante do território brasileiro. Em uma re(visão), transita-se da comemoração para o ressentimento. A visibilidade dos mutilados suscita reflexões sobre: o ônus da guerra, a inutilização dos corpos, a reivindicação de pensões por invalidez e os bastidores do poder. Fatalmente, em algum momento, o prolongamento da campanha iria colocar esses infelizes heróis mutilados e

⁵⁹⁵ A ilha pertenceu à Ordem Religiosa de Santo Antônio dessa Corte, mas por um contrato celebrado com o agente oficial da colonização foi cedida para o depósito dos colonos, por algum tempo, mediante certa indenização ao ministério da Agricultura, que a cedeu ao ministério da Guerra. Cf. Relatório à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário do Exército do Estado dos Negócios da Guerra, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, em 14 de novembro de 1866. Rio de Janeiro, AHRs - Cód. B-3 232, p. 25.

⁵⁹⁶ Idem, p. 43.

⁵⁹⁷ Idem, *ibidem*.

doentes de frente com a população, que manifestaria sua revolta diante da situação, obrigando o governo a adotar medidas para conter tais tragédias.

Re(visões) se fizeram presentes no curso da história da humanidade, quando acreditava-se que massacres, torturas e guerras eram páginas esquecidas, apagadas da memória coletiva. A Guerra do Paraguai não poderia figurar como uma exceção. Já no final da campanha, entre comemorações e esquecimentos, sentimentos se entrelaçavam. Então, por que esquecer os mutilados? Essa pergunta, difícil de ser respondida, permite apenas suposições. Com o passar dos anos, a guerra tornava-se impopular, principalmente por ter o recrutamento para o Exército se convertido em uma arma partidária, que voltava sua ação contra os cidadãos contrários à facção política no poder. Muitos dos indivíduos mutilados na campanha, além de se converterem em uma imagem repugnante pela identidade que representavam como inválidos da guerra eram também adversários políticos do partido que estava no poder e ameaçavam a continuidade do governo.

Nesse contexto, em 21 de abril de 1867 foi regulamentado o funcionamento do Asilo dos Inválidos da Pátria, na Ilha de Bom Jesus. Pela leitura das Instruções para o Serviço dos Inválidos⁵⁹⁸ pode-se perceber que se tratava de um estabelecimento militar. O artigo 8º determinava que o asilo estava sujeito ao regime e à disciplina militares, e seus funcionários teriam obrigações e vencimentos iguais aos dos demais batalhões do Exército.

No asilo seriam admitidos praças do Exército que se invalidaram na campanha do Paraguai e também soldados doentes, mutilados no desempenho do serviço militar, em

⁵⁹⁸ Seguem os principais artigos das Instruções para o Serviço dos Inválidos, que estão publicados integralmente no *Relatório à Assembléia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 13ª Legislatura pelo Ministro e Secretário do Exército do Estado dos Negócios da Guerra*, João Lustoza da Cunha Paranaguá. Rio de Janeiro (Anexos, Leis, Decretos e Instruções, p. 1-4), Tipografia Nacional, 1868. AHRS - Cód. B-3 233. “Art. 1º - Fica estabelecido na corte, em lugar designado pelo governo, um Asilo de Inválidos da Pátria; Art. 2º - Serão admitidos ao asilo: § 1º - As praças do exército que se impossibilitarem para o serviço militar em consequência de ferimentos recebidos em combate, velhice, desastres ou moléstias adquiridas no mesmo serviço e não puderem por qualquer destes motivos obterem os meios de sua subsistência; § 2º - As praças de pret do exército reformadas, que não se acharem inteiramente impossibilitadas de promover os meios de sua subsistência e requererem; § 3º - As atuais praças do asilo dos inválidos tanto da corte, quanto das províncias; Art. 4º - As praças que forem consideradas pela Junta Militar de Saúde nas condições do §1º do Art. 2º serão imediatamente remetidos pelo quartel general ao asilo, acompanhado de uma guia em que se mencione todas as circunstâncias de sua vida militar. § 1º - As praças reformadas que quiserem ser admitidas no asilo o deverão requerer ao Ministério da Guerra com informação de seus superiores que abonem sua conduta. § 2º - As praças inválidas que se acharem nas províncias fora dos asilos e quiserem ser recolhidas ao asilo militar dos inválidos da pátria, igualmente o deverão requerer ao Ministério da Guerra por intermédio dos respectivos presidentes. Art. 5º - Aos oficiais ou praças de pret do asilo serão abonadas etapas, que serão recolhidas a uma caixa, pela qual se fará a despesa de alimentação dos mesmos oficiais e praças. Art. 6º - O Asilo dos Inválidos será organizado em companhias de 100 praças de pret cada uma. § 1º - As praças que excederem de 100, enquanto não completarem esse número elas formarão uma seção das companhias adidas à última companhia organizada. § 2º - Os oficiais inválidos serão distribuídos pelas companhias;.

consequência de ferimentos recebidos em guerra, desastres ou moléstias adquiridas e que não pudessem, por qualquer desses motivos, obter os meios de subsistência. Também seriam admitidos os praças de pret do Exército reformados que não se achassem inteiramente possibilitados de promover os meios de sua subsistência e desejassem habitar o referido asilo.

Os inválidos manter-se-iam na instituição mediante a contribuição para as despesas com o valor das pensões que receberiam do Tesouro Nacional. Aqueles que não contavam com pensões, pagariam com a metade do soldo de sua reforma. As vestimentas eram simples e discretas, de acordo com as Instruções. Os inválidos usariam um uniforme composto de blusa de pano para o inverno, blusa de brim para o verão e boné redondo. Tanto a blusa quanto o boné não teriam “vistos e nem vivos”.⁵⁹⁹

O Asilo dos Inválidos da Pátria foi inaugurado em 29 de julho de 1868 e a transferência dos inválidos do Quartel da Armação, em Niterói, somente começou a ser feita no dia 15 de outubro do mesmo ano, pois as obras não foram concluídas até a data escolhida para a inauguração. No Quartel da Armação permaneceram os soldados que dependiam do ajuste de contas para ter a baixa no serviço militar. Como ali fora estabelecida uma enfermaria, esta continuou recebendo os feridos que retornavam do Paraguai, até sua extinção completa, depois de encerrada a campanha.

O dia 29 de julho de 1868 não foi escolhido por acaso para a inauguração do asilo. Era comum que tais cerimônias ocorressem em datas comemorativas para a família real, e esse era um “dia já notável nos anais da história brasileira, marcado nas páginas eternas no grande livro da humanidade, que a posterioridade tornará cheia de reconhecimento, agradecendo a mão benéfica que impeliu o governo e o povo a tal empenho”.⁶⁰⁰ Aquele era o dia do aniversário da princesa Izabel. O *Jornal do Comércio* comentou: “No dia festivo de seus anos, pagar-se a mais sagrada de todas as dívidas, aquela que a nação havia contraído com seu soldado, no dia em que pela voz do imperador, o mandaram marchar em defesa do pendão auriverde”.⁶⁰¹

⁵⁹⁹ AHRGS. Instruções para o Serviço dos Inválidos que estão publicadas integralmente no *Relatório à Assembléia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 13ª Legislatura pelo Ministro e Secretário do Exército do Estado dos Negócios da Guerra*, João Lustoza da Cunha Paranaguá. Rio de Janeiro (Anexos, Leis, Decretos e Instruções, p. 1-4), Tipografia Nacional, 1868. Cód. B-3 233, p.1-4.

⁶⁰⁰ BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 29 jul. 1868.

⁶⁰¹ BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 29 jul. 1868.

A solenidade de inauguração do Asilo de Inválidos da Pátria na Ilha de Bom Jesus iniciou-se às oito horas da manhã no Arsenal da Marinha, onde reuniram-se os ministros da Guerra, Marinha, Agricultura e Império, o corpo diplomático, oficiais da Marinha estrangeira e grande número de oficiais de mar e terra. Após a chegada do Imperador e da família real, foguetes subiram ao ar e o hino nacional foi tocado por duas bandas de música. Em seguida, todos embarcaram do Arsenal em direção à Ilha de Bom Jesus e, desembarcando, dirigiram-se para a capela do asilo para assistirem ao *te-deum* antes de percorrerem todo o edifício que alojaria os inválidos e suas famílias.⁶⁰²



Acervo do MHN/RJ

Os jornais da Corte anunciaram que a data da inauguração do Asilo dos Inválidos da Pátria na Ilha de Bom Jesus passaria para a história como o dia em que o Império pagava a dívida de honra com o soldado brasileiro. Com essa ideia, o *Jornal do Comércio* iniciou seu artigo na seção “A pedido”, com o objetivo de realçar o caráter magnânimo do monarca brasileiro, D. Pedro II.

⁶⁰² BN/RJ. *Jornal Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 20 jul. 1868.

Inválidos da pátria – se há no coração do homem uma dor estranha, profunda e íntima, reservada por Deus para os dias tremendos da desgraça, dor que se deve sentir quando o nosso inimigo decepa um braço ou uma perna que se vê rojado pelo chão, tornando-nos quase inútil para nós e para a pátria, essa dor imensa está compensada no sagrado tributo da veneração dos povos.⁶⁰³

Tomando como para si a dor e o sofrimento vivido pelos soldados invalidados na campanha, o mesmo jornal afirmava que naquele momento o inválido era duplamente recompensado: pelo tributo do povo que subscreveu para a aquisição do dinheiro empregado na construção do asilo e pela gratidão do Imperador, que demonstrava assim o seu acolhimento, construindo um abrigo sem a suntuosidade dos palácios, mas em um lugar paradisíaco, de onde era possível contemplar o horizonte.

Gratidão da pátria, no amor respeitável do imperador que, seguindo o patriótico exemplo dado à França e ao mundo por Henrique IV, soube a custa de uma admirável perseverança, de um zelo paternal, erigir um palácio para os defensores do país, que também é seu e pátria de seus filhos.⁶⁰⁴

A louvação ao imperador como representante simbólico de toda uma nação e defensor de seu povo mais uma vez reafirmou a figura do monarca como o grande protetor dos inválidos da pátria.

O imperador que simboliza a pátria, o perpétuo defensor de sua integridade, mandando erigir sob seus cuidados o edifício destinado ao abrigo dos defensores da mesma pátria, desses soldados que virão ao seu lado centos de camaradas mortos pela ferocidade dos inimigos e, que com seus peitos construíram muralhas para salvar a vida de seus vencedores, que lá vinham aptos em nuvens de vitória.⁶⁰⁵

Sobre as instalações do asilo na Ilha de Bom Jesus – que não se comparava com o luxo dos palácios ingleses construídos para servir de hotel aos Inválidos –, o *Jornal do*

⁶⁰³ BN/RJ *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 29 jul. 1868.

⁶⁰⁴ Idem, *Ibidem*.

⁶⁰⁵ Idem, *ibidem*.

Comércio comentou que a falta de suntuosidade era compensada pela visão paradisíaca do local e pela sua natureza luxuriante.

Não temos, é verdade, para dar ao soldado brasileiro um edifício arquitetônico primado pelo belo, pelo maravilhoso de seu tempo, como aquele de Luiz XV fundado em Paris que abrigou aos soldados feridos e inutilizados nas campanhas da França. Temos porém um vasto edifício ou edifícios, singelo em divisões e simples em aparência, sem colunas, nem arcadas, nem naves. Em lugar saudável e poético e de surpreendente efeito, panorama de lindas vistas, onde os olhos não se fartam de contemplar mil belezas do solo brasileiro, está assentado o asilo dos inválidos da pátria, que só a uma vontade poderosa era lícito preparar em tão breve tempo.⁶⁰⁶

O antigo convento localizado na Ilha de Bom Jesus foi transformado, e a igreja, restaurada. Ao lado da igreja, no primeiro e segundo pavimentos, havia vastíssimos dormitórios e em um canto do segundo andar, uma sala de recreio e descanso para os inválidos. O terceiro pavimento era destinado à morada do comandante. Sobre a porta de entrada, localizada no centro do edifício, em uma pedra de mármore, lia-se a seguinte inscrição: D. Pedro II, Imperador do Brasil e perpétuo defensor mandou erigir este asilo para os bravos que ficaram mutilados em defesa da pátria. 1868. “Que bela comemoração que digno exemplo!”,⁶⁰⁷ exclamou o articulista do *Jornal do Comércio*.

Em torno do alojamento abria-se um grande terreno, que rodeava todo o edifício, e um descampado, que durante a estação chuvosa constituía-se em sério problema. O edifício não oferecia segurança, exatamente por estar totalmente exposto às intempéries provocadas pelo mar agitado da Baía da Guanabara. “Apodera-se o terror dos moradores, que fogem todos para fora, ficando debaixo da tormenta, tão desabrigados como tantas vezes se acharam nas inóspitas regiões do Paraguai”.⁶⁰⁸

Inúmeras foram as reformas que o governo teve de realizar já nos primeiros anos, depois de inaugurado o asilo. O abastecimento de água no período de verão agravava-se com a dificuldade de encontrá-la em quantidade e em qualidade, no terreno. Muitas vezes, a água teve que ser transportada de outras localidades.

⁶⁰⁶ Idem, *ibidem*.

⁶⁰⁷ BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 29 jul. 1868.

⁶⁰⁸ BN/RJ. *Jornal Diário Fluminense*, Rio de Janeiro, 8 dez. 1868.

No início de 1870, havia no asilo 1.185 praças, deduzindo-se dessa quantia os doentes recolhidos ao hospital militar, sentenciados e outros com diferentes destinos, apesar de pertencerem todos eles ao abrigo. O efetivo era reduzido a 758 praças. Segundo os relatórios do Ministério da Guerra, havia uma expectativa de que o número dos aquartelados no asilo aumentasse, logo fossem recolhidas ao Império todas as forças e, com elas, os doentes e mutilados dos diversos hospitais, além daqueles que permaneciam no Paraguai.⁶⁰⁹ Também comentou o relator que muitos asilados manifestaram a vontade de deixar o asilo para ficar com seus familiares, o que influenciaria na diminuição progressiva do número de internos, alguns anos depois.

Em 1º de janeiro de 1871, o Ministério da Guerra registrou a presença de 1.214 praças, incluídos 277 vindos do Exército, e quinze oficiais inválidos. O número de praças excluídos por diversos motivos foi de 797 (entre os quais, dezenove oficiais), a saber: 264 praças com baixas no serviço; 43 por falecimento, dos quais três oficiais; 25 soldados por deserção; cinco soldados por ausentarem-se do estabelecimento sem especificar os motivos e 28 que foram mandados servir nos corpos por terem sido julgados prontos; 211 soldados que dos hospitais militares onde estavam internados tiveram outro destino; treze soldados por aguardarem a decisão do governo em suas respectivas províncias; 180 soldados enviados para diferentes províncias; nove excluídos por sentenças e três soldados por não se encontrarem no asilo; outros dezesseis oficiais que não se encontravam mais no asilo por diferentes motivos. – cerca de metade dos que ali estavam em 1º de janeiro de 1870.⁶¹⁰

A despeito da sensível diminuição do número de soldados no Asilo de Inválidos da Pátria, era crescente o número dos que retornavam, depois da guerra, para suas respectivas províncias. Consequentemente aumentavam os pedidos de reformas e pensões ao governo, para a subsistência dos inválidos e de suas famílias. Embora retornando para casa, muitos deles encontraram dificuldades em manter-se com os soldos recebidos. E nas províncias começaram a surgir os primeiros pedidos, por parte das autoridades, para que fossem novamente internados alguns desses soldados e mesmo outros que se encontravam adidos às companhias de inválidos criadas nas principais províncias.

⁶⁰⁹ AHRS *Relatório à Assembléia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 14ª Legislatura pelo Ministro e Secretário do Exército do Estado dos Negócios da Guerra*, Barão de Muritiba. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1870. - Cód. B-3 235, p. 30-32.

⁶¹⁰ AH/RS. *Relatório à Assembléia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 14ª Legislatura pelo Ministro e Secretário do Exército do Estado dos Negócios da Guerra*, Visconde do Rio Branco. Rio de Janeiro, Tipografia Universal Laemmert, 1872. Cód. B-3 235, p. 52.

Em 1871, o presidente da província de Santa Catarina encaminhou ao Ministério da Guerra um ofício, relatando as condições dos asilados adidos à companhia de inválidos daquela província. Em sua correspondência reservada, ele informou sobre a intenção de extinguir a companhia de inválidos, alegando altos custos de manutenção. O presidente da província exemplificava, citando o pagamento de soldos de 140 réis mensais para um oficial e dois subalternos pouco proveitosos, assim como a dificuldade de manter uma companhia com mais cem soldados inválidos que não desempenhavam qualquer atividade.⁶¹¹

Para a extinção da companhia, o presidente informava que seria necessária a transferência dos inválidos para o asilo da Corte, onde muitos já haviam estado e de cujo tratamento reclamavam. O presidente terminava o seu ofício atribuindo a responsabilidade pelos asilados ao Ministério da Guerra, que deveria cuidar dos “heróicos patriotas que se invalidaram na campanha e se alguns deles prestassem para algum serviço [...] que gozassem de boa saúde e moralidade podendo trabalhar no serviço da faxina das fortificações”.⁶¹² Em 1º de maio de 1871, o Barão de Rio Branco expediu um telegrama ao presidente da província de Santa Catarina, notificando-o sobre a transferência de todos os inválidos ali existentes, ou dos que não pudessem lá permanecer, para o asilo da Corte.⁶¹³

Em 1872, o número de internos no Asilo de Inválidos da Pátria diminuiu sensivelmente para 542 indivíduos, dos quais 52 eram oficiais empregados no serviço do estabelecimento. Dois anos depois, em dezembro de 1874, existiam no asilo 49 oficiais e 311 praças de pret.⁶¹⁴

O relatório de 1872 também informava que, salvo os praças mutilados e um ou outro em melhores condições, havia uma predisposição para o pedido de baixas.

Atribuindo este fato não só à pouca vocação que geralmente se nota no país para a carreira das armas e para a vida dos quartéis, onde é indispensável a manutenção rigorosa da disciplina e subordinação militar, mas ainda a circunstância de não existirem companhias de inválidos na maior parte das províncias, para as quais sentem desejos de recolher-se as

⁶¹¹ Idem, *ibidem*.

⁶¹² Idem, *ibidem*.

⁶¹³ AN/RJ. Telegrama de 1º de maio de 1871, enviado pelo Barão de Rio Branco ao presidente da província de Santa Catarina, incluso em Ofício do Palácio da presidência de Santa Catarina, 19 de março de 1871, por Joaquim Ferreira Gouveia, enviado pelo Conselheiro de Estado Barão de Muritiba Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra. (pasta 16) Notação IG1 - 536 rel. 1ª cx. 596.

⁶¹⁴ AHRS. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na quinta sessão da décima quinta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, João José de Oliveira Junqueira. Rio de Janeiro, Typografia Carioca, 1875, p. 14.

praças que deixam o serviço, e que se acham muitas vezes separadas de suas famílias há longo tempo.⁶¹⁵

No ano de 1872, mesmo com o número decrescente de asilados, o governo demonstrou a intenção de ampliar a área em torno do asilo e assim manter a distância entre os asilados e a população vizinha. Para isso, o Ministério da Guerra recomendou que fosse adquirido um terreno contíguo, evitando a convivência dos praças com pescadores e vivandeiros “que ali possuem tavernas, e cujo contato, além de contribuir para que os asilados se distraiam de suas ocupações, concorre muitas vezes para o aparecimento de rixas e desordens”.⁶¹⁶ Retomava-se, assim, mais uma vez, a ideia de isolamento dos inválidos.

CONFLITO E TENSÕES NAS RUAS

Em 1867, em Niterói e nas principais ruas do Rio de Janeiro, encontravam-se frequentemente bandos de inválidos da pátria mendigando caridade pública. O jornal *A Pátria* tratou do sentimento de dor dos brasileiros e da sensibilização dos estrangeiros diante da visão de soldados aleijados e deformados, que “às dúzias, percorrem as ruas desta capital e da corte, a mendigarem compaixão e caridade política e o socorro possível, que o estado deveria ser o primeiro empenhado em prestar”.⁶¹⁷ Para o deslocamento da cidade de Niterói, onde estavam aquartelados, à Corte, onde realizavam as inspeções de saúde, os inválidos mendigavam até um cartão de embarque na bilheteria das barcas que faziam a travessia da Baía da Guanabara.

O governo defendia-se das acusações de negligência em relação aos inválidos alegando, segundo o mesmo jornal, que prestava a eles a devida assistência. Aqueles que mendigavam em vias públicas o faziam por vontade própria. O periódico carioca *A Pátria* refutava a crítica feita pelo governo, afirmando que se os mutilados estivessem amparados e sujeitos à disciplina militar não mendigariam pelas ruas da cidade. Por fim, o jornal

⁶¹⁵ AHRS. Relatório do ano de 1872 do Ministério da Guerra, apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 15ª Legislatura (publicado em 1873), p. 32-36.

⁶¹⁶ AHRS. Relatório do ano de 1872 do Ministério da Guerra, apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 15ª Legislatura (publicado em 1873), p. 32-36.

⁶¹⁷ BN/RJ. Jornal *A Pátria*, Niterói, 24 jan. 1867.

responsabilizava o governo monárquico pela “humilhação do espírito nacional e do aparente abandono dos melhores servidores da pátria”.⁶¹⁸ O sentimento de humilhação surge no regresso inglório daqueles que se mutilaram em defesa da nação.

Nas imediações do Quartel da Armação, em Niterói, registravam-se diariamente ocorrências por indisciplina e desordens praticadas pelos asilados. Os internos desse estabelecimento não tinham hora para se recolher e perambulavam pelas ruas tanto durante o dia quanto à noite, e muitos deles portavam facões, amedrontando os habitantes da cidade. “Em magotes, um tanto desordenados, introduzindo-se e pernoitando nos casebres chamados cortiços, eles provocam conflitos, que quase sempre terminam por desordens, e se alguém lhes vai dar conselhos e pedir acomodação, sofre inevitavelmente ofensa”.⁶¹⁹

No dia 3 de março de 1867, por volta das dez horas da noite, dois inválidos tentaram assaltar uma residência da Rua da Praia. A invasão não logrou êxito porque o proprietário foi alertado por sua escrava, e os inválidos puseram-se em fuga, levando um capacho que estava no corredor. O proprietário da residência e um vizinho foram ao encalço deles, porém desistiram quando perceberam que os fugitivos estavam armados.⁶²⁰

Distúrbios provocados por inválidos da pátria ocorriam também em logradouros públicos, ameaçando a segurança. Na noite de 9 de julho de 1867, na Praça da Matriz, onde se realizavam os festejos em devoção a São João Menino e se encontravam muitas famílias, uma numerosa companhia de inválidos, asilados no Quartel da Armação, provocou desordens que resultaram em confusão e pancadaria. O jornal *Diário Fluminense*, do Rio de Janeiro, pediu providências pelos excessos cometidos na praça. “Não nos consta até o presente que se verificasse uma só prisão ou medida corretiva contra alguns inválidos que se excediam, provocando nesta capital, conflitos que podem tomar caráter muito sério”.⁶²¹

As constantes perturbações causadas pelas rixas entre praças inválidos, aquartelados na Armação, e o Corpo de Polícia de Niterói repercutiram na esfera da segurança pública da província do Rio de Janeiro. Em 10 de setembro de 1867, o chefe de polícia, Antônio Carneiro de Campos, enviou ofício ao vice-presidente da província com cópia ao ministro da Guerra,⁶²² propondo que praças inválidos aquartelados na Armação

⁶¹⁸ Idem, *ibidem*.

⁶¹⁹ BN/RJ. Jornal *A Pátria*. Niterói, 24 de mar. 1868.

⁶²⁰ BN/RJ. Jornal *A Pátria*, Niterói, 3 de fev. 1867.

⁶²¹ BN/RJ. Jornal *Diário Fluminense*, Rio de Janeiro, 10 de jul. 1867.

⁶²² AN/RJ. Correspondência expedida pela Secretaria da Polícia da província do Rio de Janeiro. Niterói, 10 de setembro de 1867. n. 935, seção 7ª. Pelo chefe de polícia, Antônio Carneiro Campos, ao vice-presidente

fossem admitidos no corpo policial provisório da cidade de Niterói, a fim de acabar com a perturbação da ordem pública pela rivalidade entre eles, Corpo Provisório e Companhia de Urbanos. O documento mencionava também o interesse de soldados inválidos em servir no corpo policial, desde que fossem conservadas, integralmente ou em parte, as vantagens que possuíam como praças reformados do Exército.

A documentação examinada nesta pesquisa não esclarece acerca dos motivos para os conflitos entre as duas corporações. Todavia, no entendimento de um soldado que serviu no Corpo de Polícia, a incorporação de inválidos com direitos iguais, sem desempenhar as mesmas atividades, lhe parecia injusta. Esse soldado afirmava, em seu requerimento, que não aceitava “receber ordens de um aleijado que nada faz”.⁶²³

Em 1868, com a inauguração do Asilo de Inválidos da Pátria, aumentou consideravelmente o número desses soldados na cidade do Rio de Janeiro. Nesse período houve um crescimento nas ocorrências policiais de inválidos envolvidos em desordens e perturbações na cidade. Afirmava o *Diário Fluminense*:

Não há dia em que a população desta cidade se não sinta sobressaltada por causa de excessos de algumas dezenas de inválidos, que andam à noite em correria animada pelas ruas e praças da cidade; e esse inconveniente toma proporções um tanto séria nos domingos e dias santos.⁶²⁴

O crescimento das agitações era atribuído à indisciplina e à desobediência dos asilados aos superiores que dirigiam o Quartel da Armação. Faltava controle da saída e da entrada dos asilados do quartel, durante o dia e à noite. Segundo noticiou o jornal *Diário Fluminense*, era comum que inválidos pernoitassem fora do quartel, dirigindo-se aos cortiços, onde jogavam, bebiam e buscavam os prazeres do sexo com prostitutas.⁶²⁵

Ao cair da noite de domingo, 21 de março de 1868, na localidade conhecida como Beco das Canelas, um grupo de inválidos amotinou-se, ferindo gravemente um homem. Foi preciso empregar força policial para prender dois dos insurgentes. Em função dessa

da província do Rio de Janeiro, Eduardo Pindahyba de Mattos. IG1-146 – Série Guerra – Ministério da Guerra – Rio de Janeiro (1866-1870)

⁶²³ AN/RJ. Correspondência expedida pelo soldado do corpo policial provisório da cidade de Niterói à Secretaria de Polícia do Rio de Janeiro. Niterói, 12 de janeiro de 1868. IG1 - 146 – Série Guerra – Ministério da Guerra – Rio de Janeiro (1866-1868).

⁶²⁴ BN/RJ. Jornal *Diário Fluminense*, Rio de Janeiro, 24 mar. 1868.

⁶²⁵ Idem, ibidem.

ocorrência, para manter uma maior vigilância nas ruas do centro de Niterói, foi necessária a intervenção do delegado de polícia na arregimentação de civis, devido à escassez de forças policiais regulares na cidade.⁶²⁶

Com o tempo, algumas recomendações eram passadas à população e levadas ao conhecimento dos comerciantes estabelecidos no centro de Niterói. Uma forma de conter a aglomeração de inválidos foi a fiscalização das casas comerciais que vendiam bebidas alcoólicas, localizadas próximas do asilo. Aos fregueses inválidos só era permitido comprar gêneros alimentícios, mediante a saída imediata do estabelecimento.

Sobre os tumultos que a imprensa carioca noticiava, envolvendo inválidos da guerra, o *Diário Fluminense*⁶²⁷ lançou uma indagação. Seriam essas perturbações, em Niterói, realmente causadas pelos asilados do Quartel da Armação? O redator do jornal reconhecia que de fato parte das desordens públicas era praticada por asilados; entretanto, acrescentava que a maioria dos casos envolvia inválidos residentes fora do aquartelamento.

Eram, sobretudo, combatentes inutilizados na guerra, que vivendo na pobreza residiam em cortiços. Conforme dizia o jornal, “nessa ordem de residências habitam em geral, não famílias ou pessoas pobres, mas sim gente de vida e reputação muito duvidosa.”⁶²⁸ O *Diário Fluminense* exemplificava, citando o cortiço existente na Rua São Lourenço como um dos redutos de inválidos que viviam por conta própria, sem assistência do governo.⁶²⁹ No entendimento do analista, a solução era adotar medidas disciplinares mais rígidas. Ele concluía que as desordens cometidas pelos inválidos deviam ser entendidas, em alguns casos, como atos de insubordinação à força moral dos oficiais que os comandavam e, em outros casos, desobediência às autoridades policiais, pela prerrogativa da condição de militares.

Se aparentemente as convicções do jornalista do *Diário Fluminense* eram reais, o jornal *Diário de Notícias* não pensava assim – ou pelo menos tratou de revelar situações de desordem na cidade, provocadas por asilados internos do Quartel da Armação. Na tarde do dia 22 de março de 1868, a cidade de Niterói apresentava-se com “aspecto de um grande circo, não de gladiadores, como os dos antigos romanos, porém, de pugiladores, ou jogadores da murraça à inglesa e do bastão à portuguesa”.⁶³⁰ O *Diário de Notícias* escreveu sobre as arruaças provocadas pelos inválidos da pátria, procedentes do Asilo da Armação:

⁶²⁶ Idem, *ibidem*.

⁶²⁷ Idem, *ibidem*.

⁶²⁸ Idem, *ibidem*.

⁶²⁹ Idem, *ibidem*.

⁶³⁰ FB/RJ. Jornal. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 27 mar. 1868.

“Derramam-se por todas as ruas, e provaram praticamente que, sem ter lido a obra de Plauto, compreendiam demasiadamente bem o *pugnis rem solvere* desse autor”.⁶³¹

O repórter do *Diário de Notícias* perguntava: “Não terão os oficiais do corpo de inválidos algum meio de obstar a reprodução destas cenas, as quais vão sendo tão freqüentes, que não poucas as famílias já evitam a sair a passeio no domingo, com receio de presenciá-las, ou serem vítimas?”.⁶³²

Um caso de violência foi divulgado pelo *Diário Fluminense* no dia 1º de junho de 1868. Tratava-se de um sargento inválido que maltratou uma mulher em frente à guarda da tesouraria. Por desacato à autoridade, o sargento recebeu ordem de prisão; todavia, inválidos interpelaram o guarda de forma hostil, que temendo um conflito deixou o grupo evadir-se. O *Diário Fluminense* finalizava afirmando que “aqueles que deviam oferecer garantias de ordem e segurança pública, são ao contrário, os agentes de provocações e conflitos perigosos”.⁶³³

Da mesma forma como alguns jornais expressavam sua opinião a respeito das turbulências envolvendo soldados inválidos que fizeram a guerra contra o Paraguai, o delegado de polícia da cidade de Niterói, Francisco Antônio de Almeida, manifestava seu descontentamento com os inválidos. Em ofício reservado, datado de 3 de junho de 1868, e encaminhado ao chefe de polícia da província do Rio de Janeiro, relatou os constantes incidentes ocorridos na cidade.

No ofício, o autor expôs sua apreensão diante do elevado número de praças inválidos vindos do Paraguai para o Quartel da Armação. Ele relatava que entre os quase mil soldados aquartelados existiam praças que, sem ter sofrido mutilações e gozando de saúde, “vagueiam dia e noite em grupos de oito, dez ou mais, por todos os pontos desta capital e seus subúrbios, entregando-se à devassidão e à crápula”.⁶³⁴

O delegado também responsabilizou o comandante do Quartel da Armação pela insubordinação dos asilados, afirmando que os superiores não puniam os inválidos que não obedeciam à ordem de recolher. Para caracterizar o estado de insubordinação dos inválidos, o delegado descreveu a prisão de um deles:

⁶³¹ Idem, *ibidem*.

⁶³² Idem, *ibidem*.

⁶³³ BN/RJ. Jornal *Diário Fluminense*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1868.

⁶³⁴ AN/RJ. Ofício da Delegacia de Polícia de Niterói, 3 de junho de 1868, enviado pelo delegado de polícia, Francisco Antônio de Almeida, ao chefe de polícia interino da província do Rio de Janeiro, Antônio Carneiro de Campos. IG1-146 – Série Guerra – Ministério da Guerra – Rio de Janeiro (1866-1870).

Sendo recolhido ao quartel do corpo de polícia, achando-me eu nessa ocasião ali, ele não só não quis entrar para a prisão como procurou aproveitar-se de alguma das armas que ali estavam, e depois de me ter dirigido as palavras mais atrozes e injuriosas, declarou que entrava para o xadrez porque queria.⁶³⁵

O perigo da aglomeração de homens ociosos na capital da província do Rio de Janeiro, onde era pequeno o contingente de soldados que faziam a segurança pública, levou o delegado a indagar ao chefe de polícia sobre essa questão: “Não será porventura de recear que homens entre os quais talvez existam alguns arrancados há pouco da escravidão, outros réus de polícia tirados das prisões e a espuma das províncias que não se tornem capazes de atentados contra a ordem e o sossego público?”⁶³⁶

A interrogação do delegado de polícia leva à reflexão sobre a vida no interior do asilo provisório, na perspectiva de um microcosmo. Entre os enclausurados estavam indivíduos de destino dramático – para eles, a guerra tinha um único sentido, o de ressignificar a própria vida. Aqueles que haviam sido “arrancados há pouco da escravidão” eram escravos alistados na Guerra do Paraguai mediante a concessão da liberdade oferecida ou vendida pelos seus senhores ao governo. Ao regressarem, mutilados, mas livres dos grilhões da escravidão, na lucidez impiedosa, sentiam-se mais do que livres, pois se achavam no direito de exigir do povo e das autoridades o reconhecimento de seu patriotismo.

O delegado prosseguiu com mais inquirições: “não terão os cidadãos pacíficos razão de estar desassossegados pela sua segurança individual e de suas propriedades?”⁶³⁷ O documento também revela os temores da população com os boatos que se espalhavam constantemente pela cidade: “que eles [os inválidos] pretendiam assaltá-la, notícia que aterrorizou a muitos habitantes, levando muitos cidadãos a oferecerem-se para coadjuvar a polícia a fim de que fosse mantida a tranquilidade pública e o sossego de seus familiares”.⁶³⁸

Após expor sua preocupação com a insuficiência de indivíduos no corpo de polícia que patrulhava a cidade, o delegado recomendou ao chefe de polícia que reclamasse do

⁶³⁵ Idem, *ibidem*.

⁶³⁶ Idem, *ibidem*.

⁶³⁷ Idem, *ibidem*.

⁶³⁸ Idem, *ibidem*.

governo providências para que não fosse permitido aos inválidos andarem à noite, vagando pela cidade em grupo, porque era um perigo para os costumes e a tranquilidade pública. O delegado revelou ainda que a maior parte dos adidos ao quartel de inválidos vistos nas ruas eram soldados sem mutilações e que portavam facas e outras armas proibidas, sacadas nas brigas contra seus contendores.

Diante das informações, o ministro da Guerra, em Portaria de 21 de setembro de 1867, decretou a realização de rondas noturnas por praças do asilo, para que os inválidos cumprissem o toque de recolher. Entretanto, essa portaria também não produziu resultados, porque “essas praças continuavam a vagar na rua, fora de horas, cometendo excessos de toda ordem, não obstante o zelo e atividade de que estou certo, dos comandantes e oficiais daquele corpo”.⁶³⁹

O comandante do Asilo de Inválidos na Armação foi chamado para prestar esclarecimentos sobre os fatos denunciados pelo delegado do termo de Niterói. Em resposta ao Ministério da Guerra, tomou a defesa dos inválidos aquartelados e afirmou não existirem provas de perturbação na cidade praticada por asilados daquele quartel.

Quanto ao fato de ter estado a cidade de Niterói ameaçada de ser perturbada a sua tranqüilidade pelos Inválidos da Pátria como se vê da dita representação, sente este comando de ter de declarar a V. Excia não ser verdadeira a asseveração do delegado de polícia; e que se encarrega de provar a própria requisição do Dr. Chefe de Polícia e mais documentos por cópia juntos, relativos a aquela suspeita de perturbação da ordem pública.⁶⁴⁰

Asseverava o comandante que se os praças do asilo frequentavam a cidade era devido à proximidade desta com o quartel e, por isso, adotaria a ronda nas principais ruas de Niterói. Finalizava atacando o chefe de polícia, dizendo que não reconhecia a competência no delegado de Niterói para conhecer o grau de força moral daquele comando em relação os subalternos.

⁶³⁹ AN/RJ. Cópia. n. 463 – Seção – Secretaria da Polícia da província do Rio de Janeiro. Niterói, 6 de junho de 1868, enviada à Eduardo Pindahyba de Mattos, vice-presidente da província, pelo chefe de polícia, Antônio Carneiro de Campos. IG1-146 – Série Guerra – Ministério da Guerra – Rio de Janeiro (1866-1870).

⁶⁴⁰ AN/RJ. Ofício do Quartel do Comando do Asilo de Inválidos da Pátria, 10 de junho de 1868, enviado ao Conselheiro Tenente General, João Frederico Caldwell, Ministério da Guerra. IG1-146 – Série Guerra – Ministério da Guerra – Rio de Janeiro (1866-1870).

Em 1869, a imprensa fluminense voltou a relatar casos de desordens – dessa vez envolvendo um destacamento de praças inválidos que faziam o serviço de guarda no Arsenal de Guerra, no Quartel do Largo do Moura, na Corte. Os moradores da redondeza, segundo o jornal *Opinião Liberal*, viviam em contínuo sobressalto pelos desacatos cometidos pelos inválidos da pátria.

No dia 24 de maio de 1869, às onze horas da manhã, um praça foi almoçar na taverna da Rua D. Manuel, 32. Terminada a refeição, o comerciante apresentou a conta e o soldado recusou-se a pagar o valor cobrado. Daí principiou a questão: veio a polícia, admoestou o soldado e este, por sua vez, puxou a espada que trazia, retirando-se do interior do estabelecimento para a rua, desafiando a todos. Reuniu-se uma força de policiais, mas ninguém ousava prendê-lo. Durante o confronto, um urbano foi gravemente ferido na perna e um soldado inválido foi preso.⁶⁴¹

Em 1871, inválidos da guerra desatendidos pelo governo imperial perambulavam pelas ruas da Corte, causando incômodos à população. Juntavam-se aos bêbados e prostitutas que “faziam a vida” no Campo da Aclamação. A população da cidade reclamou da segurança pública e notificou o Ministério da Guerra, exigindo reforço policial.

Da Secretaria de Polícia da Corte, em 28 de junho de 1871, foi dirigido um ofício ao conselheiro de Estado Francisco de Paula Negreiros Sayão Lobato, ministro dos Negócios da Guerra. O documento denunciava que à noite, no Campo da Aclamação, os transeuntes eram atacados por praças reformados e inválidos e solicitava ao ministro da Guerra que ordenasse à cavalaria de linha patrulhar o local e, assim, coibir a ação dos vagabundos.⁶⁴²

A VIDA INTERIOR: CONFLITOS E TENSÕES NO ASILO

Os conflitos verificados nas ruas de Niterói, envolvendo inválidos, também se reproduziram mais tarde no interior do Asilo de Inválidos da Pátria, na Ilha de Bom Jesus.

⁶⁴¹ BN/RJ. Jornal. *Opinião Liberal*, Rio de Janeiro, 28 maio 1869.

⁶⁴² AN/RJ. Secretaria da Polícia da Corte. *Correspondência da Chefatura de Polícia ao Ilmo. Exmo. Sr. Conselheiro de Estado Francisco de Paula Negreiros Sayão Lobato, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra*. Rio de Janeiro, em 28 de junho de 1871. IJ6 – 518.

Diversas ocorrências foram anotadas no documento *Ordens do Dia da Repartição do Ajudante-General*, publicado em 1867-1868.⁶⁴³

Trata-se de um relatório impresso pelo Exército brasileiro, contendo um extrato das ocorrências registradas anualmente, indicando o resultado de processos abertos para cada caso de insubordinação e desacato, assim como outros crimes mais violentos praticados dentro da instituição militar. Nos extratos desses processos podem-se observar os crimes praticados e as penas atribuídas aos réus. No entanto, não é possível compreender os meandros dos processos ou inferir algo sobre os indivíduos apresentados como réus, vítimas e testemunhas.

Para demonstrar o clima de tensão e conflito dentro das dependências do Quartel da Armação, que servia provisoriamente de abrigo para os inválidos da pátria,⁶⁴⁴ seguem algumas ocorrências registradas no asilo. A maior parte delas tratava de casos de insubordinação, envolvendo inválidos e seus superiores. Por exemplo, o segundo cadete Juvino Machado Malheiros Braga foi condenado pelo Conselho Superior Militar e Justiça a três meses de prisão em uma fortaleza militar, por insultar as irmãs de caridade e o primeiro sargento da sua companhia.

Outro caso foi o do Anspeçado Manoel Ignácio da Purificação, que foi condenado a seis anos de prisão com trabalhos forçados por haver injuriado e atacado um oficial superior. Crimes de insubordinação eram seguidos por atos de violência praticados por inválidos, que nos inquéritos aparecem armados com facas. Foi o que ocorreu com o soldado Simplício Fernandes, que além de ter faltado com o respeito ao seu superior também ameaçou com uma faca os seus camaradas, resistindo à voz de prisão.

Espancamentos também eram comuns dentro do asilo. O soldado Carlos Antônio Serafim de Deus foi condenado pelo Conselho Militar e Justiça à pena de seis meses de prisão por desordens, espancamento de um soldado e por ter atacado um outro inválido. Ainda por insubordinação também foi punido o segundo cadete João Florindo Ribeiro de Bulhões e, por ofensa física, injúrias e insultos ao seu superior, o cabo de esquadra Manoel Francisco da Cruz. Pelos mesmos motivos também foi punido o Anspeçado Firmino José dos Santos, além de atentar contra a vida do alferes Pedro Severo da Costa Leite, desferindo-lhe três golpes de faca.

⁶⁴³ Secretaria do Estado dos Negócios da Guerra. Coleção das *Ordens do Dia da Repartição do Ajudante-General*, publicado no ano de 1867. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1868.

⁶⁴⁴ Secretaria do Estado dos Negócios Guerra. Coleção das *Ordens do Dia da Repartição do Ajudante-General*, publicado no ano de 1868. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1869.

Nem mesmo a presença do Imperador pareceu intimidar os mais turbulentos. O soldado Tiburcio de Paulo Machado foi condenado pelo Conselho Superior Militar e Justiça a seis anos de prisão e trabalhos forçados por resistir à prisão quando bradava contra os comandantes do asilo, com uma faca em punho, no momento em que o Imperador percorria o estabelecimento.

Com a transferência do asilo de Niterói para a Ilha de Bom Jesus, distante aproximadamente trinta quilômetros da capital do Império, as ocorrências envolvendo inválidos da pátria tanto em Niterói como na cidade do Rio de Janeiro diminuíram sensivelmente. Observando os registros policiais da Corte, nota-se a redução de casos envolvendo soldados inválidos em crimes cometidos no centro da cidade do Rio de Janeiro.

O isolamento no asilo, concebido especificamente para atender às necessidades dos seus internos, não deixou de registrar casos de insubordinação e violência praticados pelos asilados. O que se pode notar é a diminuição dos registros publicados pelos jornais. Assim, longe dos olhos da imprensa e da população – que ficou satisfeita com o deslocamento dos asilados para fora da cidade –, os crimes ocorridos no asilo passaram a ser somente de conhecimento das autoridades que dirigiam aquela instituição e dos órgãos ligados diretamente ao seu funcionamento.

No Asilo de Inválidos da Pátria também se reproduziram turbulências. A discórdia era derivada da convivência entre indivíduos que, segregados do convívio social, ressentidos pelo esquecimento a que foram condenados, carregando enfermidades e cicatrizes adquiridas na guerra e privados da liberdade, viam aumentar o estado de tensão entre si.

Nessas circunstâncias, era preciso adaptar-se a um espaço de exclusão, onde não lhes era facultado nem mesmo o direito à sociabilidade, a não ser nos limites da instituição. Da Ilha de Bom Jesus, pela sua geografia favorável, era possível mirar todos os horizontes, mas essa paisagem de território vazio voltava-se para o interior do próprio asilo: “vive-se nesse mundo, sem pernas, sem braços, tendo um olho de menos, alguma cicatriz que desfigura ou alguma ferida que alimenta constantemente gratas dores; que são as dores suportadas por haver se cumprido uma saga do dever”.⁶⁴⁵

Dentro do asilo suportava-se a solidão em uma convivência entre sujeitos muito distintos uns dos outros: ex-escravos e homens livres, soldados e oficiais, uns naturais da Corte e outros de províncias do norte e do sul. Homens pacatos e turbulentos cruzavam-se

⁶⁴⁵ BN/RJ. *Jornal Diário Fluminense*, Rio de Janeiro, 8 dez. 1868.

no refeitório, no alojamento e nas oficinas instaladas para a ocupação de alguns dos inválidos. A vida no interior do Asilo dos Inválidos da Pátria era marcada pela tensão e pelos conflitos. As ocorrências continuaram a ser publicadas nas *Ordens do Dia da Repartição do Ajudante-General*,⁶⁴⁶ aparecendo em fragmentos de histórias de violência e insubordinação entre internos e oficiais que serviram no estabelecimento.

O cabo de esquadra José Martins do Bomfim foi condenado a dez anos de prisão com trabalhos forçados pelo Conselho Superior Militar e Justiça por ter ferido com faca o ansepeado do mesmo asilo, Manoel dos Passos. Entretanto, um caso mais grave envolveu o soldado Manoel Antônio Peroba, que assassinou o soldado Fabiano Antônio Faria. Manoel Antônio Peroba foi condenado pelo Conselho Superior Militar e Justiça em 6 de fevereiro de 1869 à pena de carrinho perpétuo, forma de punição pela qual se colocava argola de ferro nas pernas.

O jornal *O Alabama*, da Bahia, relatou que a convivência entre os inválidos e as irmãs de caridade que prestavam seus serviços no asilo também era marcada por conflitos. O jornal registrou a confusão envolvendo um jovem alferes, que perdeu a perna direita na guerra, e um prisioneiro paraguaio, que exercia a função de enfermeiro. Sentindo-se desrespeitado pelo prisioneiro, o militar deu voz de prisão; no entanto, em vez de obedecer, o paraguaio refugiou-se na enfermaria, onde uma das irmãs se opôs ao militar, com quem principiou uma discussão. O alferes, que não se curvou à autoridade da beata, mandou efetivar a prisão do paraguaio e recolhê-lo ao xadrez.

O fato foi levado ao conhecimento do Ministério da Guerra, e o alferes foi exonerado do asilo sem declaração do motivo. “E ei-lo aí pelas ruas, vítima da própria dignidade, lutando com os largos proventos que lhes proporciona a sua – pingue – pensão de 18\$ mensais – digna – indenização de uma perna direita perdida aos 18 anos de idade!”⁶⁴⁷ Tratava-se de um jovem soldado mutilado, muito provavelmente vítima da bala inimiga. A dificuldade em conviver com um paraguaio – que aparentemente representava o seu agressor e logo seria corresponsável pela mutilação de que o jovem fora vítima na campanha – era de se esperar, pois o sentimento de humilhação certamente era algo latente.

Por que manter prisioneiros paraguaios como enfermeiros em um local cheio de ressentimentos contra seus compatriotas? Neste estudo foi possível verificar a presença de prisioneiros paraguaios, distribuídos em inúmeras fortalezas e quartéis da capital e também

⁶⁴⁶ Secretaria do Estado dos Negócios da Coleção das *Ordens do Dia da Repartição do Ajudante-General*, publicado no ano de 1868. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1869.

⁶⁴⁷ BN/RJ. Jornal *O Alabama*, Bahia, 29 abr. 1869.

em outras províncias. Todavia, somente no Asilo de Inválidos da Pátria encontraram-se paraguaios como enfermeiros, desempenhando a função de curar as feridas e as doenças dos soldados.

Em 1871, os soldados mutilados que se achavam adidos à companhia de inválidos da província de Santa Catarina foram transferidos para o Asilo de Inválidos da Pátria na Corte. A documentação examinada explica que essa transferência foi motivada pelas altas despesas com a manutenção dos inválidos na província, além da tensão vivida na companhia, onde a falta de um comandante propiciava o aparecimento de crimes praticados pelos soldados.

Denúncias de maus tratos aos inválidos da província de Santa Catarina foram registradas na documentação oficial apresentada ao ministro da Guerra e conselheiro de Estado, o Barão de Muritiba, em 27 de abril de 1868. O 1º sargento da companhia de inválidos, Manoel Neziazeno de Freitas, que servia de almoxarife da Fortaleza de Santa Cruz, foi acusado de ter maltratado com pancadas um soldado inválido. O sargento foi preso e demitido do cargo.⁶⁴⁸

Os conflitos registrados em Santa Catarina, segundo a correspondência expedida pelo presidente da província, eram motivados por “bebedeiras, brigas, insultos, e furtos praticados por praças inválidas que abusando do seu estado físico jactam-se do seu mau comportamento por se lhe não poder arbitrar castigo corporal”.⁶⁴⁹ Essa passagem do ofício remete à consulta das *Instrução de Serviços para Inválidos*, que dispõe sobre punições no artigo 35. Segundo o documento, as faltas cometidas por inválidos seriam punidas apenas com castigos moderados e com a prisão solitária por alguns dias, sem redução de refeição. Era proibido castigar os inválidos com pancadas, prática comum no Exército e na Armada.⁶⁵⁰

Depois de concluída a guerra, o Asilo de Inválidos continuou recebendo asilados de todas as partes do Brasil. Ainda de Santa Catarina, em 30 de novembro de 1872, o chefe de polícia interino, Ignácio Aciolli de Almeida, levou ao conhecimento do presidente da

⁶⁴⁸ AN/RJ. Ofício do palácio da presidência de Santa Catarina, 27 de abril de 1869. Por Carlos Augusto de Oliveira, enviado ao Conselheiro de Estado Barão de Muritiba, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra. (pasta 16) Notação IG1 - 535 rel. 1ª cx. 595.

⁶⁴⁹ AN/RJ. Ofício do palácio da presidência de Santa Catarina, 19 de março de 1871, por Joaquim Ferreira Gouveia. Enviado pelo Conselheiro de Estado Barão de Muritiba, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra. (pasta 16) Notação IG1 - 536 rel. 1ª cx. 596.

⁶⁵⁰ Cf. Instruções para o Serviço dos Inválidos, publicados integralmente no *Relatório à Assembléia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 13ª Legislatura pelo Ministro e Secretário do Exército do Estado dos Negócios da Guerra*, João Lustoza da Cunha Paranaguá. Rio de Janeiro (Anexos, Leis, Decretos e Instruções, p.1-4) Tipografia Nacional, 1868. AHRs-Cód. B-3 233, p.1-4.

província o caso de um soldado que vagava havia meses na Cidade do Desterro “em estado de alienação mental e que dizia chamar-se Joaquim Rodrigues Rabello, fazendo distúrbios e assustando as famílias”.⁶⁵¹ Tratava-se de um infeliz Voluntário da Pátria, que acabou retido no quartel de polícia como medida preventiva, em face das queixas que constantemente eram levadas ao conhecimento do chefe de polícia. O soldado foi detido para que fosse posteriormente recolhido ao Asilo de Inválidos na Corte, uma vez que não existiam hospitais para alienados na província de Santa Catarina.⁶⁵²

O número de inválidos da pátria foi reduzindo sensivelmente e, na década de 1870, muitos deles preferiram tomar o caminho de suas províncias ou passar a viver na Corte. Eram frequentemente vistos desempenhando o serviço de porteiros de escolas e repartições públicas, assim como nas fortalezas e quartéis existentes na cidade do Rio de Janeiro.

Foi o que buscou o cabo de esquadra reformado Cândido José Nogueira. Na posse de sua provisão de reforma, submeteu à aprovação do Ministério da Guerra, em 13 de agosto de 1873, um requerimento de licença para residir na província do Maranhão. Para subsidiar o parecer do ministro, o comandante do asilo, João Garcez de Almeida, em 20 de agosto de 1873, achou que era seu dever informar que “o suplicante tem tido nesse asilo péssimo comportamento, tem o vício de embriagar-se e é desordeiro e insubordinado, tendo sofrido a sentença de um ano de prisão por haver desrespeitado e injuriado a um alferes do Asilo”.⁶⁵³ Concluía suas observações dizendo que o dito cabo era conhecido pelo apelido de “brigueiro, pelo seu gênio brigador.” Em 18 de setembro de 1873 foi dado o parecer favorável à licença e anotado no mesmo documento a seguinte observação: “era de equidade o deferimento da pretensão do suplicante”. Em um rabisco pouco legível, uma curiosa e reveladora anotação: “será melhor para o asilo”.⁶⁵⁴

⁶⁵¹ AN[A/RJ]. Ofício do chefe de polícia interino, Ignácio Aciolli de Almeida, da Cidade do Desterro, ao presidente da província de Santa Catarina, em 30 de novembro de 1872. Notação IG1 - 535 rel. 1ª cx. 595.

⁶⁵² Idem, *ibidem*.

⁶⁵³ AEX *Requerimentos do século XIX*. Requerimento de Cândido José Nogueira ao Ministério da Guerra, Barão da Gávea. Em 13 de agosto de 1873.

⁶⁵⁴ Idem, *ibidem*.



D. Bárbara, a mãe espartana de Minas Gerais - "Meu filho, toma esse escudo, volta com ele ou volta sobre ele." Acervo do AHN/RJ.

Capítulo IX

Olvidados da Guerra

Neste capítulo apresentaremos fragmentos de histórias de homens e mulheres que tiveram suas vidas alteradas em consequência da guerra. Personagens anônimos de uma história não contada, esquecida, entre papéis amarelados pelo tempo e páginas de jornais antigos. Recolhemos narrativas dispersas para narrar o sofrimento e a humilhação dos olvidados da guerra.

JÚLIO JOSÉ DAS CHAGAS: “POR SER AMPUTADO DE AMBOS OS BRAÇOS, CARECE DE QUEM LHE PONHA COMIDA NA BOCA”.

Comovente e revelador é o caso do soldado Júlio José das Chagas, que teve sua triste história escrita em papéis avulsos. Revelador porque, apesar da frieza dos despachos oficiais, nas fontes pesquisadas encontrou-se o significado da solidariedade, da compaixão e do altruísmo praticados no teatro da guerra. Em detrimento dos ferimentos que sofreu na Batalha de Curupaiti, Júlio José das Chagas teve amputados os dois braços, rente ao tórax. Na época ele contava com 18 anos e, pela condição de jovem e valente soldado, comoveu médicos e companheiros de campanha – em seu auxílio, foi aberta uma subscrição pública no acampamento de Humaitá, com o objetivo de lhe garantir os meios de subsistência no regresso ao Brasil.

A primeira notícia sobre Júlio José das Chagas apareceu no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, quando ele ainda se encontrava em território paraguaio. Em 30 de outubro de 1868, o periódico informava que 120 doentes incuráveis e mutilados de guerra seguiriam para a Corte, depois de passarem pelos hospitais nos acampamentos das forças aliadas. O correspondente da folha noticiou que “entre eles vai o amputado dos dois braços Júlio José das Chagas, atestado eloquente da perícia e zelo do hábil doutor Álvaro

Sampaio”.⁶⁵⁵ Informava também a compaixão de seus camaradas de campanha que cotizaram-se “acompanhando ao infeliz mutilado, 360 libras, resultado da subscrição promovida a seu favor, entre médicos e oficiais dos três corpos do exército”.⁶⁵⁶

Todavia, o dinheiro arrecadado com a subscrição não ficou com o soldado inválido, e sim foi entregue ao presidente da Sociedade Asilo dos Inválidos da Pátria, José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho.⁶⁵⁷ Em 15 de novembro de 1868, Júlio José das Chagas, após nova inspeção de saúde, foi declarado pela junta militar incapaz de prover os meios de subsistência.⁶⁵⁸ Desde então suas súplicas foram feitas através de seu tio, Manoel José das Chagas, homem humilde e analfabeto, que dependia da boa vontade alheia para encaminhar para o Império as demandas do sobrinho.

Em 24 de julho de 1869, Manoel José das Chagas encaminhou requerimento ao comandante do Asilo dos Inválidos da Pátria, solicitando autorização para poder levar em sua companhia o sobrinho que se encontrava naquele abrigo, a fim de mantê-lo sob os cuidados da família. O mesmo documento informava que Júlio José era praça reformado e que, embora não houvesse obtido sua provisão de reforma, desejava aguardar a decisão na sua província. Em resposta ao requerimento, o ajudante da Repartição Geral, com base na inspeção de saúde, foi favorável ao requerente; entretanto, afirmou que a decisão somente cabia “ao governo de S. M. o Imperador, tomar na sua paternal consideração os defeitos físicos do praça”.⁶⁵⁹

Para subsidiar o parecer do ministro da Guerra, o major do Asilo dos Inválidos da Pátria, Raymundo José de Souza, confirmou que “o soldado Júlio faz gosto em acompanhar o seu tio recolhendo-se ao seio de sua família, onde diz ter os recursos precisos para ser zelado, atento ao seu estado que é digno de compaixão e cuidado”.⁶⁶⁰ E em seu conselho, o capitão Santos Rocha expôs que “por ser amputado de ambos os braços, carece de quem trate e até lhe ponha a comida na boca”.⁶⁶¹ Terminava o ofício atestando que o

⁶⁵⁵ BN/RJ. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 16 nov. 1868.

⁶⁵⁶ Idem, *ibidem*.

⁶⁵⁷ AHEX/RJ. Repartição do ajudante general, Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1869. *Requerimentos do século XIX*, pasta 6799, maço 283, letra J.

⁶⁵⁸ AHEX/RJ. Repartição do ajudante general, Rio de Janeiro, 24 de julho de 1869. *Requerimentos do século XIX*, pasta 6799, maço 283, letra J.

⁶⁵⁹ Idem, *Ibidem*.

⁶⁶⁰ Quartel do comando do Asilo de Inválidos da Pátria, 23 de julho de 1869. Raymundo José de Souza, major comandante. *Requerimentos do século XIX*, pasta 6799, maço 283, letra J. Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

⁶⁶¹ AHEX/RJ. Quartel da 1ª Companhia do Asilo dos Inválidos no Bom Jesus, 20 de julho de 1868. Capitão Santos Rocha. *Requerimentos do século XIX*, pasta 6799, maço 283, letra J.

comportamento do jovem soldado era exemplar e por isso julgava favorável a sua petição, mas cabia a decisão final ao ministro da Guerra.

Depois de percorrer as instâncias legais, e quase um ano após formular o pedido, o requerente teve finalmente a sua aspiração atendida. Todavia, o resultado da subscrição criada para auxiliar o moço soldado Júlio José das Chagas permaneceu no domínio da Associação Comercial, responsável pela direção do Asilo de Inválidos da Pátria. O fato gerou contestação na imprensa liberal, que acusava o governo de se apropriar de um dinheiro que não lhe pertencia.⁶⁶²

Embora a imprensa carioca publicasse histórias como a do soldado Júlio José das Chagas nas suas colunas diárias, muitas vezes essas notícias pareciam passar despercebidas aos olhos dos leitores, ávidos por escândalos ministeriais, carestia de vida, estreias das revistas teatrais recém-chegadas da Europa e por qualquer novidade que chegasse à Corte.

JUSTINO JOSÉ DE SOUZA: O VOLUNTÁRIO QUE RECEBEU UMA ESMOLA DO IMPERADOR

No dia 9 de agosto de 1865, na província de Pernambuco, Justino José de Souza e Oliveira assentou praça de Voluntário da Pátria para lutar na Guerra do Paraguai. Em 17 de novembro do mesmo ano, embarcou para o campo de batalha com a patente de cabo do batalhão pernambucano. Vigoroso e robusto, o jovem soldado enfrentou doenças e fome, resistindo às penúrias próprias de uma guerra. Austero no cumprimento dos deveres, teve atestado em sua Fé de Ofício o merecimento de três elogios por bravura no Paraguai, além do reconhecimento do Imperador D. Pedro II.

Depois de quatro anos de campanha, o soldado regressou para a província natal, em 20 de dezembro de 1869, em busca do aconchego familiar. Era necessário refazer a vida, modificada pelo longo período fora de casa, afastado das atividades que desempenhava antes de embarcar para a guerra. Todavia, desde o retorno ao Brasil, Justino José de Souza e Oliveira começou uma nova peregrinação – desta vez, para assegurar os direitos

⁶⁶² BN/RJ. Jornal. *A Reforma*, Rio de Janeiro, 12 ago. 1869.

conquistados como Voluntário da Pátria e servidor da nação. Ele queria a consideração do Império pelos serviços prestados na guerra.

A princípio percorreu as instâncias governamentais em Recife e em Olinda e, como não teve resposta para seu requerimento, comprou uma passagem de navio e dirigiu-se à Corte, com o intuito de solicitar a baixa do serviço do Exército, ao qual havia sido incorporado depois da reorganização das forças aliadas no Paraguai, quando o Conde d'Eu assumiu o comando da Tríplice Aliança. Na Corte, ele esperava ser atendido imediatamente, pois todos os seus direitos estavam assegurados pelo Decreto 3.371, de 7 de janeiro de 1865.

Nos registros históricos consta que depois de percorrer, nos primeiros dias, as Secretarias de Guerra e o próprio Ministério, no Rio de Janeiro, o cabo dirigiu suas súplicas diretamente a D. Pedro II. O monarca teria lido a Fé de Ofício de Justino José e dito que esperasse no palácio. Ele, que se inscrevera na lista dos bravos, teve então a esperada recompensa pelos serviços prestados na guerra. Sua Majestade o Imperador mandou-lhe dar dez mil réis, para que pudesse matar a fome e adiar a miséria para o dia seguinte.

Essa história foi estampada na primeira página da *Gazeta de Campinas*. O editorial tinha o objetivo de trazer como pano de fundo para as suas queixas contra o governo monárquico mais uma história de Voluntário da Pátria que foi exigir seus direitos ao Imperador e que recebeu, em troca, apenas uma esmola. Para o governo, dizia o redator, “ter em tão pouco o povo, em tão pequena valia o cidadão é temerosamente esquecer o princípio vital que o alenta e a base principal em que se apóia”.⁶⁶³ E prosseguia dizendo que proceder dessa forma, cometendo injustiça ao servidor da pátria era faltar com o dever, “cuja prática não é sem risco que ostentosa e se olvida”.

Nessa relação entre o soldado brasileiro e o governo, o redator assim definiu o esquecimento: “Olvidar, aqui, é atentar contra os direitos sagrados”.⁶⁶⁴ Mas de quais direitos sagrados tratava o autor do editorial? Era dia de Natal quando circulou tal notícia e, em meio à festa familiar, certamente o redator procurou comover seus leitores levando ao conhecimento público a prática considerada por ele como “desumana e repugnante”. No entanto, em meio às últimas novidades da Europa, aos conflitos e às intrigas dos gabinetes do governo, às festas e aos espetáculos que ocorriam na cidade, entre outros eventos, rapidamente essa notícia não passaria de uma velha história, esquecida e substituída por uma mais recente e polêmica.

⁶⁶³ BN/RJ. Jornal *Gazeta de Campinas*, Campinas, 25 dez. 1869.

⁶⁶⁴ Idem, *ibidem*.

No Ano Novo era costume entre os jornais da Corte realizar uma reflexão sobre o ano que havia acabado. Os impressos também tratavam das perspectivas do ano que se iniciava – em sua maior parte, até nos tempos da guerra, eram ponderações de caráter econômico e sobretudo político. Esses eram os temas prediletos dos jornais de oposição, de alguns periódicos jocosos e mesmo daqueles ligados ao governo.

A situação vivida por Justino José foi também enfrentada por muitos soldados que partiram para os campos paraguaios. Inúmeros processos semelhantes puderam ser identificados na documentação examinada nos ministérios da Guerra, Fazenda, Negócios Estrangeiros, Império e Marinha.

MANOEL RODRIGUES: “ORGULHO DE SER BRASILEIRO, EMBORA A PÁTRIA LHE SEJA INGRATA”

Um ano antes de seu compatriota Justino, Manoel Rodrigues Braga também havia reclamado seus direitos. Manoel prestou numerosos serviços ao país, entre os quais o de alistar homens para a criação do primeiro batalhão de Voluntários da Pátria da província do Rio de Janeiro. Na ocasião, sua dedicação foi reconhecida pelo conselheiro José Liberato Barbosa, ministro do Império, e pelo conselheiro Henrique de Beauperie Rohan, ministro da Guerra.

No início da campanha do Paraguai, os apelos do governo brasileiro ao patriotismo foram atendidos por cidadãos de todas as partes do país, e os representantes do governo – assim como o monarca – apoiaram qualquer iniciativa particular que tivesse o intuito de criar forças para debelar o inimigo que ameaçava as fronteiras do Brasil. Com a intenção de aumentar o contingente das forças militares, em 7 de janeiro de 1865 o governo de D. Pedro II editou o Decreto Imperial que garantia direitos a todos aqueles que diretamente ou indiretamente se relacionassem com os acontecimentos referentes à guerra.

Manoel Rodrigues marchou como oficial para o teatro da guerra em 1865. No arroio de São Francisco, caiu gravemente doente e foi remetido para a Corte com licença concedida pelo general Osório. O voluntário não regressou mais aos campos de batalha, uma vez que o ministro da Guerra caçou sua patente de oficial. O ministro também determinou que o Ministério da Fazenda lhe cobrasse três meses de soldos, recebidos

adiantadamente, na condição de que a quantia fosse descontada pela quinta parte de seus vencimentos e restituída ao Tesouro Nacional.

Manoel passou a sofrer de graves enfermidades nos pulmões e na laringe, além de inflamação no intestino. Esgotou todos os recursos, a ponto de não ter como pagar os medicamentos, passando, então, a enfrentar problemas financeiros que atingiam a si e a sua numerosa família, residente na Rua do Sabão, número 320. Ele sobrevivia da caridade de alguns comerciantes daquela praça, que reconheciam o drama enfrentado pelo defensor da pátria.

A breve história de Manoel Rodrigues Braga foi relatada pelo *Diário do Povo*. Ele era um dos primeiros Voluntários da Pátria, “que tantos serviços prestou [e que] até hoje só teve como recompensa o esquecimento!”.⁶⁶⁵ O jornal finalizou o relato dizendo que, apesar de tudo, Rodrigues Braga ainda se orgulhava de ser brasileiro, “embora a sua pátria lhe seja ingrata”.⁶⁶⁶

Durante a guerra contra o Paraguai, alguns jornais brasileiros dedicaram-se cotidianamente a denunciar as práticas do governo monárquico em relação aos soldados que lutaram na defesa da pátria, realizadas através dos ministérios e consideradas reprováveis. Eram frequentes as notícias que apontavam o estado de miséria em que se encontravam viúvas de soldados, irmãos, pais e filhos que, perdendo o arrimo da família, não tinham como sobreviver, senão da caridade pública ou das esmolas dadas pelo governo.

MANOEL CÂNDIDO PEREIRA E ANTÔNIO DA SILVA MELLO: A SÚPLICA DOS RESENTIDOS NOS JORNAIS

Na imprensa também se tornou comum a publicação de súplicas dirigidas ao Ministério da Guerra e ao Imperador, escritas pelos requerentes ou, na maior parte, a rogo destes. Assim, algumas dessas histórias são hoje conhecidas por meio dos relatos dos próprios envolvidos na guerra. As narrativas quase sempre obedeciam a uma sequência. Iniciavam-se com a trajetória do soldado na guerra, atestada pela Fé de Ofício, seguida algumas vezes pela intervenção do jornalista no texto. Este, para reforçar as histórias, citava

⁶⁶⁵ BN/RJ. Jornal *Diário do Povo*, Rio de Janeiro, 4 dez. 1868.

⁶⁶⁶ Idem, *ibidem*.

o desamparo de crianças, pais, irmãos e esposas de muitos Voluntários da Pátria e Guardas Nacionais, procurando assim apelar para o senso de justiça do governo que, muitas vezes, abandonou à própria sorte e condenou ao esquecimento os servidores da pátria.

Foi o caso de Manoel Candido Pereira, que recorreu ao jornal *A Reforma* para tornar pública a situação de extrema miséria em que se encontrava. Ele utilizou o espaço destinado ao leitor, onde se publicavam cartas na seção denominada “A Pedido”:

Ao Ministro da Guerra:

O abaixo assinado sem meios de subsistência para si e para a sua família, mãe, mulher, filhos e irmãos, tendo marchado para o Paraguai em 1865 como guarda nacional no contingente dado pelo 1º batalhão de fuzileiros à presidência do Rio de Janeiro, município de Niterói, tendo voltado como praça depois de terminada a guerra com o primeiro batalhão de Linha. Aquartelado na Armação, tomando parte no último feito de Aquidaban, e achando-se indevidamente como praça nesse batalhão, requereu ao presidente da província sua baixa por ser voluntário, e este ouvindo o comandante do 6º batalhão da guarda nacional declarou ser voluntário. O presidente requereu ao ministro da guerra a sua baixa em junho de 1869 e agora deram-lhe baixa, mas não lhe pagaram sua gratificação de voluntário. Até hoje 3 requerimentos tem feito que sempre levam sumiço na secretaria de guerra, bem como duas reclamações do presidente em favor do suplicante. O governo imperial deve olhar com mais atenção para um pobre chefe de família que não tem meios e nem pode todo dia pagar passagem para vir a secretaria da guerra perder o seu tempo. O suplicante é morador na freguesia de Itaipu, distante duas léguas de Niterói.

Assina: Manoel Candido Pereira.⁶⁶⁷

Esse também foi o procedimento do baiano Antônio da Silva Mello – capitão honorário do Exército, mutilado na guerra contra o Paraguai – para atrair a atenção do Imperador para sua melindrosa situação. Em carta publicada pelo jornal, ele alegava ter sido injustiçado pelo vice-presidente da Bahia, que não lhe concedera um emprego público – direito que, em sua opinião, era-lhe assegurado, na condição de servidor da pátria.

Em virtude da impossibilidade de exercer qualquer ofício que lhe exigisse saúde e vigor físico, Antônio da Silva Mello invocou o artigo 9º do Decreto de 7 de janeiro de 1865, que estabelecia a preferência na ocupação de empregos públicos para o Voluntário da Pátria que servira na guerra.⁶⁶⁸ O suplicante expôs suas habilitações para o cargo, que lhe fora negado quatro vezes. Por último, explicou que depois de novamente solicitar ao vice-

⁶⁶⁷ BN/RJ. Jornal *A Reforma*, Rio de Janeiro, 5 jan. 1871.

⁶⁶⁸ BN/RJ. Jornal *A Reforma*, Rio de Janeiro, 7 mar. 1873.

presidente da província da Bahia novo emprego, desta vez o de escrivão de órfãos da cidade de Santo Amaro, “teve ainda o desgosto de se ver preterido pelo bacharel Luiz Jacinto Vergne de Abreu, que sendo juiz municipal pediu demissão desse emprego para melhorar, com preterição do suplicante”.⁶⁶⁹

Entretanto, Antônio da Silva Mello sentia-se no direito de ser nomeado. Quando o governo imperial apelou para os brios de seus compatriotas na defesa da pátria ultrajada, acrescentou, “nós voluntários de pronto acudimos, abandonando o que nos era mais caro, e não trepidamos em sacrificar nossas vidas em defesa da pátria; para hoje sermos preteridos por aquele que nenhum serviço dessa ordem tenha prestado ao país”.⁶⁷⁰

Assim, por meio da imprensa, ele tentou negociar com o governo imperial sua promoção. O suplicante, “sem nenhum outro intuito, se não o de ter um ofício, de onde tire os meios de subsistência, visto que se impossibilitou para qualquer trabalho material, propunha-se, caso fosse empossado no cargo que requereu, desistir da pensão concedida por carta imperial de 1 de fevereiro de 1868”.⁶⁷¹ Também se obrigava a conceder, no espaço de três anos, carta de liberdade para cinco escravos.

Antônio Mello era um jovem de apenas 27 anos. Sem a perna, mutilada na guerra, pereceria como outros soldados que se entregavam à bebedeira, à vadiagem e à apatia diante da vida. Não queria ser censurado por aqueles que amiúde apontavam para a ociosidade dos inválidos nas ruas da cidade. Não desejava ser esquecido pela história pátria que lhe tirou a perna quando lutou em sua defesa. Talvez por meio da imprensa pudesse narrar suas proezas de campanha e demonstrar o seu ressentimento com a nação.

Ressentido também era o soldado João de Deus, mutilado do braço direito, foi empregado na portaria da Escola Central, na Bahia. Os alunos que ali estudavam frequentemente eram vistos reunidos a sua volta para ouvir as histórias épicas da campanha. Todavia, menos de cinco anos depois de concluída a guerra, o velho soldado não despertava mais o interesse dos estudantes com suas histórias e menos ainda com as narrativas heroicas que a si atribuía.⁶⁷² O esquecimento cobriu com o seu manto o velho servidor da pátria.

Se no decorrer da guerra o não cumprimento do Decreto Imperial que criava os corpos de Voluntários da Pátria era justificado pela falta de documentos comprobatórios apresentados pelos suplicantes, depois do conflito agravou-se o descaso do governo com os

⁶⁶⁹ Idem, *ibidem*.

⁶⁷⁰ Idem, *ibidem*.

⁶⁷¹ BN/RJ. *Jornal A Reforma*, Rio de Janeiro, 7 mar. 1873.

⁶⁷² IGHB. *Jornal O Alabama*, Salvador, 3 fev. 1875.

soldados que serviram na campanha. Viúvas e órfãos, inválidos e soldados que fizeram a campanha recorreram ao governo e, por mais de quatro décadas, requereram o pagamento de pensões, etapas, vencimentos atrasados, lotes de terras. Suas petições eram mandadas para o depósito dos “impossíveis” com a competente “guarda-se”⁶⁷³ do ministro. No Exército e na Marinha, por ocasião das promoções, quase sempre foram preteridos homens que tinham o prestígio do governo em detrimento de soldados anônimos.

Tão logo a guerra foi concluída, a imprensa de oposição – leia-se *A Reforma* de Porto Alegre e *A Reforma* do Rio de Janeiro – foi incansável em atacar o governo pela demora em indenizar as famílias dos soldados mortos na guerra.

Quantas famílias de valentes defensores da pátria gemem na miséria, por terem perdido o pai, o irmão, o esposo. Quantos destes defensores abandonaram seus empregos e indústrias se encontram em dificuldades amargas e com o rubor de vergonha estendem a mão à caridade de seus compatriotas e o governo que não se preocupou com os voluntários; o governo tem tempo para ocupar-se com festas.⁶⁷⁴

O jornal *A Reforma* de Porto Alegre, em 13 de junho de 1870, informou aos seus leitores a decisão do governo imperial de não indenizar com o prêmio de trezentos mil réis os voluntários que regressassem da guerra antes da batalha de Aquidaban. Assim, todos aqueles que retornaram por moléstias adquiridas em campanha, segundo o disposto no aviso de 27 de fevereiro 1870, não receberiam a quantia prometida na hora do embarque para a guerra.

A Reforma defendia que a pensão equivalente ao soldo não poderia incidir sobre o pagamento do prêmio: “Como, pois, negar-se agora aos gloriosos mutilados que regressam do Paraguai, o prêmio que têm direito sobre o pretexto da pensão diária de 200\$, 300\$ e 400\$ que alguns deles que percebera?”⁶⁷⁵ O pagamento do soldo integral por invalidez, decorrente de moléstias ou de ferimentos adquiridos em campanha, foi uma questão que se arrastou por muitos anos, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado. Restringir o pagamento da gratificação era, no entendimento do jornal, uma atitude arbitrária porque

⁶⁷³ BN/RJ. Jornal *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 3 maio 1886.c

⁶⁷⁴ BN/RJ. Jornal *A Reforma*, Rio de Janeiro, 1º jun. 1870.

⁶⁷⁵ MCSHJC. Jornal *A Reforma*, Porto Alegre, 13 jun. 1870.

premiava apenas aqueles que voltassem sadios e tivessem a fortuna de regressarem à pátria depois de 1º de março de 1870.⁶⁷⁶

Assim foi publicado no jornal sobre a interpretação que o governo imperial pretendeu dar ao Decreto 3.371 de 7 de janeiro 1865: “é uma perfeita injustiça. Cabe-lhe o dever e a obrigação de cumprir religiosamente as cláusulas em virtude das quais tomaram armas os soldados voluntários da pátria”.⁶⁷⁷

Muitos soldados que desembarcaram na Corte em pequenos contingentes antes que a guerra terminasse – na maior parte doentes, convalescentes ou mutilados – chegavam do Paraguai com a baixa do serviço militar. O prolongamento da estadia desses soldados no Rio de Janeiro devia-se, sobretudo, ao não atendimento de suas súplicas feitas às autoridades do governo monárquico, principalmente referentes aos pagamentos de soldos atrasados, etapas e pensões, assim como o prêmio de trezentos mil réis prometido por decreto.

TRANQUELINO TEIXEIRA MACHADO: VENDEU O ‘HÁBITO DE CRISTO’ PARA REGRESSAR À PROVÍNCIA

Mesmo com a saúde restabelecida, bandos de soldados permaneciam na Corte, entregues à prática de jogos de azar, à vida boêmia em prostíbulos, e a tudo que a capital do Império podia oferecer. Finalmente, sem recursos nem para retornar a suas respectivas comarcas, aguardavam a benevolência do governo em pagar as passagens dos navios que se dirigiam para as diversas províncias litorâneas ou dos trens para o interior do país.

Essa foi a situação vivida por Tranquelino Teixeira Machado que, depois de prestar serviços militares por doze anos, marchou para a campanha do Paraguai, em 1865, como primeiro sargento do 10º batalhão de Infantaria. No território inimigo ele contraiu doença incurável, sendo licenciado depois de uma inspeção médica. Quando almejou voltar para casa, onde buscaria restabelecer-se, solicitou ao ministro da Guerra uma passagem, que lhe foi negada. Ele então apelou ao Imperador, humilhando-se ao dizer que teria de vender as

⁶⁷⁶Idem, *ibidem*.

⁶⁷⁷Idem, *ibidem*.

roupas do corpo para pagar o transporte – ao que D. Pedro II respondeu que não chegaria a tal situação.⁶⁷⁸

O alferes Tranquelino Teixeira Machado finalmente conseguiu embarcar para a Bahia no dia 9 de junho de 1869. Não com o dinheiro prometido pelo Imperador, e sim com o fruto da venda de seu Hábito de Cristo, condecoração concedida pelo general Osório, por mérito e bravura na guerra. Assim, o soldado retornou para casa sem a medalha que atestava seus feitos de campanha. Possivelmente levou consigo apenas um velho papel amassado, sua Fé de Ofício, para utilizá-lo apropriadamente na aquisição de alguma pretensão junto às autoridades na província.

JOSÉ, ROQUE, JOÃO, ROMÃO E MANOEL: VOLUNTÁRIOS BAIANOS MUTILADOS, HUMILHADOS E RESSENTIDOS

O jornal *O Alabama*, da Bahia, descreveu a indignação de um ex-combatente de guerra. O jornal tinha uma predileção por narrar histórias de inválidos, pois comparando com as demais províncias do Império, a Bahia foi a província que ofereceu o maior número de voluntários para a guerra. Ali, as cicatrizes da campanha estavam mais expostas à apreciação pública.

- Vê aquele homem arrimado a duas muletas, coberto de andrajos?
- O infeliz a quem a deformidade priva de ganhar a vida e obriga a mendigar.
- Ontem não era assim. Era um homem robusto e perfeito; um bravo que se inutilizou derramando o seu sangue na defesa de sua pátria.⁶⁷⁹

Aquele homem atendia pelo nome de José Plínio de Oliveira e foi praça da cavalaria de polícia da Bahia. Quando estourou a guerra, passou para a fileira do Exército e marchou para o Paraguai. Tomou parte em diversos combates até ser baleado em uma das coxas e sofrer uma contusão na outra perna. Regressando à Bahia, ele requereu a gratificação de trezentos mil réis, de acordo com o Decreto 3.371, de 7 de janeiro de 1865.

⁶⁷⁸ BN/RJ. Jornal *Opinião Liberal*, Rio de Janeiro, 15 jun. 1869.

⁶⁷⁹ IGHB. Jornal *O Alabama*, Salvador, 11 jan. 1871.

O pagamento lhe foi negado justamente por ele ter retornado do Paraguai antes de encerrada a campanha. O Ministério da Guerra, porém, prometeu-lhe reforma e pensão. José Plínio nada obteve do governo. Paralítico, viu as carnes de sua perna contusa caírem, deixando os ossos expostos.

Sobre o ressentimento do ex-combatente o jornal baiano dizia que “se aquele homem magoado por tanta ingratidão amaldiçoara a hora em que se sacrificou defendendo a honra de seu país, ninguém tem o direito de lhe levar a mal”.⁶⁸⁰ O *Alabama* terminava o artigo alertando aqueles que regressassem da guerra para que não chorassem pelos companheiros falecidos nos campos de batalhas todas as suas lágrimas, mas por si mesmos e pelo futuro incerto, de privações e desamparo, a que ficariam sujeitos depois da campanha.

Voluntários da Pátria não chorem todas as vossas lágrimas pelas ousadas de seus companheiros que se finaram nesse fúnebre necrópole do Paraguai, longe da família. Voluntários da Pátria reservem dessas lágrimas, as mais amargas, para chorardes no dia da fome e da miséria, que vos aguarda como prêmio!⁶⁸¹

As cicatrizes da guerra tornavam-se visíveis na proporção em que ela chegava ao seu término. Durante a campanha, o governo imperial, através de seus ministérios, fez o possível para conter as denúncias de maus tratos aos soldados. O governo monárquico tratou de deter, inicialmente, os feridos e mutilados, que necessitavam de serviços médicos, na província de Santa Catarina, onde instalou um hospital e uma enfermaria provisórios. Assim, evitou-se a presença dos soldados feridos na Corte e a remessa desses ex-combatentes invalidados para suas respectivas províncias, com a promessa que os direitos e as reivindicações seriam atendidos quando eles estivessem em suas casas.

O Asilo de Inválidos da Pátria – erguido na Ilha de Bom Jesus, no Rio de Janeiro, e inaugurado em 1868 – abrigou, também longe da população carioca, infelizes soldados. Mas se na Corte o governo conseguia amenizar o impacto da guerra, visivelmente presente nos soldados moribundos, mutilados e doentes, o mesmo não ocorria nas províncias, onde os jornais denunciavam episódios frequentes envolvendo soldados entregues à miséria depois da campanha. Ao contrário da indiferença do governo em relação às vítimas

⁶⁸⁰ Idem, *ibidem*.

⁶⁸¹ Idem, *ibidem*.

anônimas na capital do Império, as províncias tratavam de apoiá-las, pois o sentimento de pertencimento, a identificação e a aproximação dos soldados com seus conterrâneos os tornavam mais visíveis.

Circulando pelas ruas de Salvador, Roque Pereira, ex-combatente invalidado por ferimentos em campanha, exibia a condecoração que recebeu do Imperador por atos de bravura. Aos transeuntes da cidade baiana indagava, ressentido pelo próprio estado de penúria:

De que serve este Hábito de Cristo que vê-me pender no peito, se o governo de minha pátria me deixa morrer de fome, a mim que me mutilei no serviço dela? Vê esta perna? É uma parte inútil do corpo; só ela recebeu duas balas.⁶⁸²

Roque requereu do governo imperial o pagamento a que alegava ter direito pelos serviços prestados na guerra. Nada conseguiu. Ele afirmava que se na Corte nada havia alcançado, não seria na província natal que as suas dificuldades seriam mitigadas. Na condição de indigente, dizia que seria obrigado a puxar carroça com a condecoração no peito, mas que tinha certeza de que seus irmãos de pátria iriam se sensibilizar com sua terrível condição, já que na “Corte de gente estranha” eram todos indiferentes ao seu estado de infortúnio.

Na mesma condição de privação estava o soldado Romão de Aquino Gomes, que, em requerimento ao comandante das armas da Bahia, declarou ter sido ferido na perna direita no ataque de 24 de maio de 1866. Em consequência da lesão ficou aleijado, e por não ter obtido pensão foi obrigado a recorrer à caridade pública, esmolando nas ruas para obter um par de muletas, uma camisa, uma calça e uma blusa, pois as roupas que possuía estavam inutilizadas.⁶⁸³ O ex-combatente expunha também que, de passagem na Corte, sequer lhe deram um agasalho para matar o frio, pois ninguém o tratara como um soldado da pátria.

Idêntico infortúnio padeceu João Carlos de Souza França, que embarcou da cidade de Salvador para a Guerra do Paraguai no batalhão comandado pelo coronel Modim Pestana. João Carlos combateu nos dias 18 e 24 de maio de 1866 e foi baleado na perna direita. De volta a Salvador, ele viveu esmolando de porta em porta, como espelho da

⁶⁸² IGHB. Jornal *O Alabama*, Salvador, 18 mar. 1870.

⁶⁸³ APEBa. Seção Colonial e Provincial, maço 3419.

miséria da própria terra que o havia abandonado. O jornal *O Alabama*, divulgou que enquanto a guerra estava em curso, ao Brasil chegavam silenciosamente caravanas de inválidos e desamparados pelo Império. “Deixai passar a turba de mendigos”, publicou o jornal.⁶⁸⁴

Eram homens que penduravam no peito, sob a blusa esfarrapada, uma fileira de fitas multicores, atestando o heroísmo no campo de batalha – “aqueles fragmentos de fardas ocultavam cicatrizes honrosas obtidas na defesa da pátria. Deixai passar os mendigos!”⁶⁸⁵ Eram sujeitos sustentados por pedaços de pau, tidos como muletas, pois haviam perdido a perna nas trincheiras inimigas. Homens que traziam as mangas de suas blusas pendentes, porque haviam deixado ambos os braços nas banhadas paraguaias.

O mesmo jornal descreveu o caso do soldado cujo rosto ficara medonho depois de ter ficado cego em função de uma descarga à queima roupa. “Privado dos olhos não se fez calar-se bradando pelas ruas: Viva o Imperador! Viva a nação brasileira”.⁶⁸⁶ Era apelidado de doido pelos transeuntes e enxotado pelos moleques das ruas, que lhe atiravam pedras. Mas que em sua loucura os gritos eram, na verdade, uma ironia direcionada ao governo que lhe abandonara.

Em setembro de 1870, entre os homens que trabalhavam na Companhia Baiana no trapiche da Barra, encontrava-se um servente que – apesar das roupas andrajosas, do rude emprego de carregar e descarregar barcos e de remar canoas conduzindo passageiros para bordo dos vapores que ali chegavam – havia sido um combatente da Guerra do Paraguai. Ele se criara na Bahia e, muito jovem, havia se alistado no Corpo Policial da província e atingiu os postos de cabo, segundo e primeiro sargento, e tenente.

A história desse homem confunde-se com o início da guerra: em 13 de março de 1865 ele embarcou para o Paraguai sob o comando do major Carlos Ferreira de Castro. Na passagem pelo Rio de Janeiro, foi designado alferes por antiguidade. Tomou parte na batalha de 24 de maio de 1866, nos combates de 16 de julho de 1866 e no ataque de Curupaiti. Voltou para Tuiuti, em princípios de julho de 1867, onde foi promovido ao posto de tenente. O nome do tão brilhante soldado era Manoel da Cunha Mesquita, que também havia sido cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa e porta estandarte na batalha de 24 de maio de 1866.⁶⁸⁷

⁶⁸⁴ IGHB. Jornal *O Alabama*, Salvador, 13 dez. 1866.

⁶⁸⁵ Idem, *ibidem*.

⁶⁸⁶ Idem, *ibidem*.

⁶⁸⁷ IGHB. Jornal. *O Alabama*, Salvador, 17 set. 1870.

Em outras províncias também registraram-se casos idênticos. No Rio Grande do Sul não houve silêncio diante das cicatrizes de seus provincianos, expostas nas ruas da capital. A Reforma de Porto Alegre igualmente mostrou a situação de indigência de combatentes que esmolavam pelas ruas da cidade. Os gaúchos compuseram as forças do Exército de linha, majoritariamente.

Joaquim Anselmo de Santana, natural de Porto Alegre, após vinte anos de serviços prestados na Marinha de Guerra brasileira, marchou para o Rio de Janeiro e de lá ingressou em um dos batalhões que seguiram para o Paraguai. Como praça, lutou nas batalhas de Paissandu e Riachuelo, onde adquiriu grave enfermidade que o levou ao hospital de Assunção. Na inspeção médica foi considerado incapaz para o serviço militar. Joaquim retornou para o Rio de Janeiro, onde recebeu a baixa do serviço da Marinha. Inutilizado, era mais um soldado lançado pelo governo à penúria – de volta ao Rio Grande do Sul, passou a viver como indigente até ser recolhido à Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.⁶⁸⁸

MÃES, VÍUVAS E ÓRFÃOS DA GUERRA DO PARAGUAI

Nos anos da guerra, parte da imprensa brasileira demonstrou apoio incondicional às famílias de voluntários que sucumbiram no campo de batalha. Era comum a abertura de subscrições públicas nas redações dos jornais para atender às necessidades daqueles que se encontravam abandonados pelo governo. Um periódico publicado na província de São Paulo, transcrito pelo *Diário do Rio de Janeiro*, informava que parte do dinheiro da subscrição levantada na Corte para os festejos da chegada dos voluntários paulistas fora remetida às famílias daqueles que sucumbiram na guerra.

O jornal destacou a necessidade de amparar a família do voluntário José Furtado Filho, da cidade de Itu, que havia morrido em combate. Segundo o jornal, ele era filho único de uma senhora de sessenta anos, “quase idiota”, e neto de uma anciã de mais de noventa anos, sendo que ambas viviam na maior pobreza. “Pois bem, porque não se há de socorrer a

⁶⁸⁸ MCSHJC. *Jornal A Reforma*, Porto Alegre, 7 abr. 1870.

esta velha com alguma mesada, ou pelo produto da referida subscrição, ou pela caixa da sociedade protetora dos voluntários, que existe nessa cidade?”, publicou o jornal.⁶⁸⁹

Inúmeras mulheres foram vítimas dos infortúnios provocados pela guerra e, com a perda dos maridos, viram-se entregues à pobreza. Exemplo disso é a viúva do general Guilherme, cuja história foi publicada em 1872 no jornal *A Reforma*. O general Guilherme passou para a história da Guerra do Paraguai como o comandante que substituiu Caxias até a chegada do Conde D’Eu ao comando das forças aliadas. Adoentado, “sem mesmo poder montar a cavalo o general Guilherme, por desprendimento patriótico” assumiu o posto para reorganizar o exército. “Finou-se legando a sua família a herança de todos os servidores honrados deste país – a pobreza”.⁶⁹⁰

A viúva do general Guilherme passou a viver modestamente do meio soldo que lhe deixou o seu marido, no valor de noventa mil réis mensais. Lamentando a condição de penúria da viúva, o jornal *A Reforma* atribuiu seu estado à ingratidão da pátria: “Passou o homem, passaram seus serviços. O esquecimento para estes, de que já não necessita e a ingratidão para aquele que já não pertence aos vivos”.⁶⁹¹

Na época, para habilitar-se ao benefício de uma pensão dada pelo governo, a esposa, filha, mãe ou viúva tinha que comprovar o parentesco com o combatente. Para isso era necessário apresentar atestado de batismo, certidão de casamento, testemunhas de que vivia em matrimônio, de boa conduta etc. Era preciso encaminhar requerimentos à majestade imperial, ao cônego vigário, ao vigário paroquial, ao inspetor provincial, ao inspetor de quarteirão, à Secretaria do Tesouro e à Secretaria do Estado dos Negócios de Guerra – além de documentos, como decretos da legislação militar, que embasavam os pedidos. Só então, depois das verificações, se apresentava um parecer que era encaminhado para aprovação por Decreto Legislativo.

⁶⁸⁹ BN/RJ. Jornal *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 27 maio 1870.

⁶⁹⁰ BN/RJ. Jornal *A Reforma*, Rio de Janeiro, 5 ago. 1872.

⁶⁹¹ Idem, *ibidem*.



D. Rosa Maria Paulina da Fonseca abençoa os 7 filhos que foram para guerra do Paraguai. Acervo do AHN/RJ.

Assim, as dificuldades em dirigir súplicas ao governo eram de todas as ordens. Esbarrava-se frequentemente na burocracia que, conjugada com o estado de miséria de muitos suplicantes, tornava quase sempre impossível ou demorada a obtenção daquilo que se almejava com as reclamações dirigidas às autoridades.

Caetana Maria de Araújo, baiana, era viúva pobre e mãe de um Voluntário da Pátria morto no combate de Lomas Valentinas. Ao procurar por meios legais obter uma pensão, foi informada pelo comandante das armas que, para fazer tal pedido, deveria juntar os seguintes documentos: folha corrida do filho, justificativa perante o juízo dos fatos, a identidade da suplicante, certidões tiradas das secretarias dos ministérios da Guerra e Justiça, entre outros. Carregada de filhos e reduzida à condição de mendicidade, Caetana Maria não pôde pagar pelos documentos exigidos. Teve, então, de recorrer à presidência da província, pedindo uma esmola dos donativos recolhidos pela Caixa Econômica, destinados ao amparo das famílias pobres dos voluntários mortos em combate.⁶⁹²

Maria Joaquina de Santana, residente na Vila de São Sebastião de Marahu, também pediu ao Ministério dos Negócios da Guerra uma pensão, alegando que seu filho – o segundo sargento do 32º Corpo de Voluntários da Pátria, Antônio da Silva Porto – havia falecido em combate, no dia 22 de setembro de 1866. Exigiram da peticionaria a remessa

⁶⁹² APEBa, Seção Colonial e Provincial, Guerra do Paraguai, maço 3673.

para a Secretaria de Estado dos seguintes documentos originais: folha corrida, certidão de batismo, certidão de assentamento de praça, provas de que faleceu ainda solteiro e que a alimentava, certidão das secretarias de Estado do Império e da Guerra, declarando se a suplicante recebeu algum tipo de ajuda e, finalmente, certidão de que nenhuma quantia recebera dos cofres públicos. Com exceção da certidão de batismo, só era possível obter todas as demais informações solicitadas pelo Ministério na própria Corte.⁶⁹³

Muitas das suplicantes, pálidas matronas cobertas de luto, que entre soluços e prantos se fizeram presentes na recepção dos Voluntários da Pátria, expuseram sua dor durante os desfiles das tropas:

Não viam os entes seus queridos, que se finaram longe delas, e dos quais nem ao menos podiam ter o piedoso consolo de possuir os ossos; apesar disso, lançaram também flores e engrinaldaram as esfarrapadas bandeiras manchadas com o sangue dos que as carregavam no mais encarniçado combate em que foram feridos e morreram com elas abraçados!⁶⁹⁴

Em condição de extrema penúria, Ana Maria Simplicia de Jesus pôs a farda de seu marido, Guarda Nacional do 6º batalhão da cidade de Salvador, à venda. A anunciante teve a infelicidade de não ter suas reclamações atendidas, apesar de ter se apresentado ao presidente da província da Bahia com três filhas menores. Reduzida à miséria, desalojada do teto onde se abrigava, por não poder pagar o aluguel, desamparada e sem meios para manter a família, lançou-se a esse precário recurso. A referida farda estava à venda na loja número 17 da Rua do Julião, em Salvador.⁶⁹⁵

Um ano após concluída a Guerra do Paraguai, *A Reforma* publicou: “os feitos da tão memorável campanha se vão como obliterando da mente dos brasileiros”.⁶⁹⁶ Para o jornal havia uma explicação para o esquecimento: “Dar-se-ia que a atenção pública, solicitada por novos acontecimentos, sente invencível repugnância envolver aquela longa contemplação de sangue, que fatigou o sentimento nacional”.⁶⁹⁷ Entretanto, ressaltava a folha liberal:

⁶⁹³ APEBa. Seção Colonial e Provincial, Avisos recebidos do Ministério da Guerra, maço 831.

⁶⁹⁴ BN/RJ. *Jornal Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 3 maio 1886.

⁶⁹⁵ IGHB. *Jornal O Alabama*, Salvador, 30 nov. 1866.

⁶⁹⁶ BN/RJ. *Jornal A Reforma*, Rio de Janeiro, 12 maio 1871.

⁶⁹⁷ Idem, *ibidem*.

Há para todo brasileiro o dever de recordar sempre e transmitir ao futuro os serviços memoráveis prestados por tantos bravos, por tantos varões cheios de patriotismo, cujo exemplo encheu de contemplação os seus compatriotas.⁶⁹⁸

Com essa consideração, o jornal liberal anunciava a notícia do falecimento, na província de Santa Catarina, do general Guilherme Xavier de Souza, que “honrou o Brasil durante o conflito e os brios da classe militar da guerra do Paraguai; e poucos, bem poucos, ainda se recordavam do quanto a pátria devia a esse mártir”. Também rememorou no mesmo artigo a passagem pela Corte, naqueles dias, do Barão de São Borja, cuja bravura seria sempre lembrada por seus camaradas e nos campos do Paraguai. No entanto, quase ninguém notara sua presença na Corte.

Como que justificando o esquecimento que se lançava sobre a história da Guerra do Paraguai, o jornal afirmava que:

Não é ainda chegado o tempo de escrever a história da guerra do Paraguai. Mas a geração contemporânea que assistiu dia por dia o desenrolar do drama assombroso, tem o dever de recolher os fatos, tomar o testemunho de cada um, apurar a verdade, para transmiti-la inteira aos vindouros, e assim aproveitarem sempre, germinando no futuro, os exemplos de abnegação e de patriotismo que se escreveram naquela sangrenta cruzada contra a barbárie.⁶⁹⁹

Em uma pequena nota, foi encontrado o caso do alferes Francisco de Paula Monteiro de Albuquerque, que em novembro de 1864 marchou da província de Pernambuco, no 7º Batalhão de Infantaria de Linha, para a campanha do Uruguai, seguindo para Uruguaiana depois do fim da guerra. No Paraguai, foi elevado ao posto de tenente por antiguidade. Em agosto de 1868, foi promovido pelo general Duque de Caxias a capitão, por atos de bravura. Em 23 de setembro do mesmo ano, na ponte de Suribibi, foi morto em combate.

Francisco de Paula deixou na miséria a família, composta de mulher e quatro filhos, que passou a esmolar na capital do Rio Grande do Norte. “Causa horror ver semelhante

⁶⁹⁸ Idem, *ibidem*.

⁶⁹⁹ BN/RJ. Jornal *A Reforma*, Rio de Janeiro, 12 maio 1871.

desgraça, mas infelizmente em todo o império vê-se isto enquanto na corte desperdiça 200 contos em festejos”.⁷⁰⁰ Caberia ao governo imperial averiguar a exatidão dos fatos e, no caso de sua confirmação, acrescentava *A Reforma*, “dar as providências, para que a família de um bravo não esmole o pão da caridade pública”.⁷⁰¹ O autor, condoído com a história da família do voluntário morto na campanha, retomou a notícia na mesma coluna do jornal, dessa vez com a intenção de informar ao leitor que na redação estava aberta uma subscrição com o propósito de ajudar os familiares do bravo herói morto na guerra. No dia 7 de março de 1871, o jornalista voltou outra vez a sua atenção para a subscrição, asseverando que “nenhuma pataca havia sido oferecida”. E justificou a falta de interesse dos leitores, mais “preocupados com as novidades que chegam da Europa e com o alvoroço no senado”.⁷⁰²

Se por um lado a indignação do redator revela o descaso e a indiferença do governo imperial com a família do bravo soldado, por outro lado indica que o interesse popular sobre os assuntos referentes à guerra desapareceu quando esta terminou, com a vitória do Brasil. Os jornais rapidamente se voltaram para novas questões pertinentes ao cotidiano da sociedade brasileira; neles não cabia mais a repetição de fatos semelhantes, depois de encerrada a guerra.

As petições – antes publicadas nos jornais por interessar aos leitores que acompanhavam o desenrolar da guerra, ou por oposição partidária ao governo de D. Pedro II – foram lançadas ao esquecimento. Nenhuma das histórias publicadas nos anos da guerra retornou à ordem do dia da imprensa, depois de concluída a campanha.

JOAQUIM JOSÉ PITANGA: MEDALHAS PARA UM VETERANO ESQUECIDO

O caminho que restou aos defensores da pátria, assim como a seus familiares, foi o da burocracia do governo. As vozes de inválidos, de viúvas, de órfãos e de soldados, ficaram silenciadas nas pilhas de requerimentos e petições dirigidas ao monarca. Essas súplicas eram referentes a promoções na carreira militar, reajustes de soldos, baixas do serviço militar, gratificações, empregos públicos, pensões, muletas, passagens de navios, esmolas, condecorações, licenças para residir em outras partes do país e para asilar-se na

⁷⁰⁰ BN/RJ. Jornal *A Reforma*, Rio de Janeiro, 25 fev. 1871.

⁷⁰¹ Idem, *ibidem*.

⁷⁰² BN/RJ. Jornal *A Reforma*, Rio de Janeiro, 7 mar. 1871.

Ilha de Bom Jesus. Os apelos aparecem nos relatórios dos presidentes de províncias, nos anais das Assembleias Legislativas provinciais, das Câmaras de Deputados e do Senado, nos requerimentos dirigidos ao Ministério dos Negócios da Guerra, em súplicas ao Imperador e a sua família, nos ofícios dos comandantes dos quartéis e fortalezas, onde serviram muitos dos inválidos, e frequentemente na imprensa. Diante de toda essa documentação, como esquecer as falanges de mutilados que fizeram a Guerra do Paraguai?

José Joaquim Pitanga, solteiro, natural da província da Bahia, residente na Travessa das Pastilhas, número 30, lutou na Guerra da Independência, em 1822, e, quarenta anos depois, serviu à pátria como enfermeiro na Guerra do Paraguai. Contava em 12 de novembro de 1869 com setenta anos, quando escreveu ao Imperador com o intuito de ser agraciado com a medalha do Hábito da Imperial Ordem da Rosa.

Perante o Augusto Trono de Vossa Majestade Imperial, prostra-se José Joaquim Pitanga, veterano da Independência da Província da Bahia, que sentou praça em 1816 no Batalhão da Legião de Caçadores, obteve baixa do serviço em 1831. Condecorado com a medalha da Campanha de 1822 por decreto de sua Majestade Imperial o Sr. D. Pedro I. Tendo o suplicante se contratado para o serviço da guerra, contra o governo do Paraguai, como enfermeiro, em 22 de julho de 1866. Seguindo para o Estado oriental no vapor Itaparica Naufragou no Barra de Montevideu no dia 23 de agosto do dito ano.⁷⁰³

José Joaquim Pitanga serviu como enfermeiro em vários hospitais no Paraguai. Expunha ter seguido seu destino quando cumpria a sua honrosa missão, desempenhada com zelo e prontidão. Depois de concluir o contrato com o Exército, pediu exoneração, quando já se achava com a saúde debilitada. Mesmo assim, o veterano de guerra, doente e velho, nutria o desejo de ser condecorado com o Hábito da Imperial Ordem da Rosa pelos serviços prestados desde o tempo de D. João IV até a Guerra do Paraguai. Declarava possuir somente parte da documentação que comprovava o mérito de sua petição – havia perdido a outra parte no naufrágio que sofreu na Barra de Montevideu.

Trata-se de um processo volumoso, dirigido a diversas autoridades do governo e ao Imperador. Entre os documentos, uma declaração assinada pelo segundo cirurgião Francisco João Fernandes atesta que José Joaquim Pitanga serviu como enfermeiro nos hospitais

⁷⁰³ AHEx/RJ. Requerimento de José Joaquim Pitanga ao imperador D. Pedro II. Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1869. *Documentos do século XIX*.

brasileiros em Corrientes e no Saladeiro, durante os anos de 1866 e 1867, e que “nessa função mostrou sempre muita aptidão, zelo, humanidade, e subordinação, tornando-se por isso digno de muita estima, e consideração”.⁷⁰⁴ Quatro outras declarações, assinadas por médicos com quem trabalhou nos hospitais no sul do país e no Paraguai, também compunham o processo.

Feitas as averiguações pela Secretaria dos Negócios do Império, verificou-se que nos livros de registros dos decretos publicados não constava que José Joaquim Pitanga recebesse pensão do governo. Em 12 de novembro de 1870, o processo foi remetido ao Ministério da Guerra, que deu o seguinte despacho: “o suplicante deve apresentar documentos autênticos para provar os serviços que alega ter prestado, e não atestados, que, além de gratuitos, não se acham devidamente reconhecidos”.⁷⁰⁵ Até 1875 o requerente ainda não havia sido atendido em sua ambição.

Depois da guerra, a primeira historiografia sobre o conflito foi marcada pelo nascimento das narrativas épicas. Nelas, testemunhas anotaram em livros de memórias momentos de patriotismo e de glória para o Brasil, para assim transmitirem às gerações futuras as histórias de homens comuns transformados em heróis abnegados que ofereceram a vida na defesa da pátria vilipendiada pelo inimigo.

Era preciso comemorar cada comandante que se destacou na campanha e rememorar cada batalha vencida, registrar a memória no tempo. Do mesmo modo, era necessário pensar na seleção de gestos e sentidos da guerra para erguer os primeiros monumentos de pedra e bronze. Mas para rememorar esses acontecimentos grandiosos da história do Brasil, também era preciso esquecer uma outra história e outros acontecimentos – estes, repletos de sofrimentos, dor, ressentimento e humilhação. Aqui vale ressaltar que o dilema de encontrar um sentido para o estudo das feridas da história não significa suscitar vitimas ou compaixão. A intenção é dar aos acontecimentos um significado mais humano. Ou, ainda, encontrar um lugar na história para os esquecidos e ressentidos, ao lado de heróis que devem muito a esses personagens silenciados.

Os jornais, que tantas narrativas anotaram com o intuito de fazer o governo e os seus leitores refletirem sobre a condição de miséria em que se achavam milhares de órfãos,

⁷⁰⁴ Declaração de serviço prestado pelo enfermeiro José Joaquim Pitanga, assinada por Francisco João Fernandes, 2º cirurgião em comissão. Humaitá, 13 de março de 1869. *Documentos do século XIX*. Arquivo do Exército.

⁷⁰⁵ *Despacho do Ministério dos Negócios do Império*, Rio de Janeiro, 12 nov. 1869.

viúvas e mutilados, abandonaram a disputa partidária, comum em momentos de guerra, para retornarem ao tempo linear, vazio, homogêneo.

Novos acontecimentos fizeram acumular todo um passado sem significados, caído no esquecimento. Não era possível harmonizar a história do herói com a do mutilado, a da matrona que mandara para a guerra o seu arrimo de família com a da mãe desesperada e desvalida, a da mulher que em dias de glória produzia as ataduras para os feridos com a das viúvas pálidas cobertas de luto.

As bandeiras ricamente bordadas para os batalhões na hora da partida tremulavam, na chegada, rotas e desbotadas, manchadas pelo sangue nacional; por isso, eram depositadas nas igrejas, ao lado do altar-mor, ou esquecidas nos quartéis e museus. Somente aos órfãos cabia fazer uma nova história, surgida das entranhas do sofrimento, capaz de desafiar a ordem estabelecida e inscrever uma reflexão sobre o que foi esquecido.

Epílogo

*Há alguém por aí que ainda se lembre da Guerra do Paraguai? Dirigi essa pergunta àqueles que marchavam outrora à frente de bandas de músicas, atirando fogos de artifício, dando vivas e fazendo discursos pelas ruas embandeiradas do Rio de Janeiro. Dirigi a mesma pergunta a dois grandes generais; e estes vos responderão: – Sim, temos uma idéia vaga dessa guerra... Foi há tanto tempo! Interrogai, porém, à viúva, que perdeu o arrimo da casa naquela luta cruenta, à mãe que chora o filho, o orgulho da pátria, que tombou como um bravo, honrando o pavilhão brasileiro, e aos que mendigam por aí, o óbolo da caridade, cheios de honra e cicatrizes, e eles vos dirão: – Jamais esqueceremos essa página de nossa História!*⁷⁰⁶

Pouco mais de um ano depois de terminada a Guerra do Paraguai, os eventos que marcaram a campanha estavam no esquecimento. Na edição de 12 de maio de 1871, o jornal *A Reforma* publicou que a causa para a obliteração daquela memória recente era a sucessão dos novos acontecimentos que despertavam a atenção pública. “Assim, os princípios da informação jornalística (novidade, concisão, inteligibilidade e, sobretudo, falta de conexão entre uma notícia e outra) contribuem para esse resultado”.⁷⁰⁷

As transformações verificadas na política brasileira depois da guerra fizeram que os jornais elegessem novos acontecimentos para noticiar e, fatalmente, condenassem outros ao olvido. Para o jornal, havia outra razão para buscar o esquecimento. Na compreensão do redator, o motivo era a repugnância que a população sentia ao rever “aquela longa contemplação de sangue, que fatigou o sentimento nacional”.⁷⁰⁸

Lembrar provoca o esquecimento, como desejava o memorialista; “esquecer é fenômeno ativo – esquecer é capítulo da memória e não sua função antagônica”.⁷⁰⁹ Para Supervielle, o esquecimento “é o anjo que vela sobre a livre circulação de nossas imagens e

⁷⁰⁶ BN/RJ. *Vida Fluminense*, Rio de Janeiro, 3 fev. 1872.

⁷⁰⁷ BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas III*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 107.

⁷⁰⁸ BN/RJ. *Jornal A Reforma*, Rio de Janeiro, 12 maio 1871.

⁷⁰⁹ NAVA, Pedro. *Baú de ossos*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1972. p. 304.

escolhe entre as que nos convêm e as outras”.⁷¹⁰ O esquecimento funciona, nesse caso, como véu protetor que busca evitar a dor e o sofrimento.

O jornal, entretanto, considerou ser dever de todo brasileiro: “recordar sempre e transmitir ao futuro os serviços memoráveis prestados por tantos bravos, por tantos varões cheios de patriotismo, cujo exemplo encheu de contemplação os seus compatriotas”.⁷¹¹ Mas, em uma atitude comedida, o articulista ponderava também sobre o que escrever a respeito da guerra, considerando o curto intervalo que separava os historiadores do episódio recém-ocorrido. O jornalista de *A Reforma* escreveu: “Não é ainda chegado o tempo de escrever a história da guerra do Paraguai”.⁷¹² Contudo, o redator alertava seus leitores que era preciso ter a preocupação de se recolher os fatos ainda no calor do evento.

A geração contemporânea, que assistiu dia por dia o desenrolar do drama assombroso, tem o dever de recolher os fatos, tomar o testemunho de cada um, apurar a verdade, para transmiti-la inteira aos vindouros, e assim aproveitarem sempre, germinando no futuro os exemplos de abnegação e de patriotismo que se escreveram naquela sangrenta cruzada contra a barbárie.⁷¹³

As pesquisas realizadas em jornais do Brasil do período entre 1870 e 1890 revelam muito pouco sobre as consequências da Guerra do Paraguai na vida das pessoas comuns que fizeram a campanha ou que dela tomaram parte indiretamente. O silêncio predominou principalmente com relação àqueles que foram vitimados nos combates. Nos necrológios exaltava-se o cidadão, sua abnegação pela pátria, sua dedicação e seu valor moral. Se este morrera na miséria, aproximava-se mais ainda do denodo, da coragem e da entrega a seu país. Contudo, as homenagens não iam muito longe – quando muito recomendava-se a mudança de nome de uma rua ou de uma praça. Nem mesmo a oposição ao governo parecia ter disposição para retomar o debate que se esgotara com a vitória do Brasil na guerra.

A comemoração realizada no dia 10 de julho de 1870, apresentada neste estudo como a festa oficial pela vitória das forças brasileiras, jamais se repetiu. Não foi instituído

⁷¹⁰ SUPERVIELLE, Jules apud TADIÉ, Jean Marc e TADIÉ, Yves. *Le sens de la mémoire*. Paris: Gallimard, 1999. p. 230.

⁷¹¹ BN/RJ. Jornal *A Reforma*, Rio de Janeiro, 12 maio 1871.

⁷¹² Idem, *ibidem*.

⁷¹³ Idem, *ibidem*.

feriado nacional naquela data, impedindo-se, assim, que a memória fosse inscrita no tempo. Na concepção de Benjamin, esse era um tipo de supressão, pois “o homem para quem a experiência se perdeu se sente banido do calendário”.⁷¹⁴

Na imprensa carioca, em anos ulteriores à guerra, foram encontradas vagas referências às datas comemorativas das batalhas. Estas, no tempo da campanha, apareciam em extensos editoriais, como forma de lembrar aos leitores as vitórias obtidas pelo Brasil e, assim, seduzir novos patriotas e voluntários participar da guerra. No entanto, rememorar as batalhas, após o fim do conflito, seria uma demonstração de que a barbárie, embora associada ao Paraguai, também era compartilhada pelo Brasil, o que certamente ressurgiria nas pesquisas relacionadas àquele período.

Na história do Império Brasileiro não havia espaço para as lutas sanguinolentas que caracterizaram a formação e a consolidação dos estados nacionais. O monarca D. Pedro II, considerando-se um rei pacífico e dedicado às coisas relacionadas à civilização, não queria ostentar o título de algoz. Esse era mais um motivo para que a guerra fosse lançada ao esquecimento – ou somente revisitada quando sua função didática pudesse levantar o patriotismo do cidadão brasileiro.

A rememoração da Guerra do Paraguai não foi inserida no calendário da história nacional nos anos finais do Império, mas o Exército e a Marinha do Brasil não deixaram de recordar anualmente as vitórias contra o inimigo e, assim, exaltar suas participações na campanha. Por muito tempo, a Marinha continuou a comemorar os feitos de Riachuelo, considerada como uma das maiores batalhas travadas pelo Brasil. O Exército, por sua vez, exaltava a bravura de seus generais e soldados no mais sangrento combate: a Batalha de Tuiuti. Todavia, essas comemorações eram motivadas por duas questões pertinentes: a disputa pela memória gloriosa e o reconhecimento de que as duas instituições ingressavam na vida política do Brasil, notadamente o Exército.

Para Pollak, o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais.⁷¹⁵ Isso pôde ser confirmado, durante a pesquisa, em dois momentos históricos: os festejos populares para a recepção das tropas na Corte e nas províncias e a festa oficial, promovida pela Monarquia para celebrar o término da guerra, a vitória e a memória dos soldados que pereceram nos campos do Paraguai.

⁷¹⁴ BENJAMIN, Walter., op. cit., p. 136.

⁷¹⁵ POLLAK, Michel. Memória, silêncio, esquecimento. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

Paralelamente aos festejos pela vitória do Brasil, realizados na Corte, ocorreram manifestações de descontentamento por parte de cidadãos que fizeram a campanha. No Rio de Janeiro, soldados de linha, Guardas Nacionais e Voluntários da Pátria esbarravam na burocracia e enfrentavam problemas com o governo, devido ao atraso no pagamento dos soldos e das vantagens estabelecidas pelo Decreto 3.371. Uma discussão que perdurou por décadas e que ressurgiu com intensidade na imprensa em 1907, o que levou a este reencontro com a memória da Guerra do Paraguai e, conseqüentemente, com a memória dos Voluntários da Pátria olvidados.

Após o fim do conflito, dois grandes acontecimentos foram de fato considerados tão ou mais importantes que a Guerra do Paraguai: a abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888 – encerrando um capítulo da história do Brasil e três séculos de um mecanismo de funcionamento da economia e da sociedade brasileiras – e a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889 – que transformou a política do país. Com a abolição da escravatura e a implantação do novo regime, estava sepultada a Monarquia. A República havia de legitimar-se pela construção de uma nova memória e forjar seus novos heróis. E foi na Guerra do Paraguai que ela começou a colher os ícones que assegurariam a construção de seu panteão e, conseqüentemente, dos maiores defensores do regime republicano.

Decorridas mais de três décadas da conclusão da guerra, sobreviventes da campanha ainda esperavam o cumprimento das promessas feitas pelo governo do Império. Em 1905, a dívida com os Voluntários da Pátria reacendeu os ânimos dos partidos no alto das tribunas do parlamento brasileiro, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado, para decidir sobre o débito assumido pelo governo imperial e herdado pela República.

Na sessão de 17 de agosto de 1905, o deputado baiano Marcolino Moura subiu à tribuna da Câmara para levar à consideração do Congresso uma petição dos voluntários sobreviventes da campanha do Paraguai, que reivindicavam o cumprimento do Decreto de 7 de janeiro de 1865. No discurso o parlamentar afirmou que permaneciam na memória dos brasileiros os feitos praticados na Guerra do Paraguai pelos Voluntários da Pátria. Estes, ao lado dos soldados do Exército e da Armada, contribuíram para as duas maiores reformas pelas quais o país havia passado: a abolição e a república.

Foi esse exército que resistiu ao governo imperial, proclamando em sua resistência a não existência do direito do homem sobre o homem, não se

prestando ao papel de capitão do mato. Foi esse exército que abriu as portas do futuro advento da República.⁷¹⁶

A reabertura dessa discussão em 1905 tinha a seu favor o fato de a dívida pública ser reduzida, pois os gastos com as indenizações seriam mínimos, uma vez que eram poucos os sobreviventes da guerra. Assim, Marcolino Moura justificava o projeto enviado à Câmara: além de ser pequeno o número de sobreviventes, com a extinção dos últimos voluntários logo acabariam os encargos do governo.⁷¹⁷

O Projeto de Lei número 139,⁷¹⁸ que concedia vitaliciedade aos oficiais e praças dos corpos de Voluntários da Pátria e pagamento do soldo integral dos postos ocupados à época da campanha, foi apresentado pela Comissão de Finanças, encabeçada pelo deputado Marcolino Moura. Tratava-se especificamente da efetivação do dispositivo 12º do Decreto 3.371, de 7 de janeiro de 1865, que criou os corpos de Voluntários da Pátria para a guerra. Nesse artigo, o governo monárquico conferia ao Voluntário da Pátria, mediante autorização do Legislativo, a graduação de oficial honorário do Exército pelos serviços prestados na campanha, assim como vitaliciedade de soldo por inteiro correspondente ao posto adquirido. No entanto, o projeto que tramitava na Câmara dos Deputados não contemplava aqueles que recebiam pensões vitalícias, os empregados no setor público e os que receberam 22.500 braças quadradas de terras em colônias militares, agrícolas ou terras devolutas, como previa o referido decreto.⁷¹⁹

O projeto apresentado por Marcolino Moura regressou à Câmara dos Deputados em 17 de outubro de 1905. No entendimento da Comissão de Finanças, ao poder público restava a obrigação de executar a lei. Os membros da comissão afirmavam que se tratava de um “compromisso de honra assumido pelo governo brasileiro que, adiada sua execução não

⁷¹⁶ FCRB. Pronunciamento de Marcolino Moura na sessão de 17 de agosto de 1905 na Câmara de Deputados Federais. Rio de Janeiro, *Anais da Câmara de Deputados*, p. 162.

⁷¹⁷ Idem, p. 163.

⁷¹⁸ “Art. 1º - é concedido vitaliciamente aos oficiais e praças de pret dos corpos de Voluntários da Pátria que ainda existem e não obtiveram qualquer vantagem consignada no decreto número 3.371 de 7 de janeiro de 1865, o soldo inteiro de seus postos a contar da data da presente lei. Art. 2º - Fica autorizado o governo a realizar as necessárias operações de crédito para fiel cumprimento desta lei”. Pronunciamento de Marcolino Moura na sessão de 7 de outubro de 1905 da Câmara de Deputados Federais. Rio de Janeiro, *Anais da Câmara de Deputados*, p. 79.

⁷¹⁹ FCRB. Pronunciamento de Marcolino Moura na sessão de 7 de outubro de 1905 da Câmara de Deputados Federais. Rio de Janeiro, *Anais da Câmara de Deputados*, p. 79.

pode prescrever, tanto mais quando os interessados reclamavam com justiça sua efetividade”.⁷²⁰

Para ilustrar a condição de indigência dos que não foram indenizados pelo governo e defender o pagamento da dívida aos veteranos da guerra, o deputado Camilo Prates narrou para a tribuna a triste história de um sexagenário, servidor da pátria:

Um dia bateu à porta da minha casa um homem velho, alquebrado e paupérrimo. Era, senhores, a apresentação mais vivaz da miséria. Fora procurar a minha casa e nela ver se achava abrigo para os seus sofrimentos. Esse homem mostrou-me a sua fé de ofício. Querem saber quem ele era? Era um velho servidor da pátria, um oficial do exército que estava morrendo de fome nos sertões de Minas, quando lá havia crise alimentícia.⁷²¹

A associação com o esquecimento a que foram relegados os “velhos soldados” foi ressaltada no pronunciamento do deputado Marcolino Moura. O projeto apresentado à Câmara dizia que o governo tinha a seu favor a ação do tempo:

Pois lá vão mais de 35 anos, e achando-se atualmente reduzido o número dos que fizeram parte daquela longa e gloriosa jornada, e que torna dia-a-dia menos pesados os encargos que a nação assumiu pela presente lei, encargos que cessarão em pouco tempo com o desaparecimento completo desses servidores da pátria.⁷²²

O esquecimento também foi o tema discutido pelo parlamentar Camilo Prates, quando indagou à plenária como agiriam os cidadãos no caso de um novo conflito envolvendo nações inimigas:

⁷²⁰ FCRB. Pronunciamento de Camilo Prates na sessão de 17 de outubro de 1905 da Câmara de Deputados Federais. Rio de Janeiro, *Anais da Câmara de Deputados*, p. 267.

⁷²¹ FCRB. Pronunciamento de Camilo Prates na sessão de 17 de outubro de 1905 da Câmara de Deputados Federais. Rio de Janeiro, *Anais da Câmara de Deputados*, p. 268.

⁷²² FCRB. Pronunciamento de Marcolino Moura na sessão de 7 de outubro de 1905 da Câmara de Deputados Federais. Rio de Janeiro, *Anais da Câmara de Deputados*, p. 79.

Ante o esquecimento por parte dos poderes públicos em relação aos que sacrificaram suas vidas em defesa da Pátria, quem sabe se, na emergência de uma luta com qualquer nação, encontraremos a mesma boa vontade, o mesmo entusiasmo patriótico por parte dos nossos concidadãos?⁷²³

O jornal *O Independente*, de Porto Alegre, comentou o projeto do deputado Marcolino Moura: “veio, com efeito, despertar os poucos veteranos da legendária campanha do Paraguai, desse desalento tão natural, nós que envelhecemos sem esperanças do prometido e devido”.⁷²⁴ Segundo o jornal, depois de cinco anos de campanhas os “estadistas do império esqueceram-se dos gloriosos vencedores”.⁷²⁵

O jornalista de *O Independente* asseverava que a justiça haveria de ser feita pelas novas gerações incumbidas da consolidação da República, reparando os erros cometidos no passado. De acordo com o impresso, eis que então surgiu no seio da representação nacional o deputado baiano Marcolino Moura “pedindo reparação, apesar de tardia, do abandono em que foram jogados os voluntários da pátria”.⁷²⁶ Os velhos e alquebrados veteranos tinham que ser amparados nos últimos dias de sua vida.

Na sessão do Senado de 9 de julho de 1906 a Comissão de Marinha e Guerra emitiu parecer contrário à aprovação do projeto de número 139, enviado pela Câmara, “pois não se inspira em princípio de justiça para com os valorosos Voluntários da Pátria e guardas nacionais que tão assinalados serviços prestaram à memorável campanha, que teve seu termo glorioso na república do Paraguai”.⁷²⁷ A desaprovação baseava-se no seguinte argumento: não era justa a concessão de soldo integral aos oficiais e praças do Exército e Guardas Nacionais que regressaram ao Brasil antes do fim da guerra, levando-se em consideração aqueles que participaram de toda a campanha.

A Comissão de Marinha e Guerra encaminhou à mesa do Senado um substitutivo que alterava dois dos dispositivos presentes no projeto da Câmara: aos oficiais e soldados mutilados em campanha seria abonado o soldo por inteiro, correspondente à patente e à

⁷²³ FCRB.. Pronunciamento de Camilo Prates na sessão de 17 de outubro de 1905 da Câmara de Deputados Federais. Rio de Janeiro, *Anais da Câmara de Deputados*, p. 267.

⁷²⁴ BN/RJ. Jornal *O Independente*. Porto Alegre, 12 nov. 1905.

⁷²⁵ Idem, *ibidem*.

⁷²⁶ Idem, *ibidem*.

⁷²⁷ FCRB. Parecer número 55 da Comissão da Marinha e da Guerra apresentado ao Senado na sessão de 9 de julho de 1906. Rio de Janeiro, *Anais do Senado Federal*, p. 68-69.

tabela daquele tempo; aos herdeiros de oficiais e praças mortos na guerra seria feito o pagamento apenas da metade do soldo, sem direito a reversão.⁷²⁸

Na sessão de 29 de junho de 1907, o senador Pires Ferreira abriu a discussão sobre o soldo dos voluntários com uma avaliação negativa da atuação do governo imperial quanto ao cumprimento do Decreto 3.371 de 1865:

O governo do império procurou firmar os direitos que concedia aos voluntários da pátria e à guarda nacional, os direitos que já existiam para o exército. Deu-lhes soldos, etapas, gratificações, garantindo a sorte dos mutilados, das viúvas e dos órfãos, dos combatentes...Tem-se feito isto? Tem-se cumprido o decreto de 1865? Não...⁷²⁹

Referindo-se às disposições do artigo 12º do Decreto de 1865, que garantia meio soldo e pensão equivalente, prosseguiu o senador: “eles não o tiveram. Os patriotas que foram para o Paraguai calaram-se por muito tempo, não se queixaram, contentaram-se com a mesquinha paga que tinham”.⁷³⁰ Pires Ferreira alegou que os Voluntários da Pátria não foram contemplados com soldo por inteiro ou em parte e disse que era contrário ao pagamento do soldo integral para aqueles servidores que não haviam concluído a campanha. “Dar-se o soldo por inteiro para alguém que combateu por cinco anos ou para alguém que combateu 30 dias?”.⁷³¹ Com relação aos Voluntários da Pátria que foram empregados no serviço público, como garantia o Decreto de 1865, o senador questionou: “Dar-se o soldo por inteiro a quem já foi aquinhado com tabelionatos e escrivaninhas?”.⁷³²

Mesmo passados 35 anos do fim da guerra e diante de um número reduzido de sobreviventes, não pareceu ser possível conciliar as opiniões de governistas e oposicionistas na Câmara e no Senado. O deputado Francisco Glycerio, por exemplo, defendeu o direito ao soldo por inteiro para todos os Voluntários da Pátria que regressaram do Paraguai antes de

⁷²⁸ Idem, *ibidem*.

⁷²⁹ FCRB. Pronunciamento do senador Pires Ferreira na sessão de 29 de junho de 1907. Rio de Janeiro, *Anais do Senado Federal*, p. 280.

⁷³⁰ Fundação Casa de Rui Barbosa. Pronunciamento do senador Pires Ferreira na sessão de 29 de junho de 1907. Rio de Janeiro, *Anais do Senado Federal*, p. 281.

⁷³¹ Idem, p. 285.

⁷³² FCRB. Pronunciamento do senador Pires Ferreira na sessão de 29 de junho de 1907. Rio de Janeiro, *Anais do Senado Federal*, p. 285.

concluir a guerra e, também, nos casos em que os soldados foram feridos ou adquiriram moléstias durante a campanha.⁷³³

A polêmica instaurada no Senado despertou o interesse da imprensa. Veteranos da Guerra do Paraguai recebiam o mesmo soldo de cem réis pagos desde o fim da campanha, sem reajustes. Para se ter uma ideia da insignificância da quantia, o jornal *O Independente*, em 1906, comentou:

Por essa ninharia, que é na atualidade igual à esmola que jogam aos mendigos, pedintes de porta em porta, nem um dos poucos veteranos existentes, nem suas viúvas e filhas se abalará do mais humilde rancho, para estender à mão a opulenta República Brasileira.⁷³⁴

Muitos veteranos que pleitearam o soldo devido pelo Império morreram antes que o processo de habilitação fosse concluído pelas repartições públicas. Isso sem contar os gastos que os ex-combatentes assumiram com selos e honorários de advogados. O governo alegou impossibilidade de o tesouro saldar a dívida com os poucos veteranos sobreviventes, abatidos e envelhecidos. Só não havia incompatibilidade para vencimentos acumulados e subsídios dos senadores e deputados federais, argumentou o jornal *O Independente*. Para aqueles que abandonaram seus interesses e a família, que sacrificaram a mocidade e a saúde durante cinco anos em defesa da pátria, regateava-se “o miserável soldo de seus postos prometidos em lei, que mesmo tardiamente, viriam suavizar os últimos dias de sua existência”.⁷³⁵

Em relação à dívida do governo, *O Independente* de Porto Alegre apelou para a obrigação da nação. Para o jornal, seja “monarquia ou república é sempre a mesma por cuja integridade dos seus filhos empenhou a vida e deve, portanto, ser a mesma reconhecida, quando se trata de remunerar os serviços de alta relevância”.⁷³⁶

Enquanto os parlamentares discutiam o reaparelhamento do Exército e da Armada no Brasil, o senador Coelho Lisboa subiu à tribuna, em 18 de setembro de 1906, para se

⁷³³ FCRB. Pronunciamento do senador Francisco Glycerio na sessão de 29 de junho de 1907. Rio de Janeiro, *Anais do Senado Federal*, p. 284.

⁷³⁴ BN/RJ. Jornal *O Independente*. Porto Alegre, 19 ago. 1906.

⁷³⁵ Idem, *ibidem*.

⁷³⁶ Idem, *ibidem*.

pronunciar quanto à condição de miséria e ressentimento dos sexagenários veteranos da pátria, que permaneciam abandonados, sem o amparo da República Brasileira:

Vejo, porém, com tristeza que os espíritos dos homens de guerra viram-se inteiramente para o mundo material. Ocorreu-me chamar a atenção dos representantes do mundo militar no senado para esses desgraçados, que, se presentemente não mendigam a caridade pública ostensivamente é porque se envergonham de mostrar na praça as condecorações que ganharam por atos de bravura.⁷³⁷

O não cumprimento do Decreto Imperial foi classificado pelo parlamentar de calote. Ao referir-se à defasagem da tabela do pagamento em vigor, Coelho Lisboa considerou constrangedora a situação dos sexagenários que “além do número de anos que abate o seu espírito, se vêem rodeados de filhas, viúvas e de netos desamparados, é uma verdadeira miséria”.⁷³⁸ No encerramento do discurso, o senador lembrou que na época da guerra os soldados eram jovens, solteiros, tinham soldo cotado de acordo com o câmbio vigente e etapa, além de estarem arregimentados. “Mas, hoje, valetudinários, como se pode compreender que os capitães, por exemplo, possam se manter com 60\$ mensais!”.⁷³⁹

Quanto aos dispositivos que tratavam das pensões para as viúvas e os órfãos, as discussões também duraram dois anos. O Projeto de Lei que os habilitava a receber o pagamento, mediante ajustes na antiga legislação relativa aos vencimentos dos servidores da pátria, também era motivo de discordância. Com relação aos órfãos, discutia-se o benefício para aqueles que tivessem entre 40 e 45 anos. Quanto às viúvas, havia outra questão: como elas poderiam habilitar-se a receber a pensão tendo que comprovar, passados quarenta anos, a morte de seus maridos por moléstias adquiridas na campanha?

O Independente de Porto Alegre denunciou os abusos cometidos contra veteranos e familiares dos combatentes. Rememorando heroínas brasileiras da Guerra do Paraguai, o

⁷³⁷ FCRB. Pronunciamento do senador Coelho Lisboa na sessão de 18 de setembro de 1906. Rio de Janeiro, *Anais do Senado Federal*, p. 192.

⁷³⁸ Idem, *ibidem*.

⁷³⁹ Idem, *ibidem*.

jornal expressou a opinião de que a pátria não podia ser ingrata com aquelas que haviam ficado desamparadas.

Faça-se tudo, enfim, contanto que essa epopéia contemporânea, que tange em vibrações heróicas a alma nacional, até despertar a ação varonil de mulheres brasileiras, representadas em Anna Nery e Jovita Alves Feitosa, não seja o timbre fatídico, que em mão de sombrio notário, seja agora o testamento de ingratidão em nome da pátria.⁷⁴⁰

Os olvidados da guerra retornaram às páginas da imprensa em 1907, quando o jornal *O Independente* novamente publicou em editorial uma longa discussão sobre a questão das dívidas do Império com os veteranos da guerra. Dizia o texto: “E vós, voluntários da pátria, agradecei a generosidade que manifesta vossa dedicação de outrora, porque é preferível o esquecimento em que viveste até agora a vota dessa retribuição tão regateada”.⁷⁴¹

Esmola? Não! Os voluntários da titânica campanha do Paraguai, os que a implacável foice da morte ainda os conserva em número reduzido ou quase apagado com a esponja da ingratidão, podem estender a mão trêmula e descarnada à caridade pública, mas não abrem a sacola de mendigo para implorar uma esmola do tesouro público.⁷⁴²

Coincidência ou não, os jornais *Tribuna da Bahia* e *O Liberal*, de Pernambuco, também voltaram suas atenções para o assunto discutido no periódico gaúcho. Não foi possível associar a pertinência dos artigos publicados na Bahia e no Rio Grande do Sul ao fato de terem sido esses dois estados os que mais ofereceram soldados para a guerra, ou onde vivia o maior número de sobreviventes. Todavia, foram dessas localidades que a questão dos voluntários emergiu do esquecimento – última possibilidade de reconhecer os direitos assegurados aos servidores da pátria.

⁷⁴⁰ BN/RJ. Jornal *O Independente*, Porto Alegre, 13 jun. 1907.

⁷⁴¹ Idem, *ibidem*.

⁷⁴² BN/RJ. Jornal *O Independente*, Porto Alegre, 7 abr. 1907.

A penúria e a miséria rondavam os lares dos veteranos da Guerra do Paraguai. Ressentidos, eles voltaram ao centro da história da guerra, condecorados com velhas medalhas, depois de quatro décadas do término do conflito. Dos legisladores brasileiros, ainda esperavam o pagamento do esquálido soldo, direito assegurado pelo Decreto de 7 de janeiro de 1865. Enquanto isso, do alto da tribuna, parlamentares estadistas regateavam o valor dos soldos devidos aos veteranos de guerra, “tal esmola que deslustra o valoroso brilho de honrosas medalhas que seus possuidores trazem pendentes no peito, assinalando os bravos combatentes da mais gloriosa jornada da América do sul”.⁷⁴³

Sobre o ressentimento, o cronista de *O Independente* indagava: o que havia restado, passadas quatro décadas, do saldo glorioso dos milhares defensores da pátria, que se recolhem ao doce conforto de seus lares?

Também como as ossadas dos que tombaram em campanha, alvejam os cabelos brancos de poucos sobreviventes, disseminado no território da pátria e todos extenuados na labuta de alcançarem um promissor futuro, cheguem ao menos no final da existência, de onde aguardam a tardia recompensa de sua mocidade perdida.⁷⁴⁴

E *O Independente* insistia:

Sob a consciência dos culpados pesam as agonias dos veteranos voluntários que se finaram sem o conforto do auxílio prometido e mesquinamente negado. Quem não se compadece dos velhos servidores da pátria é estranho completamente ao sentimento do patriotismo.⁷⁴⁵

Em 1º de julho de 1907 o Senado retomou a discussão do projeto que garantia soldo vitalício para os veteranos da Guerra do Paraguai. Tratava-se de uma emenda, um substitutivo à proposição da Câmara dos Deputados número 139. Na fala do senador Pires Ferreira ficou evidente que o vencimento dos voluntários necessitava de correção, porque os benefícios que estavam sendo pagos ainda tinham como referência a tabela em vigor no

⁷⁴³ BN/RJ. Jornal *O Independente*, Porto Alegre, 7 abr. 1907.

⁷⁴⁴ Idem, *ibidem*,

⁷⁴⁵ Idem, *ibidem*.

tempo da guerra. Segundo o senador, os ex-combatentes se achavam “mais ou menos no abrigo da miséria”.⁷⁴⁶

Coelho Lisboa apresentou no Senado uma petição assinada por veteranos da Guerra do Paraguai e publicada no *Jornal do Brasil*, tratando do desamparo em que se encontravam os veteranos, em 1907. O documento dizia que tanto o Asilo dos Inválidos quanto o Colégio Militar, erguidos com dinheiro de subscrições públicas, estavam inacessíveis aos servidores da pátria. As portas daquele asilo foram fechadas aos veteranos, assim como as do Colégio Militar aos filhos dos soldados que lutaram no Paraguai. Pelo meio do pronunciamento do senador Coelho Lisboa foi possível conhecer o teor do documento, assinado por pouco mais de vinte veteranos:

Custa, pois, acreditar que no generoso Brasil, quem julgue libérrimas as disposições, que nada manda dar aos servidores da pátria, sem pagar os compromissos contraídos pelo governo há 40 anos. Algumas famílias de voluntários da pátria, falecidos em Mato Grosso, foram mendigar pão em Assunção, capital do Paraguai. Isso se passou exatamente quando se pensava em perdoar a dívida do Paraguai. Esperamos que V. Excia, nosso abençoado protetor, promova a entrada em discussão do projeto que nos manda pagar o soldo desde 1870.⁷⁴⁷

A súplica dos veteranos foi finalmente atendida pelo Decreto 1.687, de 13 de agosto de 1907, sancionado pelo presidente Afonso Augusto Moreira Penna. Aos oficiais e praças sobreviventes, que compunham os corpos de Voluntários da Pátria e a Guarda Nacional, que serviram no Exército e na Armada durante a Guerra do Paraguai, foram concedidos os benefícios reclamados.⁷⁴⁸ Entretanto, o cumprimento do decreto estava longe de ser extensivo a todos os sobreviventes da campanha: a execução da lei era condicionada à comprovação do mérito dos Voluntários da Pátria e Guardas Nacionais, junto a administração pública. Sem recursos para se dirigir à capital da República e sem as cópias dos documentos exigidos pelo governo, muitos soldados permaneceram esquecidos pela lei, no interior do Brasil. Para eles tornara-se quase impossível reaver o que era deles por direito.

⁷⁴⁶ FCRB. Pronunciamento do senador Coelho Lisboa na sessão de 1º de julho de 1907. Rio de Janeiro, *Anais do Senado Federal*, p. 4.

⁷⁴⁷ Idem, p. 5.

⁷⁴⁸ FCRB. *Coleção de Leis da República*, 1907.

No dia 21 de junho de 1907, ou seja, dois meses depois de aprovada a referida lei, o obituário da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre registrou a morte do veterano da guerra Nicolau Ritter, que fora recolhido ao hospital em função de seu estado de pobreza. O setuagenário, capitão honorário do Exército, morreu na indigência, coberto de cicatrizes e de velhas medalhas adquiridas nos combates, nos quais expôs sua vida em defesa da pátria – “essa mãe ingrata que o esqueceu no hospital de caridade”.⁷⁴⁹

O soldo a que têm direito os veteranos da pátria, regateado com mesquinhas e longas discussões e que poderia servir ao extinto capitão honorário, Nicolau Ritter, não sairá do Tesouro Federal por economia forçada do congresso, além das pensões graciosas e dos prêmios de viagem e com os subsídios de deputados e servidores em gozo de capitais na Europa. Devido à humanitária iniciativa dos dignos oficiais do 25º batalhão aquartelados nessa cidade, o cadáver do veterano não foi conduzido na Maria Crioula⁷⁵⁰ para a vala comum dos deserddados da sorte.⁷⁵¹

O texto publicado no jornal *O Independente* é um convite à reflexão sobre o esquecimento a que foram condenados os Voluntários da Pátria, tanto pelo Império, no pós-guerra, quanto pelo regime republicano, instaurado no Brasil dezanove anos depois de terminada a campanha. Nicolau Ritter, quarenta anos após ter lutado na guerra, não teve a chance de ver aprovado o último ato de reconhecimento por parte da nação, que poderia devolver ao ex-combatente o sentimento de patriotismo que o havia conduzido à Guerra do Paraguai, em 1865.

A uma situação semelhante – ou mesmo pior do que a vivida pelo velho servidor gaúcho – foi condenado o voluntário Jerônimo Rodrigues do Amaral. Embora ele estivesse vivo quando da aprovação da lei, era somente mais um velho soldado esquecido no tempo, distante do panteão reservado aos heróis nacionais. Jerônimo Rodrigues do Amaral, conhecido como Jerônimo Duro, veterano do Paraguai, residia em um casebre na cidade de Pouso Alto, sertão de Goiás. No ano de 1929, Jerônimo Duro foi localizado pelo sócio honorário do Instituto Histórico de Goiás, Euler Coelho, que visitava a região. O

⁷⁴⁹ BN/RJ. Jornal *O Independente*, Porto Alegre, 20 jun. 1907.

⁷⁵⁰ Designação popular para carro fúnebre que conduzia indigentes nos sepultamentos realizados na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre

⁷⁵¹ BN/RJ. Jornal *O Independente*, Porto Alegre, 13 jun. 1907.

sobrevivente da Guerra do Paraguai tinha então 85 anos, era mendigo e vivia da caridade publica havia mais de vinte anos, mas ainda falava da campanha com ardor patriótico.

Na Ordem do Dia do comando das forças brasileiras no Paraguai, sob o número 13, de 20 de agosto de 1867, ele havia sido elogiado pelo governo imperial, por fazer parte das forças em operações na fronteira da província do Rio Grande do Sul e por praticar prodigiosos feitos, suportando a fome, a peste e a guerra. Jerônimo Rodrigues do Amaral teve direito à medalha de prata concedida pelo Decreto de 7 de agosto de 1867, e sua Fé de Ofício atestou que, como Voluntário da Pátria, que a morte respeitou na gloriosa Retirada de Laguna, tinha direito à gratidão nacional.⁷⁵²

⁷⁵² Soldado goiano desconhecido. *A Informação Goiana*, Rio de Janeiro, ano 13, 1929, p. 4.

FONTES

1. ARQUIVOS E BIBLIOTECAS

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Arquivo Público do Estado da Bahia.

Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Arquivo Histórico do Exército – Rio de Janeiro.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Instituto Geográfico Histórico da Bahia.

Fundação Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro.

Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Rio Grande do Sul.

2. MANUSCRITOS

2.1. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

2.1.2. Ofícios.

(PP, 0069, maço 002, caixa 0024 e PP, notação 0228).

- Ofício do Ministro da Guerra, Barão de Muritiba ao presidente da província do Rio de Janeiro, José Manuel Câmara, Rio de Janeiro. (11/06/1870).

- Ofício da delegacia de polícia do Termo da Parnaíba do Sul endereçado ao chefe de polícia da Província do Rio de Janeiro, Antonio Carneiro de Campos. (11/06/1870).

- Ofício do delegado de Polícia da cidade de Campos, endereçado ao chefe de Polícia do Rio de Janeiro. (25/10/ 1870).

- Termo de declaração do preto José Maria Joaquim Soares lavrado pelo chefe de polícia da província do Rio de Janeiro, João José de Carvalho. (22/07/1870).

- Circular Reservada do Ministério da Guerra ao presidente da província do Rio de Janeiro. (31/12/1869).

2.2. Arquivo Público do Estado da Bahia.

2.2.1. Ofícios, correspondências e documentos diversos.

(Seção Colonial e Provincial – maços 827, 830, 831, 832, 833, 1259, 3668, 3673).

- Ofícios do Quartel do Comando das Armas: 1867.

- Ofícios do presidente da província da Bahia 1870.
- Ofício do presidente da província da Bahia à Câmara Municipal da cidade de Barra do Rio Grande, de 24 de fevereiro de 1868. Câmara de Barra do Rio Grande. (24/02/1868).
- Correspondências do Ministério da Guerra ao presidente de província da Bahia 1867.
- Correspondências do Comando das Armas à presidência da província. 1867-1868.
- Avisos Recebidos do Ministério da Guerra – (1865-1868).
- Avisos Recebidos do Ministério do Império – 1870.
- Recrutamentos: 1865, maços 3490, 3492, 3493.
- Diversos: Guerra do Paraguai: (1865-1870).
- Maços 3675 e 1673,

2.3. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

2.3.1. Requerimentos.

(Serie Guerra – Gabinete do Ministro 1g1 514.)

- Requerimento ao Conselheiro Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra por Carvalho Pinto, procurador do Major Mizaél Ferreira Paiva. Incluso autos do inquérito feito pelo Juiz de Paz da freguesia de Alegre, termo da vila de D. Pedro de Cachoeira de Itapemirim, província do Espírito Santo. (05/03/1868).
- Requerimento de Manoel Martins Nogueira, pelo seu procurador Antônio José Bruno ao Imperador, Rio de Janeiro. (14/03/1868).
- Requerimento ao tenente-general ajudante do Exército pelo procurador de Mizaél Ferreira Paiva, Carlos Ernesto Silva, Rio de Janeiro. (20/07/1868).
- Requerimento encaminhado por Manoel Martins Nogueira ao ministro da guerra. Barão de Muritiba, Rio de Janeiro. (19/10/1870).
- Requerimento endereçado ao Imperador D. Pedro II por Antônio José Bruno, procurador do Manoel Martins Nogueira, Minas Gerais. (14/10/1868).

2.3.2. Ofícios

(Serie Guerra – Gabinete do Ministro 1g1 514).

- Ofício do Palácio do governo da Província do Rio de Janeiro endereçado ao Ministério da Guerra, conselheiro João Lustoza da Cunha Paranaguá em Niterói; (29/01/1868).
- Ofício ao tenente-general do Quartel General do Exército por Carvalho Pinto, procurador do Major Mizaél Ferreira Paiva. (05/03/1868).

- Ofício do tenente interino João de Souza Fagundes, Depósito Provisório da 1ª Linha, ao tenente general João Frederico Caldwell, ajudante general do Exército, Rio de Janeiro. (20/03/1868).
- Ofício ao conselheiro José Lustosa da Cunha Paranaguá, Ministro Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, enviado pelo tenente-coronel João Frederico Caldwell, ajudante general do Exército, Rio de Janeiro. (21/03/1868).
- Ofício ao ajudante general do Exército, tenente-general João Frederico Caldwell, por José de Souza Fernandes, n. 635, Depósito, Rio de Janeiro. (07/04/1868).
- Ofício ao conselheiro José Lustosa da Cunha Paranaguá, Ministro Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, enviado a Luis Carlos de Carvalho, Secretária da Polícia da Corte, Rio de Janeiro. (07/04/1868).
- Ofício de Manoel Barros Francisco de Roiz, coronel do Quartel Chefe da Secção, tenente-coronel João de Souza Fagundes. Quartel no Campo de Aclamação. Rio de Janeiro. (12/05/1868).
- Ofício ao tenente-general João Frederico Caldwell, ajudante General do Exército, por Antonio Domingos Ferreira Bastos, Major Empregado na 1ª Secção, Repartição do Ajudante General. Rio de Janeiro. (30/04/1868)

2.3.2.1. Ofícios (Fundo GIFL, notação 199).

- Ofício do Ministério da Guerra endereçado ao Ministério da Marinha. Rio de Janeiro. (01/05/1868).

2.3.2.2. Ofícios (IG1-146 – Série Guerra – Ministério da Guerra (1866-1870)).

- Ofício do Palácio do Governo do Rio de Janeiro ao Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra. Niterói. (07/06/1867).
- Ofício do Ministério da Guerra ao secretário de polícia da província do Rio de Janeiro, Antônio Carneiro de Campos. Rio de Janeiro. (11/09/1867).
- Ofício da Secretaria de Polícia do Rio de Janeiro enviado pelo chefe de polícia, Antônio Carneiro Campos, ao vice-presidente da província do Rio de Janeiro, Eduardo Pindahyba de Mattos. Niterói. (10/09/1867).
- Ofício expedido por um soldado do corpo policial provisório da cidade de Niterói à Secretaria de Polícia do Rio de Janeiro. Niterói. (12/01/1868).

- Ofício da Delegacia de Polícia de Niterói enviado pelo delegado de polícia, Francisco Antônio de Almeida, ao chefe de polícia interino da província do Rio de Janeiro, Antônio Carneiro de Campos. Niterói. (03/06/1868).
- Ofício da Secretaria da Polícia da província do Rio de Janeiro enviada à Eduardo Pindahyba de Mattos, vice-presidente da província, pelo chefe de polícia, Antônio Carneiro de Campos. Niterói. (06/06/1868).
- Ofício do Quartel do Comando do Asilo de Inválidos da Pátria enviado ao Conselheiro Tenente General, João Frederico Caldwell, ao Ministério da Guerra. Rio de Janeiro. (10/06/1868).

2.3.2.3. Ofícios (-IG1 - 535 rel. 1ª cx. 595. Série Guerra – Ministério da Guerra).

- Ofício do palácio da presidência de Santa Catarina por Carlos Augusto de Oliveira, enviado ao Conselheiro de Estado Barão de Muritiba, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro. (27/04/1869).
- Ofício do chefe de polícia interino, Ignácio Aciolli de Almeida, da Cidade do Desterro, ao presidente da província de Santa Catarina. (30/11/1872).

2.3.2.4. Ofícios (-IG1 - 536 rel. 1ª cx. 596 - Série Guerra – Ministério da Guerra).

- Ofício do palácio da presidência de Santa Catarina, 19 de março de 1871, por Joaquim Ferreira Gouveia. Enviado pelo Conselheiro de Estado Barão de Muritiba, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro (19/03/1871).
- Ofício s do Conselheiro de Estado Barão de Muritiba Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra. (1871).

2.3.2.4. Ofícios (IG1 – 127 - Série Guerra – Ministério da Guerra (1870-1873).

- Ofícios do presidente da província ao ministro da guerra, Barão de Muritiba; Ministério da Guerra – Bahia – (14/03/1870).

2.3.2.5. Ofícios (IJ6 – 518.)

- Ofício da Chefatura de Polícia ao Ilmo. Exmo. Sr. Conselheiro de Estado Francisco de Paula Negreiros Sayão Lobato, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro. (28/06/1871).

2.3.3. Pareceres (Serie Guerra – Gabinete do Ministro 1g1 514).

- Parecer nº. 306 do coronel chefe da Secção, Manoel Roiz Barros Francisco Brito, da 1ª Secção Repartição do Ajudante General, Rio de Janeiro. (20/07/1868).
- Parecer enviado pelo conselheiro José Lustosa da Cunha Paranaguá, Ministro Secretario de Estado dos Negócios da Guerra Ministro, aos membros do Conselho Superior de Guerra, Rio de Janeiro. (08/11/1870).
- Parecer do Conselho Superior de Guerra assinado pelo Duque de Caxias, Aguiar Eliziário e Jordão Delamare, Rio de Janeiro. (05/12/1870).

2.3.4. Termos de declarações, autos de inquéritos, matrícula e comunicados (Serie Guerra – Gabinete do Ministro 1g1 514).

- Termo de declaração de Albino Joaquim Lopes na Secretaria de Polícia da Corte, ao desembargador Luiz Carlos de Paiva Teixeira, Rio de Janeiro. (20/04/1868).
- Termo de declaração do pardo Manoel remetido pelo ajudante general com o nome de Benedito Antonio Gonçalves ao desembargador Luiz de Paiva Ferreira, chefe de Polícia. Rio de Janeiro. (02/04/1868).
- Autos do inquérito feito pelo Juiz de Paz da freguesia de Alegre, termo da vila de D. Pedro da Cachoeira de Itapemirim, província de Espírito Santo. (05/02/1868).
- Autos do inquérito para reconhecimento de posse do escravo Manoel por Manoel Martins Nogueira. (06/04/1868).
- Comunicado enviado pelo tenente-coronel João de Souza Fragozo ao tenente-general Abundante Geral do Exército, Quartel campo da Aclamação, Rio de Janeiro, (05/03/1868).
- Matrícula do escravo Manoel, pertencente a Manoel Martins Nogueira, Capitania do Porto da Corte e Província do Rio de Janeiro. (18/12/1857).
- Série Interior, Notação. 1870, IJJ 390 – A.
- Série Guerra, Administração, IG2, 22 Fundo 9K.
- Serie Guerra, Correspondência da Província de Santa Catarina ao conselheiro Barão de Muritiba. (25/02/1869).

2.4. Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro.

2.4.1. – Ofícios (código 44-1-47)

- Ofício expedido pelo Dr. José Antonio da Fonseca Lessa Engenheiro da Câmara. Rio de Janeiro. (12/05/1870).
- Ofício expedido pelo comerciante Manoel Antonio Alves de Aguiar, Rio de Janeiro (02/05/ 1870).

2.5. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

2.5.1. – Correspondências e ofícios (Divisão de Manuscritos. Localização 34, 03, 006, número 029).

- Correspondências do Conde D'Eu (1869).
- Correspondências do Barão de Muritiba (1869).

2.6. Arquivo Histórico do Exército no Rio de Janeiro

- *Requerimentos do século XIX* – 1868-1873.

3. PERIÓDICOS

3.1. Jornais

Opinião Liberal. Rio de Janeiro (1868-1870).

Diário de Minas, Ouro Preto (1868).

Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro (1867-1875).

Diário de Notícias. Rio de Janeiro (1886).

O Constitucional, Ouro Preto (1868).

Jornal do Comércio. Rio de Janeiro (1867-1874).

Correio Paulistano. São Paulo (1868-1871).

Jornal da Bahia. Salvador (1870).

A Regeneração. Santa Catarina (1870).

A Reforma. Rio de Janeiro (1869-1877).

A Reforma. Porto Alegre (1870-1871).

A Folha da Tarde. Rio de Janeiro (1870).

A Vida Fluminense. Rio de Janeiro (1868-1871).

O Despertador. Santa Catarina (1870).

Diário Fluminense. Rio de Janeiro (1867).

Diário do Povo. Rio de Janeiro (1868).

Correio Nacional. Rio de Janeiro (1870).

O Publicador Maranhense. São Luiz do Maranhão (1870).

O Liberal. Recife (1870).

O Jequitinhonha. Diamantina (1870).

O Conservador de Minas. Ouro Preto (1870).

O Alabama, Salvador (1865-1867).

A Pátria. Niterói (1867).

Gazeta de Campinas. Campinas (1870).
O Desterro. Cidade do Desterro (1870).
O Correio Mercantil. Cidade do Desterro (1870).
O Independente. Porto Alegre (1905-1907).
Informação Goiânia. Goiânia (1929).

3.2. Revistas

ALVES, Marieta. *A Escravidão e a Campanha Abolicionista*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: IHGB, 1985.

BASILE, Marcello Otávio Néri de Campos. Festas cívicas na Corte Regencial. *Vária Historia*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, 2006.

BENTO, Cláudio Moreira. *O Exército e a Abolição*, In: Arno Wehling. *A Abolição do Cativeiro*. Rio de Janeiro: Revista do IHGB, 1988.

BOCCANEIRA Jr., Sílio. *A Bahia na Guerra do Paraguai* In: Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, n. 72, 1945.

CASTRO SOUZA, Luiz de. *Os Heróis e Mártires do Corpo de Saúde da Armada Brasileira na Guerra do Paraguai*. Separata da “Revista Marítima Brasileira” de abril, maio e junho de 1966, Rio de Janeiro, 1966.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. Quando subordinados roubam a cena: A Batalha de Campo Grande de Pedro Américo. *Saeculum - Revista de História*, nº. 19, João Pessoa, jul./dez. 2008, p. 81-82.

DUARTE, Paulo Queiroz. *D. Pedro II e os Voluntários da Pátria*. Anais do Congresso de História do Segundo Reinado. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: IHGB, 1985, p. 321-341.

ENDERS, Armelle “Plutarco brasileiro”: A produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado. *Revista Estudos Históricos*, nº. 25, 2000.

FONSECA, Thais Livia de Lima. A comemoração de 21 de abril: o cenário do jogo político. *Anos 90*. Porto Alegre, v. 12, n. 21-22. Jan. 2005.

GALVÃO, Alfredo. A estátua equestre de D. Pedro I. arquivos da escola de Belas Artes. Rio de Janeiro, n.14, p. 53-66.

KRAAY, Hendrik. O abrigo da farda: o Exército brasileiro e os escravos fugidos. 1800-1888. *Afro-Asia*. Salvador, v. 17, 1996.

_____. Hendrik. Escravidão, cidadania e serviço militar na mobilização brasileira para a Guerra do Paraguai. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, n. 33, set. 1998.

_____. Hendrik. Repensando o recrutamento no Brasil. *Diálogos*, Maringá: Universidade Estadual, v. 3, n. 3. 1994.

MÉNDEZ, Cecília. La tentación del Olvido: guerra, nacionalismo em el Peru. In *Diálogos em Historia*, UNMSM, n. 2. Lima, 2000.

NASCIMENTO, A. P. Do cativo ao mar: escravos na Marinha de Guerra. *Estudos Afro-Asiáticos*, n 38. Rio de Janeiro, 2000.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *As Festas que a República Manda Guardar*. Estudos Históricos :4. Rio de Janeiro : FGV, 1989.

POLLAK, Michel. Memória, silêncio, esquecimento. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

SILVA, Helenice Rodrigues da. *Rememoração/comemoração: as utilizações sociais da memória*. *Revista Brasileira de História*, Vol.22, n. 44, São Paulo, 2002.

SIQUEIRA, Carla. A Imprensa comemora a República: memórias em lutas no 15 de novembro de 1890. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, 1994.

SOUZA, Álvaro Pereira. *Do Cativo ao mar: escravos na Marinha de Guerra*. *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 38, 2000.

SOUZA, Adriana Barreto de. Osório e Caxias: os heróis militares que a República manda guardar. *Varia História*. Belo Horizonte, n. 25. 2001.

TAVARES, Raul. *A Marinha Brasileira na Guerra do Paraguai*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo Especial. Congresso Internacional de História da América, 1922, vol. VII.

4. IMPRESSOS

- BRASIL. Anais do Senado Federal. Império (1869-1875).
- BRASIL. Anais do Senado Federal. República (1905-1907).
- BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados. Império (1869 -1876).
- BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados. República (1905 -1907).
- BRASIL. Coleções de Leis do Império e da República (1869, 1870, 1871, 1907).
- BRASIL. Ministério de Guerra. *Relatórios do Ministério dos Negócios da Guerra (1865-1880)*. Rio de Janeiro.
- *Instruções para o Serviço dos Inválidos*. Relatório do Ministério dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro (Anexos, Leis, Decretos e Instruções) Tipografia Nacional, 1868.

- Secretaria do Estado dos Negócios da Guerra. *Coleção das Ordens do Dia da Repartição do Ajudante-General, publicado no ano de 1867-1868*. Rio de Janeiro, Typografia Universal de Laemmert, 1868/69.
- *Ordens do Dia. Exército em operações na República do Paraguay*. Rio de Janeiro: Typ. Francisco Alves de Souza, 1877.
- BRASIL. Ministério dos Negócios da Justiça. Rio de Janeiro (1866-1880).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACCIOLY, Ignácio. *Memórias históricas e políticas da Província da Bahia*. Anotador Dr. Braz do Amaral. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1937.5 Vols.
- AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições práticas da Província da Bahia*. Salvador: Tipografia do Diário da Bahia, 1888.
- ALEMBERT, Francisco. *Civilização e barbárie, história e cultura - Representações culturais e projeções da "Guerra do Paraguai" nas crises do 2º Reinado e da 1ª República*. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de, (org.) *História da vida privada no Brasil. Império: a Corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ALVES, Cláudia Maria Costa. *Cultura política no século XIX. O exército como campo de constituição de sujeitos políticos no império*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.
- ALVES, Claudia Maria Costa. *Cultura política no século XIX. O exército como campo de constituição de sujeitos políticos no império*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.
- ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. *Primórdios da fotorreportagem no Brasil: a fotografia na imprensa do Rio de Janeiro. 1830-1900*. Rio de Janeiro: BN/Campus, 2004.
- AZEVEDO, Carlos Frederico dos Santos Xavier. *História Médico-cirurgico da esquadra brasileira nas Campanhas do Uruguay e Paraguay de 1864-1870*. Rio de Janeiro: Nacional, 1870.

AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites (século XIX)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, M. D. Moreira. *O Rio de Janeiro. Sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1877.

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Einaudi Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985.

BANDEIRA, Luiz A. Moniz. *O expansionismo brasileiro: o papel do Brasil na Bacia do Prata: da colonização ao Império*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1995.

BARROSO, Gustavo. *O Brasil em face do Prata*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.

BECKER, Klaus. *Alemães e descendentes do Rio Grande do Sul na Guerra do Paraguai*. Canoas: Hilgert – PAH, 1968.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas I*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *Obras escolhidas III*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BERLINK, Eudoro. *Caxias: apontamento para a historia militar do Duque de Caxias*. Rio de Janeiro: F. Brigueit & Cia. 1934.

BOITEAUX, José Lucas Alexandre. *A província de Santa Catarina nas guerras do Uruguai e Paraguai*. Florianópolis: UFSC, 1972.

BRITTO, José Gabriel de Lemos. *Guerra do Paraguay: narrativa histórica dos prisioneiros do Marques de Olinda*. 2. ed. Bahia: Livraria Papelaria Catilina, 1927.

CALÓGERAS, Pandiá. *A política exterior do Império, da regência à queda de Rosas*. São Paulo: Nacional, 1933, vol. III.

CAMARA, Adauto Miranda Raposo da. *O Rio Grande do Norte na Guerra do Paraguai*. Natal: Tip. Galhardo, 1951.

CAMPOS, Joaquim Pinto de. *Caxias : Vida do grande cidadão brasileiro*. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1938.

CARLYLE, Thomas. *Os heróis*. São Paulo : Melhoramentos, 1963.

CARVALHO, Humberto Feliciano de. *A guerra do Paraguai: a Praça da Rendição e os brasileiros desalmados*. São Paulo: Novidade editora, 1954.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

_____. José Murilo de. *Formação das Almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

- _____. *As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate*. In: CARVALHO José Murilo de (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____. Celso. *Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do Exército brasileiro*. Estudos Históricos. São Paulo. V. 25, n. 14, 2000.
- CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- _____, Celso. *Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- CASTRO, Jeanne Berrance de. *A polícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Nacional, 1977.
- CAXIAS, General Luiz Alvez de Lima e Silva, (duque de). *Exército em operações sob o comando em chefe de todas as forças de S. Ex. o sr. Marechal-de-exército Luiz Alvez de Lima e Silva*. Rio de Janeiro: Typografia de Francisco Alvez de Souza, 1877, 4 volumes.
- CELSONO, Afonso. *A esquadra e a oposição parlamentar*. Rio de Janeiro: Typ. E Lith. Franceza, 1868.
- CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscência da campanha do Paraguai: 1865-1870*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1980.
- CERVO, Amaro Luiz. *O Parlamento Brasileiro e as relações Exteriores (1826-1889)*. Brasília: Editora da Unb, 1981.
- CHALHOUB, Sidney; MIRANDA, Leonardo Affonso de (Org.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- _____. Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- CHIAVENATTO, Júlio. J. *Os voluntários da pátria e outros mitos*. São Paulo: Global, 1983.
- _____. Júlio J. *O negro no Brasil: da Senzala à Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CENTURIÓN, major Gaspar. *Recuerdos de la Guerra del Paraguay*. Assunção: Imprensa Ariel, 1931.
- CHACON, Vamireh. *História dos partidos políticos*. Brasília: Editora da UnB, 1985.

COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca da Identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

COIMBRA, Álvaro da Veiga. *Evocações dos Voluntários da Pátria*. São Paulo: Revista Paulistana, 1967. Vol. 72.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emilia Viotti. *Da zenzala à colônia*. São Paulo: DIFEL, 1966.

COSTA, Francisco Felix Pereira da. *História da Guerra do Brasil contra as Repúblicas do Uruguai e Paraguai*. Rio de Janeiro: Liv. De A G. Guimarães, 1871, 4 vols.

COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec, 1996.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

COUTO, Aliatar. *Vidas heróicas, vidas gloriosas*. Rio de Janeiro: Laenmert, (?)

DIAS, Sátiro de Oliveira. *O Duque de Caxias e a Guerra do Paraguai: estudo crítico e histórico*. Salvador: Impresso Typografia do Diário, 1870.

DOARATIOTO, Francisco. *A maldita guerra: nova história do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. Francisco. *General Osório: a espada liberal do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

DUARTE, João Raimundo. *Recordações Mineiras: Esboço bibliográfico do Capitão José Rodrigues Duarte, oficial do 17º B. V.* Rio de Janeiro, 1917.

DUARTE, Paulo Queiroz. *Os voluntários da pátria na guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca, do Exército, 1981.

EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil: séculos XIX e XX*. Editora da Campinas: Ed. da UNICAMP, 1989.

FORTES, João Borges. *José Bernardino Bormann*. In: *Echo Revista Ilustrada para a mocidade estudiosa*, Porto Alegre, Selbach, ano VI, 1919.

FRAGOSO, General Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1956.

_____. General Tasso. *História da guerra entre a tríplice aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado Maior do Exército, 1834, 5 vols.

FRÉDÉRIC, Mauro. *O Brasil no tempo de D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. *História e Narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 1994.

GALVEZ, Manuel. *Scenas de la Guerra del Paraguay*. Buenos Aires: La Facultad, 1929.

GOMES, Marcelo Augusto Moraes. *A Espuma das Províncias - um estudo sobre os Inválidos da Pátria e o Asilo dos Inválidos da Pátria, na Corte (1864-1930)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP. Tese de Doutorado, 2008.

Grinberg, Keila. *Liberata: a lei da ambigüidade. As ações de liberdades na Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GUIMARAES Pinheiro. *Um Voluntário da Pátria. Folha de serviços prestados pelo General Dr. Francisco Pinheiro Guimarães às Classes Armadas*. Rio de Janeiro: José Olympio. 2ª edição. Rio de Janeiro, 1958.

HALBAWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HERVAL, general Manoel Luiz Osório (marquês de). *Exército em operações na República do Paraguay: ordens do dia do Primeiro Corpo*. Rio de Janeiro: Francisco Alvez de Souza, 1877, 2 vols.

HOBBSAWM, Eric e RAMGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, em 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1974.

HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

HONORATO, Manoel da Costa. *Descrição Topográfica e Histórica da Ilha do Bom Jesus e do Asylo dos Inválidos da Pátria pelo seu Capellão Manoel da Costa Honorato*. Rio de Janeiro. Typografia Americana, 1869.

HOOK, Sidney. *Os Heróis através da História*. São Paulo: Editora Universitária Ltda, 1945.

HOONHOLTZ, Antonio Luis von. (Barão de Tefé) *Memórias do almirante barão de Tefé; a batalha naval do Riachuelo contada a família em carta intima poucos dias*. Rio de Janeiro: Liv. Garnier Irmãos, 1911.

HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IZECKSOHN, Victor. *O Cerne da Discórdia: a Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1997.

- _____. Vitor. *Recrutamento Militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai*. In: Nova História Militar Brasileira. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- _____. Vitor. *O cerne da discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército*. Rio de Janeiro: E-papers, 2002.
- _____. Vitor. La Guardia Nacional y la expansion del reclutamiento military en Brasil durante la Guerra de la Triple Alianza. In: ANSALDI, W. (coord.) *Calidoscópico latinoamericano. Imágenes históricas para un debate vigente*. Buenos Aires: Ariel História, 2004.
- JOHNSTON, William M. *Post-modernisme et bimillenaire: le culte des anniversaires dans la culture contemporaine*. Paris: PUF, 1994.
- JORDAN, Emilio Carlos. *Guerra do Paraguay*. Rio de Janeiro: Leammert, 1890
- KRAAY, Hendrik. *Soldiers, officers, and society: the arm in Bahia, 1808-1889*. University of Texas at Austin, Tese de Doutorado, 1995.
- LAGO, Laurenio. *Os Generais do Exército de 1860 a 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.
- LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.
- LE GOOF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.
- LIMA, Manoel de Oliveira. *O Império brasileiro. (1821-1889)* São Paulo: Melhoramentos, 1927.
- LIRA, Heitor. *História de Dom Pedro II, (1825-1891)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.
- LOPES, Teodorico & TORRES, Gentil. *Ministros da Guerra do Brasil (1808-1946)*. Rio de Janeiro, 1947.
- LOPEZ, Candido. *Campanha do Paraguai. De Correientes a Cupaiti*. Rio de Janeiro: Artes Gráficas Altan Ltda, 1973.
- LUCENA FILHO, Márcio. *Pernambuco e a Guerra do Paraguai: recrutamento e os limites da ordem*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, 2000.
- MACEDO, Joaquim Manoel de. *O culto do dever*. Rio de Janeiro: Aurora, 1909.
- MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos na década da abolição*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora da UFRJ/Edusp, 1994.
- MADUREIRA, Antônio de Sena. *Guerra do Paraguai: resposta ao Sr. Jorge Thompson, autor da "Guerra del Paraguay" e aos anotadores argentinos D. Lewis e A. Estrada*. Brasília: Editora da UnB, 1982.

MAGALHÃES, João Batista. *A Evolução Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1958.

_____, João Batista. *Osório: síntese de seu perfil histórico*. Rio de Janeiro: Bibliex do Exército, 1978.

MALERBA, Jurandir. *O Brasil Imperial (1808-1889) Panorama da história do Brasil no século XIX*. Maringá: Eduem, 1999.

MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães. (org.) *A Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MAUL, Carlos; ANTUNES, de Paranhos; GRAÇA, Jaime Ribeiro da. *Conde de Porto Alegre. Poliantéia organizada pela Biblioteca do Exército em comemoração ao 1º centenário da Batalha de Caseros*. Rio de Janeiro: Bethel, 1952.

MELO, Américo Braziliense de Almeida e. *Os programas dos partidos e o Segundo Império*. Brasília: Senado Federal. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979.

MELLO, Raul Silveira de. *A epopéia de Antônio João: a religião glorifica os Santos, a pátria os heróis*. Rio de Janeiro: Bibliex do Exército 1909.

MENEZES, Alfredo da Mota. *Guerra do Paraguai: como construímos o conflito*. São Paulo: Contexto, Cuiabá: Editora da UFMT, 1998.

MORAIS FILHO, Mello. *Festas Populares do Brasil*. Rio de Janeiro: Garnier, 1888.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1990.

MILTON, Aristides. *A Ephemerides Cachoeiranas*. Bahia: Tipografia Bahiana de Cincennato Milchiades, 1903.

MITCHELL, Gilberto de Medeiros. *História do Serviço de Saúde do Exército Brasileiro (1808-1811)*. Rio de Janeiro: Escola de Saúde do Exército, 1963.

MONTENEGRO, J. Arthur. *Fragmentos históricos: homens e fatos da guerra do Paraguay Rio Grande* : Typ. da Livraria Rio Grandense (R. Strauch), 1900.

MOREIRA, Reinaldo Correia. *O batalhão Laguna*. Rio de Janeiro: Bibliex do Exército, 1990.

MOTTA, Arthur Silveira da. *De aspirante a almirante (1870-1900)*. Rio de Janeiro: Serv. E Doc. Da Marinha, 1985. 2 Vols.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O período imperial: luzias x saquaremas*. In: Introdução à história dos partidos políticos brasileiros. Belo Horizonte: editora da UFMG. 1999.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. Rio de Janeiro, Topbooks, Vols. I, II e III, 1997.

NAVA, Pedro. *Baú de ossos*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1972.

O'LEARY, Juan E. *El Libro de los heroes paginas historicas de la guerra del Paraguay*. Assuncion: La Mundial, 1922.

OLIVEIRA TORRES, João Camilo de. *A Democracia Coroada : Teoria Política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1957.

_____. João Camilo de. *Os construtores do Império: idéias e lutas do partido conservador brasileiro*. São Paulo: Nacional. Coleção Brasileira, vol. 340.

OSÓRIO, Fernando Luiz. *O espírito das armas brasileiras*. Pelotas: Livro da Mocidade, 1918.

_____. Fernando Luiz. *História do general Osório*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & filhos, 1917.

OSORIO, Joaquim Luiz. *General Osório*. Rio de Janeiro: Bevilacqua, 1914.

OZOUF, Mona. *L'École de la France: essais sur la révolution, l'utopie et l'enseignement*. Paris: Gallimard, 1984.

PEREIRA, Armando de Arruda. *Heróis abandonados: peregrinação aos lugares do sul do Mato Grosso*. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1925.

PEREIRA JÚNIOR, José Fernandes da Costa. *O governo e o povo do Brazil na guerra paraguaya*. Campos: Tipografia Campista, 1868.

PICCOLO, Helga. *A Política Rio-Grandense no Império*. In : RS : Economia & Política. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1979, pp.93-117.

PINHO, José Wanderley Araújo. *Salões e Damas do Segundo Reinado*. São Paulo: Martins, 1942.

_____. Wanderley. *Política e Políticos do Império: contribuições documentaes*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.

PIMENTEL, Joaquim Silvério D'Azevedo. *Guerra do Paraguay. O onze de Voluntários da Pátria (depois do 42. Corpo da mesma denominação) sua fé de ofício*. Rio de Janeiro: Oficinas Graph Jornal do Brasil, 1909.

PINTO JUNIOR, Joaquim Antônio. *Guerra do Paraguay. Defesa heróica da ilha da redenção 10 de abril de 1866*. Rio de Janeiro: Typ Domingos Luiz dos Santos, 1877.

- POMER, Leon. *A Guerra do Paraguai, A grande tragédia Rio-platense*. São Paulo: Global, 1980.
- _____. Leon. *La Guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1971.
- _____. Leon. *Os conflitos da Bacia do Prata*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- _____. Leon. *El soldado criollo*. Buenos Aires: Ceal, 1971.
- PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. *Organização e Administração do Ministério da Guerra no Império*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1986.
- PORTO ALEGRE, Aquiles. *Vultos e fatos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1919.
- _____. Aquiles. *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1916.
- PRADO, Maria Emília, org. *O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999.
- PRATA, Jorge. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad: ADESA, 1996.
- RAPOSO FILHO, Américo. *Caxias e nossa doutrina militar*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1959.
- RANGEL, Alberto. *Gastão de Orléans (o último conde d'Eu)*. São Paulo: Nacional, 1935.
- REBOUÇAS, André. *Diário: A Guerra do Paraguai (1866)*. Introdução e notas de Maria Odila Silva Dias. São Paulo: IEB – USP, s.d.
- REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- REIS, Maria de Lourdes Dias. *Imprensa em tempo de guerra: o jornal "O Jequitinhonha" e a Guerra do Paraguai*. Belo Horizonte: Cuatiara, 2003.
- REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.
- RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins et. Al. *A Guarda Nacional no Rio de Janeiro, 1831-1918*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1981.
- SANTOS, Maria Helena Carvalho dos. *A Festa Vol. I e II*. Lisboa: Universitária Editora, 1992.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. Ricardo. *Guerra do Paraguai: memórias e imagens*. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2003.

SATIAGO, Camila Santos Guimarães. *Os gastos do senado da câmara de Vila Rica com festas: destaque para Corpus Christi (1720-1750)*. JANCÓS, István; KANTOR, Íris (Orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. V. II, São Paulo: Hucitec/ Editora da Universidade de São Paulo/ Fapesp/ Imprensa Oficial, 2001.

SCHIAVNATTO, Iara Lis. *Entre risos e imagens: a humilhação entre a memória e o esquecimento*. In: MARSON, Izabel. NAXARA, Márcia (org). *Sobre a Humilhação: sentimentos, gestos, palavras*. Uberlândia: Editora da UFU, 2005. p. 365-384.

SCHNEIDER, Louis. *A Guerra da Tríplice Aliança (Império do Brasil, República Argentina e República Oriental do Uruguai) contra o governo da República do Paraguai (1864-1870)*. Rio de Janeiro: Americana, 1875. 2vols.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Império em procissão: ritos e símbolos do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

_____. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHULZ, John. *O Exército na Política: Origens da Invenção Militar, 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1994.

SEIDL, Capitão Raymundo Pinto. *O duque de Caxias: esboço de sua gloriosa vida*. Rio de Janeiro: Luiz Macedo, 1903.

SILVA, Arthur Lobo da. *O Serviço de Saúde do Exército Brasileiro (História evolutiva desde os tempos primórdios até os tempos atuais)*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1958.

SILVA, Eduardo. *Dom Obá II D'África, o príncipe do povo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SILVA, José Luiz Rodrigues da. *Recordações da Campanha do Paraguai*. São Paulo: Melhoramentos, 1930.

SILVA, Katia Maria de Carvalho. *O Diário da Bahia e o século XIX*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/INL/MEC, 1979.

SILVA, Theotonio Meirelles da. *Historia Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1884.

SILVEIRA, Mauro César. *A Guerra do Paraguai e as relações luso-brasileiras na década de 1860-1870*. Tese Doutorado em História – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

SOARES, Álvaro Teixeira. *O drama da Tríplice Aliança, 1865-1876*. Rio de Janeiro: Brand, 1956.

SOARES, Antônio Joaquim Macedo. *Campanha Jurídica pela Libertação dos Escravos, 1867 a 1888*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1938.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negragada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro, 1850-1890*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. São Paulo: Nacional, 1939.

_____. Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1994.

SOUSA, Jorge Prata de. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad: ADESA, 1996.

SOUZA, Adriana Barreto de. *O exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

SOUZA, Luiz de Castro. *Medicina na guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Medicina Militar, 1971.

SOUZA, M. do C. Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SOUZA, Octávio Tarquínio de. Bernardo Pereira de Vasconcelos. In: *História dos fundadores do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio. 1972. Vol. 5

SUPERVIELLE, Jules apud TADIÉ, Jean Marc e TADIÉ, Yves. *Le sens de la mémoire*. Paris: Gallimard, 1999.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. *A retirada da Laguna*. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

_____. Alfredo d'Escagnolle. *Recordações de guerra e de viagem*. São Paulo: Weiszflog, 1920.

_____. Alfredo d'Escagnolle. *Campanha do Paraguai: comando em chefe de S. A o Sr. Conde D'Eu: diário de exército*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1870.

_____. Alfredo d'Escagnolle. *Diário do Exército (1869-1870)*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1958.

_____. Alfredo d'Escagnolle. *Viagens de outrora*. São Paulo: Melhoramentos, 1921.

- THOMPSON, George. *La Guerra del Paraguay*. Assunção: RP Ediciones, 1992 (1ª edição 1869).
- TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Buenos Aires: Paidós, 2000.
- TORAL, André Amaral de. *A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai*. Estudos Avançados (24), 1995.
- _____. André Amaral de. *Imagens em Desordem: A Iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/ USP, 2001.
- TROVATTO, Carmem. *A tradição euclidiana: uma ponte entre a história e a memória*. São Paulo: A&C Arte & Ciência Editora, 2002.
- URICOECHEA, Fernando. *Minotauro Imperial*. São Paulo: Editora Difel, 1988.
- VIANA, José Feliciano Lobo. *Epopéia da Laguna: comemoração que se impõe, divida sagrada e resgatar*. Conferencia pronunciada no clube militar do Rio de Janeiro na noite de 29 de maio de 1920. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1920.